Manual do Candidato

História do Brasil

A **Fundação Alexandre de Gusmão (Funag**), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e aspectos da pauta diplomática brasileira.

Com a missão de promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira, a **Funag** promove atividades de natureza cultural e acadêmica que visam a divulgação e a ampliação do debate acerca das relações internacionais contemporâneas e dos desafios da inserção do Brasil no contexto mundial.

Fomentando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo exposições, mantendo um programa editorial voltado para a divulgação dos problemas atinentes às relações internacionais e à política externa brasileira, velando pela conservação e difusão do acervo histórico diplomático do Brasil, a **Funag** coloca-se em contato direto com os diferentes setores da sociedade, atendendo ao compromisso com a democracia e com a transparência que orienta a ação do Itamaraty.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (0 xx 61) 411 6033/6034/6847
Fax: (0 xx61) 322 2931, 322 2188

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro – 20080-002 Rio de Janeiro – RJ
Telefax: (0 xx 21) 233 2318/2079

Informações adicionais sobre a Funag e suas publicações podem ser obtidas no sítio eletrônico: *www.funag.gov.br*
e-mail: *publicacoes@funag.gov.br*

IRBr – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Manual do Candidato

História do Brasil

Flávio de Campos
Miriam Dolhnikoff

2ª edição

Apresentação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) oferece aos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, a série *Manuais do Candidato*, com nove volumes: Português, Questões Internacionais Contemporâneas, História do Brasil, História Geral Contemporânea, Geografia, Direito, Economia, Inglês e Francês[1].

Os *Manuais do Candidato* constituem marco de referência conceitual, analítica e bibliográfica das matérias indicadas. O Concurso de Admissão, por ser de âmbito nacional, pode, em alguns centros de inscrição, encontrar candidatos com dificuldade de acesso a bibliografia credenciada ou a professores especializados. Dada a sua condição de guias, os *manuais* não devem ser encarados como apostilas que por si sós habilitem o candidato à aprovação.

A Funag convidou representantes do meio acadêmico com reconhecido saber para elaborarem os *Manuais do Candidato*. As opiniões expressas nos textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

---

[1] O IRBr considera importante ao Concurso de Admissão que os candidatos não descuidem do aperfeiçoamento no idioma francês, uma vez que (a) será exigida proficiência de alto nível em francês no processo de formação de diplomatas e (b) parte da bibliografia do Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA I) é constituída de textos em francês.

SUMÁRIO

UNIDADE I

IMPÉRIO

1. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

A emancipação política brasileira, formalizada em 1822, insere-se no quadro mais amplo de desagregação do sistema colonial português, iniciado no século XVIII. De um lado, com a Revolução Industrial, as transformações econômicas e políticas no cenário mundial tornaram anacrônico o sistema baseado no exclusivo metropolitano. De outro, a própria colônia experimentava mudanças que traziam consigo a oposição entre os interesses dos colonos e da metrópole.

A Revolução Industrial, caracterizada pela constituição do sistema fabril mecanizado, foi impulsionada pela articulação entre a produção interna inglesa e as rotas do comércio ultramarino. A criação de novos mercados consumidores realizou-se a partir da agressiva política externa britânica, ditada pelos interesses mercantis e manufatureiros. O sistema colonial, baseado na exclusividade de trocas mercantis entre colônia e metrópole, surgia então como obstáculo para a expansão do capitalismo industrial, que os ingleses procuraram transpor por meio do contrabando, guerras ou de acordos diplomáticos que ampliavam o comércio com as próprias metrópoles, submetendo-as a uma dependência estrutural.

Enquanto a Inglaterra era a vanguarda nas transformações industriais, Portugal ressentia-se de uma manufatura medíocre, incapaz de concorrer com a produção britânica. Como nova potência hegemônica na Europa, a Inglaterra ditava as novas regras, impondo aos seus aliados acordos e tratados que a beneficiavam. Como potência decadente, Portugal dependia da parceria inglesa para garantir a defesa de seu combalido império ultramarino. Dessa forma, as bases do sistema colonial foram sendo gradativamente solapadas. Para agravar o quadro, em 1776 os EUA declaravam sua independência. Pela primeira vez uma colônia conquistava sua emancipação política, apontando para as demais a possibilidade concreta de ruptura do pacto colonial. Não por acaso, quando no Brasil a elite mineira conspirou contra o governo metropolitano, em 1789, no movimento conhecido como Inconfidência Mineira, seu principal modelo era a jovem república americana.

Paralelamente, a colônia passava também por mudanças que colocavam em xeque o sistema colonial devido ao fortalecimento de interesses internos divergentes dos da metrópole. O desenvolvimento econômico e a descoberta de ouro no final do século XVII tornavam asfixiante a exploração metropolitana, com seus pesados tributos e determinações monopolistas. Para os grandes proprietários coloniais o sistema tornava-se, cada vez mais, um

obstáculo para o acúmulo de riquezas. De outro lado, a estrutura da sociedade colonial diversificava-se. A economia mais complexa e a crescente urbanização propiciavam o surgimento de novos setores não comprometidos diretamente com as atividades voltadas para exportação. Artesãos e pequenos comerciantes ressentiam-se da falta de perspectivas em uma sociedade baseada na exploração escravista da propriedade rural. O fim do pacto colonial tornava-se assim uma aspiração disseminada por diversos setores da colônia e esteve na origem das várias revoltas ocorridas ao final do século XVIII: Inconfidência Mineira (1789); Conjuração do Rio de Janeiro (1794); Conjuração Baiana (1798); Inconfidência Pernambucana (1801).

Entre esses movimentos, os de maior impacto foram, sem dúvida, os ocorridos em Minas e Bahia. No primeiro, proprietários de terras e de lavras de ouro insurgiram-se contra os limites que o sistema colonial impunha à livre expansão de seus interesses. Em fins de 1788 e início de 1789, parte da elite econômica e intelectual de Minas Gerais, inspirada pelas idéias da Ilustração e pela independência norte-americana, reuniu-se para conspirar contra o governo metropolitano, na tentativa de organizar uma rebelião que conquistasse a independência política da capitania. Foi esta uma das primeiras tentativas da elite colonial de romper as amarras com a metrópole. Já na Bahia, em 1798, pequenos artesãos, militares de baixo escalão, setores urbanos marginalizados da produção de riqueza colonial, revoltaram-se contra um sistema que lhes vedava qualquer perspectiva de ascensão social, conferindo à Conjuração Baiana (também conhecida como Revolta dos Alfaiates) um sentido característico que contrastava com as demais rebeliões do período. O profundo descontentamento dos trabalhadores livres pobres, oprimidos pela alta carga de impostos e pelas dificuldades de sobrevivência na sociedade escravista colonial, tornava esse setor potencialmente explosivo. Periodicamente as ruas das principais cidades da colônia eram tomadas por agitações e distúrbios, facilmente reprimidos mas nem por isso menos perigosos para a manutenção da ordem colonial. Em Salvador, a liderança de mulatos e homens pobres resultou em um dos projetos mais radicais elaborados no período colonial, propondo uma nova sociedade, igualitária e democrática.

A progressiva desintegração do sistema colonial apontava para a emancipação política da colônia portuguesa na América. No entanto, o caminho percorrido e o modo peculiar como se realizou a independência do Brasil foi determinado pelos acontecimentos que vieram à tona no início do século XIX. Aliado incondicional da Inglaterra, Portugal encontrava-se, em 1807, sob ameaça de invasão das tropas francesas, em guerra com o Reino

Britânico. Diante da iminência de invasão, a Corte optou pela fuga para sua colônia, instalando-se no Rio de Janeiro, a partir de 1808. A cidade adquiria assim novo estatuto, o de capital de todo o Império Lusitano, Para desempenhar as novas funções a colônia não poderia permanecer isolada, restrita ao comércio com uma metrópole que estava agora sob o domínio de tropas inimigas. Assim, tornou-se inevitável a abertura dos portos brasileiros a outras nações, medida também exigida pelos interesses do poderoso aliado inglês. A transferência da Corte portuguesa para a América fora arquitetada e estimulada pela Inglaterra, que obteve em troca, a assinatura de um tratado em 1810, estipulando taxas alfandegárias para os seus produtos inferiores àquelas pagas pelas mercadorias provenientes de outros países, inclusive de Portugal. Rompia-se dessa forma o monopólio metropolitano, cerne do pacto colonial.

Como nova sede do Império Lusitano, o Rio de Janeiro teve significativo aumento de suas funções políticas e administrativas, passando por acelerado crescimento. Desde logo colocou-se o problema de abastecimento da cidade, cuja solução foi buscada em uma política de construção de estradas e incentivo ao transporte de gêneros de primeira necessidade produzidos em Minas Gerais, de produtos vindos de São Paulo e do gado criado na região meridional. Intensificava-se, dessa maneira, a articulação de todo Centro Sul e Sul em torno da capital. Tais transformações foram acompanhadas por casamentos entre membros da Corte e filhos das principais famílias locais e por investimentos em obras públicas, terras e no comércio de tropas e muares, nos quais estavam resguardados, pelo nepotismo do monarca, os privilégios da burocracia da Corte. Enraizavam-se, assim, na América, os interesses dos membros do governo metropolitano[1]. Comerciantes, proprietários rurais, traficantes de escravos e burocratas comporiam a elite dirigente aglutinada em torno do aparelho de Estado sediado Rio de Janeiro. Rompido o pacto colonial, invertida as relações entre metrópole e colônia, alçada que fora esta última à condição de capital do Império, iniciava-se já em 1808 o processo de independência da antiga colônia lusitana.

A formalização da independência, em 1822, foi resultado das dissidências entre os portugueses cujos interesses enraizavam-se nas terras de além mar e aqueles que haviam permanecido no reino. Expulso o invasor francês, em 1810, Portugal encontrava-se com sua economia arruinada, não

---

[1] Cf. LEITE, Maria Odila da Silva. *A Interiorização da Metrópole*. Carlos Guilherme Mota (org.) *1822 Dimensões*. 2. ed., São Paulo, Perspectiva, 1986.

só pela guerra interna que tivera de travar, mas sobretudo porque sua principal fonte de renda, o comércio colonial, havia sido drasticamente reduzida com a abertura dos portos brasileiros ao comércio de outras nações. A situação tornava-se insustentável aos olhos dos portugueses pelo fato de a Corte lusitana não parecer disposta a retornar a Portugal, prolongando sua estada indefinidamente na colônia e adotando políticas que pareciam prejudicar ainda mais o combalido reino. Em1820, eclodia a Revolução do Porto com o principal objetivo de instituir em Portugal uma monarquia constitucional.

A revolta recebeu imediatamente a adesão da elite colonial, que elegeu deputados para as Cortes reunidas em Lisboa com o objetivo de escrever a nova Constituição. As intenções dos representantes brasileiros eram traduzidas pelas propostas levadas pela deputação paulista, cuja formulação é atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva: manter o Brasil unido a Portugal, garantindo-se os privilégios conquistados a partir de 1808, por meio do estabelecimento de uma monarquia dual, cuja sede deveria revezar-se entre o Rio de Janeiro e Lisboa. No entanto, a face liberal da revolução portuguesa, concretizada no intuito de substituir o absolutismo vigente por uma monarquia constitucional, tinha sua contrapartida no desejo de reconduzir as terras de além mar ao estatuto anterior a 1808. Para recuperar seu vigor econômico o pequeno reino ibérico necessitava reabilitar o pacto colonial.

A reação da elite articulada em torno do governo do Rio de Janeiro foi imediata. Proprietários de terras e traficantes de escravos optaram por fazer a independência, única forma de impedir a recolonização. Para tanto tiveram em D. Pedro um importante aliado. O príncipe regente e a burocracia portuguesa que permanecera na colônia aderiram a emancipação como forma de resistir aos novos ventos liberais que sopravam na metrópole. De comum havia entre os dois grupos a consciência de que preservar a ordem escravista e a hegemonia política da elite do Centro-sul requeria o fortalecimento do governo sediado no Rio de Janeiro.

A constante ameaça de revoltas escravas, ainda mais temidas após a revolução vitoriosa de escravos ocorrida no Haiti em 1792, a permanente agitação dos homens livres pobres, a pressão que a Inglaterra exercia para que fosse extinto o tráfico negreiro e a resistência das diversas regiões americanas colonizadas por Portugal em submeter-se a um governo centralizado no Rio de Janeiro colocavam em risco a continuidade da ordem escravista. A transferência da Corte e o enraizamento do Estado português no Centro-sul permitiram à elite colonial conquistar as reformas almejadas sem precisar arriscar-se com a luta armada. Esse era o requisito fundamental

para evitar a mobilização dos demais setores sociais. Mobilização perigosa, como ensinara a Conjuração Baiana, pois trazia consigo reivindicações que as classes dominantes não estavam dispostas a atender. Era esse arranjo que a Revolução do Porto colocava em perigo e que só a independência poderia preservar. O enraizamento da Corte na colônia permitiu que o movimento pela emancipação permanecesse restrito aos grupos dominantes e que o governo do Rio de Janeiro se tornasse a base a partir da qual se estabeleceria um Estado forte capaz de conter os demais setores.

Embora aliados na independência, D. Pedro e burocracia reinol não compartilhavam com os grandes proprietários de um mesmo projeto. Aos primeiros interessava fundar via América um novo império absolutista, enquanto para a elite local importava a organização de um novo Estado sob sua hegemonia, o que significava a instituição de uma monarquia constitucional. O confronto era inevitável e teve como palco, inicialmente, a Assembléia Constituinte reunida em maio de 1823 e dissolvida em novembro daquele ano por ordem de D. Pedro I, antes de encerrados os trabalhos.

A Constituição seria outorgada pelo imperador em 1824, tendo por principal característica o alto grau de centralização do regime, graças à instituição do Poder Moderador. Preconizado pelo pensador francês Benjamin Constant, tal instância serviria, em tese, como mecanismo de equilíbrio dos demais poderes, mas sua aplicação no Brasil serviu como instrumento para a vontade imperial sobrepor-se às instituições pretensamente representativas. Além de conferir ao imperador o direito de nomear e demitir livremente seus ministros, sem compromisso com a maioria parlamentar, permitia ao chefe do executivo dissolver a Câmara dos Deputados, expediente utilizado justamente nos momentos em que a troca de ministério não correspondia à maioria legislativa.

O alto grau de centralização concretizava-se também na determinação de que as províncias seriam administradas por conselhos provinciais totalmente vinculados ao governo central. Não estavam dotados de competência tributária que os habilitasse à implementar autonomamente suas decisões, que, além disso, deveriam ser sancionadas pela Assembléia Geral e pelo Executivo. A Constituição, entretanto, consagrava o item de interesse comum que havia consolidado a aliança em torno da independência: a exclusão dos demais setores sociais. Por meio do artifício de distinguir os cidadãos entre ativos e não ativos, manteve-se o monopólio do jogo político para os grupos dominantes. Apenas eram cidadãos ativos aqueles que

possuíam um determinado nível de renda e mesmo esses eram divididos segundo sua riqueza, conforme o grau de participação nas eleições.

Durante todo o primeiro reinado elite local e burocracia reinol antagonizaram-se na disputa pelo poder. Outorgada a Constituição, eclodiu em Pernambuco a Confederação do Equador, revolta dirigida pelos grupos dominantes de várias províncias do Norte contra o regime centralizado que então se instaurava, Reprimida a rebelião, o confronto teve prosseguimento na Câmara dos Deputados, reunida a partir de 1826. Em 1831, D. Pedro I era obrigado a abdicar do trono. A elite local assumia definitivamente o controle do aparelho de Estado. Chegava ao fim o processo de independência do país.

A emancipação política brasileira não foi, assim, o resultado da luta do conjunto da nação em torno de um projeto comum. Em primeiro lugar, tratou-se de movimento restrito aos setores dominantes em defesa de seus interesses concretos. Além disso, a própria nação ainda não existia. As possessões portuguesas na América não possuíam entre si vínculos que permitissem o despertar de uma identidade nacional. Regiões dispersas, afastadas por longas distâncias, com realidades econômicas e sociais díspares, tal era a herança colonial que só seria superada depois de concluído outro processo que, paralelo ao da emancipação política, resultou na construção do Estado nacional. A independência trouxe consigo apenas um elemento novo: a instalação de um governo no Rio de Janeiro com pretensões de unificar sob sua direção todo território americano de colonização portuguesa. Mas esta não será uma tarefa fácil. Apenas em meados do século XIX é que se poderá identificar um Estado nacional consolidado a presidir uma nação.

Textos Complementares:

A DEVASSA DA DEVASSA. MAXWELL, Kenneth – 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

O levante planejado na Bahia veio em um momento crítico, pois serviu para confirmar o temor que crescia desde 1792. Os magnatas de Minas Gerais acreditavam poder controlar e manipular a vontade do povo: não tinham medo de que qualquer atitude que tomassem contra Portugal pudesse gerar pretextos para atos que, afinal, prejudicassem a eles próprios – ingenuamente tinham discutido a emancipação dos escravos nascidos ali. Planejando eliminar seus débitos com a Fazenda Real, não imaginavam que as dívidas em que figuravam como credores também pudessem ser repudiadas. Depois de 1789, tal ingenuidade dos ricos escravistas americanos já assumia caráter de impossibilidade: a espetacular repercussão da Revolução Francesa em São Domingos mostrara isto. John Barrow observou, quando visitou o Rio, a mudança que o triunfo do *black power*, como ele o denominava, tinha produzido: "O encanto secreto que fazia o negro tremer na presença de um branco desapareceu em grande parte", escreveu ele. "A suposta superioridade graças à qual uma centena de negros se mantinha em temor respeitoso e submisso diante de um branco não existe mais".

A descoberta dos planos de uma revolução armada dos alfaiates "pardos" da Bahia demonstrou aquilo que os brancos inteligentes já tinham começado a perceber: que as idéias de igualdade social difundidas em uma sociedade em que só um terço da população era composto de brancos, e em que a riqueza e o poder se concentravam em mãos brancas, teriam de ser interpretadas, inevitavelmente, em termos raciais.

O caso baiano evidenciou a politização de níveis da sociedade que mal se haviam envolvido na Inconfidência Mineira. A única tônica racial dali viera dos vagos comentários de Manuel da Costa Capenema, e a prova que o ligava aos inconfidentes era tão frágil que a alçada o tinha absolvido. Os advogados, magistrados e clérigos de meia-idade de Minas Gerais, os ricos contratantes e seus dependentes, a maioria deles donos de escravos e membros de grêmios racialmente exclusivistas, constituíam marcante contraste com os artesãos mulatos, os soldados, os parceiros destituídos de probidade e os professores assalariados implicados na conjuração baiana: ressentidos e anticlericais, os mulatos baianos tanto se opunham aos brasileiros ricos quanto ao domínio português. Davam boas-vindas ao tumulto social, propunham-se

a derrubar as estruturas vigentes e aspiravam a uma sociedade igualitária e democrática em que as diferenças raciais não constituíssem barreiras aos cargos e à mobilidade social. O alfaiate "pardo" João de Deus, que ao ser preso só possuía 80 réis e oito filhos, proclamava que "todos (os brasileiros) se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância... destruir ao mesmo tempo todas as pessoas públicas, atacar os mosteiros, franquear as portas aos que quisessem sair... reduzindo tudo a uma inteira revolução que todos ficariam ricos, tirados da miséria em que se achavam, extinta a diferença da cor branca, preta e parda, porque uns e outros seriam sem diferença chamados e admitidos a todos os ministérios e cargos".

Não eram os patriotas norte-americanos que serviam de exemplo a João de Deus e a seus companheiros: eram os *sans culottes*. E não eram os requintes constitucionais dos Estados Unidos que os inspiravam, mas as palavras de ordem da multidão parisiense. Manifestos manuscritos foram espalhados na cidade a 12 de agosto de 1798; as paredes das igrejas e dos lugares públicos os exibiam. Eram dirigidos ao "Poderoso e Magnifico Povo Bahinense Republicano" em nome do "supremo tribunal da democracia baiana" e conclamavam ao extermínio do "péssimo jugo reinável da Europa". Era ameaçado o clero que pregava contra a liberdade do povo: "Cada um soldado e cidadão mormente os homens pardos e pretos que vivem escornados, e abandonados, todos serão iguais, não haverá diferença, só haverá liberdade, igualdade e fraternidade". Conclamando todos a apoiarem o movimento, o manifesto prometia aos soldados 200 réis por dia e que o porto seria franqueado ao comércio de todas as nações, especialmente ao da França. A "câmara inútil" era atacada por seu fracasso no controle do preço da carne, "... está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que todos seremos irmãos, o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que todos seremos iguais..." Nenhuma hesitação quanto ao cativeiro: "todos cativos pardos e pretos ficariam libertos sem que houvesse mais escravo algum". O governo seria "democrático, livre e independente".

Muito antes de terem mesmo elaborado os planos mais rudimentares, os artesãos baianos foram apanhados. Os conspiradores foram identificados e postos sob observação assim que as primeiras investigações se completaram. O governador, D. Fernando José de Portugal, um desembargador da Casa da Suplicação, deu instruções para que fossem imediatamente examinados os papéis das repartições para verificar se havia algum cuja grafia se assemelhasse a dos manifestos. Imediatamente as suspeitas recaíram sobre o mulato Domingos da Silva Lisboa, um escriba profissional. Prenderam-no a

16 de agosto. Quatro dias depois, entretanto, mais manifestos apareceram e os exames dos papéis e petições nas repartições revelaram que o verdadeiro autor era Luís Gonzaga das Virgens, soldado do 1º Regimento de Linha, que foi interrogado extra-oficialmente. Neste ínterim chegavam várias denúncias. O comandante do Segundo Regimento recebeu ordem para emboscar os conspiradores em seu local de reuniões, nas cercanias da cidade, mas foi reconhecido por um soldado de seu regimento e os conjurados, inclusive João de Deus, foram avisados e fugiram. A 26 de agosto, 47 revolucionários, ou suspeitos, foram presos. A maioria deles eram mulatos, inclusive João de Deus, e nove eram escravos.

As causas do problema baiano estavam num amálgama de ressentimento social, de preços altos dos gêneros alimentícios e do impacto das palavras de ordem da revolução francesa. A peculiar alienação dos mulatos da cidade derivava de uma série de incidentes em que eles tinham-se considerado insultados. Um sargento-mor branco fora nomeado comandante do Regimento Auxiliar de pardos livres, o que, além de violar as fronteiras raciais, colocava tal regimento em posição relativamente desfavorável ante o dos negros livres, o famoso *dos Henriques*, que era comandado por um coronel negro. Os artesãos e os soldados mulatos tinham sido sensibilizados pela ideologia revolucionária; muitos eram analfabetos, mas a aparição dos manifestos reclamando "liberdade, igualdade, fraternidade" e a composição racial do grupo conspirador provocara uma desproporcionada reação aos incidentes propriamente ditos. A mensagem do projeto "cruel massacre", como Vilhena o chamou, era muito clara. Desde 1792 havia uma preocupação quase ostensiva dos proprietários de escravos de toda a América, temerosos de que a revolução antilhana pudesse ser contagiosa. Os mulatos baianos deram a resposta a tais temores. Depois de 1798, a questão colocada ante cada branco da América portuguesa era aquela formulada pelo almirante Campbell: Dar-se-ia o caso de "os acontecimentos de São Domingos terem evidenciado plenamente que não havia mais estabilidade para a supremacia dos brancos em um país necessariamente baseado no trabalho dos negros?"

Os revolucionários mulatos com "abomináveis idéias jacobinas" foram punidos sem clemência: quatro líderes foram enforcados no centro da cidade a 8 de novembro de 1799, três deles – Lucas Dantas, João de Deus e, Manuel Faustino – todos mulatos livres, foram decapitados e esquartejados, sendo pedaços de seus corpos expostos em lugares públicos. O responsável pela saúde pública providenciou para que dois dias depois fossem removidas as carnes podres a fim de que não ameaçassem a saúde dos moradores da cidade,

mas descobriu que isto era algo que não podia ser feito sem a devida autorização real. Dezesseis dos prisioneiros foram libertados. Sete homens, cinco mulatos livres e dois mulatos escravos foram chicoteados publicamente e obrigados a assistirem às execuções, juntamente com os demais prisioneiros eles foram, por determinação de D. Rodrigo, "completamente afastados do meio dos leais vassalos" da rainha: proibida até a possibilidade de residirem nos territórios portugueses da África, eles foram literalmente abandonados em um ponto qualquer da costa africana. Os delatores foram recompensados com promoções e pensões.

D. Fernando fizera uma distinção essencial, entretanto, ao defender seus atos perante D. Rodrigo, e seus comentários sublinhavam a mudança que se verificara de 1792 em diante. Os cultivadores de cana e seus defensores queriam "liberdade" certamente, e os mais alfabetizados deles eram discípulos dos pensadores europeus, porém as teorias que os atraíam eram as que enunciavam uma justificativa de seus próprios interesses, e tais interesses – conforme D. Fernando percebia – não entravam em contradição com o relacionamento colonial. A liberdade mais desejada pelos senhores de engenho era aquela que o bispo Azeredo Coutinho propusera em seu memorial sobre o preço do açúcar: a liberdade de cada um "ganhar o maior lucro com seu trabalho". A liberdade da empresa capitalista não era a que João de Deus tinha em mente: como D. Fernando percebeu, os mais decididos antagonistas dos mulatos baianos e de suas reivindicações eram os lavoureiros baianos, porque eles e não Lisboa é que tinham mais a perder com a realização dos sonhos dos conjurados

Em 1789, membros importantes da plutocracia mineira estavam preparados para se lançar em luta armada contra o domínio português e fundar uma república independente. Depois de 1792 os "homens bons e proprietários", no dizer de D. Fernando José de Portugal, temiam o republicanismo. O levante dos escravos antilhanos mergulhara no medo os senhores de escravos de toda a América. O surto açucareiro do Brasil, em parte resultante do colapso da produção de São Domingos, trouxe consigo problemas econômicos e sociais que eram, por sua vez, parcialmente responsáveis pela tentativa de revolta dos artesãos mulatos da Bahia. Os manifestos baianos de 1798 comprovaram que os slogans da Revolução Francesa ao se propagarem dentro de uma sociedade estruturada como a da América portuguesa provocavam o risco do levante social, o que não se dera com a Revolução Americana.

Além de tudo, o interesse próprio dos produtos de cana-de-açúcar não os colocava, necessariamente, em confronto com os objetivos metropolitanos; e aqueles brasileiros que poderiam apoiar as teses do nacionalismo econômico tinham caído em descrédito com o fracasso da Inconfidência Mineira. Porém, ainda mais do que as reformas e a reorganização propostas por D. Rodrigo, tanto para mineiros punidos quanto para os senhores de engenho a instalação do trono no Brasil era uma boa solução e uma acomodação alvissareira a oferecer mudanças políticas sem desintegração social.

AS TROPAS DA MODERAÇÃO. LENHARO, Alcir – São Paulo, Símbolo, 1979.

O ano de 1808 tem aparecido nos estudos de História como um marco ímpar. Além de significar o ato final da quebra do "exclusivo colonial", por meio da fixação da Corte no Rio de Janeiro, representa também um avanço significativo da internalização do capital nativo no Centro-sul. Estas novas condições deram margem à formação de um processo econômico específico na região, cujos resultados permitiram a expansão da economia cafeeira, com conseqüente recrudescimerito do trabalho escravo.

Para o alcance deste trabalho, 1808 serve de baliza principalmente no tocante às transformações que o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro sofreu sob o impacto das mudanças decorrentes da instalação da Corte no Centro-sul.

Após 1808**,** o movimento mercantil degêneros de primeira necessidade voltado para mercado interno solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como o pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-sul.

De fato, ampliaram-se as proporções da demanda no mercado consumidor carioca, aumentando sensivelmente as necessidades básicas da população. O crescimento demográfico na Corte a partir de então se manteve, o que não foi devido somente à imigração de nobres e acompanhantes da família real.

Além de dispor dos recursos peculiares de um centro político administrativo, a Corte constituía-se no mais importante entreposto comercial de todo o Centro-sul e, portanto, era ponto de atração e repulsão de população, o que garantia um significativo deslocamento de pessoas em todas as épocas

do ano. Em termos de consumo, vale também considerar os novos padrões instituídos pela presença de delegações diplomáticas e altos comerciantes além dos estratos burocráticos e militares ali estabelecidos.

De resto, é necessário apontar outros serviços prestados pela cidade, entre eles as atividades de seu porto. O Rio de Janeiro era então o maior centro de importação/exportação do país, polarizador da produção das regiões circunvizinhas, além de entreposto de gêneros oriundos do Sul, do Prata e da África portuguesa. Um número significativo de navios aportava no Rio de Janeiro para ali se abastecerem. O movimento do porto se completava com a redistribuição para outros centros de consumo de uma parte de suas importações, efetivada por meio da cabotagem e do comércio interior, estruturado sobre a organização mercantil das tropas de mulas.

Nessa linha de considerações, é fácil perceber que as transformações desencadeadas após 1808 significaram um acúmulo de serviços para o mercado carioca, cujas novas condições de funcionamento extrapolavam as anteriores, saturando seus limitados recursos de organização.

Evidencia-se o acanhamento das fontes abastecedoras do mercado carioca por meio das providências que o príncipe regente recomendou antes de se instalar no Rio de Janeiro. Ordens foram expedidas para os portos e Capitanias mais próximos do Rio de Janeiro para “socorrer a cidade de mantimentos”. O gado e os porcos remetidos livremente pela população deviam ser encaminhados à Fazenda de Santa Cruz onde o regente disporia, de acordo com as necessidades, das doações acumuladas.

De Minas Gerais desceu considerável quantidade de cavalos, bestas, gado vacum, e porcos, cujas remessas eram organizadas pelo próprio governo da Capitania. Num ofício de 8 de março de 1808, garantia o governador “terem já 700 e tantas cabeças de gado vacum, 250 porcos e outros gêneros mais, que espontaneamente têm sido oferecidos pelos povos, e tudo isto há de ser conduzido com o cômodo possível, o que não será com muita brevidade, pela distância e longes”.

Concorria para atender aos pedidos das autoridades a diligência de proprietários particulares do interior, sem dúvida induzidos a ganhar as graças do regente. Exemplo significativo, foi o de Da. Joaquina do Pompeu, proprietária de terras em Pitangui, não longe de Vila Rica, onde possuía quatro fazendas de gado, com aproximadamente 3 mil cabeças. Tradicional vendedora de gado para a Corte, ela fizera também sua remessa para Santa Cruz, contribuindo com 200 cabeças de gado, por meio de seu representante

comercial em Vila Rica, Diogo Pereira de Vasconcelos, pai de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Essa política de provimentos, pautada por um caráter tipicamente paternalista, não podia, no entanto, fazer frente às novas condições de abastecimento. As doações dos colonos, por mais prontas que fossem, não eram suficientes para a regularização do mercado, cada vez mais dilatado pelo crescimento populacional da cidade. Registram-se a partir de então, sucessivas e contínuas crises de abastecimento da cidade, tanto de gêneros graúdos ou pequenos, que provocavam, ano após ano, escassez de produtos, rareados nos períodos de entressafra.

(...) Premido pelas rápidas mudanças que a instalação da Corte no Brasil acarretara, a política administrativa de D. João teria necessariamente que admitir uma virada modernizadora em suas diretrizes básicas. As aberturas e reformas de vias de comunicação inserem-se neste contexto. Sustam-se as proibições; ao contrário, incentiva-se agora a abertura de novos caminhos, assumindo o governo a responsabilidade de levar adiante grandes empreendimentos. Desta forma, D. João procurará moldar uma política pragmática, improvisando medidas conciliatórias que contornassem os problemas derivados das rupturas coloniais e, ao mesmo tempo, que atendessem ao plano de fixação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. (...)

(...) Buscar a integração do Centro-sul foi a resposta que o regente encontrou para fazer frente a um quadro de necessidades que implicavam mudanças. Ainda que seus objetivos não se consubstanciassem plenamente, sobre as bases construídas no seu governo é que seria possível, posteriormente, fazer-se a montagem material do nascente Estado independente.

Na articulação desses projetos de infra-estrutura de transportes é que se pode notar o modo como certos grupos familiares se aproximaram da Corte e, por meio da prestação de serviços ao Estado, conquistaram uma situação política e econômica favorável. Muitos ascenderam já com D. João VI, integrando parte da nobreza que apoiaria a gestão de D. Pedro I. Outros foram se destacando posteriormente, vindo a integrar a vasta galeria da aristocracia do Segundo Reinado.

O anteriormente citado Manuel Jacinto Nogueira da Gama e seus parentes próximos servem de exemplo para o primeiro caso apontado. Na qualidade, de deputado o escrivão do Real Erário teve acesso a grande quantidade de terras, distribuídas dadivosamente por D. João VI. Seu irmão, José Ignácio Nogueira da Gama, entre o que recebeu de doações mais terras herdadas e comparadas, teria somado, segundo Taunay, cerca de 17 sesmarias,

perto de 20 mil hectares das melhores terras virgens em solo mineiro e fluminense. Mais as terras que Manuel Jacinto recebeu em São João Marcos e Valença, pode-se aquilatar o poderio econômico da família.

Mais espantoso ainda se apresenta este quadro quando se sabe da introdução de Manuel Jacinto na família dos Carneiro Leão. Nela também se integrara Paulo Fernandes Viana, que sendo intendente da polícia, recebeu grande quantidade de terras na região de Valença. Somente este clã açambarcaria imensa “mancha” de terras que ia desde o Vale do Paraíba fluminense até a Zona da Mata mineira.

Esse império explica, em grande parte, o porquê da construção da estrada da Polícia, cujo traçado, antes de alcançar o Sul de Minas, servia diretamente às propriedades da família. Enquanto a Junta do Comércio levava adiante o projeto da estrada do Comércio, a Intendência da polícia, cujo chefe era Paulo Fernandes Viana, realizava o seu, simultaneamente.

Por meio da junta, João Rodrigues Pereira de Almeida (futuro Barão de Ubá) fazia também prevalecer seus interesses pessoais. Sendo proprietário na região de Ubá, próxima de Vassouras, também ampliou as suas posses graças à requisição de terras. Era também grande comerciante na praça do Rio de Janeiro e, assim como os demais grandes nomes do comércio na época, estava envolvido no tráfico de escravos. Atuando como deputado da Junta do Comércio, João Rodrigues fez valer sua posição para determinar sobre o projeto da estrada que, obedecendo a atalho mais antigo, servia muito próximo as suas propriedades.

A trajetória de Custódio Ferreira Leite (futuro Barão de Aiurouca) é também significativa e serve de modelo para o segundo caso acima apontado. De família mineira de São João Del Rey, aventurou-se na região de Vassouras, para onde fez convergir grande número de parentes. Antes que se convertesse num dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha, na Zona da Mata mineira, passou longo tempo dedicando-se ao serviço de obras públicas, rasgando estradas, construindo pontes, etc. Trouxe dessa etapa os cabedais que lhe permitiram ligar-se à construção dos trechos finais da estrada da Polícia, já em solo mineiro; disso tiraria partido, empregando lucrativamente seus escravos nos trabalhos da estrada.

O ponto em comum a que estão associadas essas três personagens abordadas diz respeito ao modo como elas se entrelaçaram aos destinos da organização político-administrativa do Centro-sul. Obtiveram, em graus maiores ou menores, por meio de uma política de barganha com o Estado,

benefícios particulares consideráveis, além do que, graças à prestação de serviços públicos, foram elevadas a significativos postos nobiliárquicos.

Esse encontro de interesse releva um traço fundamental da formação do Estado nessa etapa de transição. Não sendo capaz de produzir o aparato político-burocrático necessário, viu-se na contingência de lançar mão das iniciativas de setores empresariais nativos de modo a conceder-lhes amplos favores em troca da prestação de serviços necessários à edificação de suas bases materiais.

Isto vale dizer que o Estado enraizado tendeu a abrigar um novo setor emergente e interno à classe dominante, setor esse que o próprio Estado favorecera em sua criação. A nobreza de D. Pedro era, em grande parte nativa, como o era também a alta burocracia de Estado.

Estas conclusões permitem uma revisão das afirmações que atribuem ao Estado ter-se mantido ligado apenas aos interesses portugueses no Centro-sul, relegando os interesses nativos. Este tipo de afirmação apoia-se na reprodução de depoimentos de setores realmente alijados pelo Estado, entre eles o de províncias mais distantes do Rio de Janeiro. O mesmo não se poderia dizer se setores do Centro-sul, cuja representação e participação no Estado eram bastante evidentes.

Não se pretende aqui afirmar que o imperador estivesse envolvido apenas com os interesses dessa aristocracia proprietária do Centro-sul. A sua cooptação não seria suficiente para desvincular o imperador do grupo de burocratas e altos comerciantes portugueses remanescentes da administração joanina.

Ao contrário, o que se propõe é demonstrar a aproximação entre os setores nativos e os setores reinóis, instalados com a Corte. O elemento comum entre eles foi a participação dividida na esfera do poder do Estado. Muitos desses nativos já eram integrantes dos quadros burocráticos desde D. João VI; outros, ou por meio da nobilitação ou de, casamentos com filhos de burocratas, ou confirmaram uma condição já adquirida ou ingressaram nos domínios do poder. Alguns desses nativos estavam de tal forma identificados com o regime deposto em 1831 que chegaram a ser ameaçados de expulsão pelos nativistas mais radicais. (...)

(...) O modo como foi se constituindo a classe cafeeira no Centro-sul pressupõe, pois, um fenômeno peculiar de acomodação social que entrelaçava os setores burocráticos e, mercantil, instalados na Capital, com setores emergentes do interior, oriundos do comércio regional ou da mineração, geralmente procedentes da Comarca do Rio das Mortes.

Alianças consumadas por interesses econômicos afins, aproximação de famílias proprietárias por meio de casamentos permitiram a formação de selecionados grupos de famílias na região do Vale do Paraíba, facilitando a emergência de um consenso de classe, claramente observado no alinhamento político que os proprietários da região vieram a tomar.

Os historiadores do café fazem diversas referências à projeção de lideranças conservadores na região. No Segundo Reinado se manteria como o principal reduto do partido conservador. E já o regresso teria ampla repercussão na região, para não dizer que exatamente nela os regressistas ganhariam seu principal respaldo social.

Curiosamente, os regressistas do final na década de 1830 eram, na região, os mesmos elementos alinhados ao governo imperial de D. Pedro I. A maior parte dos grandes proprietários do Vale do Paraíba provinha da alta burocracia e do alto comércio ligados ao imperador.

Após o curto período de comando político dos liberais moderados, o setor burocrático-mercantil, então associado à produção cafeeira, passa a ser recuperado politicamente, emprestando seu apoio às lideranças dissidentes dos moderados empenhadas na elaboração do projeto regressista.

Nesse sentido, o regresso também foi o retorno às bases sociais do Estado do Primeiro Reinado. Parcialmente alijado do Estado na gestão moderada, o antigo setor burocrático e mercantil voltava, sob o Regresso, à cena política com nova roupagem social: aristocrático, como antes, mas agora escravista e latifundiário.

Bibliografia básica:

DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da Metrópole (1808-1853).* MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *1822 Dimensões*. 2. ed., São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 160-184. Publicado em 1972, esse trabalho procura aprofundar alguns pontos levantados anteriormente por Sérgio Buarque de Holanda no texto *A herança colonial – sua desagregação* (*História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed., São Paulo, Difel, 1986, T.II, 1. Vol., p. 9-39). Referência obrigatória para qualquer estudo sobre a independência e construção do Estado no Brasil, seu ponto de partida é a constatação do equívoco em considerar a independência brasileira como fruto de uma luta nativista, já que a nação, em 1822, nem sequer existia. A autora detém-se na análise dos elementos que presidiram a emancipação política, em especial aqueles que informavam os interesses da elite articulada em torno da Corte do Rio de Janeiro tendo como preocupação central a análise do processo de constituição do Estado nacional.

Bibliografia complementar:

Sobre crise do sistema colonial: NOVAIS, Fernando A. – *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 4. ed., São Paulo, Hucitec, 1986.

Sobre a Inconfidência Mineira: MAXWELL, Kenneth – *A devassa da devassa*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Sobre o processo de Independência: COSTA, Emília Viotti da – *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3. ed., São Paulo , Brasiliense, 1985. (o texto também está disponível no livro *Brasil em perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota); HOLANDA, Sérgio Buarque de – *A herança colonial – sua desagregação. História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed., São Paulo, Difel, 1986, T.II, 1. Vol., p. 9-39.

Sobre o governo de D. João VI no Brasil e o papel do abastecimento na articulação do Centro-sul: LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação*. São Paulo, Símbolo, 1979.

2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Durante o período colonial o Brasil fora pouco mais que o conjunto de possessões portuguesas dispersas no continente americano, sem vínculos fortes o suficiente para criar, entre si, laços de unidade ou algum tipo de identidade nacional. Ao contrário, aos grupos dominantes das diversas regiões sempre foi mais interessante a manutenção de sua autonomia política ao invés de submeterem-se a um eventual governo único, como o que se estabeleceria no Rio de Janeiro a partir de 1808. A consciência nacional viria apenas por meio da integração das diversas regiões, imposta pelo governo do Rio de Janeiro.

Para o grupo dirigente articulado em torno do governo sediado no Rio a tendência à dispersão era um inimigo a ser vencido. Burocratas, comerciantes, traficantes de escravos e fazendeiros do Vale do Paraíba empenhavam-se em preservar a ordem escravista ameaçada pelas pressões inglesas para abolir o tráfico negreiro e pela possibilidade latente de se repetir no Brasil uma revolta escrava das proporções da ocorrida no Haiti no século anterior. Defrontavam-se, assim, com a necessidade de construir um Estado capaz de ser fiador da desejada continuidade. Durante toda a primeira metade do século XIX o Brasil foi palco da luta entre essa elite dirigente e os demais setores (grupos de poder regionais, homens livres pobres, escravos) que resistiam a sua dominação. Desse confronto emergiu o Estado nacional.

Vários fatores levaram o governo do Rio de Janeiro a chamar para "si o controle e a exploração das outras 'colônias' do continente, como a Bahia e o Nordeste"[2] . Além do pânico de uma revolta escrava incontrolável, as profundas disparidades entre os vários setores da população, homens livres e escravos, homens de ascendência européia, outros de origem africana e indígena, levou os proprietários rurais a protegerem-se sob o manto de um Estado capaz de manter o controle por meio da força, garantindo a dominação da elite branca. Elite que se espelhava nas sociedades européias e sonhava em criar um país à sua imagem e semelhança, a despeito da sociedade escravocrata e mestiça.[3]

Embora com os olhos na Europa, a elite dirigente não estava disposta a abrir mão, a princípio, do sistema cuja exploração era a origem de sua riqueza. A necessidade de defender o tráfico negreiro, vital para a continuidade do sistema escravista foi também um elemento fundamental na disposição de construir um Estado capaz de resistir às pressões inglesas.

---

[2] DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da* metrópole, op. cit. 173.

[3] Ibidem, idem.

A colonização lusitana havia engendrado uma economia bipolar, onde o mercado de trabalho encontrava-se fora das fronteiras do território de produção escravista na América, impedindo o desenvolvimento de vínculos significativos entre as diversas zonas de produção e, paradoxalmente, facilitando o fortalecimento do poder imperial, único capaz de resistir às exigências britânicas. Conforme nota Luís Felipe de Alencastro, "é a burocracia imperial – e só ela – que dispõe dos meios diplomáticos e políticos aptos a enfrentar as pressões britânicas, a fim de manter, até 1850, o tráfico negreiro entre os portos africanos e o Brasil. Um equilíbrio perverso ergue o trono imperial entre o governo inglês, que queria acabar logo com o tráfico, e o país real, que queria prolongá-lo o mais possível. Graças a esta função específica e intransferível o poder central afirma sua preeminência sobre as regiões e os proprietários rurais"[4] .

Por fim, havia também razões de ordem financeira. Evaldo Cabral de Melo assinala como, na década de 1820, o Centro-sul não contava ainda com uma atividade econômica altamente rentável. Só na década seguinte o café se alastraria por todo o Vale do Paraíba, tornando-se o principal produto da pauta de exportação brasileira. Dessa forma, tornava-se imprescindível ter como fonte de receitas a taxação da economia do Nordeste, único meio de viabilizar financeiramente o Estado que se procurava construir. Estabeleceu-se uma organização fiscal pela qual a maior parte da arrecadação era apropriada pelo governo central. Durante todo o século XIX houve manifestações de descontentamento nas províncias do Norte contra essa apropriação fiscal. Em Pernambuco, por exemplo, o desejo de manter na província o fruto da arrecadação tributária esteve na origem de revoltas como a Confederação do Equador e a Praieira[5] .

Foi o interesse em manter a ordem escravista que estimulou a busca de uma solução negociada entre grupos regionais e elite do Centro-sul, permitindo a articulação dos diversos setores dominantes em torno de um único Estado. Mas essa não foi uma negociação pacífica. A imposição do projeto da elite do Centro-sul foi marcada pela resistência armada dos grupos regionais em várias revoltas reprimidas com maior ou menor violência, a começar pelos movimentos republicanos do Nordeste. Os grupos regionais dominantes, herdeiros da autonomia conferida a eles pela organização colonial, relutaram em aceitar a imposição dos novos padrões de comportamento político e a submissão aos ditames de um Estado nacional.

---

[4] ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Fardo dos Bacharéis* in *Revista Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 19:68-72, dez/1987, p. 69.

[5] Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

Um dos momentos fundamentais do jogo político assim estabelecido foi a instauração do poder provincial, com o Ato Adicional de 1834, por meio do qual se conferia certo grau de autonomia aos grupos regionais e ao mesmo tempo vinculava-se sua ação política ao aparelho de Estado. Com essa iniciativa, delegava-se à província parte do poder tributário, coercitivo e legislativo, a ser exercido pelo grupo dominante na região. Configurava-se, assim, nova esfera de poder distinto do governo central e do municipal. Substituía-se o sistema anterior, em que a administração provincial era totalmente dependente do governo central por outro em que os grupos regionais encontravam, no interior do Estado, espaço próprio para a defesa de seus interesses.

A emenda constitucional foi resultado do novo arranjo político instalado em 1831. Uma vez afastada a burocracia reinol, foi possível estabelecer-se uma negociação entre grupos regionais e governo central. Este último passou às mãos de homens como Evaristo da Veiga, Bemardo de Vasconcelos, Diogo Antonio Feijó e Holanda Cavalcanti, comprometidos eles próprios com sua região de origem. A elite dirigente em formação, ao prosseguir com o projeto de construção do Estado nacional, assumia nova face, identificando-se às classes dominantes regionais, na medida em que seus membros eram delas oriundos (especialmente aqueles estabelecidos no Centro-sul) e, principalmente, porque vislumbrava a necessidade de conquistar sua adesão como forma de viabilizar a unidade sob o governo do Rio de Janeiro.

Mas, em que pesem os esforços de impor o Estado nacional aos grupos dominantes nas diversas regiões, adotando-se um regime em que lhes era conferido certo grau de autonomia, eles resistiram por muito tempo ao domínio do Rio de Janeiro. Várias revoltas eclodiram, lideradas por proprietários e comerciantes ansiosos por desvincularem-se do jugo do governo central ou apenas desejosos de, por meio das armas, fazerem-se ouvir pela elite dirigente. Além disso, a criação de uma nova instância de poder regional, com capacidade tributária, legislativa e coercitiva, teve conseqüências decisivas no comportamento dos grupos de poder regionais: a partir de então dividiram-se em setores que disputavam entre si o controle da máquina administrativa provincial, originando um confronto que resultou muitas vezes em luta armada. Esse foi o caráter dos movimentos como a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul; a Balaiada (1838-1841), no Maranhão; e a Praieira (1848), em Pernambuco[6] .

---

[6] Sobre esses movimentos veja-se: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Memórias da Balaiada* in *Revista Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 217-13, março/1989; LEITMANN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Trad. port., Rio de Janeiro, Graal, 1979) e MARSON, Izabel. *O Império do Progresso*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

A criação das assembléias provinciais, ao conferir certo grau de autonomia aos grupos de poder regionais, serviu, em um primeiro momento, para a expansão de seus interesses e disputas internas. Mas, ao mesmo tempo, canalizava tais interesses e disputas para o interior da máquina administrativa estatal, da qual faziam parte as próprias assembléias. O jogo político regional passava a vincular-se a outro mais amplo. Beneficiados pela aquisição de capacidade tributária, legislativa e coercitiva, os grupos regionais acabaram por aceitar, em certo grau, os novos padrões de comportamento político, impostos pelo Estado. Resistiam à mediação do governo nas relações de dominação, mas dependiam cada vez mais da esfera pública para atender seus interesses. Fosse para atender demandas específicas da região como, por exemplo, a necessidade de estradas em São Paulo, fosse pelo desejo de controlar o poder provincial para garantir sua hegemonia na região, os grupos regionais acabaram envolvendo-se na construção do Estado nacional. A tônica de sua participação, uma vez reprimidas as revoltas, foi a conciliação com o governo do Rio de Janeiro. Conciliação que teria lugar privilegiado nas assembléias provinciais e na Câmara dos Deputados, onde os grupos de poder regionais eram também cooptados na medida em que encontravam espaço de manifestação de seus interesses no próprio governo central. A autonomia provincial surgia como antídoto a uma ordem em que prevaleciam as facções locais. Impossíveis de serem eliminadas, deveriam ser absorvidas pelo novo Estado.

Além dos mecanismos de cooptação e conciliação, as revoltas de homens livres pobres e de escravos que convulsionaram a regência serviram também como poderoso elemento para conquistar a adesão dos grupos de poder regionais ao projeto de construção do Estado nacional. Reprimidas com violência pelas tropas imperiais, essas rebeliões contribuíram para colocar o governo central como garantia da ordem interna. As tropas da Coroa mostraram-se indispensáveis para combater revoltas nas quais a população pobre tentava conquistar melhorias no seu nível de vida e os escravos lutavam por sua liberdade. Esse foi o caso, por exemplo, da Cabanagem (1835-1840), no Pará; e da Sabinada (1837-1838), na Bahia, ambas protagonizadas pela população livre e pobre, e da Revolta dos Malês em 1835, em Salvador, levada a cabo exclusivamente por escravos muçulmanos[7].

---

[7] Sobre essas revoltas veja-se: PAOLO, Pasquali di. *Cabanagem*. 2. ed., Belém, CEJUP, 1986. REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987. SOUZA, Paulo César. *A Sabinada*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Entretanto, se as revoltas fortaleciam o Estado aos olhos dos grupos regionais, aos políticos da Corte só parecia possível superar o risco de desagregação, representado por um país convulsionado, com medidas que conferissem maior poder de controle ao governo central. Tornava-se patente a necessidade de colocar um freio na capacidade de mobilização dos diversos setores. Era preciso ampliar o grau de centralização do regime, em especial aumentar o poder de polícia do governo central nos mais distantes rincões, de forma a manter a população sob controle. A autonomia regional só poderia existir, sem colocar em risco a integridade territorial, se houvesse a neutralização dos potentados locais. Nesse sentido, tornava-se imperativo garantir ao Estado nacional o monopólio da administração da justiça.

À elite dirigente parecia imprescindível disciplinar as facções locais, impondo-lhes novas regras do jogo político, pertinentes a um Estado que procurava seguir, no aspecto formal, os caminhos trilhados pelos Estados europeus. Em nome das idéias liberais em vigor na Europa, a elite dirigente empenhou-se no projeto de *civilizar* a população e reordenar a sociedade. A população era vista como uma multidão de escravos e libertos, negros e mestiços, e portanto bárbaros. Esta visão sombria, amplamente difundida, era como um convite a uma arregimentação das elites para sua missão paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro, carente de luzes, necessitado de liderança e de disciplina (...). Esse pessimismo com relação à viabilidade de unir no seio de uma comunidade nacional as forças sociais díspares da sociedade brasileira seria o principal argumento dos que lutavam a favor de um governo centralizado, autoritário, com força bastante para se poder impor às diferentes províncias e garantir uma unidade nacional”[8] .

Tal missão paternalista exigia a criação de um aparato legal capaz de disciplinar a atividade judicial. Parte importante do esquema de dominação pessoal, a justiça privada deveria ser substituída pela pública, a moral baseada nos costumes deveria ceder lugar a um código de regras promulgado pelo Estado[9]. A reforma do Código de Processo Criminal, em 1841, foi parte do esforço de impor nova forma de dominação. Os legisladores de 1841 preocuparam-se em reformar o sistema judiciário de modo a vinculá-lo diretamente ao governo central e, também, garantir que a aplicação das leis

---

[8] DIAS, Maria Odila da Silva. *Ideologia liberal e construção do Estado no Brasil* in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, XXX:211-225, 1980/1981, p. 217.

[9] Sobre as dificuldades do Estado em impor um sistema judicial cujas regras se opunham aos costumes ditados pelo poder privado veja-se FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3. ed., São Paulo, Kairós, 1983. Em especial o capítulo III.

estivesse a cargo de homens treinados para tanto e que não se deixariam influenciar pelos costumes. A reforma do Código esvaziou de poder o cargo de juiz de paz, eleito na localidade e, portanto, escolhido pelos fazendeiros que manipulavam as eleições, deslocando suas atribuições para os cargos de delegados e subdelegados, diretamente vinculados ao presidente da província. Avançava-se, desse modo, na criação de uma rede estatal visando substituir a justiça privada pela pública.

No entanto, isso não significa dizer que ordem pública e privada eram necessariamente antagônicas. Se construir o Estado nacional pressupunha impor um novo tipo de dominação – mediada pelas instituições públicas, em detrimento da dominação privada – o Estado não podia escapar das injunções da ordem escravista e por isso acabou absorvendo elementos próprios dessa ordem. Em primeiro lugar, o desejo de manter alijados do jogo político os demais setores sociais pressupunha o falseamento das eleições. Se desde o início foi patente a necessidade de cercear o alto grau de poder dos potentados locais e subordiná-los ao governo central, o funcionamento do regime, na forma como vigorava então, dependia da fraude e do controle do eleitorado. Tornava-se necessário ao governo central estabelecer uma espécie de consórcio com os fazendeiros de forma a ter ao seu favor, no jogo político, sua imensa clientela.

Além disso, se a elite dirigente adotara o modelo do Estado moderno europeu, suas características, no Brasil, foram condicionadas pela realidade escravista[10] . Em uma sociedade escravocrata, forjada na condição de colônia, não era possível a simples transmigração de um modelo nascido em situação tão diversa. Da mesma forma que as idéias liberais importadas da Europa, o modelo de Estado moderno adquiriu, no Brasil, novo conteúdo. As novas instituições ajustaram-se ao mecanismo que, no dizer de Roberto Schwarz, regia a vida ideológica do país: o favor. Na sociedade escravista os homens livres pobres não encontravam outro acesso à vida social e seus bens senão

---

[10] A melhor definição sobre o Estado moderno pode ser encontrada em Max Weber – *Economia y sociedade*. Trad esp., México, Fondo de Cultura Econômica, 1974. Segundo Norberto Bobbio, a caracterização do Estado moderno formulada por Weber tornou-se *communis opinio* e pode ser definida “mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de, prover a prestação de serviços públicos e, o monopólio legítimo da força”. *In Estado, governo, sociedade*. Trad. port., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Esses dois elementos significavam, por sua vez, a imposição de uma ordem legal, a criação de, uma burocracia, o monopólio da tributação e o exercício de uma jurisdição compulsória sobre um território determinado. Sobre o processo de construção do Estado moderno na Europa veja-se também Charles-Tilly (ed.) – *The formation of nacional states in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

por meio do favor de um latifundiário em troca da prestação dos mais variados serviços. Tal relação fundava-se no sentimento de igualdade e superioridade por ambos serem livres em uma sociedade escravista. Considerando-se “compadres”, trocavam favores. Como supostos iguais, encobrindo-se, dessa forma, a dominação e o arbítrio do fazendeiro sobre seus agregados[11]. Como aponta Maria Sylvia de Carvalho Franco, o favor, matriz do tipo de dominação estabelecido no Brasil, “fundou as relações entre homens livres, que se concebiam como iguais, e foi sobre essa igualdade mesma que se ergueu um forte princípio de dominação pessoal implantada por meio da troca de serviços e benefícios”[12] . Ao perpassar a administração pública, o favor introduziu o clientelismo como elemento a mediar o jogo político. No caso das instituições, isso significou a convivência de fórmulas modernas e prática clientelista. A burocracia, por exemplo, “realizou as formas e as teorias do Estado burguês pela mediação do clientelismo, vinculando autoridade oficial e influência pessoal na montagem eficiente de um instrumento centralizador autoritário, explorado pela classe dominante em vista de seus objetivos, identificados com os interesses nacionais”[13]. Assim, por meio do clientelismo, o favor esteve presente na construção do Estado brasileiro dando novo conteúdo a instituições e relações inspiradas nos Estados modernos.

Foi por meio do clientelismo que a elite dirigente foi capaz de resolver o problema da legitimidade para um Estado sem base popular e sem o apoio de um setor significativo em termos numéricos. A legitimidade necessária para empreender a subordinação dos grupos regionais e reprimir revoltas foi conseguida por meio do expediente de conferir ao governo central uma aparência, mas apenas aparência, de representatividade, de que o “regime tinha a seu favor a vontade popular expressa em número apreciável de sufrágios. Era preciso, entretanto, retirar do nada, ou do quase nada, os eleitores e elegíveis e, para tanto, recorreu-se principalmente a uma farta distribuição de empregos públicos”[14].

Essa solução tornou-se plenamente factível a partir de 1831, quando a abdicação de D. Pedro I permitiu desvencilhar o aparelho de Estado dos portugueses, ficando os cargos públicos disponíveis. Com isso “as classes

---

[11] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As Idéias estão no Lugar* in *Cadernos Debate*. São Paulo, 1:61-64, 1976, p. 62.

[12] Ibdem idem, p. 63

[13] Ibdem ldem, p. 63.

[14] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio. Jeanne Berrance de Castro – A Milícia Cidadã*. 2. ed., SP, Nacional, 1979, p. XXII.

desprovidas de meios para uma subsistência decorosa segundo os padrões dominantes, e que normalmente poderiam pesar sobre o Tesouro, viram convertidas suas próprias necessidades em prerrogativas”[15]. Homens livres pobres foram alçados ao aparelho burocrático estatal, tornando-se funcionários públicos habilitados a serem “eleitores e elegíveis”. Houve, assim, uma perversão da noção de representatividade, criando-se “um sisterna *sui generis* em que, para salvar-se a fachada parlamentarista, o governo há de depender, ao menos teoricamente, da vontade dos representantes da nação, mas onde os representantes da nação vão depender por sua vez da vontade do governo. A Câmara eletiva, principalmente, torna-se verdadeiramente um corpo de fiscais fiscalizados[16]. Tal o expediente encontrado para suprir as lacunas herdadas da organização preexistente que se procurava preservar, e que resultou num Estado de funcionários públicos.

A fachada parlamentarista foi mantida durante todo o regime monárquico. Uma vez consolidado o Estado nacional, o regime atravessou um período de estabilidade até a década de 1870, quando suas contradições emergiram em uma crise que teria seu fim com a Proclamação da República em 1889. As reformas de 1840 (em que se reviu o Ato Adicional, de modo a delimitar os poderes das assembléias provinciais) e de 1841 foram acompanhadas da decretação da maioridade de D. Pedro II e, conseqüentemente, da volta do Poder Moderador. A partir de 1837 dois partidos nacionais organizaram-se, o Liberal e o Conservador, revezando-se no poder ao sabor do desejo imperial. Uma vez nomeado um novo ministério, caso não obtivesse maioria na Câmara, esta era dissolvida e convocada novas eleições. Graças à fraude, era garantida uma nova Câmara com maioria governista.

O grupo articulado em torno do governo do Rio de Janeiro presidiu a construção do Estado nacional visando a continuidade da ordem escravista. Cooptou os grupos de dominação regional, reprimiu as revoltas escravas e de homens livres pobres, impôs uma legislação que permitiu a acomodação da ordem privada herdada do período colonial no seio de um Estado pretensamente moderno, promovendo seu ajuste com os, novos mecanismos de dominação. Em meados do século XIX o Estado nacional consolidava-se revestido pelo regime monárquico que prevaleceria até 1889.

---

[15] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República* in *História Geral da Civilização Brasileira*, 4. ed., SP, Difel, 1985, T.II, V.5., p. 83.

[16] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio, op. cit.*, p. XXI.

Textos complementares:

AS IDÉIAS FORA DO LUGAR. SCHWARZ, Roberto in *Ao vencedor as batatas.* 2. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1981

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato "impolítico e abominável" da escravidão.

Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema de ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, "impolítico e abominável". Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as luzes, o progresso, a humanidade etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: "Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!". Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. "Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz".

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da européia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só

disso vivem as idéias. Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra”. Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Freqüentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.

Embora sejam lugar-comum em nossa historiografia, as razões desse quadro foram pouco estudadas em seus efeitos. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Mais ou menos diretamente, vêm daí as singularidades que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada. A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles. No plano das convicções, a incompatibilidade é clara, e já vimos exemplos. Mas também no plano prático ela se fazia sentir. Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto – um entre muitos – indica o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva. Comentando o que vira numa fazenda, um viajante escreve: “não há especialização do trabalho porque se procura economizar a mão-de-obra”. Ao citar a passagem, F. H. Cardoso observa que “economia” não se destina aqui, pelo contexto, a fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. O estudo racional do processo produtivo, assim como a sua modernização continuada, com todo o prestígio que lhes advinha da revolução que ocasionavam na Europa, eram sem propósito no Brasil. Para complicar ainda

o quadro, considere-se que o latifúndio escravista havia sido na origem um empreendimento do capital comercial, e, que portanto o lucro fora desde sempre, o seu pivô. Ora, o lucro como prioridade subjetiva é comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas. De sorte que os incultos e abomináveis escravistas até certa data – quando esta forma de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado – foram no essencial capitalistas mais conseqüentes do que nossos defensores de Adam Smith, que no capitalismo achavam antes que tudo a liberdade. Está-se vendo que para a vida intelectual o nó estava armado. Em matéria de racionalidade, os papéis se embaralhavam e trocavam normalmente: a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia etc. E, da maneira geral, na ausência do interesse organizado da escravaria, o confronto sobre humanidade e inumanidade, por justo que fosse, acabava encontrando uma tradução mais rasteira no conflito entre dois modos de empregar os capitais – do qual era a imagem que convinha a uma das partes.

Impugnada a todo instante pela escravidão a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilava. Seria fácil deduzir o sistema de seus contra-sensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX. Já vimos uma coleção deles. No entanto, estas dificuldades permaneciam curiosamente inessenciais. O teste da realidade não parecia importante. É como se coerência e generalidade não pesassem muito, ou como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros – mas outros em relação a quê? Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais; o que, entretanto, é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como todo. Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. O favor é, portanto, o mecanismo por meio do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em conseqüência, por este mesmo mecanismo. Assim, com múltiplas formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre à relação produtiva de base, esta

assegurada pela força, esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O *favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara**,** é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

O escravismo desmente as idéias; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não pode ser integralmente racionalizado. Na Europa, ao atacá-los, o universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulara a autonomia da pessoa, a universidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho, etc. – contra as prerrogativas do *Ancien Régime*. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, vamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais – a colonização é um feito do capital comercial. No fastígio em que estava ela, Europa, e na posição relativa em que estávamos nós, ninguém no Brasil teria a idéia e principalmente a força de ser, digamos, um Kant do favor, para bater-se contra o outro. De modo que o confronto entre esses princípios tão antagônicos resultava desigual: no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia européia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, geralmente dos próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e, as noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do Estado burguês moderno. Além dos naturais debates, este antagonismo produziu, portanto, uma coexistência

estabilizada – que interessa estudar. Aí a novidade: *adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente "objetiva", para o momento de arbítrio que é da natureza do favor.* Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas. Esta recomposição é capital. Seus efeitos são muitos, e levam longe em nossa literatura. De ideologia que havia sido – isto é, engano involuntário e bem fundado nas aparências – o liberalismo passa, na falta de outro termo, a penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão "racional", o favorecimento conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo. Nestas condições, quem acreditava na justificação? A que aparência correspondia? Mas justamente, não era importante – a intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor. A compensação simbólica podia ser um pouco desafinada, mas não era mal-agradecida. Ou por outra, seria desafinada em relação ao Liberalismo, que era secundário, e justa em relação ao favor, que era principal. E nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, do que as idéias mais ilustres do tempo, no caso as européias. Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema. Deriva sossegadamente do óbvio, sabido de todos – da inevitável "superioridade" da Europa – e liga-se ao momento expressivo, de auto-estima e fantasia, que existe no favor. Neste sentido dizíamos que o teste da realidade e da coerência não parecia, aqui, decisivo, sem prejuízo de estar sempre presente como exigência reconhecida, evocada ou suspensa conforme a circunstância. Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc. Combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica, o Liberalismo fazia com que o pensamento se perdesse. Retenha-se, no entanto, para analisarmos depois, a complexidade desse passo: ao tornarem-se despropósito, estas idéias deixam também de enganar. (...)

Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo não-descartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é

acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as idéias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza. Largamente sentido como defeito, bem conhecido mas pouco pensado, este sistema de impropriedades decerto rebaixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances da reflexão. Contudo facilitava o ceticismo em face das ideologias, por vezes bem completo e descansado, e compatível, aliás, com muito verbalismo. Exacerbado, dará na força espantosa da visão de Machado de Assis. Ora, o fundamento deste ceticismo não está seguramente na exploração refletida dos limites do pensamento liberal. Está, se podemos dizer assim, no ponto de partida intuitivo, que nos dispensava do esforço. Inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência, as idéias da burguesia viam infirmada já de início, pela evidência diária, a sua pretensão de abarcar a natureza humana. Se aceitas, eram por razões que elas próprias não podiam aceitar. Em lugar de horizonte, apareciam sobre um fundo mais vasto, que as relativiza: as idas e vindas de arbítrio e favor. Abalava-se na base a sua intenção universal. Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada. Vê-se que este chão social é de conseqüência para a história da cultura: uma gravitação complexa, em que volta e meia se repete uma constelação na qual a ideologia hegemônica do Ocidente faz figura derrisória, de mania entre manias. O que é um modo, também, de indicar o alcance mundial que têm e podem ter as nossas esquisitices nacionais. Algo de comparável, talvez, ao que se passava na literatura russa. Diante desta, ainda os maiores romances do realismo francês fazem impressão de ingênuos. Por que, razão? Justamente, é que a despeito de sua intenção universal, a psicologia do egoísmo racional, assim como a moral formalista, fazia no Império Russo (efeito de uma ideologia "estrangeira", e, portanto

localizada e relativa. Dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo. A figura caricata do ocidentalizante, francófilo ou germanófilo, de nome freqüentemente alegórico e ridículo, os ideólogos do progresso, do liberalismo, da razão, eram tudo formas de trazer à cena a modernização que acompanha o capital. Estes homens esclarecidos mostram-se alternadamente lunáticos, ladrões, oportunistas, crudelíssimos, vaidosos, parasitas, etc. O sistema de ambigüidades assim ligadas ao uso local do ideário burguês – uma das chaves do romance russo – pode ser comparado àquele que descrevemos para o Brasil. São evidentes as razões sociais da semelhança. Também na Rússia a modernização se perdia na imensidão do território e da inércia social, entrava em choque com a instituição servil e com seus restos, – choque experimentado como inferioridade e vergonha nacional por muitos, sem prejuízo de dar a outros um critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente continua a impor ao mundo. Na exacerbação deste confronto, em que uma das raízes profundas da literatura russa. Sem forçar em demasia uma comparação desigual, há em Machado – pelas razões que sumariamente procurei apontar – um veio semelhante, algo de Gogol, Dostoievski, Gontcharov, Tchecov, e de outros talvez, que não conheço. Em suma, a própria desqualificação do pensamento entre nós, que tão amargamente sentíamos, e que ainda hoje asfixia o estudioso do nosso século XIX, era uma ponta, um ponto nevrálgico por onde passa e se revela a história mundial.

O TEMPO SAQUAREMA. MATTOS,Ilmar Rohloff de. São Paulo, Hucitec, 1987.

No momento em que o conjunto dos interesses que se haviam constituído como decorrência da fusão dos antigos monopolizadores começava a colocar ao lado da questão do Estado a da nação, também como resultado da brusca aceleração de um movimento, anuncia-se uma mudança de perspectiva e a constituição de um campo diverso: deixavam de olhar apenas para a Corte, espaço de seus interesses imediatos, e, por fazê-lo, ampliavam o espectro das forças contra as quais combatiam. Se as Cortes de Lisboa, num primeiro instante, apareciam com destaque, elas deixavam de ser o adversário exclusivo. Os interesses ingleses contrários ao tráfico negreiro intercontinental; os plantadores escravistas de outros pontos da região de agricultura mercantil-escravista; aqueles produtores interioranos, sobretudo

do sul de Minas, ligados ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, e que se haviam projetado politicamente em âmbito local e provincial; os colonos das demais regiões; os escravos insurretos; e a malta urbana, eram outros adversários de uma mesma luta que, em sua cotidianidade, abria um caminho que possibilitava uma integração diversa. A vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitavam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus constituía-se, sem dúvida, na condição para uma transformação. Intimamente ligados ao aparelho de Estado, expandiam seus interesses, procuravam exercitar uma direção e impunham uma dominação. No momento em que se propunha a tarefa de construção de um Estado soberano, levavam a cabo o seu próprio forjar enquanto classe, transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante. Não se constituindo unicamente dos plantadores escravistas, mas também dos comerciantes que lhes viabilizavam e, por vezes, com eles se, confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios, a *classe senhorial* se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado imperial. (...)

Por se entender o Império como “um e único”, se o entende também como um continente que, sob a direção de uma elite ilustrada, deve conter a nação brasileira – “a associação de todos os brasileiros” –, até mesmo porque tem-se clareza da sua frágil coesão, como resultante da instituição que a fundamenta e que, não obstante, deve ser preservada: a escravidão. Velha preocupação – recordemos – já expressada por José Bonifácio nos idos da Independência –, “... amalgamação muito difícil será a liga de tanto material heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., em um corpo sólido e político...” –, e que ainda permanecia, reproduzindo-se porque reproduzia os interesses e as concepções dos grupos dominantes e dirigentes da sociedade. Se a nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição e revolucionária, o território do Império devia ocupar o seu lugar, sendo a sua integridade e indivisibilidade um “dogma político”. (...)

(...) Sem embargo, a coroa ocupa, agora, o lugar da região; mas se o faz, devemos acrescentar, não é para que ela desapareça, e sim justamente

para assegurar a sua continuidade. No quadro novo definido pela constituição de um mercado mundial animado pelo capitalismo em sua fase concorrencial, e no qual tendencialmente cada vez mais o comércio e a economia envolvem as nações, atrelando-as a uma política mundial, a ação da Coroa deve orientar-se no sentido da preservação dos interesses que se estabeleceram cada uma das regiões, e que a crise do sistema colonial de base mercantilista por um momento ameaçara de modo agudo. À Coroa compete, pois, efetuar uma restauração: ela reivindica o monopólio desta execução. A unidade do território simboliza a unidade que deve presidir esses interesses em restauração. O papel sempre desempenhado nas sociedades escravistas pelo direito – entendido, por certo, enquanto lei e processo de aplicação – somado ao espírito conservador que, aqui e agora, anima esta atuação, faz com que a Coroa reivindique não só o monopólio da elaboração das leis, mas também o da sua execução e fiscalização, no processo de unificação dos interesses dominantes. magistrados e, bacharéis em direito ou burocratas-bacharéis são os agentes privilegiados de uma restauração. (...)

(...) Nesse quadro, a política imperial está fundamentalmente referida à crise do escravismo colonial, nos seus dois aspectos que há pouco referimos: a política inglesa e as insurreições crescentes. Administrar os interesses dominantes converte-se, em larga medida, *em ordenar as grandes famílias*, mesmo que em certos momentos isto signifique colocar-se contra alguns dos privilégios e monopólios que as distinguiam. A Coroa procura proceder a esta ordenação por meio de políticas diversas, como uma política de terras, uma política de mão-de-obra – que contemple tanto a questão do trabalhador escravo quanto a da imigração européia –, uma política tributária, uma política monetária e uma política creditícia; a elas se somava uma ação repressiva que, lançando mão dos corpos policiais e das guardas nacionais, buscava conter as insurreições negras e as agitações da malta urbana. A Coroa se esforça por administrar homens, empenhando-se muitas vezes em civilizá-los por meio de um sistema escolar; e também coisas, incluindo-se entre estas os escravos. (...)

(...) A íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, por outro lado, sublinha a diferença qualitativa entre o plantador escravista e a classe senhorial. Já vimos que, de acordo com Gorender, os plantadores escravistas eram, nos limites da Colônia, a classe dominante, definindo-se, antes de tudo, pela relação antagônica que mantinham com os escravos. E assim efetivamente devemos considerá-los, sempre que nos ativermos à consideração da estrutura de produção gerada

pela colonização: as classes sociais surgem, então, como realidades referidas exclusivamente a uma determinada correlação de forças sociais. Todavia, a consideração de um tipo diverso de correlação de forças – a correlação de forças políticas –, pressupondo a anterior, mas nela não se esgotando, nos permite aprofundar alguns dos pontos vistos anteriormente, no momento em que a Coroa passa a ocupar a posição privilegiada na face complementar da moeda.

Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente ao exercício de uma dominação nos limites de suas propriedades, a classe senhorial serve-se do Estado imperial para construir a sua unidade e levar a efeito uma expansão. De um lado, a Coroa une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam com a lavoura cafeeira àqueles detentores de monopólios que, de modo e em graus diversos, haviam se constituído nas demais regiões e mesmo na região de agricultura mercantil-escravista, fazendo-os superar, muitas vezes, as atitudes de desconfiança que nutriam em relação ao aparelho de Estado desde o tempo da luta contra a antiga metrópole. Em sua ação, a Coroa procede a uma expansão horizontal da classe senhorial. De outro lado, ela atrai para a órbita dos interesses da classe senhorial aqueles elementos que, no Império escravocrata, detêm uma única propriedade, a de suas pessoas, procedendo assim a uma segunda expansão, verticalmente. Entenda-se, todavia que levar a cabo esta dupla expansão não significa apenas e nem principalmente obter uma submissão, e sim proceder a uma incorporação, a qual se apresentava, nos termos da própria proposta iluminista, como a difusão de uma *civilização*.

A íntima relação entre a construção do Estado Imperial e a constituição da classe senhorial faz com que a Coroa assuma, deste modo, o papel de um partido, nos termos em que Antônio Gramsci o propõe, e este papel define a sua modernidade. Por se constituir na expressão e forma mais avançada dos interesses da classe em constituição, a Coroa enquanto um partido político não se reduz à figura do imperador. "O partido só pode ser um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação".

E, enquanto um partido, a eficácia da Coroa deve ser demonstrada a cada instante na capacidade de criar acontecimentos, assim como de impedir que outros se verifiquem: na competência de levar a efeito uma atualização, preservando uma singularidade. Como um partido, a Coroa deve lidar com as fissuras e divergências no interior da classe, com os afastamentos daqueles

contingentes que se lhe opõem, dando-lhes o tratamento de divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, e, ao assim proceder, propicia a unificação e homogeneização dos representantes políticos da classe senhorial, habilitando-se para o exercício de uma direção e de uma dominação.

Revela-se, assim, no papel de partido reservado à Coroa a razão fundamental do empenho pela preservação de uma unidade territorial. Não se esgotando nas questões relacionadas à vida parlamentar e política em sentido estrito, ele é tanto o empenho dos representantes da classe senhorial pela preservação da concepção da unidade estatal quanto o empenho pela manutenção do consentimento dos governados à ação que a Coroa desenvolve.

Bibliografia básica:

CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana*. HOLANDA, Sérgio B. de (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.II, 2. Vol., p.9-70. Apresentando um quadro geral da política do Império durante a regência, o autor fornece uma análise consistente sobre as reformas políticas empreendidas pela elite dirigente a partir de 1831.

Bibliografia complementar:

Sobre a elite imperial: MATTOS, Ilmar Rohloff de *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.

Sobre o liberalismo no Brasil: BOSI, Alfredo *A escravidão entre dois liberalismos* in *Estudos Avançados*. São Paulo, 2(3):4-39, set/dez de 1988; SCHWARZ, Roberto *Ao vencedor as batatas*. 2. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1981 (1. cap. – *As idéias fora do lugar*).

Sobre a política imperial: CARVALHO, José Murilo de *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, 1988.

3. A ECONOMIA NO IMPÉRIO

A partir do século XIX, o Brasil integrou-se à economia mundial como país soberano, desempenhando o papel que lhe ficara reservado desde o período colonial, agora reafirmado pela Revolução Industrial: exportador de matérias-primas e gêneros agrícolas e consumidor de produtos industrializados[17]. Mantinha-se assim, no Brasil independente, a estrutura econômica básica herdada do período anterior: agricultura voltada para a exportação, organizada em latifúndios monocultores trabalhados pela mão-de-obra escrava. Com tal estrutura organizou-se a produção cafeeira no Vale do Paraíba que, com a decadência da lavoura açucareira e a crescente demanda por café no mercado europeu, tornou-se a base da economia brasileira no século XIX. A partir da década de 1840 o café já era o principal produto da pauta de exportação do país e responsável pela maior parte dos rendimentos nacionais. A história do Império confunde-se, assim, com a história do café.

A ocupação do Vale do Paraíba pelas fazendas cafeicultoras esteve intimamente associada ao processo de construção do Estado nacional. A rede de abastecimento, a integrar Sul e Centro-sul, gerou o povoamento da região e sua ocupação por famílias que formariam, mais tarde, o restrito grupo dos barões do café. Em troca dos serviços prestados para o abastecimento da Corte, tropeiros, comerciantes, proprietários rurais e altos funcionários do aparelho estatal foram recompensados, pelo governo, com terras nessa região. Eles se tornaram os pioneiros da produção em grande escala do café para exportação e, também, a base de sustentação material e política da Corte.

A cafeicultura tomou conta de todo o Vale do Paraíba e sua expansão prosseguiu em direção ao sul de Minas Gerais e oeste paulista. Na década de 1860 a produção de café da região de Campinas (SP) já rivalizava com a de Bananal (RJ), principal centro produtor da região. Instalada no oeste paulista, a produção cafeeira, pólo mais dinâmico da economia nacional, tornou-se o centro irradiador das transformações que conduziriam o país ao capitalismo industrial. Implementadas como respostas aos problemas imediatos de transportes e mão-de-obra, tais transformações logo significaram mudanças profundas na organização econômica do Brasil.

---

[17] "Criaram-se, desse modo, as condições para uma especialização no plano internacional, com base na interdependência entre as economias de todas as partes do mundo. Aos países não industrializados, mas com abundantes recursos do solo e do subsolo, coube a função de fornecedores de matérias-primas e de gêneros alimentícios. Sob estes termos se colocou a economia brasileira no contexto mundial". CANABRAVA, Alice F. *A grande lavoura*. In HOLANDA, S.B.(org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed., SP, Difel, 1985, T.II, V.4., p. 85.

O transporte do café para o porto de Santos foi, desde logo, problema fundamental para a expansão cafeeira no oeste paulista. A longa distância a ser percorrida pelo produto, até o porto de embarque, não só onerava o fazendeiro com o alto custo do transporte, realizado por tropas de mulas, como também era responsável pela baixa qualidade do café proveniente da região, sujeito que estava às intempéries do caminho[18]. As ferrovias vieram solucionar o problema a partir de 1867, quando foi inaugurada a *São Paulo Rail way*. Construída com capital inglês, a primeira estrada de ferro paulista ligava Jundiaí a Santos, mas ainda não era suficiente para baratear o escoamento de uma produção que expandia-se cada vez mais para o interior. As ferrovias necessárias para ligar o oeste a São Paulo Railway foram construídas com o próprio capital cafeeiro. "Esse surto ferroviário modificou, fundamentalmente, as condições de transporte das regiões cafeeiras, e repercutiu profundamente na economia. Maior facilidade e rapidez do transporte, abandono das tropas, que em muitas regiões foram substituídas pelo carro de boi, o que ampliava a capacidade de transporte, a liberação de muitos braços, até então absorvidos pelos métodos usuais de transporte (...). A construção de vias férreas favoreceu ainda o processo de urbanização e facilitou a circulação de senhores ou mesmo dos escravos. É conhecido o importante papel que hão de desempenhar as ferrovias nas fugas dos cativos. Inaugurou, finalmente, um novo campo de investimentos"[19].

A diversificação de investimentos foi uma das peculiaridades que caracterizou o capital cafeeiro do oeste, em contraste com a agricultura de exportação que o antecedeu. As vias férreas foram acompanhadas pela crescente urbanização e pelo deslocamento dos grandes proprietários para as cidades, deixando suas fazendas ao cargo de administradores. Dedicavam-se então à compra e venda de café, à direção das casas comissárias que muitos deles possuíam para comercializar seus produtos e de outros fazendeiros, origem dos primeiros bancos nacionais. "Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários

---

[18] Warren Dean estima que, por volta de 1850 e 1860, o alto custo do transporte impedia a expansão cafeeira para além de Rio Claro. Segundo o autor, o transporte realizado por mulas "custava cerca de 1,60 mil-réis por arroba de Rio Claro até Santos, ou seja, 0,43 mil-réis por tonelada/quilômetro. Como o café era vendido no porto por uma média de 5,00 mil-réis a arroba (1858 a 1860), as tropas de mula representavam cerca de um terço do preço de venda para o plantador". *In Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 53.

[19] COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 201.

de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade”[20]. Em breve o café tornar-se-ia também o financiador da industrialização do país.

O capital cafeeiro convivia, nesse período, com a intensa presença do capital inglês, a financiar atividades fundamentais no processo de transformação porque passava a economia do Império. A expansão da cafeicultura no oeste paulista ocorrera sob a égide de uma nova fase do capitalismo internacional. Ao lado da troca de mercadorias, a exportação de capitais tornou-se importante fonte de investimentos para os países industrializados, notadamente a Inglaterra. A exportação de capitais para o Brasil assumiu principalmente a feição de empréstimos externos. O primeiro deles foi realizado logo após a independência, com o objetivo de sanar os déficits do tesouro nacional. A partir de então os empréstimos concedidos pela Inglaterra acumularam-se e, na segunda metade do século XIX, serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores europeus, para a construção de estradas de ferro e para a implantação de serviços públicos que atendessem as novas necessidades colocadas pela urbanização. Iluminação a gás, sistema de água e esgotos, transportes públicos urbanos, quando não foram financiados por empréstimos foram instalados por companhias britânicas que operavam esses serviços com grandes margens de lucro.

O fim do tráfico negreiro foi responsável por outro conjunto de fatores que propiciaram profundas mudanças na ordem escravista. A impossibilidade de crescimento vegetativo da mão-de-obra escrava impunha aos cafeicultores a necessidade de encontrar uma fonte alternativa de braços para suas fazendas[21]. Enquanto isso não ocorreu, a escassez de mão-de-obra incentivou a busca de métodos de produção que dispensassem o maior número possível de trabalhadores. As técnicas rotineiras e rudimentares usualmente adotadas na agricultura escravista, possíveis graças a abundância de escravos, foram sendo progressivamente substituídas pela mecanização, implementada, basicamente,

---

[20] SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7. ed., São Paulo, Alfa Omega, 1986, p.53.

[21] Depender do mercado interno de escravos a partir ele 1850 significava reverter a taxa negativa de crescimento na população escrava. Conforme nota João Manuel Cardoso de Mello, esta “taxa negativa era, como se pode imaginar, decorrência da baixa taxa de natalidade e da brutalmente alta taxa de mortalidade, resultantes, ambas, da extraordinária taxa de exploração a que estava submetido o escravo(...) Alcançar taxas de crescimento do estoque positivas, ou mesmo nulas, exigiria, portanto, que se reduzisse a taxa de exploração, tanto mais quanto maior a taxa de crescimento a ser atingida”. *In O capitalismo tardio*. 5. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p.60.

no beneficiamento do café. Inicialmente importadas, máquinas como os despolpadores, brunidores, classificadores, ensacadores, passaram a ser produzidas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da produção nacional.

Entretanto, a mecanização generalizou-se apenas no oeste paulista. Por se tratar de uma agricultura em expansão, organizada no período em que foi extinto o tráfico negreiro, os cafeicultores da região dispunham de capital para a aquisição de caros maquinários. No Vale do Paraíba, ao contrário, o declínio já se fazia sentir. "A decadência que atingiu a região provocou crise na situação financeira dos fazendeiros da zona fluminense e paulista do Vale do Paraíba, deixando-os sobrecarregados de dívidas. Por isso, na época em que a maquinaria tornava-se mais acessível e aperfeiçoada, e que o problema da mão-de-obra se agravava, viam-se impossibilitados de recorrer àquela solução. Daí, o contraste entre essa região de lavoura mais antiga e as zonas novas, onde não só o espírito receptivo às inovações, peculiar às zonas pioneiras, mas, sobretudo, o alto rendimento do café e as dificuldades para obtenção de escravos e maiores facilidades para adoção do trabalho livre estavam a favorecer a mecanização"[22].

Paralelamente, os cafeicultores buscavam alternativas para a substituição do braço escravo. A ordem escravista tornara-se já anacrônica, diante das transformações porque passava a economia mundial, a partir da Revolução Industrial. A escravidão fora abolida em praticamente todas as colônias e ex-colônias européias. A Inglaterra, desde 1807, pressionava o governo português para a extinção do tráfico negreiro que abastecia o Brasil. Preocupada em criar mercados consumidores e garantir sua hegemonia no comércio internacional, à Inglaterra interessava a substituição dos escravos por trabalhadores assalariados, e, portanto, consumidores, e também o fim de um rendoso comércio, o tráfico negreiro, que dificultava "sua preeminência comercial nas costas da África, ofuscada pelo prestígio dos traficantes negreiros, em geral portugueses"[23].

A pressão britânica fora um dos elementos condicionadores da construção do Estado nacional, que tinha na defesa da escravidão um dos seus pilares. Esse mesmo Estado, entretanto, acabou sendo o agente responsável pela extinção da ordem escravista. Em primeiro lugar não havia como resistir indefinidamente às exigências da potência então hegemônica. Depois de intensos conflitos, o governo brasileiro acabou por decretar o fim

---

[22] COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. op. cit., p.211.

[23] PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1963, p.83.

do tráfico em 1850. Mas não só a interferência inglesa foi responsável pela medida. Havia no seio da elite dirigente a consciência de que a manutenção da escravidão era uma ameaça ao seu projeto de construir uma nação europeizada nos trópicos. Em primeiro lugar, havia a dificuldade em manter a ordem interna quando a maior parte da população era escrava. O grande influxo de negros, "aliado às turbulências regenciais, causou as primeiras preocupações com o equilíbrio racial da população e com o perigo de uma guerra de raças ou, como se dizia, com o haitianismo. A revolta escrava de 1835 na Bahia gerou grandes receios de uma réplica no Rio de Janeiro, e se constituiu no grande argumento dos partidários do fim do tráfico. Evaristo da Veiga, o mais respeitado liberal da época, disse em 1835 que o tráfico acumulava escravos como se acumulam 'barris de pólvora todos os dias ajuntados à mina', e pediu seu fim e a expulsão do país de libertos perigosos"[24]. Além disso, essa elite não se reconhecia no contingente negro e mestiço que formava a maioria da população brasileira e acalentava o projeto de embranquecer a população, cessando o tráfico de escravos e, portanto, a entrada de negros no país, e, de outro lado, promovendo a imigração européia.

O fim do tráfico significava, a médio prazo, o fim da escravidão. Tornando a iniciativa, o governo brasileiro implementou, a partir de 1871, o projeto de abolição que parecia menos agressivo para os cafeicultores, que não haviam encontrado ainda nova fonte de mão-de-obra para substituir os escravos em suas fazendas. Por meio da Lei do Ventre Livre, promulgada naquele ano, iniciou-se a emancipação gradual, mediante a indenização dos proprietários. Todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam livres, tendo o proprietário a opção de entregá-los ao governo mediante o pagamento de certa quantia ou mantê-los trabalhando na fazenda até completar 21 anos. Essa solução foi duramente combatida por alguns dos líderes abolicionistas, uma vez que não se resolvia o problema central: tornar cidadãos os escravos e integrá-los à nação. Para os abolicionistas, a liberdade deveria vir acompanhada de medidas que dotassem o ex-escravo de condições para exercer plenamente sua cidadania. Era preciso, por meio de reformas profundas, extirpar as influências nocivas da escravidão que, como notou Joaquim Nabuco, não afetavam apenas os negros, mas todo o conjunto da sociedade.

A necessidade de acabar com a escravidão e integrar o negro, como condição para viabilizar o Estado nacional, já era clara para José Bonifácio

[24] CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, 1988, p. 51.

em 1823, quando apresentou à Assembléia Constituinte um projeto de emancipação dos escravos. Para ele, esse era o único caminho para o Brasil constituir-se em nação: “É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”[25]. Se em 1823 Bonifácio era uma voz isolada, na década de 1880 seus argumentos seriam retomados pelos principais líderes abolicionistas. Joaquim Nabuco, por exemplo, afirmava em 1883 que o abolicionismo “não se contenta com ser o advogado *ex-officio* da porção da raça negra ainda escravizada; não reduz a sua missão a promover e conseguir – no mais breve prazo possível – o resgate dos escravos e dos ingênuos (...). Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância”[26]. Tal projeto não prevaleceu no momento da abolição. Pressionado pela intensa campanha abolicionista e já tendo sido encontrado no imigrante italiano um substituto satisfatório para o escravo, o governo brasileiro decretou o fim da escravidão em 1888, sem, no entanto promover nenhuma das reformas preconizadas pelos líderes abolicionistas. Os escravos menos do que libertados foram abandonados à sua própria sorte.

A outra face do debate sobre o problema da mão-de-obra, que dominou a segunda metade do século XIX, foi a busca de um substituto para o escravo. Na década de 1840 o senador Vergueiro iniciara as primeiras experiências com imigrantes europeus em suas fazendas de café. De outro lado, a imigração interessava também ao Estado, mas por razões diversas, opondo-se, a partir de 1850, duas correntes antagônicas sobre a política de imigração a ser adotada. “Interessados em manter a grande propriedade e a economia agrícola de exportação, os fazendeiros e os grandes comerciantes desejavam angariar proletários de qualquer região do mundo e de qualquer raça, desde que fossem canalizados para as fazendas a fim de substituir os escravos falecidos, fugidos ou vendidos. Preocupadas, em compensação, com, o estado social da nação, a burocracia imperial, a *intelligentsia* e a população branca das grandes cidades tentavam fazer da imigração um instrumento de

[25] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação sobre a escravatura* in *Escritos Políticos.* São Paulo, Obelisco, 1964, p. 49.
[26] Ibidem, p. 27.

'civilização', isto é, de 'embranquecimento' da nação. Esses pontos de vista opostos conduzem as duas correntes a encarar de maneira radicalmente distinta a ação do Estado e a política agrária e de imigração (...). A questão do trabalho esbarra na questão nacional: por trás do debate sobre a imigração, delineia-se o debate sobre a nacionalidade"[27]. Para a *intelligentsia* nacional o fim da escravidão era um passo necessário para atrair o imigrante europeu que embranqueceria a nação. Nabuco descrevia o ideal abolicionista como o de um país "onde, atraída pela franqueza de nossas instituições e pela liberdade de nosso regime, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça"[28].

A implementação de uma política imigratória que satisfizesse os anseios da elite dirigente em transformar a população à sua imagem e semelhança implicava em reestruturar o sistema fundiário nacional, facilitando aos imigrantes o acesso à pequena propriedade. O projeto dos cafeicultores, ao contrário, pressupunha vedar ao imigrante a possibilidade de tornar-se proprietário, oferecendo-lhe, como única alternativa, o trabalho nas fazendas. Os fundos públicos, nesse caso, deveriam ser direcionados à subvenção da vinda de imigrantes para as fazendas de café. Foi essa política a que prevaleceu. Em 1850, os mesmos legisladores que aprovaram o fim do tráfico aprovaram também a Lei de Terras, que eliminava todas as formas de apropriação da terra que não fosse a compra e venda. Dessa maneira, impedia-se que o imigrante pobre (e só esses se aventuravam à travessia do oceano para "fazer a América") se tornasse proprietário.

Mas para os cafeicultores ainda era fundamental a subvenção estatal para viabilizar a imigração. As primeiras tentativas, com os contratos de parceria idealizados por Vergueiro e, posteriormente, os contratos de locação de serviços, foram realizados pela iniciativa dos fazendeiros, que assumiam os custos da vinda do imigrante para o Brasil. Este deveria ressarcir seu novo patrão, assumindo uma dívida que deveria ser quitada com seu trabalho. O resultado era que os imigrantes chegavam ao país com expectativas impossíveis de serem concretizadas. O desejo de, acumular um pecúlio para tornar-se um pequeno proprietário esbarrava na dívida inicial, aumentada

---

[27] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Escravos e proletários* in *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 21:30-56, julho/1988, p. 31.

[28] NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 5. ed., Petrópolis, Vozes, 1988, p. 170.

pela necessidade de adquirir ferramentas de trabalho e gêneros de subsistência antes que os primeiros cafezais por ele trabalhados rendessem alguma remuneração[29]. O peso da dívida gerou entre os imigrantes profundas resistências ao trabalho. Sua produtividade era baixa e em algumas fazendas eclodiram revoltas de imigrantes frustrados em suas expectativas iniciais. Para os fazendeiros a situação não era melhor. Não possuíam meios para impor disciplina e produtividade aos imigrantes. Por se tratarem de trabalhadores livres não podiam utilizar os mesmos mecanismos de coerção que aplicavam aos escravos. Por não disporem de um mercado de trabalho livre estruturado não podiam ameaçar com a demissão, mesmo porque isso significaria a perda do dinheiro investido para trazê-los.

A "questão enfrentada pelos fazendeiros durante a segunda metade do século XIX não era apenas encontrar uma nova fonte de mão-de-obra, mas também, cada vez mais, como organizar e controlar com eficiência o trabalho livre"[30]. Para tanto, tornava-se necessário um fluxo imigratório intenso, que garantisse a substituição rápida do trabalhador dispensado, e o custeio, pelo Estado, do transporte dos imigrantes. Dessa forma as demissões não implicariam em perda para os fazendeiros e a imigração ampliaria a oferta de trabalhadores muito além da demanda, permitindo a compressão sistemática dos salários. A partir da década de 1880, o governo provincial paulista assumiu o encargo de subvencionar a imigração. Estabeleceu-se assim um fluxo intenso de trabalhadores italianos – expulsos de seu país pela profunda crise econômica que se abatia sobre a Itália naquele período – que constituíram a mão-de-obra das fazendas de café até a segunda década do século XX[31].

---

[29] Os contratos de parceria estabeleciam que o imigrante seria remunerado com uma percentagem da venda do café por ele colhido. Pelo contrato de locação de serviços essa parcela era fixa e o imigrante não tinha mais que esperar a venda do café para ser pago, mas continuava dependendo da colheita.

[30] STOLCKE, Verena & HALL, Michael . *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 6:80-120, set. de 1983, p. 81.

[31] "Após 1884, ao invés de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou atingir o mesmo objetivo - mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas – inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados (...) O cumprimento dos contratos e a disciplina do trabalho dependeriam a partir de então do mecanismo de mercado". Ibidem, p. 106.

Texto complementar:

O CONTRATO DE PARCERIA. STOLCKE, Verena & HALL, Michael – *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 6:80-120, set. de 1983)

Em 1847, o senador Vergueiro, dono de uma grande fazenda perto de Limeira, tornou-se o primeiro grande proprietário a introduzir braços imigrantes na produção cafeeira. Vergueiro, como explicou seu filho mais tarde, encarava o término da escravidão como apenas uma questão de tempo.

Ao que parece, de início ofereceu-se aos imigrantes dois tipos de contrato: a parceria ou a locação de serviços, mas eles optaram pelo primeiro. De acordo com o contrato de parceria, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes do seu país de origem ao porto de Santos, adiantava o custo do percurso de Santos à fazenda, assim como os mantimentos e instrumentos necessitados pelos imigrantes até que eles pudessem reembolsá-lo com os ganhos de suas primeiras colheitas. O fazendeiro designava aos trabalhadores o número de pés de café que eles poderiam cuidar, colher e beneficiar e atribuía-lhes um pedaço de terra para o cultivo de seus próprios gêneros alimentícios. Além disso, os imigrantes recebiam uma casa, aparentemente grátis. Sua remuneração consistia em metade dos ganhos líquidos com o café e com as colheitas de gênero alimentícios. Os trabalhadores ficavam obrigados a repor os gastos feitos pelos fazendeiros em seu favor com pelo menos metade dos seus ganhos anuais com o café. O contrato inicial não especificava sua duração, mas declarava o volume de débito acumulado pelo imigrante por conta de suas despesas de transporte e outros adiantamentos. O trabalhador incorria em juros sobre essa dívida depois de dois anos, o que ocorreria também depois de, um ano, com outros adiantamentos. Por fim, os imigrantes não podiam legalmente deixar a fazenda até que tivessem pago suas dívidas. Se, o fizessem, eles incorreriam em pesadas multas. O trabalho era organizado e supervisionado pelo fazendeiro ou seu administrador. Os empregados eram explicitamente convidados a comportar-se, pacificamente.

Assim, os fazendeiros transferiam todos os gastos com a obtenção de trabalho imigrante para os próprios trabalhadores que, em conseqüência, começavam já sobrecarregados por dívidas significativas. A expectativa, em geral, era de que um trabalhador diligente levaria uma média de quatro anos para ressarcir sua dívida.

No início da década de 1850, muitos fazendeiros, impressionados com o aparente sucesso do experimento Vergueiro e preocupados com os efeitos do recente término do tráfico de escravos, recorreram a Vergueiro e Cia. a fim de também obter trabalhadores imigrantes. A Vergueiro e Cia. começou a cobrar não apenas uma volumosa comissão a incluir-se no débito dos trabalhadores, como também os juros sobre as dívidas passaram a vigorar a partir da data da chegada, e algumas vezes a uma taxa de 12%, ao invés dos 6% anteriores. Por fim, enquanto no início os trabalhadores livres deviam beneficiar o café colhido por eles, por volta de 1856 eles foram gradualmente liberados desta tarefa pela qual passaram a pagar uma taxa fixa por unidade de café colhido.

Por volta de 1855, havia cerca de 3.500 imigrantes trabalhando em 30 fazendas da província de São Paulo. Na maioria das vezes o trabalho livre coexistia com a escravidão, embora os fazendeiros tenham estabelecido desde o início uma certa divisão técnica do trabalho. Todas as atividades além do cultivo e colheita do café que supostamente requeriam constante supervisão ou eram inapropriadas para a parceria, continuaram a ser realizadas por escravos. Tais tarefas incluíam o preparo do solo para a plantação de novos pés de café e de alimentos para o consumo da fazenda e, de modo crescente, o processamento do café.

Quase na mesma época, foi introduzida uma outra medida, diretamente relacionada com o sistema de trabalho. Em 1850 decretou-se uma Lei de Terras que consolidou os direitos da propriedade privada e procurou evitar que os imigrantes se tornassem proprietários ao instalar-se pura e simplesmente em áreas públicas. A existência de vastas faixas de território não ocupado constituía-se de fato num dos sérios obstáculos ao aproveitamento da dispersa população nacional de trabalhadores livres, que nunca representou uma parte significativa da força de trabalho das fazendas no século XIX.

Como o recrutamento de trabalho imigrante requeria dos fazendeiros um investimento inicial, uma das suas constantes preocupações era garantir este capital investido. Contudo, para os imigrantes a dívida inicial pesava cada vez mais em seus rendimentos. Na prática, os seus ganhos com o cultivo de café representavam bem menos que os 50% de lucro líquido estipulados. As conseqüências seriam profundas.

O primeiro sinal do crescente descontentamento entre os imigrantes ocorreu em meados de 1856 quando um grupo de trabalhadores suíços insurgiu-se na fazenda Nova Olinda, perto de Ubatuba. O problema aparentemente começou quando o gado invadiu seus lotes de cultivo de

subsistência e os desacordos a respeito da indenização levaram à intervenção da polícia. Posteriormente, durante a visita do cônsul suíço à fazenda, o tema central passou a ser as condições gerais de vida dos imigrantes: qualidade das terras de cultivo de subsistência, cumprimento dos contratos, moradia, etc. Os fazendeiros, como era de costume, atribuíam os eventos ao incitamento por elementos subversivos. Após o cônsul prometer aos imigrantes a sua transferência para uma colônia do governo, sendo que parte de suas dívidas seria esquecida e nenhum juro precisaria ser pago, atenuou-se o conflito entre fazendeiros e trabalhadores.

Entretanto, a revolta mais importante começou em dezembro de 1856 com os trabalhadores suíços e alemães da fazenda-modelo Ibicaba, do senador Vergueiro. A presença de um mestre-escola suíço, Thomas Davatz, contribuiu para tornar o ressentimento latente dos imigrantes em um movimento organizado de protesto contra o que eles consideravam graves irregularidades no cumprimento de seus contratos. Eles não questionavam os termos do contrato em si, mas protestavam contra os cálculos dos ganhos com o café produzido, a cobrança da comissão, a taxa de câmbio desfavorável usada na conversão de suas dívidas em moeda corrente, a cobrança de transporte de Santos até as fazendas e a estranha divisão dos lucros decorrentes da venda do café. O motivo imediato para a revolta parece ter sido a desilusão com os resultados da colheita de 1855 que – contrariando suas esperanças – não permitiu aos trabalhadores reduzir suas dívidas, Conforme Davatz escreveu mais tarde, ele e seus compatriotas reivindicavam nada mais que um tratamento justo. A revolta terminou quando Davatz foi expulso e alguns outros líderes deixaram a fazenda. A revolta suscitou apreensão entre os fazendeiros devido à acusação de que Davatz estaria não somente aliado a elementos estranhos, como também alimentaria conspirações comunistas e outras igualmente terríveis. Ao que parece, muitos fazendeiros ficaram realmente atemorizados de que a revolta não apenas se espalhasse entre os trabalhadores livres de outras fazendas (uma ligação com o conflito anterior de Ubatuba foi repetidamente sugerida), mas, pior ainda, pudesse insuflar os escravos.

Muito se tem discutido esta revolta e as fraudes cometidas pelos fazendeiros que, supostamente, teriam-na provocado. Estas são geralmente usadas para explicar o fracasso do sistema de parceria sob o qual os primeiros imigrantes foram contratados, bem como a suposta perda de interesse dos fazendeiros no emprego do trabalho livre. Aparentemente, no entanto, as irregularidades (medidas fraudulentas, cálculos desonestos dos lucros etc.) apenas se somaram à crescente frustração dos imigrantes em relação as suas

condições de vida e trabalho. Os fazendeiros, por sua vez, agiam movidos por um sério engano. Eles não contavam com os meios empregado pelos imigrantes para resistir contra o que consideravam imposições contratuais injustas. A introdução de trabalho livre implicava um investimento de capital cuja amortização exigia um nível de exploração que os fazendeiros não tinham condições de impor. O obstáculo principal não era a ameaça de possíveis represálias por parte dos governos dos países dos imigrantes, cuja proteção era relutante e limitada, mas, antes, o contrato de parceria que não respondia adequadamente ao problema de criação de uma força de trabalho confiável. (...)

(...) O poder dos fazendeiros de controlar o trabalho e impor um grau de satisfação de produtividade ao cultivo de café era limitado pelas circunstâncias sob as quais o trabalho livre fora introduzido, isto é, na ausência de uma reserva local de mão-de-obra e a partir de esquemas que obrigavam os imigrantes a reembolsar os empregadores pelas despesas com passagens e estabelecimento inicial. Provavelmente os fazendeiros imaginavam que o fator de incentivo existente na parceria substituiria eficazmente as forças do mercado na redução dos custos salariais. Contudo, a dívida inicial anulou o elemento de incentivo, faltando aos fazendeiros meios efetivos de obrigar seus trabalhadores a produzirem café. A ameaça de demissão – forma usual de persuasão utilizada pelos empregadores para impor o cumprimento dos contratos de trabalho – não era muito eficiente, pois isto significaria a perda parcial ou total do investimento dos fazendeiros. Embora fosse verdade que os imigrantes não podiam legalmente abandonar a fazenda até que tivessem saldado suas dívidas, também não podiam os fazendeiros fazê-los trabalhar além do que desejavam os próprios trabalhadores. Mesmo o empregado do poder do Estado, como no caso da revolta de Ibicaba, era de pouca serventia. Os líderes da revolta foram expulsos, mas os que permaneceram não trabalharam com mais afinco. Os meios extracontratuais utilizados pelos fazendeiros para recuperar seus investimentos tinham saído pela culatra: "é incontestável que os proprietários, quando os colonos não queriam trabalhar, não podiam, coagi-los ao cumprimento de seus deveres e por isso sofriam prejuízos com o maltrato de seus cafezais, diminuição das colheitas e perda total ou parcial dos seus adiantamentos".

Bibliografia básica:

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1986. Economista, Silva estuda as origens da industrialização brasileira a partir da análise da expansão cafeeira, principal centro de acumulação de capital do país no decorrer do século XIX e fonte dos primeiros investimentos de vulto na indústria nacional. Destaquem-se os capítulos II e III nos quais a economia cafeeira é abordada do ponto de vista das transformações que sofreu na segunda metade do século passado e que a tornaram o centro dinâmico da superação da ordem escravista.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 6:80-120, set/1983. Nesse artigo são estudadas as várias tentativas de introdução do trabalho livre realizadas pelos cafeicultores paulistas, a começar pelas colônias de parceria da década de 1840. Os autores procuram demonstrar Como o problema de fundo estava na necessidade dos cafeicultores em obter mão-de-obra disciplinada, pronta a aceitar o tipo de trabalho e a remuneração oferecidos nas fazendas de café, o que só foi possível com a imigração em massa subsidiada pelo governo provincial.

Bibliografia complementar:

Sobre a cafeicultura do Vale do Paraíba: STEIN, Stanley *Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.

Sobre a presença inglesa na economia do Império: GRAHAM, Richard *Brasil-Inglaterra 1831-1889*. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*, 4. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. II, 4. Vol., p. 141-152.

Sobre a abolição da escravatura: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1989 (Parte III); *O encaminhamento político do problema da escravidão no Império*. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) – *História-Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. II, 3. Vol., p. 189-219.

4. SOCIEDADE E CULTURA

A produção cultural e intelectual brasileira no século XIX esteve intimamente associada à história política e social do país daquele período. A criação das faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, o Romantismo, a campanha abolicionista, as teorias raciais do fim do século fazem parte de um quadro cujo pano de fundo é a constituição da nação brasileira dirigida por uma elite branca, letrada e liberal, a partir de uma sociedade escravista, negra e mestiça. A elite dirigente que se constituía na medida em que construía o Estado nacional encontrava na formação jurídica um dos laços que lhe conferia unidade e coesão ideológica. A tarefa de criar uma nação europeizada, à sua imagem e semelhança, tinha no Romantismo uma de suas expressões mais importantes.

As primeiras faculdades de Direito, de onde saiu a maioria dos políticos do Império, foram criadas em 1827, apenas um ano depois de entrar em funcionamento a Câmara dos Deputados[32]. As faculdades de São Paulo e Olinda substituíram a Universidade de Coimbra na formação daqueles que comporiam a elite dirigente nacional. Filhos de comerciantes, de proprietários rurais, de traficantes de escravos, oriundos das mais diversas províncias, encontravam na educação superior, em especial nos cursos de Direito, a formação comum que os unificava. "E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia em conseqüência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica"[33].

De Olinda e São Paulo saíam não apenas juristas e advogados, mas também deputados, senadores, diplomatas e ministros. Prevalecia na sua formação uma orientação "pragmática e eclética sob a influência de Bentham e Victor Cousin, este último talvez o autor de maior influência intelectual sobre a elite brasileira até 1870"[34]. Nas faculdades de Direito aqueles que

[32] Segundo Wilson Martins "Era a sistematização do Direito brasileiro que começava, seja por meio dos estudos especializados nas faculdades locais, seja por meio da votação parlamentar de alguns códigos e leis fundamentais". – *História da inteligência brasileira (1794-1855)*. São Paulo, Cultrix, 1977, Vol. II, p. 174.

[33] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Brasília, UnB, 1981, p. 51.

[34] Ibidem, p. 70.

comporiam a elite dirigente recebiam uma educação conservadora que homogeneizava sua visão de mundo e suas prioridades políticas. A formação jurídica desempenhava papel fundamental na criação de uma elite que não se confundia com a classe economicamente dominante e que tinha na imposição de sua própria hegemonia o seu principal objetivo.

As faculdades de Direito formavam a elite dirigente, fornecendo-lhe a coesão ideológica necessária para sua ação no processo de construção do Estado nacional, e, ao mesmo tempo, eram parte do esforço em criar uma *intelligentsia* local apta a enfrentar os problemas específicos da nação. Nas mãos desses juristas estaria, portanto, parte da responsabilidade de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial"[35]. À elite intelectual caberia delinear um perfil para a nação também em processo de constituição. "Paira sobre a gestação do Segundo Reinado a reunião de intelectuais, administradores, militares e políticos em torno de um projeto nacional hegemônico que transforma a parcela da classe dominante ligada ao trono em classe dirigente do país inteiro"[36]. Membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), bacharéis, poetas, romancistas, dramaturgos – a intelectual idade brasileira do século XIX preocupava-se em "produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras", efetuando "o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade"[37].

A escola romântica foi, na literatura, a principal manifestação de escritores e poetas engajados na tarefa de criar uma imagem da nação brasileira que correspondesse ao ideal que dela fazia a elite dirigente. Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias não eram apenas expoentes literários mas também políticos envolvidos na construção do Estado nacional. Os três primeiros foram deputados e participaram das principais discussões políticas de sua época. Magalhães foi secretário de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, quando este comandou a repressão à Balaiada e publicou, posteriormente, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um relato sobre a revolta em que expressa a profunda distância que separava a elite letrada de uma

---

[35] SCHWARCS, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 141.

[36] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Memórias da Balaiada*. op. cit., p. 9.

[37] GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

população por ela considerada bárbara. Envolvido no projeto de criar uma poesia autenticamente nacional, Magalhães, assim como os demais românticos, iria buscar a nacionalidade brasileira no passado indígena, expurgando assim o elemento negro e mestiço. Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias escreveram também estudos históricos e antropológicos, além da poesia que os consagrou, evidenciando uma concepção da literatura que "escapa aos cânones literários habituais para englobar todas as formas de expressão do 'espírito nacional'"[38].

José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, por sua vez, participaram, em campos opostos, da discussão sobre a escravidão que dominou a segunda metade do século XIX. Enquanto Alencar era um acerbo crítico das propostas abolicionistas, Macedo publicava em 1869 um livro de contos, *Vítimas Algozes*, em que fazia uma contundente defesa da abolição. Na década de 1860 o negro e o escravo foram incorporados à literatura, mas apenas para denunciar os efeitos maléficos da escravidão sobre o branco livre, que se barbarizava na medida em que convivia intimamente com o negro escravo.

Foi no indianismo que os românticos buscaram a expressão de seu nacionalismo e de sua idéia de nação. Ao negro selvagem contrapunha-se o índio idealizado. Neste último é que deveria repousar a identidade nacional. "A importância e a influência do indianismo foram historicamente inestimáveis, como instrumento de aquisição da consciência nacional num povo que acabava de chegar à vida independente. (...) ele foi uma espécie de grande sinal de identificação para todos os brasileiros, que projetaram na raça indígena o seu passado, a sua mestiçagem, a grandiloqüência dos seus sonhos. E de moda literária tornou-se fator de unidade, ficando os símbolos e os nomes índios incorporados aos nossos hábitos até o presente"[39]. Diante da tarefa de constituir uma nação a partir de setores tão heterogêneos como aqueles que compunham a população brasileira, os românticos desempenharam papel fundamental ao contribuir na definição do que era nacional em harmonia com o projeto hegemônico da elite dirigente de que faziam parte.

A década de 1870 assistiu à ruptura com os cânones românticos, substituídos por um movimento que "correspondeu, em termos de crítica literária, à introdução do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo, e

---

[38] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Memórias da Balaiada*. op. cit., p. 8.

[39] MELLO E SOUZA, Antonio Cândido de. *A literatura durante o Império*. Sérgio B. de Holanda (org.) *História Geral da civilização Brasileira*. 5. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. II, 3. V., p. 347.

tomou as noções de raça e natureza, com o fim de dar fundamentos 'objetivos' e 'imparciais' ao estudo da literatura"[40]. Tal mudança de eixo correspondeu também à introdução do negro como objeto da produção intelectual. Com a extinção do tráfico em 1850 e a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, não era mais possível ignorar o negro como membro da comunidade nacional. O fim inevitável da escravidão o tirava do isolamento das fazendas, em que podia permanecer ignorado, tornando-o, cidadão em potencial. Houve, assim, uma "mudança de padrão cultural, ocorrida por volta de 1870, quando o negro e o escravo foram incorporados como objeto do discurso literário e cultural. Essa tentativa de incorporação se manifestou na história literária de Sílvio Romero e na etnologia de Nina Rodrigues, responsáveis pela introdução dos estudos afro-brasileiros. Romero investigou a contribuição dos povos e raças à formação do folclore e da literatura nacionais, destacando o influxo dos africanos e mestiços, Nina Rodrigues iniciou a etnologia afro-brasileira, ao se voltar para os fenômenos do sincretismo religioso e cultural"[41]. Em Sílvio Romero e Nina Rodrigues a mestiçagem surge como elemento formador do povo brasileiro, sob a ótica das novas correntes científicas européias em que predominavam as teorias sobre a inferioridade das raças não brancas.

Para esses autores o reconhecimento do mestiço como o principal componente da população nacional era um problema diante das teorias racistas européias que reverenciavam, para as quais a mestiçagem significava necessariamente degeneração. Romero resolve o problema por meio da combinação peculiar "de pressupostos racistas (existência de diferenças étnicas inatas) e evolucionistas (lei da concorrência vital e do predomínio do mais apto). Previa que o elemento branco seria vitorioso na 'luta entre raças', devido à superioridade evolutiva, que garante seu predomínio no cruzamento. Prevê, assim, o total branqueamento da população brasileira em três ou quatro séculos. (...) De modo a valorizar a mestiçagem como fator de diferenciação nacional, refutou tanto as concepções arianistas acerca do hibridismo e da degeneração do mestiço, quanto as teses evolucionistas sobre o monogenismo e a repetição abreviada da história"[42]. Para que tal branqueamento ocorresse era necessário, segundo Sílvio Romero, que o branco, racialmente superior, fosse também numericamente superior. Por isso tornou-se ardoroso defensor da imigração européia, não só para as regiões cafeicultoras mas para todo o país.

---

[40] VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 11.

[41] Ibidem, p. 46.

[42] Ibidem, p. 51.

Já Nina Rodrigues enveredou pela defesa da mestiçagem como fonte da identidade nacional fazendo o elogio de um tipo ideal de mestiço, o jagunço. A mestiçagem, segundo ele, traz consigo a degeneração apenas quando o mestiço é obrigado a conviver com uma civilização superior à sua capacidade de compreensão. Por isso seriam degenerados os mestiços que viviam nas cidades do moral brasileiro, onde prevaleceria a civilização de tipo européia. O jagunço, por sua vez, vivendo no sertão nordestino, uma realidade adequada ao seu nível intelectual, poderia desenvolver suas aptidões e virtudes, para, no futuro, integrar-se à civilização sem risco de degenerar-se.

Além desse esforço em definir a nacionalidade a partir do reconhecimento da mestiçagem como "fator de diferenciação nacional", o negro adentra a produção intelectual do final do século XIX por meio da campanha abolicionista que mobiliza os principais pensadores do período. "A consciência abolicionista e o discurso etnológico foram o lugar privilegiado de incorporação do negro e do africano ao discurso cultural e político dos escritores brasileiros, divididos entre a emancipação do escravo e a demarcação de limites ao exercício da cidadania"[43]. A consciência abolicionista trazia para o plano político a constatação de que o povo brasileiro compunha-se na sua maioria de negros e mestiços. Não havia como escapar da necessidade de integrar esse contingente à cidadania, sob pena de inviabilizar a nação. Mais ainda, era preciso acabar com a escravidão para tornar cidadão também o senhor, barabarizado por um sistema baseado na violência e na ignorância. Em 1883, Nabuco afirmava: "O problema que nós queremos resolver é o de fazer desse composto de senhor e escravo um cidadão"[44]. Se a raça branca era tida como superior à negra, a escravidão fora responsável também pela degeneração da primeira. Sem a escravidão, "o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última"[45]. O problema da mestiçagem adquiria assim conteúdo político na medida em que estava condicionada à escravidão.

---

[43] Ibidem, p. 47.

[44] NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. op. cit., p. 127.

[45] Ibidem, p. 109.

Texto complementar:

CIVILIZAÇÃO NOS TRÓPICOS? VENTURA, Roberto in *Estilo tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991

> *O novo campo da América, cheio de seiva, convida a mais abundante colheita do que o explorado terreno da velha Europa, tão resolvido e esgotado para as novidades.*
>
> *Araripe Júnior. Carta sobre a literatura brasílica. 1869*

Para escrever as diversas "histórias da literatura brasileira", publicadas ao longo do século passado, seus autores afirmaram, antes de tudo, a existência de seu objeto, a *literatura nacional.* Sem obras literárias de certa originalidade ou autonomia, com tema, estilo e expressão próprios, tais histórias perderiam a sua razão de ser. Para tanto, tomou-se a exuberância do *meio* e das *raças* locais, o sincretismo de povos e línguas sob o sol dos trópicos, como fontes de criação de novas formas e temas.

O crítico Araripe Júnior, em artigo de 1888, recorreu a uma *teoria da natureza* e à idéia de tropicalidade, para mostrar como se deu a adaptação ao Brasil do romance naturalista de Émile Zola. O artigo se chamava "Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro". Araripe explicou a possível originalidade das obras de Aluísio Azevedo, influenciadas por Zola, como resultado do impacto do meio local sobre as formas importadas da Europa:

Emigrando para o Brasil, o naturalismo não podia deixar de passar por uma migração profunda. Zola, neste clima, diante desta natureza, teria de quebrar muitos dos seus aparelhos para adaptar-se ao sentimento do real aqui, (...) O naturalismo, ou se subordina a esse estado de coisas, ou se torna uma planta exótica, – de mera curiosidade. A nova escola, portanto, tem de entrar pelo Trópico de Capricórnio, participando de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico, de todo o sensualismo que queima nos nervos do crioulo.[46]

Sobre as condições climáticas enfrentadas pelo escritor nos países tropicais, observa: "há estilo que resista, há correção que se mantenha? O [estilo] tropical não pode ser correto. A correção é o fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente". O clima quente

---

[46] Araripe Júnior. *Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro* (1888), in *Obra crítica*, v. 2, p. 71-2.

obrigaria os autores a abandonarem a "correção" do estilo europeu, adotando uma escrita repleta de emoção, nervosidade e sensualismo.

Araripe Júnior valoriza essa passagem da correção à tropicalidade, que moldaria o naturalismo a uma sociedade nova, como o Brasil. A literatura de Zola seria, ao contrário, o fruto de uma Europa, decadente perante a sua antigüidade e condenada a perecer. As condições naturais do Brasil são uma "limitação", mas é desta, afirma Araripe, "que tiramos toda a nossa força, toda a nossa segurança, e riquezas literárias". E acrescenta: "Um realismo quente, em oposição a um realismo decadente, frio", Desse modo, a "correção" da literatura européia se converte em marca negativa, que indica o esgotamento histórico e cultural do velho continente. Pela noção de "trópicos", Araripe tentou fundar o *estilo* e a *literatura brasileira.*

A tese da originalidade literária já havia sido formulada pelos críticos românticos Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro e Francisco Adolfo de Varnhagen, e por autores europeus, como Ferdinand Denis e Ferdinand Wolf. Tese que foi o ponto de fundação das histórias da literatura brasileira, cujas primeiras versões abrangentes e sistemáticas foram feitas pelas mãos de Sílvio Romero e José Veríssimo. A crítica e a história literárias brasileiras foram marcadas, até, 1910, pelas noções de *raça* e *natureza. As origens do "estilo" literário eram atribuídas à ação diferenciadora do meio ambiente ou da mistura étnica.*

O termo *estilo,* concebido como as formas de pensamento, escrita e vida na civilização, tem como imagem negativa a noção de "não-estilo". Cabe então a pergunta: quando são os indivíduos, textos ou sociedades tidos como *sem estilo?* São caracterizados como *desprovidos de estilo os* indivíduos, textos ou sociedades marginais em relação a um modelo normativo de *cultura* e civilização. Romero e Araripe procuraram contornar tal impasse ao valorizar o meio tropical e a mistura étnica e cultura. Romero relacionou a formação da literatura brasileira ao cruzamento de raças e línguas. Já Araripe explicou os traços nacionais pelo impacto do meio sobre as formas européias. Para tanto, afastou-se da visão negativa dos trópicos, partilhada por filósofos ilustrados, como Montesquieu e Buffon, resgatando a natureza americana como fonte de inspiração.

A inspiração americana

As idéias de Montesquieu e Buffon sobre os trópicos foram retomadas na América Latina, com a luta pela autonomia política das antigas colônias.

A valorização da natureza local correspondeu às necessidades ideológicas de uma recém-constituída elite *nacional, composta* de europeus ou de americanos com ascendência européia, que ocuparam as funções antes desempenhadas pela administração colonial. A nova elite procurou legitimar o direito à autodeterminação nacional, em oposição às antigas metrópoles, e ao domínio sobre os grupos de ascendência não-européia ou marginais aos centros de decisão política. A ilustração européia foi integrada como instrumento de oposição ao marido colonial, contribuindo para a emancipação política, sem trazer, porém, a transformação das estruturas sociais e econômicas.

Diversas obras foram escritas por americanos ou europeus residentes na América, em que foram contestadas as idéias sobre a degeneração das espécie e a fraqueza da natureza e do homem do novo mundo: as *Cartas mexicanas*, do padre Moxó, a *Historia antigua de México*, de Francisco Clavijero, ou as *Observaciones sobre el clima de Lima* (1806), de Hipólito Unánue. Na América hispânica, foram fundadas Sociedades de Amigos do País, que estudavam agricultura e mineração, e publicavam periódicos científicos, como o Mercúrio *Peruano, de 1791 a 1795,* em Lima, ou o *Seminário del Reino de la Nueva Granada,* editado em Quito pelo naturalista Francisco de Caldas a partir de 1808.[47]

A Historia antigua de Mexico (1780-1), de Clavijero, foi uma das obras precursoras da arqueologia asteca. Foi redigida e publicada na Itália devido à reunião neste país de diversos conhecedores da América, após a expulsão dos jesuítas da Espanha e de suas colônias em 1767. Clavijero criticou as idéias européias sobre a degeneração do homem americano, fazendo a defesa e a apologia do indígena mexicano. Ataca De Pauw, Raynal e Buffon, que colocaram em questão a racionalidade dos americanos e a antigüidade das civilizações astecas e toltecas, e condena o caráter parcial e especulativo de tais visões da América. A *Historia*, de Clavijero, contribuiu para a "redescoberta" dos monumentos americanos por Humboldt no final do século XVIII.

Nas *Observaciones sobre el clima de Lima*, o médico e cosmógrafo peruano Hipólito Unánue procurou mostrar as excelências do clima de Lima, cujo caráter temperado daria vitalidade aos seus habitantes. Une-se às críticas aos pensadores ilustrados: "Al Perú no corresponde la espantosa pintura que de la América ha hecho la exalda *imaginación* de algunos filósofos

---

[47] GERBI, A. *La disputa del Nuevo Mondo,* p. 315-45. Rincón, C. *Die Aufklärung im spanischen? Amerika* in W. Krauss, *Die Aufklärung in Spanien, Portugal und Lateinamerika.*

ultramarinos"[48]. As forças da *imaginação* se desenvolveriam melhor no Novo Mundo, o que traria vantagens para os nascidos no continente. Quanto a outros aspectos do pensamento, como as faculdades racionais e a capacidade científica, caberia aos filósofos ilustrados americanos a missão de transmiti-los.

No Brasil, a teoria climática de Montesquieu e Buffon foi debatida por Azeredo Coutinho, Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Sílvio Romero e Araripe Júnior. O bispo Azeredo Coutinho representa o lado oficial e reformador da ilustração ibérica, tendo fundado o Seminário de Olinda, de orientação científica e experimental, e ocupado um dos últimos postos de inquisidor de Portugal. No *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794), afirmou a coragem e a imaginação ardente dos americanos, contestando a teoria climática de Montesquieu com uma combinação de argumentos históricos e teológicos: a teoria das fibras nervosas faria supor "o absurdo que o Criador do universo só soube criar fibras próprias para os climas frios e temperados, mas não para o da Zona Tórrida".[49]

Gonçalves de Magalhães, no *Discurso sobre a história da literatura do Brasil* (1836), atribuiu a futura autonomia da literatura brasileira à influência do meio, demonstrada por Buffon e Montesquieu:

Pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas, e ter uma poesia própria? [...] Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e caráter de um país grande influência exerce sobre o físico e o moral dos seus habitantes, que a damos como um princípio, e cremos inútil insistir em demonstrá-lo com argumentos e fatos por tantos naturalistas e filósofos apresentados. Aí estão Buffon e Montesquieu que assaz o demonstram.[50]

Magalhães valoriza a natureza local, cuja beleza compensaria a debilidade da cultura no Brasil. Propõe que os poetas brasileiros retratem a América, junto com os costumes indígenas, ao invés de se inspirarem na natureza *clássica,* cantada por Homero, Píndaro, Virgílio e Horácio. Para isso, invoca o testemunho, tido como insuspeito, dos viajantes estrangeiros sobre a exuberância da pátria:

Falem por nós todos os viajores, que por estrangeiros não os tacharão de suspeitos. [...] o coração do Brasileiro, não tendo por ora muito de que se

---

[48] UNÁNUE, Hipólito. *Observaciones sobre el clima de Lima* (1806) in *Obras científicas y literárias,* v. 1, p. 103.

[49] COUTINHO, Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias (1794)* in *Obras econômicas*, p. 103.

[50] MAGALHÃES, G. De. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1836)* in *Caminhos do pensamento crítico,* org. A. Coutinho, v. 1, p. 23.

ensoberdeça quanto às produções das humanas fadigas, que só com o tempo se acumulam, enche de prazer, e palpita de satisfação, lendo as brilhantes páginas de Langsdorff, Neuwied, Spix et Martius, Saint-Hilaire, Debret, e de tantos viajores que revelam à Europa as belezas da nossa pátria.[51]

Para o viajante europeu, a natureza americana se torna espaço de auto-reflexão, que permite abstrair a história e a sociedade. Os letrados brasileiros procuraram formular, a partir dessa mesma natureza, o projeto histórico de construção de sociedade e cultura de tipo civilizado. Esse projeto se legitima, no caso de Magalhães, pelas referências ao discurso europeu – teoria climática da Ilustração e relatos de viagem – e pelo programa de uma literatura nacional marcado por exigências documentais.

Em *Da nacionalidade da literatura brasileira* (1834), Santiago Nunes Ribeiro defendeu a autonomia literária nacional como efeito da ação do clima e do meio sobre as formas européias: "As condições sociais e o clima do Novo Mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas ou naquela língua da velha Europa". Ribeiro se refere à escola histórica de Hegel, que teria colocado a questão sob "luz verdadeira", ao tomar o clima e as raças como influência exteriores, às quais se somariam fatores tais como a educação moral e religiosa, capazes de conter os efeitos do calor, como o excesso de sensualidade. De modo a relativizar as posições deterministas de Buffon e Montesquieu, menciona o "belo testemunho" de Humboldt sobre a "grande vivacidade e brilhante clareza" do meio americano, que deveria orientar os estudos literários e a poesia brasileira: "A poesia do Brasil é filha da inspiração Americana".[52]

Gonçalves de Magalhães acredita que os escritores nacionais, limitados à imitação da literatura européia, deveriam se inspirar na natureza e na capacidade poética dos índios, de modo a criar uma literatura própria. Para Nunes Ribeiro, já existiria tal diferenciação como resultado da interação entre a natureza local e a cultura européia. Enquanto Magalhães se referia à poesia brasileira como "bela estrangeira", ou "grega vestida à francesa e à portuguesa", Ribeiro lhe atribui caráter próprio, e a chama de "filha das florestas, educada na velha Europa", de modo a destacar a aliança entre a inspiração nativa e a literatura estrangeira.

As viagens de formação à Europa, com o convívio com as "fontes" do saber ocidental, foram fundamentais na formação dos poetas românticos.

---

[51] Idem, ibidem, p. 23-4.

[52] RIBEIRO, S. N. *Da nacionalidade da literatura brasileira* (1834) in *Caminhos do pensamento* crítico, org. A. Coutinho, v. 1, p. 34.

Gonçalves de Magalhães foi adido do governo brasileiro em Paris, onde lançou o romantismo brasileiro, com a revista Niterói, em 1836. Sua viagem à Europa lhe permitiu aproximar-se das literaturas do Ocidente e definir a sua própria diferença cultural por meio da nostalgia da pátria. Nos *Suspiros poéticos* e *saudades, evocar,* de Paris, a pátria do outro lado do oceano e compara a sua melancolia de viajante à saudade que o escravo tem de sua terra. Assim como o africano em seu "exílio" brasileiro, o poeta é invadido, na Europa, pela tristeza e nostalgia:

> Oh saudade! Oh saudade!
> Pois que em minha alma habitas,
> E sem cessar me lembras pais, e Pátria,
> Minhas tristes endechas serão tuas,
> Saudade serei teu... Saudade, és minha.[53]

Ao encerrar a estada parisiense, Magalhães se lamenta da partida e antecipa a saudade do exílio europeu que irá lhe invadir no Brasil. A problemática da saudade revela o dilema cultural do letrado brasileiro, dividido entre o sentimento brasileiro e a imaginação européia. Essa dialética cultural entre a Europa e a América levava, no romantismo, à identificação entre o escritor e o escravo, seres condenados, em eterna diáspora, à nostalgia das "origens", perdidas no além-mar.

Ferdinand Denis, o autor do *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, marcou os românticos brasileiros. Sua influência foi responsável, como observou Antonio Candido, pelo "persistente exotismo, que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje": passamos "a nos encarar como faziam os estrangeiros, propiciando, nas letras, a exploração do pitoresco no sentido europeus, como se estivéssemos condenados a exportar produtos tropicais também no terreno da cultura espiritual".[54] Tal exotismo trouxe o interesse pelos aspectos pitorescos do meio tropical e de seus habitantes "naturais", os selvagens e indígenas.

Exotismo cultural

A exaltação da natureza no romantismo se ligava ao programa da poesia e da literatura como "retrato" do país. Araripe Júnior se afastou, em

---

[53] MAGALHÃES, G. De. *Suspiros poéticos e saudades* (1836) in *Obra completas, v.* 2, p. 303.

[54] CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira, v.* 2, p. 324.

parte, de tais exigências documentais, ao destacar as formas de escrita ou de *estilo*. Seu nacionalismo crítico não se reduziu, portanto, à mera tematização dos costumes indígenas ou das paisagens tropicais. Ao tratar do estilo tropical, prolongou a polêmica do Novo Mundo na crítica literária brasileira do final do século XIX. Mas seu conceito de natureza e imaginação não é marcadamente negativo, já que não remete à fraqueza ou a ausência de raciocínio dos habitantes dos trópicos.

A noção de "estilo" atenuou o determinismo das concepções críticas de Araripe, que combinou a teoria climática a um modelo de orientação psicológica. Definiu estilo como questão de dupla face, que inclui tanto o aspecto individual das formas literárias, quanto a sua inserção literária e social: "o estilo é a resultante, em parte imprevista, do *conflito* entre o temperamento de cada indivíduo e o mecanismo das formas literárias já criadas por um povo, por um grupo ou por uma escola"[55]. O estilo *individual* de um escritor ou obra se formaria desse encontro entre o estilo *nacional* e as formas de expressão de uma escola ou grupo. A partir dos romances naturalistas de Aluísio Azevedo, caracterizou a *tropicalização* das formas européias como o abandono da correção e a adoção da escrita fragmentária. No artigo *Dois grandes estilos* (1907), comparou Rui Barbosa e Euclides da Cunha e mostrou sua preferência pelo estilo deste, sem unidade e disciplina, mas repleto de "emoção", em contraste com a correção, harmonia e pobreza de vida dos escritos de Rui.

A partir da noção de estilo, Araripe considerou a "obnubilação tropical" como o processo de diferenciação psicológica e literária, determinado pelo impacto do meio sobre a mentalidade européia. O estilo nacional se origina, assim, de tal incorporação de traços particulares, como a tropicalidade e a miscigenação, aos modelos cosmopolitas de literatura e cultura. Na polêmica que travou com Sílvio Romero em 1882, defendeu a inclusão dos cronistas coloniais na história da literatura brasileira, pois já se poderia observar, em seus relatos, uma *nota* nacional, resultante das "impressões" provocadas pelo meio físico sobre os "cérebros" dos colonizadores[56].

Araripe Júnior e Sílvio Romero se basearam no mesmo modelo naturalista e evolucionista. Ambos aplicaram à literatura os princípios de Hippolyte Taine e de Herbert Spencer, acrescidos da ideologia nacionalista, em que a nação é concebida como o resultado da progressiva transformação

---

[55] Araripe Júnior. *Raul Pompéia: O Ateneu e o romance psicológico* (1888) in *Obra crítica*, v. 1, p. 46-7.

[56] Idem. *O dr. Sílvio Romero e o seu novo livro* (1882) in Obra crítica, v. 1, p. 297.

das matrizes européias pela ação do meio ou da mistura de raças. Tanto um quanto o outro abraçaram a crítica nacionalista. Mas Araripe se diferenciou de Romero pela ênfase no meio e em seus efeitos estilísticos: destacou as obnubilaturas aos trópicos.

O nacionalismo literário do século XIX apresentava um componente eurocêntrico, apesar das reivindicações de autonomia e originalidade. A incorporação da ideologia civilizatória e de teorias climáticas e raciais levou à relação eurocêntrica com o meio local à abordagem etnocêntrica das culturas populares. Os críticos brasileiros internalizaram a ambivalência do discurso europeu perante o mundo selvagem e as realidades exóticas, idealizando os padrões metropolitanos de civilização.

Sobre Paris, "pátria" universal dos homens de letras, tão planteada pelos românticos, escreveu Araripe: "Paris é um meio tão rico, tão fecundo, tão completo e apropriado ao florescimento dessas plantas delicadas chamadas homens de letras, que a vocação não necessita solicitá-lo. E observa a respeito das vantagens da Europa: "Mais felizes do que nós, os habitantes do Velho Mundo podem aspirar à glória literária sem ao mesmo tempo marcharem para o abismo".

Araripe valorizava o estilo tropical, o que não o impedia de reclamar do meio brasileiro e da zona tórrida, tidos como pouco adequados à vida intelectual:

Aqui na zona tórrida o homem vive pouco; e a vida intelectual, se é um tanto mais intensa, degenera logo em agonia, que impele rápido para uma morte prematura. [...]

Não se trabalha impunemente com o cérebro nesta terra. Em uma região que é uma conflagração eterna, provocar uma combustão no cérebro é suicidar-se. [...]

E só assim explica-se a deficiência, o truncamento de que se ressente a maior parte dos nossos trabalhos literários.[57]

Sílvio Romero também adotava modelos críticos de origem européia, que traziam a crença no caráter ideal do Velho Mundo. Iniciou sua História da literatura brasileira com a discussão dos fatores, como a umidade e o calor, que agem sobre a literatura e o caráter nacional. Aceitava, em parte, as opiniões negativas do historiador Buckle sobre o atraso brasileiro como decorrência da influência enervante do clima, impróprio para os escritores. Observa sobre o retrato pessimista do país por Buckle:

---

[57] Idem, *Sem Oriente* (1882) in *Obra crítica*, v. 1, p. 261-2.

É a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua maior parte. E que relação tem isto com a literatura brasileira? Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas.[58]

Produz-se, a partir da idealização das metrópoles, uma espécie de auto-exotismo, em que o intelectual "periférico" percebe a realidade que o circunda como "exótica". O exotismo permite, por um lado, o distanciamento ante os costumes da própria sociedade, trazendo um olhar antropológico. Por outro, introduz negatividade na sua auto-representação, que leva à visão etnocêntrica das culturas populares de origem africana, indígena ou mista.

[58] ROMERO, S. *História da literatura brasileira* (1888). Ed. cit.: 2. ed. melhorada, 1902, v. 1, p. 46-7.

Bibliografia básica:

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *A literatura durante o Império*. HOLANDA, Sérgio B. de.(org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.II, 3. Vol., p. 343-355. Antonio Candido apresenta nesse texto um panorama da literatura brasileira do século XIX em que se destaca a análise do Romantismo, nas suas várias manifestações.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem*. Brasília, Ed. da UnB, 1981. Nesse livro o autor procura analisar os elementos de coesão da elite imperial que informaram sua ação política. Destaque-se o capítulo 3 no qual Carvalho aborda o papel desempenhado pela educação superior, especialmente os cursos jurídicos, como um dos principais elementos dessa coesão.

Bibliografia complementar:

Sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

Sobre literatura e pensamento social brasileiro a partir de 1870: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

5. POLÍTICA EXTERNA

A partir do início do século XIX, com a conquista da soberania política e a construção do Estado nacional, foram estabelecidas as primeiras diretrizes de política externa brasileira. De início, ela esteve condicionada a quatro variáveis: "o jogo de forças que compunham o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes, a inserção do continente americano nesse sistema, a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídico-política e, finalmente, o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da 'aliança inglesa'"[59]. Até 1828 esses elementos convergiram para um único ponto: o desejo do governo imperial em obter reconhecimento internacional da independência do país. Essa diretriz "influiu de tal sorte sobre as relações exteriores, que imobilizou as decisões até a década de 1840. A importância da política de reconhecimento está na função que desempenhou, de ponte entre as pressões externas e as decisões internas: estas se moldaram àquelas, pela via da negociação e do consentimento final. Em vez de tirar proveito do quadro internacional e das forças internas, o governo brasileiro estendeu as nações estrangeiras, na bandeja, um extraordinário poder de barganha por ele criado e por elas utilizado para realização de seus desígnios"[60]. Em troca do reconhecimento o governo brasileiro assinou tratados e fez concessões que agravaram ainda mais a pesada herança colonial. Se a organização econômica impunha uma inserção subordinada na economia mundial, de país fornecedor de matérias primas e gêneros alimentícios, as concessões determinadas pela diplomacia aprofundaram os mecanismos de dependência.

Apenas a partir de 1844 o governo brasileiro passou a adotar uma política externa de afirmação nacional em que as concessões foram substituídas por medidas que visavam prioritariamente os interesses internos. "Essa nova política externa brasileira orientou-se por quatro grandes parâmetros e uma estratégia global. Em primeiro lugar, veio a decisão de controlar a política comercial, por meio da autonomia alfandegária. (...) Em segundo lugar, veio a decisão de equacionar o fornecimento de mão-de-obra externa, pela extinção do tráfico de escravos e estímulos a imigração. (...) A terceira decisão importante foi a de sustentar as posses territoriais, pela política de limites que regulamentasse em definitivo as fronteiras nacionais. Optou-se, enfim, por

---

[59] CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992, p. 15.
[60] Ibidem, p. 23.

uma presença decisiva nos destinos do subsistema platino de relações internacionais, tendo em vista interesses econômicos, políticos e de segurança”[61].

Em 1844 expirava o tratado de comércio assinado com a Inglaterra, que estabelecia taxas alfandegárias privilegiadas para os produtos britânicos que entravam no país. A partir de então passou a vigorar nova tarifa, elevando a 30%, os direitos da maioria dos artigos, sendo que, para aqueles com equivalentes produzidos no Brasil, as taxas ficavam entre 40% e 60%. A tarifa Alves Branco, como ficou conhecida a nova política alfandegária (Alves Branco era então ministro da Fazenda e foi o autor da proposta de novos direitos aduaneiros), era “importante passo, sem dúvida, no sentido de uma política aduaneira que não tinha em vista apenas a obtenção de maiores recursos financeiros, mas que procurava, também, incentivar quer o trabalho, quer a indústria nacional”[62].

A extinção do tráfico negreiro, em 1850, por sua vez, marcou o fim de um período turbulento nas relações externas brasileiras. Desde antes da independência, a Inglaterra, interessada em ampliar os mercados consumidores para seus produtos industrializados, pressionava para que fosse extinto o tráfico de africanos para o Brasil. Realizada a emancipação política, seu reconhecimento pelo governo britânico foi condicionado a assinatura de um acordo em que o governo brasileiro comprometia-se em acabar com o tráfico, o que foi feito por lei promulgada em 1831. No entanto, a lei permaneceu letra morta e o comércio de africanos continuou a prosperar nas costas brasileiras sem sofrer qualquer tipo de empecilho, enquanto os ingleses valiam-se do acordo assinado em 1826 para aprisionar os navios negreiros e julgar os traficantes. A tensão alcançou seu clímax em 1845. O governo brasileiro recusou-se a renovar o tratado de comércio assinado em 1827 e decretou o fim da convenção sobre o tráfico que permitia os julgamentos de Serra Leoa e o direito de visita, busca e apreensão de navios negreiros, pelos ingleses. A resposta britânica foi a aprovação, em 1845, do *Bill Aberdeen*, lei que autorizava o governo inglês a mandar julgar pelo alto tribunal do almirantado as embarcações brasileiras que apresentassem indícios de serem utilizadas no tráfico negreiro, embarcações que poderiam ser capturadas pelos navios britânicos em qualquer parte do mundo.

---

[61] Ibidem, p. 59.

[62] DEVEZA, Guilherme. *Política tributária no período imperial* in HOLANDA, Sérgio B. de. (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. II, 4. V., p. 70.

Embora constituísse, uma grave violação do direito internacional e um atentado à soberania brasileira, a nova lei era a expressão da vontade da potência então hegemônica, e os protestos brasileiros não foram capazes de impedir sua aplicação. Em 1850 os ingleses passaram a invadir portos brasileiros e neles apreender e afundar navios nacionais. Naquele ano o tráfico era definitivamente extinto. Havia sem dúvida interesses internos a exigir a medida, mas a pressão inglesa foi também elemento decisivo para sua consumação.

Por fim, a política externa brasileira no século XIX teve como um dos seus principais eixos garantir o predomínio do país na região do Prata. "Após as independências, Rio de Janeiro e Buenos Aires vão administrar o secular conflito regional entre Portugal e Espanha, relativo ao domínio do estuário do rio da Prata"[63] . Para o Brasil tratava-se de garantir a livre navegação pela bacia platina de modo a proteger seus interesses comerciais na região. Em 1821 D. João VI anexava a Província Oriental do Rio da Prata (atual Uruguai) que, com o nome de Cisplatina, permaneceu como província brasileira até 1828.

Com a conquista da independência pelo Uruguai, o governo brasileiro preferiu manter neutralidade, na região. Opção que prevaleceu até a década de 1850, quando o Brasil adotou uma política de intervenção em que procurou afirmar-se como potência regional. Extinto o tráfico negreiro, com a conseqüente normalização das relações com a Inglaterra, reprimidas as últimas revoltas internas, consolidado o Estado nacional, o país conheceu um período de estabilidade política que permitiu ao novo Estado expandir seus interesses para além de suas fronteiras. "Essa expansão significava a busca de objetivos políticos, econômicos e territoriais imediatos: impedir a formação de um Estado nacional forte e unificado nas fronteiras do Sul do Império; assegurar-lhe uma posição hegemônica no continente sul-americano; garantir a livre navegação e o livre acesso ao Mato Grosso; proteger interesses comerciais e bancários brasileiros na região; realizar os interesses econômicos regionais da classe dominante escravista do Sul em relação a seus vizinhos e concorrentes do Prata; estabelecer a demarcação de fronteiras que mais conviesse aos interesses brasileiros"[64].

A nova postura intervencionista concretizou-se na guerra contra Rosas e Oribe, vencida pelo Brasil em 1852, e teve seu auge com a guerra

---

[63] CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. op. cit., p. 36

[64] SALLES, Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 47.

empreendida contra o Paraguai (1864-1870), em que o Brasil contou com Argentina e Uruguai como aliados. A vitória da Tríplice Aliança significou o fim da opção de desenvolvimento implementada no Paraguai – em que foi desprezada a aliança com o capitalismo industrial inglês em favor dos investimentos no mercado interno e na industrialização nacional – e a consolidação do Brasil como potência regional.

Texto complementar:

A GUERRA DO PARAGUAI. SALLES, Ricardo – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Entre a independência e 1850, falar em relações internacionais do Império significa, em larga medida, falar de suas relações com a primeira potência do mundo capitalista, a Inglaterra, significa falar da coerção sistemática exercida pelos britânicos no sentido da extinção do tráfico internacional de escravos e, mais tarde, da pressão pela própria extinção da escravidão. Tais ações inglesas chegaram mesmo até à vistoria e apreensão de navios em águas territoriais brasileiras. As relações entre o Império escravista subordinado e o Império capitalista dominante estabeleciam-se em terreno dominado por uma questão crucial para o primeiro e inerentemente excludente à natureza do sistema capitalista imperialista do segundo: o fim da escravidão. Um mercado de livre comércio no plano mundial era um componente essencial da expansão imperialista inglesa. A livre circulação de mercadorias – a força de trabalho incluída – era sinônimo de barateamento de produtos importados pela Inglaterra e predomínio de suas mercadorias nos mercados consumidores.

A extinção do tráfico em 1850 e, mais tarde, a questão Christie significaram uma certa estabilização nas relações dos dois países. A Inglaterra mostrou-se satisfeita com os avanços obtidos, ao mesmo tempo que constatou que ir além em suas pressões acarretaria praticamente uma situação não desejada de confronto com o governo imperial. Este, por seu turno, tampouco interessado no confronto, buscou assumir e dirigir o encaminhamento da questão da mão-de-obra, abandonando a política de concessões formais e manutenção real do tráfico e assumindo a necessidade de reformas que, ao final, resultariam no fim da escravidão.

Como bem observou Robert Conrad[65], a Guerra do Paraguai atuou justamente como um elemento de adiantamento dessas reformas na medida em que concentrou as atenções da Coroa. O que nos importa ressaltar é que esse fato demonstra a ênfase crescente que o Império vinha dando a sua política externa no Prata.

As questões platinas não eram agenda das relações internacionais do governo brasileiro, é claro, mas não contavam com o peso que teriam a partir

---

[65] CONRAD, Robert. *Os últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2. ed., 1978, p. 88 e segs.

de 1852 e, principalmente, na década de 1860. Menos que determinar, entretanto, a freqüência com que as questões platinas apareciam como tema de nossas relações internacionais, importa estabelecer como elas o faziam.

Até o início da década de 1850, a diplomacia brasileira basicamente respondia aos impulsos que vinham da região, onde predominavam as disputas entre as diversas lideranças caudilhas que haviam brotado do processo de independência.

Apenas no Paraguai, a unidade nacional e a estabilidade política, inicialmente sob a liderança de Francia e, mais tarde, sob o comando de Dom Carlos López, haviam sido atingidas logo após a independência. Entre as lideranças caudilhas do restante da região emergiu, a partir do final da década de 1820, Juan Manoel Rosas. Tornando-se a figura exponencial das províncias Unidas do Rio da Prata, basicamente ambicionava a recomposição do antigo Vice-Reinado do prata sob seu controle. Neste sentido, interferia constantemente na política uruguaia e não reconhecia a independência paraguaia. Por outro lado, teve que assegurar a soberania das Províncias Unidas contra as intervenções militares inglesa e francesa, que objetivavam a obtenção do maior número possível de vantagens comerciais na região.

Nesse quadro, que resumimos de forma bastante esquemática, o Brasil tinha alguns interesses: (1) impedir a formação de um estado nacional forte e que unificasse o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata; (2) assegurar a livre navegação pela bacia do Prata; (3) fazer valer determinadas reivindicações territoriais nas áreas de fronteira; (4) estar presente de forma marcante na política interna uruguaia; (5) garantir a não restauração da presença européia na região.

De um modo geral, foram esses mesmos objetivos que estiveram presentes na política brasileira no Prata nas décadas de 1850 e 1860. O que é característico do período anterior é que a ação brasileira não buscou sistematicamente a consecução desses objetivos. A política imperial oscilava, respondia a iniciativas que partiam, em sua maioria, principalmente de Rosas. Ora alinhava-se com a ação dos diplomatas e navios ingleses e franceses, ora reagia positivamente às iniciativas de Rosas contra a presença dessas potências[66], aceitando mesmo uma eventual aliança; mostrava uma postura de neutralidade que, entretanto, paulatinamente seria substituída por atitudes de hostilidade. Mantinha constante o apoio à independência do Paraguai e procurava evitar que os caudilhos platinos apoiassem os revoltosos farrapos

[66] Cf. SOUZA, J. A. Soares de. *O Brasil e o Rio da Prata de 1828 – A Queda de Rosas*, p. 123 em particular in *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit.

do Rio Grande do Sul (o que, entre as idas e vindas características das disputas entre os caudilhos, nem sempre ocorreu).

As razões para essa política imediata pouco clara – ainda que apoiada, como dissemos, em objetivos constantes – residiam, por um lado, na crescente tensão que se acumulava nas relações do Império com a Inglaterra no que diz respeito à questão do tráfico externo de escravos e, por outro, na instabilidade da política interna do Império.

Como já vimos, até a extinção definitiva do tráfico internacional de escravos, em 1850, as relações entre Brasil e Inglaterra deterioraram-se a tal ponto que chegaram a comprometer, ao menos aos olhos da época, a própria soberania nacional brasileira. A extinção definitiva, mesmo cedendo às pressões inglesas, contudo, terminou por ter como resultado um fortalecimento do poder imperial e dos interesses dos grandes proprietários escravistas do vale do Paraíba e da Corte. Ao assumir – no momento em que era impossível qualquer recuo, adiantamento ou tergiversação sobre a questão – como sua iniciativa da proibição efetiva da importação de escravos africanos, a Coroa esvaziou em muito as ações inglesas contra a escravatura, concentradas até aí na questão da interdição do tráfico[67]. Durante os anos 50, a Inglaterra prosseguiu com medidas de apreensão e com pressões sobre o governo brasileiro no que diz respeito às condições dos africanos escravos no território nacional, teoricamente livres. Essas pressões culminaram em 1862 com a questão Christie.

Nesse momento, o Brasil foi capaz de conduzir a disputa de uma forma que lhe era favorável e terminar por romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Com esse lance, esgotou-se momentaneamente o repertório de medidas contra o governo imperial brasileiro. Sem poder ir além (o que só poderia significar uma invasão ainda que temporária do território brasileiro) em retaliações contra o governo imperial e tendo contra si a decisão de arbitragem internacional em relação ao conflito, o governo britânico viu-se na contingência de, na primeira oportunidade, buscar o reatamento das relações diplomáticas. Para o Brasil, a questão Christie significou pôr as cartas na mesa e deixar claros os limites da pressão inglesa.

O desenlace da questão Christie (estamos falando da ruptura das relações diplomáticas mais do que seu reatamento como ponto decisivo da questão) desanuviou uma área de tensão das relações internacionais que vinha se conturbando desde a época da independência. Se não reverteu o quadro

---

[67] Para as razões da extinção do tráfico, ver Ilmar Rohloff de Mattos, op. cit., p. 221 e segs.

geral de posição subalterna do Império escravista no mundo de relações crescente capitalistas, deu-lhe tempo de respirar. Possibilitou-lhe dedicar-se mais sistematicamente a outros objetivos no plano internacional, como sua presença no rio da Prata, por exemplo.

Do ponto de vista de sua política interna, os anos 50 também significaram condições mais favoráveis para uma presença mais efetiva do Império na região platina. Como já frisamos anteriormente, esses anos marcaram o apogeu do Império. O reflexo desse apogeu e da estabilidade política interna foi o poder voltar-se para fora, para expandir o prestígio e os interesses do Estado nacional, de base escravista, além de suas fronteiras. Essa expansão significava a busca de objetivos políticos, econômicos e territoriais imediatos: impedir a formação de um Estado nacional forte e unificado nas fronteiras do sul do Império; assegurar-lhe uma posição hegemônica no continente sul americano; garantir a livre navegação e o livre acesso ao Mato Grosso; proteger interesses comerciais e bancários brasileiros na região; realizar os interesses econômicos regionais da classe dominante escravista do sul em relação a seus vizinhos e concorrentes do Prata; estabelecer a demarcação de fronteiras que mais conviesse aos brasileiros.

O pano de fundo para a realização desses objetivos imediatos era o próprio estar no mundo do Império brasileiro. Civilização que se pretendia estar em pé de igualdade com os parâmetros europeus, o Império escravista tinha não apenas que demonstrar sua adesão aos padrões culturais e políticos da Europa capitalista. Na era dos impérios, em que o capitalismo europeu se coloca o direito de militarmente civilizar seus diferentes e, para tanto, produzia culturalmente o que eram as diferenças, era necessário que mostrasse capacidade efetiva de resistência e de manutenção de suas diferenças.

Buscar um lugar mais favorável na correlação de forças internacional era essencial para o Império. Esse lugar era primordialmente possível de ser conquistado onde a afirmação de sua diferença era exeqüível em relação a seus vizinhos americanos. A escravidão, a monarquia, a origem portuguesa, a soberania do Estado sobre o vasto território nacional eram aspectos a serem ressaltados e não minimizados nas relações do Brasil com seus vizinhos platinos. Esta via indireta de afirmação de prestígio internacional era a única viável para o Império escravista em suas relações – marcadamente defensivas ante a agressividade e a superioridade do mundo capitalista – com as potências européias. Em certo sentido, o império buscava afirmar-se como uma espécie de competidor/parceiro e não como objeto das ações dessas potências na América do Sul.

A produção escravista guardava inúmeros pontos de contato com o contexto capitalista dominante que lhe permitiram, no caso da formação histórica brasileira, ser base de uma proposta de civilização contemporânea. Assim, num contexto capitalista, o Brasil escravista dispunha de uma economia dominante mercantilizada, não estava preso a formas de produção ou formações sociais que preexistissem à implantação da produção escravista, contava com uma classe dominante que impunha seus objetivos hegemônicos sobre o conjunto da sociedade, colocando-se em condições de construir um aparato de Estado centralizado capaz de gerir o conjunto dos recursos sob sua administração.[68]

Nessa perspectiva, a presença do Brasil na região platina se dava como a de um outro império. Um império que, na sua relação complementar, subordinada e contraditória com o pólo dominante capitalista das relações internacionais, tinha que se apresentar como concorrente, condição necessária para buscar sua sobrevivência. Ele marcava sua diferença em relação às potências capitalistas centrais não por meio do enfrentamento direto, mas na acentuação de suas diferenças com seus vizinhos, que se apresentavam mais fracos mais gelatinosos em relação a essas mesmas potências. Obter uma posição hegemônica – mesmo que regional – no plano internacional era, ao mesmo tempo, resultado e elemento da consolidação da hegemonia interna da classe escravista. O Estado imperial deveria mostrar-se capaz de exercer seu controle sobre o conjunto da nação – incorporando, remodelando e hierarquizando interesses distintos – e também de afirmar e legitimar esses interesses, cada um deles presente e reconhecido nos objetivos gerais da nação.[69]

---

[68] Jacob Gorender (*O Escravismo Colonial*, op. cit.) Eugene Genovesse (*Économie Politique*..., op. cit.) conseguem realizar uma análise da economia escravista colonial seguindo em larga medida o modelo interpretativo de *O Capital*. O mesmo exercício em relação a outras formas de produção coloniais não escravista – e, arriscaríamos dizer, a outras formas de produção pré-capitalistas – resultaria rigorosamente falso e esquemático. Por outro lado, é, interessante ressaltar a observação de Genovese (*O Mundo dos Senhores de Escravos*, op. cit.), de que diversas formas de produção escravistas no mundo não resultaram em formações sociais escravistas, em especial aquelas formas de produção de origem mais recente, no contexto internacional capitalista. Nestas áreas, o dono de escravos era mais um empresário capitalista que um senhor de escravos no sentido de uma classe social específica. O recurso da utilização da mão-de-obra escrava, assim como havia sido utilizado para maximização dos ganhos, poderia ser abandonado tão logo isso se mostrasse uma necessidade para otimização de ganhos dentro de uma ótica tipicamente capitalista.

[69] Não por acaso, o conceito de hegemonia, que redefine e hierarquiza distintos interesses particulares, refere-se a noções como nação, pátria, povo, etc. A identidade desses interesses distintos e contraditórios é ressaltada na afirmação de sua diferença em relação a outros conceitos igualmente genéricos presentes no mundo do externo.

Mais que uma estratégia conscientemente concebida, essa era a única via de afirmação internacional possível para o Império escravista. A expansão da hegemonia da classe dominante escravista em direção ao Prata era uma construção positiva que dava continuidade às origens históricas advindas da política portuguesa colonial na região. A resistência às pressões britânicas pela supressão do tráfico internacional de escravos e da própria escravidão era expressão de um defensivismo incômodo em relação às mesmas origens históricas advindas da política portuguesa da época colonial.

Lidia Besouchet, ao buscar uma definição para a linha aparentemente incoerente, com avanços e retrocessos, da política brasileira em relação às questões platinas, nos oferece uma boa descrição daquilo que acima buscamos situar, ao afirmar que:

> ... nossa política exterior, longe de ser um reflexo de realidades estruturadas, era uma política de antecipações na maioria dos casos. Correspondia a grupos, a minorias, a aspirações regionais, às vezes a interesses nacionais, mas sem a força polarizadora de uma solução. Freqüentemente o procedimento do Brasil espelha essa incoerência, e sua rebeldia, mediante certos atos, diante de Estados poderosos só pode ser explicada pela falta de maturidade de nossos interesses econômicos.[70]

O que buscamos demonstrar, no entanto, é que essa política externa era exatamente o fruto de interesses econômicos maduros que por sua natureza social escravista, estavam na contramão do movimento dominante no nível internacional de universalização das relações capitalistas. Os pontos de contato entre escravismo brasileiro e o contexto internacional capitalista permitiram, num primeiro momento, a maturação da sociedade escravista só para, num segundo momento, deixar transparecer a acentuação das diferenças.

A contramão do movimento histórico dominante no que diz respeito à região platina significava basicamente a busca de uma construção/ consolidação de uma hegemonia regional.

Enquanto a tentativa de Rosas de estabelecer uma hegemonia regional a partir de uma reunificação das províncias que compunham o Vice-Reinado do Prata era um projeto carente de base social mais ampla, o mesmo não acontecia com o Brasil escravista. A maior unificação dos recursos materiais e morais no plano nacional permitia que a Coroa alimentasse esse sonho e que efetivamente buscasse torná-lo realidade. Aquilo que em Rosas era em

---

[70] BESOUCHET, Lidia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco*. Ensaio Histórico-Biográfico, op. cit.

grande parte retórica, sustentado no peso econômico, demográfico, militar e diplomático do Império, foi ação política concreta.

Em cartas ao ministro dos Negócios da Guerra de 19 de março de 1868, Caxias deixava clara a visão da presença hegemônica brasileira na região. A citação é importante por expressar não apenas a opinião de um militar, mas de um político conservador de peso. Ele assim demonstrava seu contentamento sobre a passagem de Humaitá pela esquadra brasileira, ao sentir a necessidade de "...transmitir aos nossos bravos o reconhecimento e gratidão do governo e do povo pela conquista da paz, e da nossa futura supremacia na América do Sul"[71].

A busca de uma "futura supremacia na América do Sul", entretanto, se era um projeto que indicava a maturação econômica, social e moral da civilização escravista do Segundo Reinado, estava no limite e mesmo além de suas forças. O triunfo brasileiro foi como que uma vitória de pirro, nem tanto por suas perdas militares, mas porque se inscreveu no quadro geral de crise – que muito contribuiu para acentuar – do escravismo e do regime monárquico que se desenvolveu a partir da década de 1870 do século passado. A vitória brasileira expressou, a um só tempo, o triunfo e os limites da vontade imperial, como bem coloca José Maria Rosas: "Nos esteiros paraguaios se afundaria o grande Paraguai de Francisco Solano López, mas também o Brasil imperialista de Pedro II."[72]

Tendo analisado as determinações mais gerais da política brasileira no Prata, cabe determo-nos no exame dos fatos imediatos que antecederam a deflagração do conflito.

Como já vimos no capítulo anterior, o Paraguai, quando iniciou as hostilidades, o fez a partir de um pedido de ajuda do governo *blanco* uruguaio contra a intervenção brasileira. O governo paraguaio alegou que a invasão brasileira do Uruguai alterava o equilíbrio de força da região.[73]

---

[71] *Cartas, Reservados e Confidências referentes à campanha do Paraguai* (1867-69). Arquivo Nacional, Códice 924.

[72] ROSA, José Maria. Op. cit., p. 26. É interessante notar que o mesmo não sucedeu com a Argentina. Apesar de durante a guerra ter-se visto crescentemente envolvida em revoltas internas, tendo diminuído sua colaboração militar a níveis simbólicos, e de não ter obtido todas as vantagens territoriais que almejava, os anos que se seguem ao fim do conflito são de grande prosperidade parai o país. Conferir Ricardo Caballero Aquino, op. cit., p. 9.

[73] Em 30 de agosto de 1864 o ministro paraguaio Berges entregou nota ao representante brasileiro em Assunção considerando que o "...Paraguai julgará qualquer ocupação de território oriental... como atentatório ao equilíbrio dos Estados do Prata, descomprometendo-se, desde logo de toda responsabilidade das ulterioridades". Citado por José Maria Rosa, op. p. 142.

Comentando a questão do equilíbrio de forças no Prata, principal alegação paraguaia para inicio das hostilidades, Ricardo Caballero Aquino considera que tal equilíbrio na verdade não existia, sendo o Brasil a potência claramente hegemônica na região[74]. Ainda que, do ponto de vista da comparação dos recursos demográficos e materiais, tal predomínio brasileiro possa ser facilmente constatado, se consideramos o jogo político imediato entre as nações platinas, a situação se apresentava mais complexa.

A partir da derrota de Rosas em Caseros em 1852 e ao longo de toda década de 1850 e início dos anos 60, a política externa brasileira vinha progressivamente ganhando forma no sentido de exercer concretamente a possibilidade de predomínio que sua situação demográfica e material lhe conferia. Entre uma situação de desequilíbrio estrutural de forças e uma política externa expancionista concreta, houve toda uma série de mediações conjunturais presentes no jogo entre as nações. A intervenção militar brasileira no Uruguai e o apoio ou, pelo menos, a aquiescência argentina a essa intervenção davam uma forma bastante ameaçadora e concreta, do ponto de vista paraguaio, ao desequilíbrio de forças, estrutural da região. Isso parecia tão mais verdadeiro quando consideramos o quadro mais geral de pressões brasileiras ao longo da década de 1850 pela abertura do rio Paraguai à livre navegação (obtida em 1858) e a tradicional hostilidade argentina em relação ao Paraguai.

O governo paraguaio poderia considerar – como de fato considerou – a conjuntura resultante do sucesso da intervenção militar brasileira no território oriental algo mais amplo que a mera deposição do governo *blanco*, hostil aos interesses brasileiros. A neutralização do Uruguai e os entendimentos entre Brasil e Argentina isolavam completamente o governo paraguaio. Toda a ação brasileira no decorrer da crise uruguaia mostrava claramente uma crescente disposição de nosso governo em resolver suas pendências no Prata pela via militar. O temor paraguaio de se tornar o próximo alvo brasileiro parecia bastante razoável.

Contudo, dois fatos são evidentes na situação como ela se apresentava naquele momento:

1. o Brasil não só não estava preparado para uma guerra como o Paraguai, como também não esperava que a reação de López se

[74] AQUINO, Ricardo Caballero <u>*in*</u> Juan Crisóstomo Centurión, op. cit., p. 17 e segs. A opinião está baseada no trabalho de Diego Abende, *Los Orígenes de Ia Guerra Triple Alianza*, Buenos Aires, Nizza, 1948.

desse no campo militar – até mesmo por subestimação do poderio militar paraguaio e superestimação do valor militar da Marinha imperial;

2. a política externa de López tendia ao abandono do isolacionismo tradicional paraguaio e apostava na construção de um poderio militar para fazer valer seus interesses. A mediação de López no conflito civil argentino em 1859 e a construção de um poderoso exército são indicadores dessa mudança de rumo na política externa guarani.

Mesmo que as vistas brasileiras estivessem se voltando cada vez mais para o Paraguai, não havia ainda uma iminência de guerra que justificasse a atitude paraguaia como uma ação militar defensiva. A combinação de recursos diplomáticos, no sentido de romper seu isolamento e alertando para o perigo de uma hegemonia brasileira clara na região, e de uma atitude de firme oposição ao possível estreitamento do cerco brasileiro, sustentada num poderio militar razoável, era ainda um caminho possível e – arriscaríamos prever sobre fatos acontecidos – com maiores chances de êxito para López.

É fácil ver hoje que López, ao superestimar seu poderio militar, as contradições entre Brasil e Argentina e, particularmente, as contradições internas a este último país, arriscou em uma só cartada a sorte do Paraguai. Sua tenacidade e determinação, aliadas ao heroísmo quase sem limites do povo guarani, prolongando indefinidamente o conflito e resultando na extenuação do Brasil vitorioso, não permitem dúvidas sobre isso. Em momento algum do conflito o Paraguai esteve perto da vitória, e após a derrota naval de Riachuelo, em junho de 1865, sua sorte estava selada.

O fato é que, em 1865, o Brasil viu-se, em parte como resultado de sua política de busca de hegemonia no Prata, em parte devido à escolha paraguaia do caminho da resistência militar a essa política, envolvido numa guerra de proporções nunca antes – e tampouco posteriormente – experimentadas.

Bibliografia básica:

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992. Trata-se do mais recente esforço de síntese da história da política externa brasileira, em que se procura analisar as diretrizes diplomáticas à luz das principais questões políticas e econômicas de cada período. Na primeira parte do livro, *A conquista e o exercício da soberania (1822-1889)*, são apresentadas as diversas fases da política externa imperial.

Bibliografia complementar:

Sobre a Guerra do Paraguai: SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Sobre a Guerra contra Oribe e Rosas: SOUSA, J. A. Soares. *O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas*. HOLANDA, Sérgio B. de (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.II, 3. Vol., p.113-134.

6. CRISE DO REGIME MONÁRQUICO

Vários foram os elementos que determinaram a crise em que submergiria o regime monárquico, a partir da década de 1870. Em primeiro lugar, as contradições inerentes à própria monarquia brasileira tomaram vulto, uma vez vencida a guerra contra o Paraguai. “É nas duas décadas anteriores à proclamação da república que mais claramente sobem à tona numerosas contradições íntimas do sistema político do império: contradição entre o princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente entre uma carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita que pende para o parlamentarismo”[75]. A corrupção, a ausência de representatividade, o excessivo poder do imperador, elementos que sempre estiveram presentes na monarquia brasileira, tornavam-se agora fatores de desgaste do regime, agravados pela prolongada guerra contra o Paraguai. As despesas com a manutenção do conflito pesavam sobre o Tesouro público e, indiretamente, sobre a população que enfrentava constante aumento do custo de vida. De outro lado, a necessidade de dar uma resposta ao problema da mão-de-obra, a iniciativa do governo em abolir a escravidão gradualmente, com a Lei do Ventre Livre, divorciava o Estado de sua principal base de sustentação, os barões do café.

Mas a contradição que mais pesava sobre o regime era, sem dúvida, aquela que opunha o setor mais dinâmico da economia nacional a um jogo político engessado pela tradição imperial. Ao final do século XIX, São Paulo, principal produtor de café do país, província mais rica do Império, não desfrutava no governo central de espaço político correspondente a sua importância econômica. O caminho da construção do Estado nacional fora sedimentado por negociações e arranjos que procuraram satisfazer os grupos regionais mais poderosos nas primeiras décadas do século XIX. Assim, na composição da Câmara dos Deputados e na nomeação dos ministérios preponderavam os representantes da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.

Além disso, o governo provincial paulista havia enfrentado solitariamente o problema de encontrar trabalhadores para substituir os escravos

---

[75] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Do Império à República*. op. cit., p. 68.

africanos nas fazendas de café. A imigração européia em massa só se tornou possível graças ao financiamento da vinda dos imigrantes pelo governo de São Paulo. Mas a necessidade de obter mais recursos para subsidiar a imigração, por meio de empréstimos externos, e os limites que o alto grau de centralização do regime monárquico impunha à atuação do governo provincial tornavam desejável, para os cafeicultores, reformas que garantissem maior autonomia regional. Assim, o federalismo tornou-se a principal bandeira dos proprietários paulistas, interessados em gerir os negócios públicos provinciais de modo a garantir a expansão da produção cafeeira. Federalismo era entendido então como liberdade para os produtores manterem relações diretas com o mercado externo. "As campanhas em favor da descentralização, e de uma federação das províncias, não constituíam novidades no império, mas parece indiscutível que ultimamente haviam surgidos fatores novos para que ela ganhasse outra dimensão, mormente nas partes onde a prosperidade econômica era maior, e que se sentiam asfixiadas pelo regime centralizador. O federalismo, que se exacerba ao ponto de confundir-se com o separatismo franco, é uma forma extrema da reação contra esse regime. O mais freqüente é traduzir-se, essa reação pela idéia de uma república federal. Não parece de estranhar, pois, se o Partido Republicano se tornou em São Paulo, muito antes, e muito mais do que nas outras províncias, uma força poderosa, coesa, organizada, apta, por isso, a assumir posição de hegemonia, ao desaparecerem, depois de 1889, os freios que limitam a expansão de suas energias"[76]. O Partido Republicano Paulista (PRP) foi fundado em 1872 e, ao contrário dos núcleos criados nas demais províncias, não contava apenas ou principalmente com setores urbanos, mas congregava também inúmeros cafeicultores da região oeste.

O ideal republicano não era novo no Brasil. Antes mesmo da independência, a bandeira republicana fora desfraldada na insurreição de 1817, em Pernambuco, e depois retomada em revoltas contra o governo central, como na Farroupilha. Mas foi apenas a partir da década de 1870 que o movimento republicano encontrou condições propícias para propagar-se. O aprofundamento das contradições do regime monárquico, a insatisfação crescente dos setores urbanos favoreceram a proliferação de clubes e partidos republicanos por todo o país. Além disso, o movimento seria fortalecido pelo surgimento de, um novo ator no cenário político nacional – o Exército – a pleitear papel mais destacado no centro de poder. Com a guerra contra o

[76] Ibidem, p. 279.

Paraguai o Exército fortalecera-se e seus oficiais exigiam maior participação política, de modo a atender seus interesses corporativos, de um lado, e, de outro, para sanar o que consideravam os vícios da política civil. Até então o Exército fora uma instituição secundária frente o papel desempenhado pela Guarda Nacional na manutenção da ordem interna. Com a deflagração da guerra em 1864 o Estado foi obrigado a direcionar maiores recursos para aparelhar a única corporação capaz de enfrentar o inimigo externo. Mas essa ampliação dos efetivos militares não era suficiente para neutralizar os 30 anos de abandono a que fora relegado o Exército profissional. Os oficiais ressentiam-se da precariedade de condições em que se encontrava a corporação, deficiente de infra-estrutura material e de homens bem formados. A guerra lhes mostrara a oposição entre os interesses militares, do ponto de vista da eficácia, e a política imperial, tal qual era praticada. O clientelismo, o patronato, a corrupção interferiam diretamente na vida militar, fosse pela promoção de oficiais incompetentes mas com bons padrinhos no ministério, fosse por se constituir em obstáculo à ação imediata, sempre dependente das decisões de políticos corruptos. Disseminou-se então entre os oficiais a idéia de que era preciso acabar com a corrupção não só para o bem da corporação mas principalmente para salvar o país. Para esses oficiais apenas o Exército, cujo patriotismo havia sido comprovado no campo de batalha, estava habilitado a conduzir a política tendo em vista tão somente o bem da pátria. "A visão de que entre a Nação e o Estado, entre as classes, os escravos e o Império, havia um estamento cívico, provado na luta, que merecia respeito e queria exercer poder, começou a generalizar-se entre os oficiais. Nascia assim um sentimento de pertencer a uma espécie de ordem privilegiada, mas cujo privilégio, na ideologia de seus membros, derivava de abstinências e privações: um espírito de renúncia material que deveria compensar-se pela ampliação dos poderes de interferir 'para o bem da pátria'. O *esprit de corps* militar surgia por meio de uma espécie de fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que ela se objetivasse, entretanto, faltava a substância transfigurada que lhe daria o contorno real: um Estado Reformado"[77].

Assim, em novembro de 1889, oficiais do Exército proclamavam a República, num movimento que nada mais foi do que uma quartelada, porém vitoriosa, pois contava com o decidido apoio dos cafeicultores paulistas.

[77] CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente - Campos Sales*. FAUSTO, Bóris (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, T. III, 1. Vol., p. 28.

O regime monárquico acabava, vítima de transformações econômicas e sociais a que não fora capaz de adequar-se. Instaurava-se um novo regime em que não apenas novas instituições foram adotadas, mas também novas forças sociais passaram a ter controle sobre o Estado, articulando um novo sistema de dominação.

Texto complementar:

DA MONARQUIA À REPÚBLICA. COSTA, Emília Viotti da. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

As contradições do sistema e as novas aspirações
O ideal de federação

As transformações econômicas e sociais que se processam durante a segunda metade do século XIX acarretam o aparecimento de uma série de aspirações novas provocando numerosos conflitos. Os meios industriais pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional. Os fazendeiros do oeste paulista almejavam uma política favorável à imigração. Já os senhores de engenho ou fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de numerosos escravos, eram contrários a essa orientação preferindo estimular a criação de núcleos coloniais. Alguns grupos urbanos não comprometidos com o sistema escravista empenhavam-se na abolição e pleiteavam maior representação na vida política do país, exigindo a substituição do sistema de eleições indiretas que propiciava a preponderância dos grupos tradicionais pela eleição direta. Os setores interessados no desenvolvimento da imigração sentiam as dificuldades resultantes do fato de ser a religião católica declarada do Estado, e pleiteavam a separação entre Igreja e Estado. Havia ainda problemas decorrentes da penetração do capitalismo internacional em vários setores tais como redes ferroviárias, gás, iluminação de ruas, instalação de engenhos centrais, criação de bancos, comércio de exportação e importação e outras atividades rendosas, que, eram monopolizadas por estrangeiros. O crescimento da população urbana por sua vez gerava reivindicações novas referentes à instalação e ampliação da rede de esgotos, água, melhor iluminação, abastecimento de gás, linhas de bonde, etc.[78]

Face a tantas contradições a solução parecia estar no sistema federativo. A excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela da opinião pública que considerava tal sistema um entrave ao desenvolvimento do país e à solução dos problemas mais urgentes. A idéia federativa adquiria assim maior prestígio.

Não se tratava de uma idéia nova, apenas ganhava uma nova substância. Por ocasião da independência fora invocada em defesa da ordem tradicional e de antigos privilégios. Era expressão não só das diferenças

---

[78] *Revista Ilustrada 14* (540), 16 de março de 1889. Veja-se ainda *Revista Ilustrada* 17 de agosto de 1882.

regionais como da longa tradição descentralizadora que caracterizava a vida na colônia, onde cada região parecia entender-se melhor com o governo da Metrópole do que com o vice-rei. Vencera, entretanto, o princípio unitário, favorecido pela conjuntura interna e internacional. O exemplo dos povos sul-americanos, que se tinham demonstrado incapazes de manter unido o antigo Império espanhol e que viviam ameaçados por agitação e lutas intestinas, serviria de argumento àqueles que consideravam a monarquia unitária e centralizada a melhor solução para os problemas brasileiros.

A identificação entre poder político e econômico e a ausência de conflitos fundamentais entre os grupos dominantes favoreceram a sobrevivência desse regime durante longo período, até que as contradições e conflitos gerados pelas transformações que se processam na estrutura do país, e o desequilíbrio crescente entre poder econômico e político puseram em xeque as soluções tradicionais, dando novo vigor à idéia federativa, que de resto nunca chegou a desaparecer, figurando entre as reivindicações teóricas do Partido Liberal e do Manifesto Republicano de 1870, onde se lê: “O regime federação baseado na independência recíproca das Províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e defesa exterior, é aquele que adotamos”.

A partir de então o ideal federativo ganhou maior número de adeptos. Em 1885, num célebre discurso proferido na Câmara dos Deputados, Nabuco assinalava a conveniência da Monarquia levar a cabo a concretização do ideal que existia desde os tempos da independência. Justificando a necessidade da Federação dizia que as grandes distâncias impediam uma administração eficaz. As diferenças regionais eram outro argumento a favor da idéia: tão diferentes se apresentavam os problemas do nordeste e do centro, os do sul discrepavam tanto das demais regiões, que era impossível dar-lhes uma administração uniforme. Era evidente que se impunha maior autonomia local. Interesses diferentes, ditados pela diversidade regional, não comportavam administração homogênea, emanada de um centro distante, onde se desconheciam os problemas regionais[79].

---

[79] Não era muito diferente desta a argumentação usada sessenta anos antes pelos revolucionários pernambucanos. No jornal de Frei Caneca, *Typhis*, de 8 de julho de 1824, escrevia-se: “O Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um Estado federativo. A grandeza do seu território, as diversíssimas riquezas do seu solo, os diversos caracteres dos povos que o habitam que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias, a simplicidade dos seus costumes que os habitam para a prática das virtudes republicanas” (...), *Obras políticas literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, colecionada pelo comendador Antônio Joaquim de Melo, tomo 1, 1. ed., Recife, 1875.

A absorção crescente das províncias pelo Estado consultava à prosperidade do país e a dívida pública avultava ano para ano, onerando as províncias. No seu entender, isso levaria fatalmente às idéias separatistas: “o grande perigo”, “o maior desastre” de que só a federação poderia nos afastar decisivamente. Firmada sob o Império que lhe tolheria os abusos e corrigiria os possíveis excessos, a federação levaria o país, com segurança, ao regime democrático e à República.

Apresentava nessa ocasião com a assinatura de 38 deputados liberais um projeto propondo que os eleitores fossem consultados e que lhes fossem concedidos poderes especiais para na própria legislatura reformarem os artigos da Constituição necessários à transformação do país em federação. Propunha o projeto que se convertesse em artigo constitucional a seguinte proposição: “O Governo do Brasil é uma monarquia federativa em tudo o que não disser respeito à defesa externa e interna do Império, à sua representação no exterior, à arrecadação dos impostos gerais e às instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger efetivamente os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros. Os governos provinciais serão completamente independentes do poder central”.

O projeto não chegou a ser transformado em lei e só com a República foi alcançado o seu desiderato.

A apreensão de Nabuco, quanto às possibilidades de se desenvolverem idéias separatistas no país, não era de todo infundada. Ao fazer essa afirmação pensava certamente em alguns pronunciamentos feitos em São Paulo, por políticos de prestígio.

O separatismo consubstanciava em São Paulo os anseios e aspirações das zonas progressistas.

Contradições entre o poder político e o poder econômico: separatismo

As idéias separatistas nasciam do profundo desequilíbrio entre o poder político e poder econômico que se observara nos fins do Império, oriundo do empobrecimento das áreas de onde provinham tradicionalmente os elementos que manipulavam o poder concomitantemente do desenvolvimento de outras áreas que não possuíam a devida representação no governo.

A prosperidade do Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX devida à expansão cafeeira, tinha dado origem à aristocracia dos barões do café que ao lado dos senhores de engenho representavam a parcela mais importante da sociedade, controlando a vida econômica, social e política da nação, direta ou indiretamente por meio de seus prepostos. Com o passar do

tempo, entretanto, as oligarquias tiveram abaladas suas bases econômicas. A crise que atingiu a economia e o declínio de produtividade das fazendas de café do Vale do Paraíba enfraqueceram aqueles núcleos de poder. Enquanto isso, as fazendas de café do oeste paulista passavam a liderar a exportação. A partir de 1880, a região se converteu numa das mais dinâmicas do país. Sua representação política, no entanto, era relativamente pequena.

Observando-se os quadros políticos do Império verifica-se que em 1889, entre os senadores, apenas três, num total de 59, provinham de São Paulo: o barão de Souza Queiroz, nomeado em 1848, Joaquim Floriano de Godoi, nomeado em 1872 e finalmente Antônio da Silva Prado que se tornou senador em 1887. O número de senadores paulistas equivalia ao do Pará, enquanto Sergipe, Alagoas, Paraíba tinham dois, Bahia, seis, Minas contava dez, Pernambuco seis e Rio de Janeiro cinco, São Paulo tinha na Câmara dos Deputados uma bancada composta de nove deputados, enquanto Ceará dava oito deputados, Pernambuco 13, Bahia 14, Município da Corte e Rio de Janeiro 12, Minas Gerais, vinte. Analisando-se os componentes dos ministérios verifica-se igualmente que foram raros os representantes do oeste paulista que figuraram como ministros. O mesmo se observa no Conselho de Estado onde predominavam representantes de outras regiões, principalmente do Vale do Paraíba, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul.[80] O que era mais grave é que até mesmo na presidência da província, obedecendo aliás a uma norma seguida na época, predominavam elementos oriundos de outras regiões.

De tudo isso resultava profundo descontentamento dos paulistas que se, sentiam ao mesmo tempo orgulhosos de suas empresas, prejudicados em seus interesses e cerceados em suas iniciativas, pela excessiva centralização. A idéia de federação encontraria assim entre eles numerosos defensores. Os mais extremados chegariam a falar em separação. A maioria consideraria a República a solução ideal para esses problemas.

Não seriam muitos nessa época os adeptos das idéias separatistas. Certamente bem menos numerosos do que em 1932, quando os mesmos argumentos foram invocados para justificar a luta revolucionária que isolou São Paulo do país, mas a simples presença dessas idéias demonstra o quanto eram graves as tensões no período final do Império.

---

[80] *Organização e Programas ministeriais. Regime parlamentar no Império,* 2 ed., Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Negócios interiores, Arquivo Nacional, 1962; Santanna Nery refere-se a quatro senadores por São Paulo num total de 60 equivalentes ao Ceará, Pará, Maranhão 4, Rio Grande do Sul 3, Minas 10, Rio de Janeiro 6, Bahia 7, Pernambuco 6 (NERY, Santanna, *Le Brésil en 1889*, Paris, 1889, p. 202).

Em 1877, ao inaugurar-se a estrada de ferro São Paulo-Rio, Ferreira de Menezes, publica na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro um artigo transcrito na *A Província de São Paulo* a 7 de julho comentando a atitude dos paulistas: – "O paulista, pela iniciativa é poeta, poeta do progresso, poeta prático. Seus versos são estes: boas estradas, máquinas, navegação, lavoura, melhoramentos". "Ama-se (a si mesmo) e por isso é bairrista como nenhum povo. A seus olhos a primeira qualidade que pode por graça de Deus tocar a uma criatura é ser Paulista." "O amor próprio alcança já o sonho de independência. Um país independente, o querido torrão, eis a idéia que sorri-lhes, dia e noite. Todos os anos, somam os paulistas o que receberam do governo geral e comparam com o que deram ao mesmo, ora como já dão mais do que recebem, em sendo como são homens positivos, poetas práticos, já murmuram: Por que não havemos de ser Independentes?"[81]

Eram as primeiras manifestações da "mística dos paulistas" e do espírito separatista que se converteram em mitos poderosos durante a Primeira República e que ainda hoje são cultivados por indivíduos que vivem presos ao passado.

Um dos principais advogados dos ideais separatistas foi Martim Francisco, que desde 1879 lamentava na Assembléia Provincial "tanta riqueza mal barateada, uma província que só por si poderia constituir um Estado e que em menos de dez anos de paz e de trabalho seria a primeira potência da América do Sul" e que no entanto "em virtude do desgoverno podia ter por horizonte a bancarrota e o descrédito".

Dois anos depois, em circular ao eleitorado paulista, lembrava altivamente que prezava mais o título de paulista do que o nome de brasileiro. Em 1884, reclamava que a sua província não era levada em consideração pelo poder central: quando queremos progredir, dizia, "ostentam-se contra nós os anéis da engrenagem centralizadora, ocupam nossos empregos com gente estranha à nossa vida, aos nossos interesses e aos nossos meios de ação...".

Na ocasião, perguntando-lhe Lourenço de Albuquerque a que atribuía a infelicidade da província de São Paulo, respondia: "ao pouco valor de sua deputação. Cada deputado paulista representava no mínimo 1500 eleitores enquanto cada deputado do norte representavam no máximo 800".

Anos mais tarde, num artigo intitulado "Verdades Amargas", voltava ao assunto comentando que cada deputado provincial representava mais de

---

[81] Cit. *in* ALMEIDA, Tácito de. *O movimento de 1887*, São Paulo, 1934, p.17.

42 mil habitantes e que segundo esta proporção a província do Ceará não poderia ter dez deputados provinciais.[82] "A população de São Paulo era de um milhão e quinhentas mil almas. Cada um dos nove deputados gerais paulistas representava mais de cento e sessenta e seis mil almas, isto é, quase o dobro da população do Espírito Santo que elegia dois deputados e quase três vezes a do Amazonas que elegia dois deputados. Por outro lado, feita por distrito a eleição senatorial, cada senador paulista representaria trezentas e setenta e cinco mil almas, isto é, cinco vezes a população do Rio Grande do Norte".

Suas queixas não paravam aí. Tão grave quanto a exigüidade, da representação paulista, parecia-lhe a má distribuição da renda arrecadada na Província, que se evadia para os cofres do governo geral. A Província de São Paulo pagava ao governo geral cerca de 20.000.000$000 por ano, dele recebendo apenas 3.000.000$000. A injustiça era tanto mais flagrante, quanto a Província de São Paulo contribuía com a sexta parte da renda total do Império. Só a alfândega de Santos em três meses compensava toda a despesa que o governo geral fazia com os paulistas durante o ano. A arrecadação das câmaras municipais de São Paulo era superior à média das rendas das províncias do norte do Império excetuando-se, Pernambuco, Bahia, Pará, Alagoas e Maranhão e correspondia a quase o quádruplo da renda provincial do Espírito Santo. A renda do município de São Paulo excedia, segundo seus cálculos, ela sozinha, à renda da província do Piauí.[83]

Os motivos pareciam-lhe suficientes para justificar a linguagem separatista que passou a usar definitivamente a partir de 1887, ora sob o pseudônimo de Nemo, ora assinando ele próprio seus artigos, fazendo cálculos, invocando estatísticas, insistindo na injustiça que vitimava São Paulo.

"— Ando desconfiado", dizia certa ocasião, "que meus comprovincianos descendem em linha reta de Jesus Cristo. Este pagou todas as culpas do gênero humano, aqueles (os paulistas) pagam todos os desfalques no norte, e todas as conseqüências da incapacidade dos ministros.

A ironia que extravasava em seus discursos atingiu o máximo numa divertida comédia que escreveu procurando demonstrar os males que

[82] Note-se que a Província do Ceará elegeu oito deputados.

[83] Comparando-se a receita da Província de Minas Gerais com a de São Paulo, verifica-se que a primeira, possuindo no Senado 20 deputados e 10 senadores (1883), tem uma receita de 1.932.628, enquanto São Paulo, cuja bancada era composta de nove deputados e quatro senadores, possui uma receita de 9.164.757. Esse desequilíbrio se acentua nos últimos anos do Império com o desenvolvimento crescente da economia cafeeira no Oeste paulista. A população de São Paulo foi a que mais cresceu em todo país entre 1872 e 1888 (35%) – Santanna Nery, op. cit.

resultavam da “ruinosa” associação: São Paulo-Brasil. Na peça, a Província de São Paulo aparece simbolizada no irmão rico, explorado por todos, que, ao final, resolve se separar da família sob os protestos e desmaios gerais dos demais personagens: Amazonas e Pará: “negociantes de borracha gêmeos”, Maranhão: “professor aposentado”, Ceará: “filiante de refrescos”, Piauí: “fazendeiro endividado”, Pernambuco: “Leão sem juba”, Paraíba: “ilustre desconhecida (usa vestido de cauda)”, Alagoas: “namorada do tesouro público”, Espírito Santo: “hoteleiro desempregado”, Rio de Janeiro: “velho feitor”, Município Neutro: “Bilontra e Capoeira”, Paraná: “Trabalhador de braços atados”, Santa Catarina: “moça que promete”, Rio Grande do Sul: “Curatelato de farda”, Goiás: “inutilidade modesta”, Minas Gerais: “mulher séria e devota”, Bahia: “mãe paralítica”, Mato Grosso: “Assalariado sem serviço”, e, “Pai da tribo”, “magnífico recebedor”, facilmente, identificável com o governo central. Os personagens acostumados a viver à custa de São Paulo não se conformam com a decisão de São Paulo, “pagador geral do Império”, de abandonar a família para ir viver sozinho.[84]

O ano de 1887 inaugura-se com uma série de artigos, panfletos e livros pregando o separatismo. As divergências surgidas a propósito da abolição da escravatura, as questões referentes à imigração, o desejo de dispor livremente das verbas arrecadadas na província, a impressão de progresso, tudo isso criava no oeste paulista uma situação propícia ao desenvolvimento do espírito separatista e o movimento recrudescia.

O jornal republicano *A Província de São Paulo* iniciava a partir de 12 de fevereiro desse ano uma série de artigos de cunho separatista. Data também dessa época a publicação de obras que exibiam o sugestivo título de *Pátria Paulista*. Alberto Salles, irmão de Campos Salles, jornalista, republicano e positivista, estudava em seu livro *A Pátria Paulista* o problema da separação, à luz da biologia e da sociologia.[85] “Já não é lícito mais duvidar: a aspiração separatista é uma realidade”, escrevia aludindo ao número crescente de adesões à idéia separatista.

Mais ou menos na mesma ocasião J. F. de Barros numa obra também intitulada *A Pátria Paulista*[86] defendia ponto de vista semelhante: — “Quanto à nacionalidade, é escusado dizer que sou paulista”, escrevia num tom desafiante; “como político, sou republicano militante, separatista a todo transe,

---

[84] FRANCISCO, Martim. *São Paulo independente, propaganda separatista,* São Paulo, 1887.

[85] SALLES, Alberto. *A pátria paulista,* Campinas, Tip. da Gazeta, 1887.

[86] BARROS, J. F. A *pátria paulista,* São Paulo, Tip. da Província de São Paulo, 1887.

como cidadão tenho o gozo de todos os direitos civis e políticos, como particular vivo independente do governo ou qualquer entidade, dos rendimentos de meus estabelecimentos industriais, onde dou a ganhar a mais de cinqüenta homens livres".

Sob o título de *Cartas a Feps*, pseudônimo de Pacheco e Silva, Fernando de Barros escreveu meses a fio n' *A Província de São Paulo*, pregando o separatismo. Certa ocasião comentou: "Como não será bonito quando São Paulo puder mandar anunciar no *Times* ou no *New York Herald* e outros jornais do antigo e novo mundo o seguinte: A província de São Paulo, tendo liquidado os seus negócios com a antiga firma Brasil Bragantino Corrupção e Cia. declara que constitui-se em Nação Independente, com a sua firma individual. Promete em suas relações com outras nações manter a boa fé em seus negócios, retidão altivez e dignidade, em vez de duplicidade, velhacarias e covardias da antiga firma...".

A partir de fevereiro, Francisco Eugênio Pacheco e Silva, paulista de tradição, membro do Partido Republicano desde 1870, pregava igualmente o separatismo, comentando no *Diário Popular* o colossal progresso que adviria se a província aplicasse toda a sua renda em promover os melhoramentos materiais e difundir conhecimentos úteis, elevando o nível intelectual e moral dos habitantes.

Pensamento semelhante exteriorizava em Campinas Ubaldino do Amaral. No Congresso do Partido Republicano, entretanto, embora vários políticos falassem a favor do separatismo, entre os quais Horácio de Carvalho, Campos Salles, Alberto Salles e Jesuino Cardoso, a idéia não se impôs, contando com a oposição e a resistência de outros elementos igualmente importantes como Júlio de Mesquita e Glicério.[87]

Separação ou Federação, entendida com completa autonomia administrativa, política e econômica, é o dilema que se coloca a partir de então e que nem mesmo a República resolveu totalmente.

Visitando o país pouco tempo após a Proclamação da República, um jornalista francês, Max Leclerc, notava que os habitantes de São Paulo ainda diziam preferir a separação a uma República centralizada. Campos Salles, ministro da Justiça de Deodoro, chegou a dissolver a comissão incumbida de elaborar o projeto do Código Civil por considerar essa atribuição do Estado

[87] BOEHRER, G. *Da Monarquia à República*, op. cit., p. 275 e segs., e José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano paulista* – subsídio para a História da República, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

e não da união. Perduravam ainda os exacerbados sentimentos de autonomia que tinham levado alguns dos paulistas a mencionar a possibilidade de aquela província se separar do Império.

Nem todos entretanto se manifestavam em 1889 de maneira tão radical e no próprio diretório do Partido Republicano acabou prevalecendo a idéia federativa. Às vésperas da Proclamação da República a solução republicana federativa aparecia aos olhos da maioria como a mais indicada, por recolher os conflitos sem pôr em risco a unidade nacional. A solução republicana acabou prevalecendo sobre as demais.

Bibliografia básica:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, Do império à República*. 4. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. II, 5. Vol. Sérgio Buarque de Holanda aborda a crise da monarquia como fruto das próprias contradições do regime. O autor alterna a análise teórica e estrutural com o exame da atuação dos principais personagens envolvidos no processo que resultaria na proclamação da república. São de especial interesse o Livro Segundo – *O pássaro e a sombra*, em que o autor analisa as contradições do regime monárquico brasileiro, os capítulos III e IV do Livro Quarto e o Livro Quinto, em que são analisados os diversos elementos presentes na crise que desembocaria na república, como o problema regional e o Exército.

Bibliografia complementar:

Sobre a proclamação da república: COSTA, Emília Viotti da. *A proclamação da república* in *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

UNIDADE II

REPÚBLICA VELHA

1. O REGIME OLIGÁRQUICO

Proclamada a República, apenas o Exército, entre os grupos que lideraram o movimento, estava aparelhado para exercer o poder, e o fez até que as oligarquias cafeeiras reunissem condições para assumir diretamente o governo federal. O “desmantelamento das instituições imperiais deixava um vazio que, de imediato, só poderia ter sido preenchido, como foi, pela grande estrutura burocrática nacional que se deslocava do Estado imperial: as forças armadas. (...) desde o governo provisório, a questão fundamental que se colocava era a de saber quem substituiria, de fato, como força organizada, o Poder Moderador, ou seja, como se definiriam as regras do novo *establishment*”[1]. A disputa entre cafeicultores e Exército, aliados na Proclamação da República, em torno da definição das novas regras do regime, dominou os dois primeiros governos militares, chefiados por Deodoro da Fonseca (1889-1891). O confronto estava centrado na oposição entre a autonomia regional desejada pelas oligarquias estaduais e o projeto centralizador dos militares. Projeto que encontrava na existência de um núcleo civil coeso, o Partido Republicano Paulista (PRP), representando os interesses dos cafeicultores, um obstáculo importante para sua implementação.

As relações entre fazendeiros paulistas e governo federal tornaram-se mais amistosas depois da renúncia de Deodoro, substituído pelo seu vice, Floriano Peixoto *(*1891-1894*),* em novembro de 1891. Interessada em articular a próxima sucessão presidencial, a oligarquia cafeeira adotou uma postura conciliatória no último governo militar. No entanto, “o quadro político geral não se desanuviara com a ascensão de Floriano. Persistia a ausência de um *sistema* estável para marcar os limites e as regras do jogo de poder. As Forças Armadas continuavam divididas, as dissidências brotavam, a Constituição era ainda apenas papel”[2]. O embate entre as diversas forças políticas assumiu, no mandato de Floriano, a feição de confronto entre monarquistas e “republicanos puros”. Neste contexto o governo enfrentou duas grandes revoltas, cuja derrota serviu para consolidar sua aliança com os cafeicultores. Para alcançar uma posição dominante, os paulistas souberam explorar as dificuldades de Floriano, sustentando-o com recursos financeiros e, dando-lhe o apoio de sua forte milícia estadual, por ocasião da Revolução Federalista e

---

[1] CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales* in FAUSTO, Bóris (org.) *História Gera da Civilização Brasileira*. 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, T.III, 1. Vol, p.13-50, p. 38.

[2] Ibidem, p. 43.

da Revolta da Armada. A aceitação resignada da candidatura Prudente, que marcou o início da República civil-oligárquica, consolidada por Campos Sales, se deu em um momento difícil, quando Floriano dependia do apoio regional"[3].

As duas rebeliões que eclodiram durante o governo de Floriano representavam de maneira emblemática as dificuldades em estabelecer as novas bases de exercício da dominação. A Revolta Federalista resultou das dissidências oligárquicas no Rio Grande do Sul. A disputa pela hegemonia no estado entre o grupo de Júlio de Castilhos e o chefiado por Silveira Martins havia sido resolvida pelo apoio dado ao primeiro por Floriano, restando aos federalistas a opção da luta armada. De fevereiro de 1893 a agosto de 1895 os dois grupos enfrentaram-se, com a vitória dos castilhistas apoiados pelo governo federal. Sem um sistema de regras definidas que sustentasse o regime oligárquico, as lutas entre as facções que disputavam a hegemonia estadual eram resolvidas pela intervenção do governo federal e facilmente podiam degenerar em confronto armado.

Já a Revolta da Armada (1893) foi fruto das tensões entre Marinha e Exército que tiveram início ainda no governo de Deodoro. A oficialidade da Marinha havia sido uma das principais responsáveis pela queda do primeiro presidente, antes do término de seu mandato. Não conquistou, entretanto, participação significativa no governo de seu sucessor, acusado por essa mesma oficialidade de comportamento ditatorial. Após tentativa fracassada de unir esforços com os rebeldes gaúchos a revolta foi reprimida pelo governo.

As profundas crises dos primeiros anos da República só seriam superadas com o afastamento definitivo dos militares e a instauração de um regime exclusivamente oligárquico, cujas regras seriam definidas no governo de Campos Sales (1898-1902), no que ficou conhecido como política dos governadores. A origem dessas crises estava basicamente no confronto entre setores dos grupos dominantes estaduais que disputavam o apoio presidencial para tornar o governo ou manter-se nele. Na ausência de regras definidas, além da Constituição promulgada em 1891, que determinassem os modos de dominação, o apoio presidencial tornava-se imprescindível. O problema estava em que a primeira Constituição da história republicana brasileira não refletia em muitos aspectos a realidade social e econômica do país e por isso permaneceu como um regramento meramente formal. Sua contradição básica residia na oposição entre o sistema representativo que consagrava e a dominação oligárquica. Sistema representativo significava predomínio da

[3] FAUSTO, Bóris. *Pequenos ensaios da história da República*. São Paulo, CEBRAP, 1972, p. 4.

vontade popular expressa por meio do voto, mas o regime oligárquico pressupunha a manipulação fraudulenta das eleições pelos coronéis. Uma vez que os diversos grupos dominantes regionais eram igualmente capazes de manipular as eleições, nenhum deles estava aparelhado para manter uma posição hegemônica.

A política dos governadores contornaria o problema ao garantir o domínio permanente da máquina administrativa por um mesmo grupo, em detrimento dos demais, evitando-se o confronto. Tratava-se de uma espécie de acordo entre presidente da República e oligarquias estaduais, segundo o qual o governo federal não apoiaria dissidências nos estados, consentindo na hegemonia dos setores oligárquicos então nos governos estaduais que, em troca, garantiriam eleições de deputados e senadores leais ao Executivo da União, dispostos a aprovar todas as medidas por ele propostas. Eliminava-se dessa forma a possibilidade de disputa real pelo poder e de revezamento das forças políticas que ocupavam os governos estaduais e federal, relegando-se a oposição a uma situação marginal. Além disso, a política dos governadores pressupunha a supremacia do Executivo sobre os demais poderes, de forma a tornar quase absoluto o poder das oligarquias que o dominavam. Assim, “complementara-se a institucionalização do sistema oligárquico. Se este vinha do passado como uma característica local, ganhou foros de sistema nacional de dominação quando o próprio equilíbrio entre os poderes da República passou a depender, como na concepção de Campos Sales, de uma vontade diretora cujas *bases naturais* eram a violência local e a transação entre as máquinas político-administrativas dos Estados e os interesses político-econômicos dos donos de terra e de voto”[4]. Seu corolário foi a política do café com leite, pela qual a presidência era exercida alternadamente por representantes das duas oligarquias mais poderosas, a paulista e a mineira. Assim, acomodava-se uma Constituição inspirada pelo modelo representativo-democrático norte-americano com o regime oligárquico.

Se o sistema representativo não correspondia à realidade da dominação oligárquica, a nova Carta consagrava, por outro lado, um princípio que constituía uma das principais reivindicações das oligarquias cafeicultoras, o federalismo. A forma federativa garantia-lhes ampla autonomia, com direito a contrair empréstimos externos, constituir forças militares próprias, elaborar a legislação eleitoral, organizar uma justiça estadual e estabelecer tributos sobre determinados itens, inclusive exportação, decidindo sobre a aplicação

[4] CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. op. cil, p. 49.

da renda arrecadada. A federação brasileira era composta por vinte Estados com alto grau de autonomia econômica e administrativa, responsável cada um deles em prover suas próprias necessidades, cabendo à União acudi-los apenas em caso de calamidades. Dessa forma, atendia-se a principal reivindicação das oligarquias estaduais, de completa liberdade para gerir a economia e a política de seus Estados. Entendido exclusivamente como liberdade de dominação para os setores oligárquicos, o federalismo no Brasil serviu apenas como formulação teórica a revestir o monopólio do jogo político por essas mesmas oligarquias.

A partir do governo de Prudente de Morais (1894-1898), o regime republicano caracterizou-se pelo exercício exclusivo do poder pelas oligarquias estaduais que marginalizaram do jogo político os demais setores da sociedade. Seu mecanismo fundamental de funcionamento era o fenômeno conhecido como coronelismo, próprio do mundo rural brasileiro nesse período. A propriedade de grandes extensões de terras e a liderança de uma vasta parentela garantia aos fazendeiros a chefia política local e a capacidade de mobilizar uma ampla clientela para definir os resultados eleitorais, Em um regime pretensamente representativo, o predomínio do poder privado traduzia-se na manipulação dos votos por meio da troca de favores ou da violência. Dessa forma, os grandes coronéis (título que boa parte dos fazendeiros detinha por ocupar este posto na Guarda Nacional criada durante o Império) tinham completo controle da máquina administrativa e monopólio no preenchimento dos cargos públicos. O imenso poder político desfrutado pelos fazendeiros não surgiu durante a República Velha, mas foi nesse período que se estendeu para todos os níveis da administração pública, possibilitando a consolidação de oligarquias que dominavam a política estadual. Poder público e poder privado associaram-se para constituir um regime republicano em que representatividade era entendida como representação dos interesses oligárquicos.

A associação entre poder público e poder privado permitia aos grandes fazendeiros exercer intensa dominação sobre os municípios rurais, enquanto as forças políticas hegemônicas no estado tinham nos proprietários de terra importantes aliados para garantir a eleição dos candidatos governistas. Em face do progressivo fortalecimento do Estado, os coronéis viram cada vez mais limitado o imenso poder de que dispunham em períodos anteriores necessitando assim buscar na máquina administrativa recursos para continuar exercendo a chefia política local. Do ponto de vista do Estado esta foi a fórmula encontrada para adequar o regime, representativo adotado com a proclamação da República a uma realidade econômica e social em que a

grande parcela da população estava relegada à sujeição aos proprietários de terra.

Ao conferir cidadania a esse contingente populacional, o regime representativo colocava o poder público na dependência dos coronéis capazes de impor seus candidatos aos eleitores. “A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do *coronelismo*. Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do *coronelismo*, é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *do ut des* que anima todo o sistema. O regime federativo também contribuiu, relevantemente, para a produção do fenômeno: ao tornar inteiramente eletivo o governo do Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a intituição da *política dos govrnadores*, repousavam jutamente no compromisso *coronelista*[5]. Assim, o coronelismo, fenômeno excluivo das zonas rurais, atuava na esfera do município e só surgiu na medida em que o regime representativo foi implementado em uma sociedade marcada por profundas diferenças econômicas e sociais, onde havia ausência de cidadania e um poder privado capaz de conduzir o eleitorado segundo sua vontade mas, ao mesmo tempo, sofrendo um processo de progressiva decadência.

O poder público dispunha dos empregos, dos favores, da força policial, do erário público, que oferecia aos coronéis em troca de votos. A ascendência dos fazendeiros sobre o eleitorado era fruto da profunda miséria em que vivia a maior parte da população rural. Sem outros recursos disponíveis, essa população recorria ao fazendeiro para atender suas necessidades básicas. Em troca oferecia a ele seu trabalho e sua lealdade. Não havia assim condições para que se desenvolvesse entre esses indivíduos a consciência de seus direitos e de sua cidadania. Era ao fazendeiro que recorriam em caso de disputas,

---

[5] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1986, p. 253.

acatando sua decisão. Era dele também que obtinham o nome no qual deveriam votar nas eleições. Os proprietários de terra acabavam assim desempenhando uma série de funções que formalmente eram exclusivas do Estado, como a administração da justiça e funções policiais. Para isso contavam também com sua capacidade de coerção física. Aqueles que porventura procurassem escapar a essa submissão eram obrigados a enfrentar a violência dos capangas a serviço do coronel. No caso das eleições o fato do voto ser, naquele período, dado a descoberto permitia o controle dos coronéis sobre o voto de cada cidadão. De outro lado, a total ausência de autonomia legal do município oferecia ampla margem de manobra para que o Estado oferecesse aos coronéis poder para exercer uma espécie de autonomia extralegal. Sem recursos próprios, as forças políticas que disputavam a hegemonia municipal dependiam da boa vontade dos governos estaduais para tornar efetiva sua administração e da cumplicidade desses governos para utilizar a máquina administrativa municipal como se fora sua propriedade. Obtinham assim “carta-branca” para nomear os funcionários públicos da localidade, inclusive os estaduais, apropriavam-se dos recursos públicos e condicionavam as decisões administrativas aos seus próprios interesses. Essa autonomia extralegal era, por sua vez, instrumento necessário para que os coronéis continuassem a deter a chefia política local e assim pudessem garantir a eleição dos candidatos governamentais.

O regime oligárquico funcionou sem maiores abalos até o início da década de 1920. Embora tivesse ocasionalmente que enfrentar revoltas populares e greves operárias, a nova elite no poder havia articulado, por meio da política dos governadores, um regime em que a sucessão presidencial era invariavelmente resultado da vontade, das oligarquias paulista e mineira. Apenas uma vez, nesse período, realizou-se uma campanha presidencial realmente competitiva, que só foi possível, entretanto, porque paulistas e mineiros não conseguiram chegar a um nome consensual para suceder Nilo Peçanha (1909-1910).

Em 1910 Rui Barbosa disputou a presidência contra o candidato oficial marechal Hermes da Fonseca. Hermes era militar e Rui apresentou-se como a alternativa civil, na chamada campanha civilista. Vitorioso, Hermes da Fonseca (1910-1914) implementou durante seu governo o que ficou conhecido como política das salvações, pela qual as oligarquias hegemônicas nos estados do norte foram afastadas dos governos locais, graças à intervenção do governo federal nas eleições estaduais. Rompia-se, assim, temporariamente, as regras estabelecidas pela política dos governadores. Hermes devia seu cargo ao

apoio dos militares e de oligarquias estaduais menores articuladas por Pinheiro Machado, além da poderosa oligarquia mineira. Mas não havia obtido o apoio de São Paulo, que preferira um candidato civil. O ponto central da campanha eleitoral foi o embate entre civis e militares. Estes defendiam a necessidade de purificar as instituições republicanas, livrando-as da corrupção dos políticos. Eleito Hermes, o salvacionismo foi a fórmula encontrada para combater os redutos oligárquicos e eliminar a fraude das práticas políticas, "salvando" assim as instituições republicanas. Mas, na verdade, o discurso salvacionista apenas encobria a disputa pelo poder. "Os interesses dos militares se dirigiam à obtenção do poder nos Estados para si próprios ou para as facções a que se ligavam. Com esse intuito intervieram sempre que a estrutura local permitia sua inserção, sofrendo *salvações* os Estados nos quais as oposições se deixaram utilizar, permitindo ou desejando a intervenção militar. Cansados do ostracismo a que estavam relegados dentro do quadro da *política dos governadores*, os grupos oposicionistas encontraram em alguns oficiais o instrumento para a subida ao poder"[6]. Embora tivesse por objetivo declarado acabar com as fraudes eleitorais, a política das salvações significou apenas a troca dos nomes que ocupavam os governos, mantendo as práticas fraudulentas que passaram a servir os interesses desses novos detentores do poder estadual. Mesmo a troca de nomes não foi permanente. Muitas das oligarquias "derrubadas" retornaram posteriormente ao governo estadual. Os fundamentos da dominação oligárquica não haviam sido tocados e não o seriam até 1930, quando a rebelião liderada por Vargas poria fim à República Velha.

[6] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na Primeira República*. Carlos Guilherme Mota (org.) – *Brasil em perspectiva*. 16. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 162-226, p. 223.

Texto complementar:

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: SÃO PAULO E A FEDERAÇÃO-BRASILEIRA, 1889-1937. LOVE, Joseph in *História Geral da Civilização Brasileira.* FAUSTO, Boris (org.) 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, T. III, . V., p. 53-75)

O papel de São Paulo na política federal de 1889 a 1937 foi único em razão das opções que se apresentaram aos estadistas paulistas. Conquanto São Paulo não pudesse dominar sozinho o governo federal, podia geralmente agir de acordo com Minas Gerais para controlar o Executivo federal e, por meio dele, todo o governo central. Se São Paulo perdia para alguma combinação de outros poderes, podia ainda perseguir os próprios objetivos em virtude, das suas imensas rendas estaduais e do seu de empréstimo. Na realidade, os estadistas paulistas esperavam consideravelmente menos do governo federal que os de Minas Gerais. As exigências básicas de São Paulo giravam em torno de serviços que somente o governo central poderia proporcionar – aval para os empréstimos feitos no estrangeiro, controle da política monetária e de divisas, e representação dos interesses econômicos do Estado no estrangeiro por meio de canais diplomáticos. Como a economia de São Paulo avultasse sobremaneira na economia nacional, as crescentes rendas do Estado eram uma garantia de que os interesses paulistas não seriam negligenciados, fossem quais fossem as políticas do governo do Rio. Não obstante, a história se complica não só pela mudança das "regras do jogo" depois de 1930, mas também pela natureza mutável do governo, tanto no nível federal quanto no nível estadual.

O gigantismo paulista

Grande parte dessa mudança tem suas raízes na direção e no ritmo do crescimento das economias estadual e nacional. São Paulo é hoje o gigante econômico da federação, e no fim da década de 60 já se apresentava como responsável por mais de um terço do produto doméstico bruto do Brasil.[7] Já ocupava uma posição de comando durante a República Velha (1889-1930) e, por ocasião do primeiro censo econômico em 1920, respondia por mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial do Brasil, isto é, mais que o

---

[7] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (daqui por diante IBGE), *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (Rio, 1971), p. 515-16. (Estimativas do produto interno líquido a custo de fatores.)

dobro da produção da unidade que vinha em segundo lugar, Minas Gerais. Em 1939, o primeiro ano em que se conheceram as cifras do produto nacional bruto do Estado, São Paulo voltava a aparecer como responsável por mais de dois sétimos do total, porção três vezes e tanto superior à do segundo estado, posição agora ocupada pelo Rio Grande do Sul.[8]

A situação de São Paulo no mercado de exportação era excepcional. A sua parte das exportações nacionais, por valor, ultrapassou sistematicamente a metade do total entre 1921 e 1940. Em meados da década de 1920, Santos, o principal porto do Estado, exportava três vezes a quantidade embarcada para o estrangeiro pelo Rio de Janeiro, o segundo porto em importância. De início, naturalmente, foram as exportações de café que deram a São Paulo a sua prosperidade. Em 1907, a metade do café do mundo era cultivada em São Paulo (e três quartas partes em todo o Brasil). Por volta de 1920, o Estado também era o primeiro do país em produção industrial. O fato de São Paulo passar a exportar para outros estados brasileiros em 1931 – assim continuando dali por diante – foi uma indicação importante, conquanto indireta, do seu desenvolvimento industrial. Em 1939, a indústria suplantara a agricultura em São Paulo como fator de produção.[9]

Dada a posição econômica de São Paulo, não admira que os recursos financeiros do governo estadual fossem grandes em confronto com os dos outros estados. Nos anos que são objeto deste estudo, São Paulo arrecadou duas a três vezes mais do que Minas Gerais ou o Rio Grande do Sul, os dois estados que competiam pelo segundo lugar.[10] São Paulo produzia mais de um terço das rendas de todos os governos estaduais em 1937, apesar dos preços persistentemente baixos do café na década de 1930; e a sua renda no ano do golpe do Estado Novo foi de cerca de um quinto da do governo federal. Das rendas federais, quase um terço era arrecadado em São Paulo nos anos 30; nessa década o Tesouro federal arrecadou em São Paulo seis a

---

[8] Estimativas relativas a 1920, calculadas com dados fornecidos por João Lyra, *Cifras e Notas (Economia e Finanças do Brasil)* (Rio, 1925), p. 44-45. Os dados de Lyra são tirados do censo federal, que, infelizmente, não fez tentativa alguma para medir a contribuição dos serviços para o produto nacional. Os dados relativos a 1930 foram colhidos em *Conjuntura Econômica*, XXIV, 6 (junho de 1970), p. 95. Por volta de 1939 o Distrito Federal ultrapassara tanto o Rio Grande do Sul quanto Minas Gerais em produção.

[9] Sobre São Paulo exportador, veja DEAN, Warren – *1880-1945 The industrialization of São Paulo* (Austin, Texas., 1969, p. 193-194) em português, ed. Difel, São Paulo, 1971); sobre a indústria como fator de produção do Estado, veja *Conjuntura Econômica*, p. 95.

[10] As rendas estaduais de Minas eram, geralmente maiores que as do Rio Grande, embora em alguns anos das décadas de 1920 e 1930 esta última acusasse receitas maiores – IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil: Ano V - 1939/1940* (Rio, s/d), p. 1412/15.

oito vezes o que arrecadou no Estado que ocupava o segundo lugar, o Rio Grande do Sul.[11]

Assim como se expandia a economia de São Paulo, assim se expandia a sua população. Em 1890, ainda era a terceira entre os estados, mas passou a Bahia por volta de 1900. Ultrapassou Minas Gerais na década de 1930, e tem sido o estado mais populoso em todos os recenseamentos decenais desde 1940, ocasião em que os seus habitantes montavam a 7.180.000.[12] Até os anos 30 o maior ímpeto no crescimento demográfico se deveu à imigração estrangeira e, na República Velha, a metade dos imigrantes da nação se estabeleceu em São Paulo. Muitos permaneceram nas áreas urbanas, e se o Rio de Janeiro continuou a ser a metrópole nacional nos anos em tela, a cidade de São Paulo se expandia, confiante, rumo à preeminência. Entre 1890 e 1900, o crescimento da capital do Estado excedeu o do Rio de Janeiro em termos absolutos.[13] Em 1920 ela já tinha mais de meio milhão de habitantes e, em 1940, mais de 1,3 milhão.

Para propósitos políticos, uma característica significativa da população de São Paulo era o índice de alfabetização, visto que somente as pessoas alfabetizadas podiam votar. Infelizmente, porém, as cifras relativas ao alfabetismo não eram definidas uniformemente em todos os casos; de qualquer maneira, a taxa de alfabetismo de São Paulo estava abaixo da média nacional em 1890, mercê, em parte, da sua grande população escrava no fim do lmpério, Por volta de 1920, entretanto, apenas o Rio Grande do Sul possuía uma proporção maior de alfabetizados, e os dois Estados mantiveram as suas respectivas posições no recenseamento de 1940, ambos com pouco mais de 50% de alfabetização entre a população com mais de cinco anos de idade.

Uma população grande e relativamente alfabetizada representava um ingrediente necessário à produção de grandes eleitorados estaduais. O número de eleitores em cada estado era essencial ao processo político, visto que o presidente se elegia pelo voto popular direto e, em muitos sentidos, o poder

---

[11] Ibid., p. 1271, 1409; São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, *Relatório: exercício de 1949* (São Paulo, 1955), p. 72; Ministério da Fazenda: Contadoria Geral da República, *Balanço Geral do Exercício de 1940* (Rio, 1941), p. 365. O governo central auferia maiores rendas no Distrito Federal do que em São Paulo, em parte mercê da renda de empresas de propriedade federal que tinham a sua sede na capital nacional.

[12] *Anuário...* 1971, p. 41. Por ocasião do censo de 1970, havia 18 milhões de paulistas, que compreendiam quase 20% da população nacional. Os resultados globais dos primeiros recenseamentos foram revisados retrospectivamente, e as cifras só são citadas aqui e mais adiante para indicar as tendências gerais e as posições relativas.

[13] SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana (análise da evolução econômica de São Paulo)*. Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. (São Paulo, 1968), p. 47.

executivo controlava os outros dois poderes do governo, podendo até intervir militarmente nos Estados mais fracos.

Organizações partidárias com base estadual monopolizaram a atividade política em suas zonas até os anos 30, e partidos coerentes e perduráveis na República Velha só existiam em nível estadual; até nos primeiros anos de Vargas organizações políticas que se, intitulavam "nacionais" encontravam o grosso do seu apoio nos estados. Eleitoralmente falando, os dois estados mais importantes eram São Paulo e Minas Gerais; nas onze eleições presidenciais populares da República Velha, eles deram nove dos candidatos vitoriosos – São Paulo seis e Minas três. (Em virtude de um falecimento e superveniência de uma revolução, entretanto, os paulistas governaram apenas doze anos, e os mineiros dez.)

Visto que menos de 6% da população nacional participaram das eleições durante todo o período que está sendo analisado, a política nessa época resumia-se, claramente, numa disputa entre setores da elite política nacional. Não obstante, verdadeiras clivagens se registraram entre grupos regionalmente diferenciados com exigências conflitantes sobre as políticas federais e os sistemas de controle das nomeações políticas. Os líderes dos estados com grandes contingentes de eleitores e organizações disciplinadas sabiam traduzir as suas aspirações em exigências. No início da República, São Paulo e Minas já estavam à frente dos outros estados em número de eleitores. Na primeira eleição presidencial direta em 1894, Minas Gerais e São Paulo forneceram uma proporção quase idêntica de votos (8,8% cada um). Depois de 1906, o Rio Grande do Sul também se tornou importante estado eleitoral, e os três estados, às vezes, eram responsáveis por metade da votação nacional. Minas figurou em primeiro lugar durante toda a República Velha mas, por volta de 1930, São Paulo e Minas quase se igualaram de novo (19,3% e 19,5% respectivamente).[14] Nas eleições seguintes, realizadas

[14] Em todos os casos, os dados são os da votação final apurada. Veja *Diário do Congresso Nacional*, 22 de junho de 1894, p. 213, 217-24; 28 de junho de 1898, p. 64-68; 27 de junho de 1902, p. 1037-66; 20 de junho de 1906, p. 543-53; 1 de julho de 1914, p. 741-54; 20 de maio de 1918, p. 6 12-15; 28 de maio de 1918, p. 645-48; 30 de maio de 1918, p. 656-59; 10 de julho de 1919, p. 693; 8 de junho de 1922, p. 794; 9 de junho de 1926, p. 437; 21 de maio de 1930, p. 545; DGE, *Annuaire statistique du Brésil, lère année (1908-1912)*, I, p. 66 [para eleição de 1910]; Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, *Boletim Eleitoral*, 26 de março de 1934, p. 388; 22 de fevereiro de 1936, p. 498. Nas eleições de 1933 e 1934, o registro de eleitores em Minas era superior ao de São Paulo, embora São Paulo liderasse as eleições em número de votos depositados e validados. A diferença entre São Paulo e os demais Estados em totais de votos ampliou-se progressivamente depois da guerra. Nas eleições para o Congresso de 1970, São Paulo apresentou o dobro de votos de Minas, que continuou em segundo lugar – *Anuário*... 1971, p. 816.

para eleger a assembléia constituinte em 1933, o total dos votos paulistas, pela primeira vez, foi superior ao total dos mineiros, 22,1 % e 21,2%. Nas eleições para o Congresso em 1934 (as últimas eleições nacionais simultâneas até 1945), a vantagem de São Paulo aumentou ligeiramente 20,9.1/2 para 19,7%, vindo do Rio Grande do Sul em terceiro lugar (11,1%).[15] Durante o período, Minas comandou uma quota elevada e, depois de 1902, mais ou menos constante, da votação total; mas as quotas de São Paulo e do Rio Grande, se elevaram, reabastecendo a tendência dos três estados para dominar as eleições nacionais.

Tivesse sido a votação em São Paulo dividida entre vários partidos durante a República Velha, como o foi depois da Segunda Guerra Mundial, a influência do Estado teria sido presumivelmente menor do que de fato foi. O Partido Republicano Paulista manteve São Paulo como um estado monopartidário desde o fim do Império até 1926, e a oposição continuou fraca até depois da revolução de 1930, que derrubou o PRP nos níveis local, estadual e nacional.

Até o princípio da década de 1930 os principais atores políticos de São Paulo foram concordes na importância de autonomia estadual para defender a economia paulista. Se um presidente hostil aos interesses paulista assumisse o poder – ocorrência rara – teria sido despersuadido de intervir em São Paulo pela organização política local do estado, a Força Pública. Das vinte forças policiais estaduais, São Paulo possuía a maior e a melhor aparelhada, com um efetivo de 14 mil homens em 1925 e 1926, os anos culminantes. De fato, a força pública nada mais era que um exército estadual: a sua escala de pagamentos equivalia, mais ou menos à do Exército Nacional; tinha a sua própria academia militar e contou com uma missão militar estrangeira a partir de 1906; e na década de 1920 acrescentou a artilharia e uma unidade aérea aos seus efetivos. Até a década de 1930 o governo de São Paulo pouco tinha para temer do pessoal militar federal.[16]

---

[15] Na década de 1930, os filhos de imigrantes europeus estavam atingindo a maioridade e, desse modo, não eram politicamente inertes, como o fora a primeira geração, visto que poucos membros desta última se tinham naturalizados. Apenas 3919 estrangeiros se naturalizaram em todo o país entre os anos de 1889 e 1905, de acordo com J. P. Willeman, *The Brazilian year book... 1908* (Rio, s/d), p. 37.

[16] Sobre as escalas de pagamento, veja *Almanaque do Ministério de Guerra... para o ano de 1937* (Rio, 1937), p. 934-35; Ministério da Guerra, Relatório... em maio de 1909 (Rio, 1909), p. 71; *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo de 1909, tomo XIX* (São Paulo, 1910), p. 12-13. Em 1964, a Força Pública, que então contava com 30.000 homens, desempenhou papel importante na derrubada do Presidente Goulart – Alfred Stepan, *The military in politics: changing patterns in Brazil* (Princeton, N.J., 1971), p. 200, nota 29; p. 201.

Minas Gerais e o Rio Grande do Sul também podiam contar com forças estaduais significativas, embora inferiores à de São Paulo. Os outros dezessete Estados da federação tinham forças muito menores, tanto em tamanho quanto em disciplina, e o governo federal intervinha com freqüência nessas unidades para derrubar grupos que nelas detinham o poder. Dúzias de intervenções contra detentores de cargos estaduais ocorreram na República Velha, e a intervenção federal passou a ser o processo "normal" empregado pelas forças da oposição para arrebatar o poder às organizações estaduais corruptas que controlavam as urnas.

Enquanto os partidos situacionistas nos três grandes estados permaneceram internamente coesos, a intervenção federal nessas unidades foi impossível. Até o fim dos anos 20 a coesão política de São Paulo era quase tão impressionante quanto a de Minas. Todas as crises no PRP até 1926 foram resolvidas suavemente como brigas de família, lamentáveis mas passíveis de correção. O PRP gozava manifestamente de vantagens materiais na manutenção do sistema, de que careciam outras organizações partidárias – a saber, pingües rendas estaduais para distribuir no controle das nomeações políticas e em obras públicas; a mais poderosa força policial numa área que tinha a metade do tamanho de Minas ou da Bahia (apenas 2,9% do território nacional); um sistema regular de arrecadação das contribuições para o partido; e, sustentando tudo isso, a economia que crescia mais depressa no Brasil, e que era capaz de absorver maior quantidade de mão-de-obra do que a que São Paulo poderia fornecer internamente. As fronteiras do café (e, mais tarde, as do algodão) ajudavam indiretamente a explicar a ausência de um partido oposicionista eficaz, pois os novos títulos de propriedade imobiliária precisavam ser validados pelo governo estadual, em que se entrincheirava o PRP; a oposição ao Partido significava uma possível perda dos títulos nas áreas em que a propriedade permaneceu indefinida por decênios a fio.[17] Outro fator importante, embora indireto, de coesão do PRP era o alto conceito em que tinham a lei e a ordem os comodatários paulistas e os comodantes europeus (veja mais adiante): as dissensões poderiam significar intervenção federal, revolução e as conseqüentes ameaças à propriedade. Um fato correlato, conducente à unidade do PRP, era a convicção, amplamente partilhada, de

[17] Sobre pequenos problemas de terras, veja Alceu Barroso, *A civilização rural no sertão paulista e a revisão dos valores venais das propriedades agrícolas na Alta Sorocabana: relatório apresentado ao Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo*, MS, 16 de novembro de 1936, p. 774, 94, & passim (localizado na biblioteca da Secretaria da Fazenda).

que São Paulo representava um centro de progresso e civilização num país sul-americano desorganizado.[18]

Conquanto se tenha freqüentemente notado que o Brasil não teve partidos políticos nacionais permanentes durante a República Velha, é talvez igualmente significativo que nenhum partido formal de oposição apareceu no Estado brasileiro economicamente mais adiantado até 1926. O PRP sofreu cisões em 1891, 1907, 1915 e 1924, mas a maioria dos dissidentes acabava regressando ao aprisco. Como acontecia em outros lugares, as divisões verificadas no partido situacionista de São Paulo refletiam a interação de problemas e personalidades nos níveis local, estadual e federal, mas o controle do governo estadual era uma questão fundamental em cada uma das divisões. A "cisão de Prudente" de 1901 parece ter envolvido a representação deficiente dos interesses comerciais no partido, e a fundação do Partido Democrático vinte e cinco anos depois talvez indicasse alguns interesses comerciais e bancários que ainda se julgavam inadequadamente representados.[19]

E possível que o PRP tivesse tido vida mais longa não fossem as políticas expressas de "desinstitucionalização" do governo federal. Suprimido na esteira da revolução de 1930, ressuscitado em 1932, o PRP foi dividido pelo regime de Vargas por ocasião da sucessão presidencial em 1937, e posto fora da lei juntamente com os demais partidos. O Partido Constitucionalista, sucessor do PD, sofreu morte idêntica, em duas fases, em 1937.[20] Muito embora esses dois partidos "liberais do século XIX" estivessem internamente divididos nos meses que precederam o golpe do Estado Novo, não tinham perdido o controle do Estado em favor de grupos "extremistas". Em 1936, nas últimas eleições realizadas em São Paulo antes de 1945, o PRP e o PC conquistaram dezenove das vinte cadeiras da Câmara municipal da cidade de São Paulo, precisamente onde os partidos voltados para as classes sociais deveriam ter conseguido melhores resultados (...)

---

[18] Veja Percival de Oliveira, *O ponto de vista do P.R.P. (uma campanha política)* (São Paulo, 1930), p. 34.

[19] O programa dos dissidentes em 1901 teria suprimido os impostos de exportação, o imposto de trânsito estadual e todas as tarifas interestaduais; teria também aumentado o direito do governo federal de regulamentar o comércio, desnacionalizado a marinha mercante (porque não podia dar conta do volume existente de negócios), e limitado a aquisição de propriedades por companhias estrangeiras. Veja *O Estado de São Paulo*, 6 de novembro de 1901, p. 1-2. Bóris Fausto mostrou recentemente que o Partido Democrático era menos um partido de industriais que um partido que congregava grupos tradicionais de comerciantes, agricultores e profissionais liberais. Veja *A revolução de 1930: historiografia e história* (São Paulo, 1970), p. 32-38; e *A revolução de 1930*, em C. M. Mota (org.), *Brasil em Perspectivas* (São Paulo, 1968), p. 263.

(...) Por motivos financeiros e outros, São Paulo desejava a sua autonomia do Rio de Janeiro, mas também pretendia utilizar o governo federal na consecução das suas finalidades. Consolidada a República no governo de Floriano, a política passou a ser um certame entre organizações poderosas - originalmente as de Minas e de São Paulo e, mais tarde, a do Rio Grande também. O aliado mais formidável e mais lógico, sem dúvida, estava no Partido Republicano Mineiro, Minas era o segundo maior produtor de café do Brasil, e a migração de famílias mineiras para São Paulo nos séculos XVIII e XIX proporcionou inúmeras vinculações entre as elites dos dois Estados. A escassez de pessoal administrativo na economia de São Paulo, que se expandia, contrabalançava *o bairrismo* paulista, e os propagandistas de São Paulo realçaram o fato de que durante a República Velha, três dos seus governadores tinham nascido em outros estados.[21] No transcurso dessa era, a razão mais importante para a cooperação interestadual, pelo menos no que se referia a São Paulo, era assegurar o apoio federal às políticas monetária, cambial e financeira, destinadas a favorecer os interesses econômicos paulistas, a maioria dos quais, sobretudo antes de 1930, estava centralizada na economia do café.[22]

Apesar do interesse econômico comum na proteção do café, São Paulo e Minas divergiram repetidas vezes no tocante à tributação interestadual. Durante quase todo o período da República Velha, São Paulo tirou o grosso da sua renda normal de uma única fonte – um imposto de exportação sobre o café. Nenhum outro estado, incluindo Minas, tinha a vantagem de tamanha economia de exportação, e os estadistas não-paulistas recorriam freqüentemente à tributação ilegal do comércio interestadual. Se havia dúvidas quanto à proibição, pela constituição federal de 1891, de quaisquer impostos interestaduais de importação e trânsito, nenhuma poderia subsistir após a promulgação de uma lei que os abolia explicitamente em 1904. Quando São Paulo passou a

---

[20] Sobre a habilidosa divisão do PRP e do PC, operada por Vargas, veja o Cônsul Carol H. Foster a R. M. Scotten, chargé d'affaires, São Paulo, 8 de junho de 1937; e Foster ao embaixador Jefferson Caffery, São Paulo, 2 de outubro de 1937, p. 3, en *National Archives of the United States: Department of State* (daqui por diante NAUS: DS), Record Group 59: State Decimal File 1930-1939, 832.00/1037 e /1057.

[21] Veja, por exemplo, Antonie Renard, *São Paulo é isto! A riqueza econômica de São Paulo: a alma cívica paulista: a epopéia das bandeiras* (São Paulo, 1933), p. 71-72. Os governadores em apreço foram Bernardino de Campos, nascido em Minas; Albuquerque Lins, nascido em Alagoas; e Washington Luís, nascido no Estado do Rio.

[22] Sobre o relativo descaso dos interesses industriais, veja Dean, op. cit.; sobre uma série específica de queixas, veja *Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Relatório sobre a crise têxtil: suas causas, seus efeitos, seus remédios (1928)*, p. 32-41.

exportar para os outros Estados na década de 1930, os seus líderes políticos desfecharam um ataque mais vigoroso a essas práticas; Minas Gerais e outros estados, porém, dependiam muito desses impostos, e tributos ilegais continuaram a ser cobrados até 1942.[23] De qualquer maneira, São Paulo conseguiu colaborar mais amiúde com Minas do que com qualquer outra unidade da federação; mas a crescente preocupação de São Paulo com a sua economia industrial nos anos 30 tendeu a enfraquecer a aliança tradicional, baseada em interesses mútuos no setor de exportação.

---

[23] DALLARI, Dalmo de Abreu. *Os Estados na Federação Brasileira, de 1891 a 1937*, MS, 1970, p. 40.

Bibliografia básica:

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na Primeira República*. MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 16. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 162-226. A autora apresenta sinteticamente a história política da República Velha, desde o governo de Deodoro da Fonseca até 1930. Sua principal preocupação é examinar os mecanismos de funcionamento do regime oligárquico, com a formulação da política dos governadores, detendo-se nos momentos em que, aparentemente, foram questionados. Com a análise das fases de estabilidade do regime e daquelas em que é possível identificar uma crise política, como na Campanha Civilista e na organização da Reação Republicana, a autora procura demonstrar que, não houve, no período, um conflito, como querem alguns autores, entre setor agrário exportador e setor urbano industrial, mas apenas fissuras no interior dos grupos dominantes, resolvidas sempre dentro dos quadros do regime oligárquico.

Bibliografia complementar:

Sobre os diversos governos da República Velha: CARONE, Edgard. *A RepúbIica Velha. Evolução política*. São Paulo, Difel, s/d.

Sobre os governos militares e a institucionalização do regime oligárquico por meio da política dos governadores: CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, T.III, 1. V., p.13-50

Sobre coronelismo: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1986 (capítulos 1 e 7).

2. TENSÕES SOCIAIS

O regime, republicano, na sua primeira fase, embora formalmente representativo, restringia a participação política efetiva aos membros das oligarquias estaduais. Os demais setores gozavam, quando muito, do direito de voto, mesmo assim facultado a uma porcentagem mínima da população, aquela composta pelos homens alfabetizados. Além disso, na zona rural predominava a vontade dos "coronéis" que impunham seus candidatos por meio do clientelismo ou da violência. Sem acesso às instituições republicanas, a população procurou outros meios para manifestar-se. Revoltas e protestos populares eclodiram por todo o período. No campo alastraram-se os movimentos messiânicos como o de Canudos na Bahia (1895-1897) e o do Contestado em Santa Catarina (1912-1916), enquanto nas cidades, além de revoltas como a da Vacina no Rio de Janeiro (1904), os operários começavam a organizar-se, realizando greves e manifestações. Os setores populares rebelavam-se contra um Estado de cuja condução não participavam e que lhes negava qualquer tipo de assistência.

Os movimentos rurais foram a resposta às transformações por que passavam as relações de dominação no campo. De um lado, havia a emergência do coronelismo, fenômeno típico da República Velha. O "coronel", ao contrário dos potentados locais que o antecederam, oscilava entre dois tipos de lealdade, nem sempre compatíveis: as necessidades de sua clientela e as exigências de seus aliados no governo estadual[24] . De outro lado, a nova organização capitalista e a crescente introdução do capital estrangeiro trouxeram consigo a modernização de diversos setores da economia nacional, colocando em xeque o tradicional modo de vida do sertanejo, sem lhe apresentar novas alternativas. Porém, mais do que tudo, Canudos e Contestado foram a radicalização da luta pela terra de camponeses oprimidos pela exploração oligárquica e abandonados pelo Estado.

Em Canudos, no interior baiano, uma comunidade organizou-se, em torno de Antonio Conselheiro, líder messiânico que percorria o sertão pregando contra a laicização republicana e defendendo uma sociedade mais justa. Acusados de monarquistas, Conselheiro e seus seguidores tiveram que defender-se de sucessivas expedições militares enviadas pelo governo federal para destruir sua comunidade. A guerra contra Canudos teve profunda

---

[24] Cf. MONTEIRO, DugIas T. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. Bóris Fausto (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, DifeI, 1985, T. III, 2. Vol, p. 39-92, p. 42.

repercussão na opinião pública. por meio dos relatos da imprensa a população do Rio de Janeiro e de São Paulo entrava em contato com uma realidade que lhe era totalmente desconhecida. Por outro lado, a guerra contra os sertanejos foi explorada pelas diversas facções que disputavam a hegemonia política nesses primeiros anos de República. Considerados fanáticos, monarquistas, ignorantes e selvagens, os seguidores de Conselheiro eram antes de tudo homens marginalizados da sociedade republicana, abandonados à sua própria sorte, que procuravam alternativas de sobrevivência.

Em Santa Catarina, anos depois, os sertanejos também agregaram-se em torno de um líder messiânico para fundar uma comunidade organizada de acordo com as regras do que consideravam uma sociedade justa. Desta feita o problema da terra apareceu de modo explícito na origem da revolta que abalou a região conhecida como Contestado. Entre os seguidores do monge José Maria, boa parte constituía-se de posseiros expulsos de suas terras por companhias estrangeiras que vieram à região construir uma ferrovia e instalar modernas serrarias. Além deles havia também "ex-trabalhadores da construção da estrada de ferro, que, trazidos das capitais de vários Estados, recrutados que haviam sido entre grupos marginalizados, acabaram sendo abandonados à própria sorte pela empresa, ao terminar a construção da ferrovia. Em todos esses casos, tratava-se de gente que encontrava no ajuntamento uma alternativa de reconhecimento social, uma chance de obter proteção e uma possibilidade de eventuais revides"[25]. Também na Guerra do Contestado o Exército teve grandes dificuldades, como tivera em Canudos, para destruir a comunidade organizada pelos sertanejos. Os rebeldes foram capazes de resistir durante quatro anos contra as investidas das tropas oficiais.

Como ocorria no campo, nas cidades a população pobre também sofria os efeitos das transformações capitalistas na economia e da crescente modernização que as acompanhava. De quando em quando, sua insatisfação explodia em movimentos espontâneos e desordenados. Assim foi no maior deles, a Revolta da Vacina, que tomou conta das ruas do Rio de Janeiro em 1904. A capital da República tornara-se, no início do século, o maior centro cosmopolita do país, mas sua crescente importância política e econômica não condizia com sua estrutura urbana. Ruas estreitas, porto pequeno demais para a intensa movimentação de navios, áreas pantanosas que tornavam inevitáveis constantes epidemias de febre tifóide, impaludismo, varíola e febre amarela. "E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas

[25] Ibidem, p. 83.

para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles (...). Era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim"[26] . Tornava-se necessária a remodelação da cidade, que veio acompanhada pela expulsão de boa parte da população pobre para os morros que a circundavam.

Os cortiços populares foram derrubados para dar passagem a largas avenidas, jardins e praças ou para, em seu lugar, serem construídos vistosos palacetes. Vivendo em condições miseráveis, agravadas pelas reformas urbanas, com o conseqüente aumento constante dos aluguéis, à população do Rio de Janeiro bastava um estopim para explodir em uma revolta. O estopim veio com o decreto que impunha a vacinação obrigatória contra a varíola. "Quando o regulamento da vacina obrigatória passou a ser discutido e divulgado, a simples menção da invasão e derrubada dos prédios anti-higiênicos e a manipulação dos corpos por médicos e enfermeiros acompanhados de soldados foram o golpe de misericórdia: 'a irritação alastrava com a violência da epidemia'. A cidade foi literalmente tomada pelos amotinados; durante três dias a população resistiu à ação conjugada da polícia, do Exército e da Marinha por todas as formas"[27]. A reação não era propriamente contra a vacina mas contra sua obrigatoriedade e as condições de sua aplicação. Baseados em experiência recente, a vacinação contra a febre amarela, seus opositores afirmavam que os métodos de aplicação "eram truculentos, os soros e sobretudo os aplicadores pouco confiáveis e os funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha manifestavam instintos brutais e moralidade discutível"[28]. Para a massa da população o Estado que não lhe prestava nenhum tipo de assistência, de cuja condução não participava, quando se apresentava era na forma de um agressor a lhe devassar os lares e a intimidade.

Anos depois o Rio de Janeiro era novamente abalado por uma revolta da população negra e mestiça que vivia à margem das benesses da nova sociedade capitalista. Em 1910 os marinheiros dos dois maiores navios da esquadra brasileira, o São Paulo e o Minas Gerais, amotinaram-se, prendendo

---

[26] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 28.

[27] Ibidem, p. 66.

[28] SEVCENKO, Nicolau – *A Revolta da Vacina*. São Paulo, Brasiliense, 1984, Col. *Tudo é história*, p. 13.

e expulsando os oficiais que estavam a bordo e matando aqueles que tentaram resistir. Os marinheiros exigiam o fim dos castigos físicos e ameaçavam bombardear a cidade. Eram homens pobres, em geral negros e mulatos, na sua maioria forçados a se engajarem por órgãos repressivos do Estado. Derrotados, foram anistiados pelo governo, mas pouco depois, sob pretexto de nova rebelião, inúmeros foram presos e muitos deles mortos. Como manifestações da população pobre e mestiça que habitava o Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina e a Revolta contra a Chibata não conseguiram ultrapassar os limites de motins circunstanciais, contra determinadas medidas opressivas do Estado. Em contrapartida, outro tipo de movimento, mais organizado, começava a delinear-se nas principais cidades do país. Articulando-se em torno de sindicatos, o operariado nascente procurava meios mais efetivos para satisfazer suas reivindicações.

A República veio acompanhada do primeiro surto industrial significativo na história brasileira, cujo núcleo básico eram as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A fonte inicial para abastecer de mão-de-obra as fábricas foi a mesma utilizada pelos cafeicultores: a imigração européia. No início do século 90% dos operários das indústrias paulistas eram estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis e portugueses. Eram imigrantes trazidos para trabalhar nas fazendas de café, mas que acabaram por se instalar nas cidades e lá vender sua força de trabalho. Além deles, também as camadas urbanas mais pobres contribuíam para engrossar suas fileiras. Estrangeiros ou brasileiros analfabetos, os operários fabris não gozavam de nenhum direito político ou trabalhista. Para conquistá-los beneficiaram-se da tradição de luta dos trabalhadores europeus que os imigrantes trouxeram consigo.

Socialistas, anarco-sindicalistas e comunistas sucederam-se na liderança do operariado paulista e carioca, organizando sindicatos, congressos e greves. Sob a direção dos anarco-sindicalistas, o movimento operário brasileiro conheceu sua primeira fase de ascensão. Além de organizarem vários sindicatos e publicarem jornais especializados, os anarco-sindicalistas fundaram, em 1908, a Confederação Operária Brasileira que congregava várias organizações e que procurou unificar o movimento em torno da reivindicação por jornada de 8 horas de trabalho. Foi também sob sua liderança que eclodiu a primeira greve geral da história do país, em 1917. A "greve geral de 1917 em São Paulo abriria uma conjuntura histórica cujos limites se estendem cronologicamente até 1920. Ela se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país. Emergência que, no plano das ações coletivas e da organização se

reflete em vários níveis: no maior número de greves da história brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; na modificação das expectativas na vida cotidiana, onde se desenha a esperança de uma alteração revolucionária do sistema social ou pelo menos a tangível possibilidade de uma vida melhor"[29]. Entretanto o movimento operário que então nascia teve que enfrentar seus próprios limites e aqueles impostos pela ordem oligárquica. As diversas greves e mobilizações do período redundaram em sucessivas derrotas ou em pequenas conquistas inexpressivas. "A história do movimento operário nos anos 1890-1920 é uma sucessão de derrotas não tanto pela ocorrência de uma sistemática negação a quaisquer concessões à cidadania social, mas pelo fato de que tais concessões, conquistadas por meio dos movimentos coletivos, não encontram um campo normativo de institucionalidade. Arrancadas no combate direto classe a classe, deixam de ser reconhecidas por qualquer outra instância da sociedade e seguem o movediço destino deste combate. Assim se explica em parte a longa seqüência de direitos alcançados com grande esforço, para serem negados logo em seguida, com um magro produto cumulativo"[30].

Na década de 1920, beneficiados pela vitória da Revolução Russa, os comunistas substituíram os anarco-sindicalistas como principal direção do movimento operário. Em 1922 era fundado o Partido Comunista Brasileiro e em 1928, por meio do Bloco Operário e Camponês, candidatos comunistas concorriam às eleições. A liderança comunista correspondeu a um longo período de depressão do movimento operário. Além da drástica diminuição das greves, o movimento deixou de ser uma referência na oposição ao regime. De qualquer forma, estavam lançadas, em plena República oligárquica, as raízes do movimento operário brasileiro.

---

[29] FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1977, p.158.

[30] Ibidem, p. 245.

Texto complementar:

A GREVE PAULISTA DE 1917. FAUSTO, Boris in *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo, Difel, 1977*)*

A escolha de algumas mobilizações coletivas como objeto de uma análise mais detida, no quadro de conjuntura 1917-1920, tem muito de artificial. Há porém dois episódios que expressam, na sua semelhança e na sua diversidade, o padrão das relações sociais entre classes e grupos, o comportamento do Estado, as orientações no campo sindical e da política, a aproximação e a distância entre base e direção: a greve geral de julho de 1917 em São Paulo e o movimento de novembro de 1918 no Rio de Janeiro.

Julho de 1917 assumiu na memória social o sentido de um ato simbólico e único. Símbolo de uma mobilização de massas impetuosas, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas não contaminadas pela infecção burocrática. Retomado em suas dimensões históricas, o episódio se distancia da imagem da Idade de Ouro perdida. Por sua vez, longe de ser um fenômeno isolado, abre com um imenso eco uma fase de ascenso do movimento operário.[31]

Os sintomas de ativação das reivindicações dos trabalhadores, após anos de profunda depressão, surgem em São Paulo nos primeiros meses de 1917, localizando-se no ramo têxtil. O centro de prolongados atritos é o Cotonifício Crespi, grande empresa de fiação e tecelagem de algodão, localizada na Moóca, com mais de 2.000 trabalhadores. A 9 de junho de 1917, a resolução patronal prolongando o serviço noturno é mal recebida pelos operários que respondem com a exigência de aumento de 15 a 20% do salário. Uma seção da fábrica, abrangendo 400 trabalhadores, entra em greve e as reivindicações se ampliam: abolição das multas, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, modificação do regime interno da empresa, supressão da contribuição "pró-pátria". A última exigência se perderia na torrente das semanas seguintes mas era bastante significativa. No curso da guerra, entre alguns círculos da numerosa colônia italiana em São Paulo, desenvolveu-se uma intensa campanha de apoio à Itália. A contribuição "pró-pátria", cujas listas enchiam as colunas dos jornais da colônia, entremeadas com a descrição das batalhas em que o país estava envolvido,

[31] A descrição e análise que se seguem reproduzem com modificações meu trabalho *Conflito Social na República Oligárquica a greve de 1917,* in *Estudos Cebrap* n. 10, out./dez. 1974.

era descontada dos salários dos trabalhadores de origem italiana. A presença desta reivindicação é indicativa de que o surto patriótico não alcançava os operários, pelo menos quando repercutia em seu minguado bolso.[32]

Depois de recusar-se a acolher as exigências, Crespi paralisa totalmente a fábrica, procurando forçar a volta ao trabalho (22 de junho). Alguns dias depois (26 de junho), surge uma greve em outra empresa têxtil – A Estamparia lpiranga – de Nami Jafet & Cia., localizada no bairro do lpiranga, abrangendo aproximadamente 1.600 operários. As exigências são semelhantes às dos grevistas da Crespi, com algumas variações: o aumento salarial pleiteado oscila entre 20 e 25%, não há contribuição "pró-pátria" por suprimir, mas há dois meses de salários em atraso. A direção da empresa se inclina ao compromisso. Após dez dias de greve, todas as reivindicações são aceitas e os trabalhadores retornam ao trabalho.[33] A esta altura, apesar da extensão do movimento a algumas empresas menores, a paralisação é restrita e parece concentrar-se no Cotonifício Crespi. Mas o ânimo dos grevistas e a sua intransigência são sintomáticos. As primeiras prisões provocam passeatas e comícios, tanto nos bairros operários como no centro da cidade, onde se realizam manifestações diante dos jornais. A solidariedade começa a reforçar-se: logo após a aceitação de suas exigências, os trabalhadores de Jafet se deslocam do lpiranga para a Moóca, a fim de expressar aos grevistas do Cotonifício Crespi, a promessa de ajuda material. No curso da paralisação, haviam recusado uma contraproposta da empresa pela qual os salários atrasados seriam postos em dia e haveria um aumento médio de 13%; por sua vez, uma oferta de aumento entre 5 e 15%, apresentada por Crespi, não alcançou êxito. Aí também a insuficiência da proposta se mesclava com a solidariedade como razão da recusa, pois a firma negava-se a aceitar a volta ao trabalho de alguns operários considerados responsáveis pela greve.

Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Moóca. Quando o delegado do bairro do Brás intima grevistas a comparecer à delegacia, nos primeiros dias da paralisação na fábrica Crespi, formam-se

---

[32] Há antecedentes deste gênero de desconto forçado que apela para os sentimento nacional já em 1901, os operários de uma fábrica de chapéus se viam obrigados a contribuir para os funerais do rei Humberto. *Avanti*, 19-1-1901.

[33] Os quatro irmãos Jafet, de origem sírio-libanesa, instalaram-se, em São Paulo, entre 1887 e 1893 e entraram na manufatura de tecidos em 1906. Cf. Dean, p. 37. Em 1917, já haviam estabelecido sólidos laços com a oligarquia de São Paulo e um deles integrava o diretório do Partido Republicano Paulista no bairro do Ipiranga.

duas comissões – de homens e de mulheres – que são atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Mello.

A 7 de julho**,** a greve alcança uma empresa importante fora do setor têxtil – a fábrica de bebidas Antártica, situada na Moóca, com cerca de 1.000 operários. Anteriormente, os trabalhadores tinham enviado, sem resultado, vários ofícios à direção da firma, solicitando aumento de 13% dos salários e a fixação de 9 horas de trabalho. Reclamava-se contra o prolongamento da jornada sem acréscimo nas horas extra, durante o verão, quando a demanda de bebidas se incrementava e contra as suspensões por pequenas ou imaginárias faltas, no período de recesso do inverno. Ao mesmo tempo, começam a se produzir choques entre a força pública e a massa popular, diante do Cotonifício Crespi e da Antártica. Na manhã de 9 de julho, piquetes grevistas conduzindo cartazes onde se pede o boicote dos produtos da Crespi deslocam-se na direção da fábrica têxtil Mariângela (Brás) – de propriedade das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – para conclamar os operários a abandonar o trabalho. Um grupo espatifa a tiros uma carroça da Antártica, após fazer descer o carroceiro e o soldado que o protege. À porta da Mariângela, arma-se um conflito. Para aí se dirigirem o delegado de polícia (Tirso Martins) e um ajudante de ordens do secretário da Justiça e Segurança Pública Eloy Chaves, sendo recebidos com vaias e morras. Tirso Martins se retira, conferencia com o presidente do Estado Altino Arantes. Rapidamente, decidem reforçar o policiamento e dispersar as manifestações. Uma tropa da Força Pública, formada por trinta cavalarianos e cinqüenta soldados armados de rifle, segue para o bairro do Brás. De volta à fábrica Mariângela, avança sobre a massa a tiros e cargas de cavalaria. Há feridos de ambos os lados, em maior proporção entre os operários. Atingido por uma bala no estômago, o sapateiro anarquista Antonio Martinez morre no dia seguinte. Neste ínterim, a paralisação se estende, abrangendo 35 empresas com mais de 15 mil grevistas, entre os quais se encontram os trabalhadores da Mariângela e da Estamparia Ipiranga, estes agora em greve de solidariedade.

O enterro do jovem Martinez simboliza o momento de passagem de uma grande greve para uma paralisação total da cidade, com a multiplicação dos atos violentos. Sob uma chuva fina, em coluna cerrada, cerca de 10 mil pessoas acompanham o corpo que sai do Brás em direção ao cemitério do Araçá, na manhã de 11 de julho, devendo passar inevitavelmente pelas ruas centrais. Uma tentativa de forçar o caminho em direção à Central de Polícia para libertar vários grevistas é repelida pelos destacamentos milicianos, postados na via pública em vários pontos do cortejo. No cemitério, a tensão

cresce em meio às flores, o choro, os gritos de justiça, os discursos com alusões a Réclus, Malatesta, Kropotkin. Quase cinqüenta anos mais tarde, Edgar Leuenroth relataria como o trabalho parou, por uma espécie de comunicação afetiva:

> Após o enterro, uma multidão estaciona na Avenida Rangel Pestana e logo depois é assaltada uma carrocinha de pão. Essa ocorrência teve o efeito de chispa lançado ao rastilho de pólvora. Parece ter servido de exemplo e estímulo para que a mesma ação fosse feita em muitas partes da cidade. Foi o que aconteceu com uma rapidez fulminante, como se um veículo de comunicação de excepcional capacidade pusesse em contato todo o elemento popular paulista. As fábricas e oficina esvaziam-se, enquanto as ruas se povoam de multidões, movimentando-se agitadas em todos os sentidos.[34]

Nos três dias seguintes ao enterro, a greve se tornaria total. Os bondes deixam de funcionar, em parte por iniciativa dos empregados, em parte por decisão da empresa concessionária (São Paulo *Tramway, Light and Power Co.*), diante dos repetidos ataques aos veículos. Os trabalhadores do único núcleo importante na cidade ligado aos serviços ferroviários – as oficinas de São Paulo *Railway* com 2 mil operários – abandonam também o trabalho. Seguem-se os gráficos cuja paralisação tardia foi parcial, pois os jornais não cessaram de funcionar. O número de grevistas entre 12 e 15 de julho, cresce de cerca de 25 mil a 45 mil pessoas, ponto mais alto do movimento.

Por sua vez, as ações agressivas e os choques entre a massa e a força pública se multiplicam. Há assaltos a armazéns, padarias, aos veículos que se arriscam a transitar pelas ruas, a algumas casas particulares. Durante algum tempo, a massa toma conta dos arrabaldes, impede a vinda de alimentos para os que habitam na área central. Grupos investem contra uma feira livre que se realiza no bairro do Bexiga, destruindo o que lá se encontrava. Como na "revolta da vacina" do Rio de Janeiro (1904), na semana trágica de Buenos Aires (janeiro 1919), os lampiões de iluminação são um alvo preferido dos garotos de rua. Simples manifestação de agressividade? É difícil discernir. Seja como for, as ruas escuras facilitam à noite, a ação dos revoltosos.

A tentativa de ataque a autoridades aparece em alguns episódios. No centro da cidade (Praça da Sé), surge um tiroteio entre a polícia e populares entrincheirados nas obras da nova catedral. Quando o delegado Rudge Ramos

---

[34] *O Estado de S. Paulo,* 27.3.1966.

aí chega, seu carro é alvejado e ele se vê forçado a retirar-se. Um grupo mais afoito alcança a aristocrática Avenida Paulista, tentando assaltar a casa do secretário da Justiça, sendo repelido pela Força que guardava o prédio. Mas o maior foco das manifestações, dos choques, é o Brás, onde se concentram não só muitas fábricas, como residências operárias. Na noite de 12 de julho, o largo da Concórdia, a Estação do Norte estão cheios de gente, enquanto as tropas de infantaria e cavalaria impedem o assalto ao posto policial. Quando os soldados tentam penetrar em um café, nas proximidades da estação, abre-se um violento tiroteio que se prolonga por cinco minutos, deixando vários feridos. Nem todos os, acontecimentos têm a mesma gravidade. O chamado "espírito de carnaval"[35] – expressão lúdica de uma breve liberação dos rígidos quadros da existência quotidiana – aparece em alguns momentos. Após narrar a invasão dos bondes pela massa de garotos que marcam passagens, forçam os motorneiros a levá-los para onde querem, observa o circunspecto *O Estado de São Paulo:* "o mais deplorável, é que um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada, tomando conta dos trens elétricos no Largo da Sé".[36]

No dia seguinte ao enterro de Martinez, a cidade se transforma em um desordenado campo de batalha. Seria excessivo imaginar porém, que o governo tenha perdido o inteiro controle da situação. A gravidade da revolta provoca uma extensa mobilização militar, com o deslocamento de tropas do interior do Estado e apoio do governo federal, calculando-se a 13 de julho em 7 mil o número de milicianos estaduais na cidade. Por determinação do ministro da Marinha, dois navios de guerra partem para o porto de Santos. Embora surgissem boatos de defecções no aparelho repressivo, não há provas de que isto tenha ocorrido em maior escala[37] . A retórica dos boletins de apelo aos soldados para que se recusassem a "cumprir o papel de carrasco" não poderia suprir em poucos dias a ausência de contatos entre dois mundos tão diversos. Ao mesmo tempo, inexistia uma estratégia de luta, conduzindo a massa revoltada, nas ações de rua. No plano puramente militar, a liquidação dos tumultos, em prazo maior ou menor, era inevitável.

---

[35] Para uma discussão do "espírito de carnaval" como categoria afetiva, ver ROCH, David. *Lucha civil en Ia Argentina. La Semana Trágica de enero de 1919* in *Desarrollo Económico* n. 42-44, julho de 1971 – março de 1972.

[36] *O Estado de São Paulo,* 13.7.19 17.

[37] A imprensa anarquista refere-se, vagamente à recusa de tropas do Exército em seguir para São Paulo, a fim de auxiliar a Força Pública (*A Plebe,* 8.9.1917). Everardo Dias alude a vários casos de insubordinação tanto na milícia estadual como no Exército.

Entretanto, se a repressão produzia seus frutos, não podia suprir a necessidade de entendimentos para pôr fim à greve geral. À medida em que o movimento se estendia, aumentaram os contatos entre os industriais e o secretário da Justiça que tratou de levá-los a conceder as reivindicações salariais. A 13 de julho, algumas grandes empresas (Matarazzo, Companhia Mecânica Importadora, Moinhos Gamba) declaram-se dispostas a conceder 20% de aumento. Neste ínterim, formara-se um Comitê de Defesa Proletária, integrado por líderes sindicais e de associações populares, que procurou unificar os trabalhadores em torno de um programa, abrangendo reivindicações da classe operária como produtora e das classes populares em geral, como consumidoras. Exigia-se aumento de 35% nos salários inferiores a 5$000 e de 25% para os mais elevados; proibição do trabalho de menores de quatorze anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos; garantia de trabalho permanente; jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras e "semana inglesa"; respeito ao direito de associação; libertação dos grevistas presos; permanência no emprego dos participantes da greve. As propostas relativas à defesa das classes populares enquanto consumidoras aludiam a medidas para baixar preços dos gêneros de primeira necessidade com a requisição pelo Estado deste gênero; as providências para impedir a falsificação e adulteração de produtos alimentares; à redução de 50% nos aluguéis. O Comitê vinha se reunindo clandestinamente mas, quando surgiu a possibilidade de um entendimento, foi autorizado a realizar um encontro no hipódromo da Moóca, onde o programa pôde ser ratificado por uma grande massa.

As dificuldades de estabelecer canais de comunicação são, entretanto, patentes. O Comitê de Defesa Proletária recusa-se a negociar diretamente com os patrões ou com o governo; falta a experiência em ambos os campos de uma "técnica de conflito". A tal ponto, que um Comitê de jornalistas, constituído por representantes da grande imprensa se forma a 13 de julho, com o objetivo de mediar empresários e trabalhadores.[38] Em reunião com os

---

[38] A mediação da imprensa, cujo sentido tento aprender mais adiante, teria resultado episodicamente de um contato entre o capitão da Força Pública, Miguel Costa e Nereu Rangel Pestana, diretor de *O Combate. Ao* mesmo tempo em que dava ordens para reprimir a agitação, o capitão seria simpático às demandas dos trabalhadores, sugerindo a Rangel Pestana esta via de entendimento. Cf. Dulles, p. 52. *O anedótico* revela uma linha de grande coerência no comportamento do futuro líder do movimento tenentista. Nos primeiros anos da década de trinta, Miguel Costa empenhou-se em São Paulo, no estabelecimento de uma aliança entre tenentistas e organizações operárias influindo diretamente na organização de alguns sindicatos, como o dos estivadores do porto de Santos.

grandes industriais da São Paulo *Railway*, São Paulo *Light*, os jornalistas ouvem a reiteração da proposta de 20% do aumento, a promessa de respeitar os direitos operários e de não dispensar grevistas. Realizam a seguir um encontro com o seis principais membros do Comitê de Defesa Proletária[39]. Após várias objeções, estes decidem aceitar a oferta, exigindo porém a palavra do governo para o atendimento das reivindicações referentes à carestia e à garantia dos direitos operários. No contato com o presidente do Estado e o prefeito da cidade (Firmiano Pinto), surgem as promessas de libertação dos presos, de fiscalização do trabalho de menores e estudo de medidas em favor destes e das mulheres; de medidas para impedir a adulteração e falsificação de gêneros alimentícios. Quanto ao preço destes, há uma vaga referência ao "estudo de medidas viáveis" e ao "exercício oficioso de autoridade junto aos comerciantes atacadistas". A proposta dos industriais não é feita por qualquer órgão representativo, mas individualmente. Desde o início aí aparecem os nomes mais importantes: Alexandre Siciliano, Jorge Street, Rodolfo Crespi, Francisco Matarazzo. Pinotti Gamba, os dirigentes da anglo-argentina São Paulo Alpargatas etc.[40]

Enquanto a greve, prossegue, embora os choques de rua arrefeçam, o Comitê Operário aceita a proposta patronal e do governo, em um domingo 15 de julho. Decide marcar para o dia seguinte três comícios, com o objetivo de comunicar aos operários o resultado das negociações e propor a volta ao trabalho. As fotografias do maior destes comícios, realizado no Brás, nos mostra uma atenta massa de olhos voltados para os oradores – Leuenroth, Candeias Duarte, Monicelli –, calculada entre 5 mil a 8 mil pessoas. Os operários aprovam uma resolução de encerrar a greve nas fábricas que firmaram o acordo, com a disposição de retorná-la caso ele não seja cumprido ou as demais empresas recusem o compromisso. Afirmam também assumir a tarefa, de organizar toda a massa proletária. Nos teatros da Lapa e do Ipiranga, vota-se no mesmo sentido e o canto da "Internacional" encerra as reuniões.

---

[39] Edgard Leuenroth, figurava como secretário do Comitê. Os cinco demais membros eram Antonio Candeias Duarte, pequeno comerciante, que sob o pseudônimo de Hélio Negro, escrevia em 1919, juntamente com Leuenroth, a brochura *O que é o maximismo ou bolchevismo;* Francisco Cianci, litógrafo; Rodolfo Felipe, serrador, futuro responsável de *A Plebe;* Luigi (Gigi) Damiani; Teodoro Monicelli, diretor do jornal socialista *Avanti*. À exceção de Monicelli estes nomes representavam a liderança anarquista articulada, independentemente de sua condição social.

[40] O padrão observado no movimento de 1907 não se repetiu. Em regra, as maiores empresas chegaram mais prontamente a um acordo. Provavelmente, isto se deve, ao fato de que elas começavam a obter lucros elevados e estavam em condições de oferecer um aumento, em torno de 20%, que não chegava a reconstituir o salário rela de 1913.

A greve se estende ao interior do estado. Na cidade de São Paulo, recomeça a vida cotidiana: os bondes tem o itinerário indicado, as passagens são pagas, o apito matutino das fábricas impõe a rigidez das longas horas de trabalho. O ritmo do refluxo lembra o da maré montante. A volta ao serviço é gradativa, crescendo cada dia um pouco o número de indústrias que firma o acordo. Em alguns casos, os operários pagam pela timidez da reivindicação inicial, como na Companhia Antártica, onde o aumento é inferior a 20%, exceto para os menores de dezesseis anos. Há além disto situações difíceis de enquadrar na moldura do compromisso: como resolver o problema das crianças trabalhadoras de uma empresa têxtil que se recusam a retornar à fábrica, temendo castigos corporais? Ainda a 22 de julho, os jornais se referem ao prosseguimento da paralisação no setor de calçados e em várias pequenas empresas. Gradativamente porém, os últimos fogos se extinguem.

Parece inútil insistir sobre o papel da elevação do custo de vida no desencadear da greve de 1917. Observo apenas que os dados gerais não dão conta da subida de preços concentrada em poucos meses do ano,[41] ou da coincidência entre aumento e a escassez de certos produtos. Nos primeiros meses de 1917, por exemplo, a Argentina suspendeu as exportações de trigo para o Brasil. Embora se chegasse a um acordo para restaurar o fornecimento, a importação global pelo porto de Santos (farinha de trigo e trigo em grão) foi em 1917 a mais baixa dos anos 1913-1918 não se podendo cogitar, no caso, de substituição de importações. O ataque às carroças do Moinho Gamba, o saque aos armazéns do Moinho Santista, durante a greve geral, têm como alvo a obtenção de um bem escasso que, transformado em pão, simboliza o atendimento dos requisitos elementares de subsistência.

Ao mesmo tempo, a indignação ganha forças porque é impossível lançar as dificuldades à conta de uma conjuntura de depressão quando “todos devem partilhar os sacrifícios”. Pontilhando as leis impessoais do mercado, aparecem não só os grandes lucros de algumas indústrias, mas especialmente uma figura historicamente odiosa às massas populares: o açambarcador. O estado de espírito dos consumidores em geral está refletido nas contínuas denúncias da grande imprensa contra os Matarazzo, os Gamba, etc, acusados de desviar mercadorias para a exportação e estocar gêneros alimentícios[42]. De uma forma simplista mas eficaz, a revolta encontra seus alvos personalizados.

---

[41] As indicações da imprensa, em torno de julho de 1917, são significativas. *A Gazeta* de 19.5, refere-se ao aumento da lata de banha de 2$500/2$800 para 3$000/3$200; à elevação do preço da saca de batata, em quinze dias, de 6$500/7$500 para 9$000/12$000. *O Fanfulla* de 19.7, alude ao açambarcamento do arroz em casca no interior do Estado, com o preço da saca subindo, em dois meses, de 12$000 para 20$000.

[42] Vejam-se especialmente as reportagens diárias de *A Gazeta* a partir de 5.5.1917.

A sobredeterminação da política internacional, ao contrário do que iria suceder nos anos seguintes, estaria quase ausente do episódio. A imprensa anarquista reflete em raros momentos o alento provocado pela revolução de fevereiro na Rússia tzarista.[43] O grande símbolo de libertação é o 14 de julho, comemorado nas páginas da imprensa diária. Um símbolo tão arraigado que ainda em julho de 1920 daria origem a uma greve em uma fábrica de chapéus por parte dos operários que desejavam festejar a queda da Bastilha.

Privação material interiorizada como insuportável, situação do movimento operário, corporificação dos alvos da revolta, possivelmente a estrutura sócio-demográfica da classe,[44] encontram-se na base da greve geral de 1917. Mas a microdinâmica do movimento é também relevante. Se o período das grandes greves se insere nos marcos da conjuntura, nem por isso as paralisações parciais de 1917 deveriam desembocar necessariamente em um episódio de tais proporções. A combatividade da massa operária em maio/junho 1917 ganha alento não só a partir dos "agitadores", mas da intransigência de Rodolfo Crespi. Conhecido por sua recusa a negociar – ele seria um dos últimos dentre os grandes industriais a aceitar o compromisso final – Crespi transforma sua fábrica em um foco de contínuos atritos. Na última semana de junho, faz um sério erro de cálculo apelando para um *lockout* que na verdade favorece a extensão do movimento grevista.[45] O momento era decisivo: por um breve período, a greve parecia arrefecer, com as concessões feitas por

---

[43] Referindo-se ao horário de trabalho de 13 horas diárias na fábrica Crespi, *A Plebe* de 16.6.1917 afirma que na Rússia se trabalha apenas 6 horas.

[44] Maran valoriza bastante este aspecto, chamando a atenção para o tempo de permanência no país da massa e da liderança operária de origem estrangeira. Segundo seus dados, cerca de 60% da imigração para São Paulo se deu antes de 1905 e, aproximadamente 80%, dos italianos chegaram ao Estado pelo menos 13 anos antes de 1917. Utilizando-se sobretudo de fontes operárias, Maran observa que, entre 29 dirigentes estrangeiros do movimento operário, cujos dados lhe foi possível levantar, 27 haviam chegado criança ao Brasil ou tinham mais de 5 anos de residência em 1917. Sua conclusão é de que, por essa época, os sonhos de mobilidade social e de retorno ao país de origem estavam desfeitos e muitos se inclinavam a organizar-se para enfrentar as duras condições de vida.

[45] Ao contrário do que, sucedia com Matarazzo, a consciência da situação não era o forte de Crespi. Veja-se esta bela passagem de Warren Dean, relativa à greve generalizada de outubro de 1919, quando Crespi propôs no Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo que se respondesse à greve com o *lockout* patronal: "a idéia foi jubilosamente aceita por todos, exceto pelo representante do IRFM (de Matarazzo), que declarou precisar consultar seu patrão. No dia seguinte apareceu o Conde, no meio da deferência geral dos membros. Pereira Ignácio, propôs que a assembléia se congratulasse com a presença do "Príncipe da Indústria Paulista". Matarazzo, contudo, não estava disposto a participar da euforia do momento. Levantou-se e sugeriu, sem floreios de retórica, que simplesmente se convidassem os operários a voltar ao trabalho, pois a greve da *Light* já fora solucionada. Os membros sem exceção, inverteram a posição assumida no dia anterior e votaram pela moção de Matarazzo". Warren Dean, *ob*. cit., p. 175.

Jafet e o Cotonifício Crespi mantêm-se como canal de passagem para a ampliação das paralisações.[46] Até aí, estamos no terreno da passagem de uma greve em algumas grandes empresas à sua generalização. Em um segundo momento – o da seqüência greve generalizada/greve geral, acompanhada de choques – a morte do sapateiro Martinez, o episódio de seu enterro surgem como fator desencadeante, simbolizando de forma dramática uma série de privações vividas pelos operários em seu conjunto.

Desde o depoimento de memorialistas à análise sociológica[47] tem-se ressaltado o caráter espontâneo da greve de 1917 e não há motivo para se rever o fundo desta qualificação. A ausência de um plano, de uma coordenação central, de objetivos pré-definidos é patente. Os sindicatos têm restrito significado; o Comitê de Defesa Proletária – expressão da liderança anarquista e em menor escala socialista – não se forma no curso do movimento como procura apenas canalizar reivindicações. O padrão de agressividade da greve relaciona-se com o contexto sócio-cultural de São Paulo e com a fraqueza dos órgãos que poderiam exercer funções combinadas de representação e controle[48].

Porém, o espontaneísmo precisa ser melhor qualificado. A "espontaneidade pura só existe nos livros de contos de fadas acerca do movimento operário e não em sua verdadeira história". O conteúdo da atividade dos trabalhadores que deflagram a greve nas maiores empresas, as várias formas de comunicação pelos bairros industriais talvez estejam perdidas para sempre. Há, entretanto, um terreno mais sólido de observação a indicar que, se a greve de 1917 foi uma explosão, teve pouco a ver com uma "explosão repentina". Os indícios de crescente tensão[49] se acumulam nos meses que a antecedem, acompanhados de um visível esforço organizatório,

---

[46] O *Fanfulla* de 27.6.1917 critica o *lockout* e apela a Crespi para que siga o exemplo de outros industriais que estão fazendo concessões.

[47] Veja-se, especialmente, Leôncio Martins Rodrigues: "A greve de 1917 não foi o resultado de um avanço do sindicalismo ou um movimento organizado com ira a objetivos fixados de antemão, mas uma explosão repentina, fruto da convergência de vários fatores, entre os quais a carestia, e, possivelmente, as repercussões da Revolução Russa. As próprias lideranças operárias ainda que procurassem aproveitar a greve, foram tomadas de surpresa, tanto quanto os empregadores e o governo, como indica a formação apressada e quase espontânea, do Comitê de Defesa Proletária". Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo, 1966, p. 147.

[48] *O Combate* de 10/7.1917, por exemplo, critica o fechamento pelas autoridades da Liga Operária da Moóca, lembrando que ela estava procurando orientar a greve da Mariângela e outras empresas, com o objetivo de evitar explosões individuais.

[49] A *Gazeta* de 5.5.1917 chama expressamente a atenção do governo para os riscos de uma explosão popular.

apesar de todos os seus limites. O primeiro número de A *Plebe* – e a criação do jornal é um reflexo de nova etapa que se abria – refere-se ao fato de que o operariado de São Paulo parece despertar para a luta, sob o efeito da propaganda e dos comícios recentemente realizados. O centro de aglutinação não é o clássico sindicato de resistência, mas as ligas operárias de bairro, criadas por inspiração dos anarquistas, na Moóca, no Belenzinho, no Cambuci e na Lapa[50]. É provável que as ligas tenham tido maior possibilidade de êxito por serem um veículo não apenas das reivindicações relativas à produção, assumindo as questões mais gerais da carestia, da habitação etc... Ao longo dos primeiros dias da greve, a Liga Operária da Moóca, até o fechamento a 9 de julho, aparece claramente como núcleo de coordenação e de contatos: a paralisação parcial do Cotonifício Crespi decide-se em assembléia realizada em sua sede; após o serviço os grevistas da Antártica dirigem-se à Liga onde se reúnem, inscrevendo-se como sócios, em grande número; é a entidade, juntamente com a Liga do Belenzinho, que convoca as associações proletárias para a formação de um "Comitê Geral"[51].

A greve geral não é previamente preparada por nenhuma organização, mas ao menos a consciência desta perspectiva existe no interior de um pequeno grupo. Em maio de 1917, o Centro Socialista Internacional convida a Liga Operária da Moóca a enviar representante a uma reunião onde se pretende cuidar "de questões organizatórias da ação operária, com o objetivo, se necessário, de preparar uma greve geral, tendo em conta as atuais dificuldades da classe". A Liga responde com uma olímpica recusa, ressaltando que é adepta da ação direta para a obtenção de melhorias e para a emancipação final da sociedade. Por isso, não deseja confundir-se com uma entidade "eminentemente burguesa" que espera transformar-se em partido político e se utiliza com preferência da ação legal e eleitoral[52].

Por outro lado, embora a deflagração da greve fosse espontânea, inevitavelmente em seu curso deveria surgir o núcleo capaz, se não de conduzi-la, pelo menos de dar-lhe uma saída final. Este núcleo – o Comitê de Defesa Proletária – indica o tipo de relação que se estabelecera entre certos quadros de preponderância anarquista e a massa operária, nos anos prévios ao episódio, envolvendo uma espécie de liderança do prestígio, carente de

---

[50] O primeiro número de *A Plebe* é de 9.6.1917. A edição de 16.6. alude ao êxito das ligas operárias, especialmente a da Moóca, que em poucos dias, teria recebido 600 adesões.

[51] *Fanfulla,* 10.6 e 8.7.1917. *A Plebe,* 9.7.1917. O *Fanfulla* de 9.7, destaca os grandes progressos da Liga que, segundo o jornal, poderá ter importante papel na coordenação do movimento grevista.

[52] *Fanfulla,* 21 e 22.5.1917.

maiores laços organizatórios. Dentro destes limites, a liderança é incontestável: a representatividade do comitê não sofre restrições, sua decisão de chegar a um compromisso é acatada por uma ampla massa de trabalhadores.

Dois elementos se combinam no comportamento dos líderes anarquistas, em julho de 1917: a incapacidade de assumir um verdadeiro papel dirigente; a dificuldade em encontrar as vias para garantir ao menos o cumprimento das pequenas conquistas. Apesar dos apelos retóricos à organização, o ímpeto da torrente atrai estes homens, ainda ontem embalados em seu pequeno círculo pela vaga fraseologia da obra emancipadora final: de 9 a 21 de julho, *A Plebe* deixa de funcionar porque seus responsáveis se ocupam em "emprestar sua atividade ao grande movimento". O Comitê de Defesa Proletária se inclina, por sua vez, à extrema prudência. As reivindicações buscam defender condições mínimas de sobrevivência, a livre organização, expressão dos trabalhadores. Como viu com clareza *A Plebe*, a proposta do Comitê teria sido feita na Europa pelas classes conservadoras, no seu próprio interesse. Mas aqui, "dadas as condições existentes, o mínimo teve que ser pedido pelos que tem os olhos voltados para o máximo"[53].

Mesmo este mínimo não foi, entretanto, consolidado. A rápida elevação do custo de vida começou a corroer o aumento salarial, negado aliás por várias empresas. Passada a mobilização, o governo investiu contra os sindicatos cuja atividade florescia sob o impulso da greve, especialmente entre os ferroviários da São Paulo *Railway*. Em setembro de 1917, a repressão se abateu sobre as lideranças operárias. *A Plebe* foi invadida e Edgar Leuenroth preso, acusado de ser o mentor intelectual do assalto ao Moinho Santista.

---

[53] *A Plebe*, 21.7.1917.

Bibliografia Básica:

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (capítulo 1). Embora não aborde especificamente nenhum dos movimentos que compõe esse item, o texto oferece uma eficiente análise dos elementos de tensão que operavam na República Velha, em especial as contradições e confrontos presentes nos principais núcleos urbanos do período.

Bibliografia complementar:

Sobre Canudos e Contestado: MONTEIRO, Duglas. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado* in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.III, 2. V., p. 39-92

Sobre Revolta da Vacina: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo, Brasiliense, 1984, Col. *Tudo é história*

Sobre Movimento Operário: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1977 (capítulos I, III, VI e Epílogo)

3. ECONOMIA

A produção de café para o mercado externo continuou sendo a principal atividade econômica do país durante toda a República Velha, tal qual fora durante o período anterior. Entretanto, no novo regime os cafeicultores conquistaram hegemonia sobre o governo federal e era natural que, em conseqüência, a política econômica adotada pelos sucessivos presidentes fosse inteiramente voltada para atender as necessidades da cafeicultura. No entanto, nem sempre isso foi possível. Uma vez no governo federal os representantes do café foram obrigados a ceder às pressões de seus parceiros externos, especialmente os credores da dívida brasileira, e a adotar medidas que garantissem a sobrevivência do próprio Estado. Em face à crise econômica enfrentada pelos primeiros governos civis, por exemplo, não restou alternativa senão sacrificar alguns interesses da cafeicultura. "Ainda que não se possa falar de uma única alternativa para os problemas econômico-financeiros do período, é duvidoso imaginar, nos limites da época, uma resposta que não passasse pelos caminhos da depressão e da concordância com as imposições dos credores. Neste sentido, a classe hegemônica interna persegue objetivos universais, ao sustentar o funcionamento de um certo tipo de Estado nacional, como condição de sua própria hegemonia. O sacrifício de alguns setores da própria classe era inevitável, mas isto não pressupunha, é claro, o colapso de toda a cafeicultura"[54].

Os primeiros anos da República foram de crise econômica gerada pelo desequilíbrio entre exportação e importação, pelo peso da dívida externa e pela retração do capital estrangeiro. Para combatê-la foram adotadas uma série de medidas de contenção, por meio das quais se procurava reduzir o déficit orçamentário e controlar a oferta de moeda. Em relação à dívida externa, Prudente de Morais firmou, com os credores, em 1898, um acordo que seria implementado por seu sucessor, Campos Sales. O chamado *Funding Loan* estipulava que o pagamento de todos os empréstimos externos anteriormente contraídos pelo governo federal seria efetuado até junho de 1901, com novos títulos de dívida que teriam treze anos para serem resgatados. Em troca desse rolamento da dívida, os banqueiros exigiam o saneamento da economia do país. Campos Sales comprometeu-se a queimar papel-moeda na quantidade equivalente aos títulos da dívida depositados em Londres, para

[54] FAUSTO, Bóris. *Expansão do café e política cafeeira* in *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, T. III, 1. Vol., p. 193-248, p. 208.

provocar a queda da inflação. Além disso, seu ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, promoveu uma política de contenção de gastos e redução do déficit público, que consistiu no aumento de impostos, paralisação dos investimentos em obras públicas, congelamento de salários, etc. Em conseqüência houve significativa elevação da taxa cambial, justamente no momento em que os preços do café caíam no mercado internacional. Em governos posteriores, novamente para contornar crises econômicas, políticas ortodoxas foram adotadas que atingiam duramente os interesses mais imediatos dos cafeicultores. Crises econômicas "que se constituíam em efetiva ameaça à coesão política do Estado, como no final dos anos, 1913-1914, em meados dos 20 e em 1929-1930. (...) Estas eram ocasiões em que o poder dos credores externos e/ou a influência dos grupos ortodoxos domésticos mais se fazia sentir na formulação das políticas de *salvação nacional*, em relação às quais as oligarquias políticas de São Paulo, pela própria posição hegemônica que ocupavam no aparelho do Estado, não podia adotar uma postura corporativa"[55], sob pena de sacrificar o próprio Estado e com ele sua hegemonia.

Nos períodos em que não haviam crises a serem enfrentadas, o governo federal encontrava condições para implementar uma política mais de acordo com os interesses da cafeicultura. Tratava-se basicamente de manipular as taxas cambiais de modo a garantir a lucratividade dos fazendeiros quando ocorria queda de preços do café no mercado externo. A conseqüência era o que Celso Furtado chamou de socialização das perdas: a desvalorização do mil-réis gerava o aumento dos preços de produtos importados, na época com papel importante no consumo da população, e a contração no volume das importações. Assim, a manipulação do câmbio garantia que, em moeda nacional, não houvesse queda nos lucros dos fazendeiros, mas, em contrapartida, onerava a população com o aumento do custo de vida e o Estado com a queda dos rendimentos do seu principal tributo, aquele que incidia justamente sobre a importação.

Além da desvalorização cambial, os cafeicultores procuravam proteger seus lucros utilizando os governos estaduais para implementar a chamada política de valorização do café. Os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmaram, em 1906, um acordo, o Convênio de Taubaté, pelo qual comprometiam-se a empregar o dinheiro público para adquirir e

---

[55] FRITSCH, Winston. *Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930* in ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 68.

queimar parte da produção de café. As políticas de valorização procuravam preservar os lucros dos fazendeiros ameaçados pela superprodução. A rápida expansão dos cafezais acabou por gerar uma produção bem superior à demanda no mercado externo, forçando os preços do café para baixo. Por meio do convênio procurava-se restringir a oferta do produto no mercado internacional, de modo a estabilizar seus preços, utilizando para isso empréstimos externos feitos pelos governos estaduais. Novas políticas de valorização foram adotadas, em 1917-1920 e 1921-1924, sempre com o apoio ou participação direta do governo federal.

No entanto, a sistemática defesa dos preços do café favoreceu a expansão da cafeicultura e com ela o aumento da produção. Aprofundava-se, dessa forma, o desequilíbrio entre a oferta de café e a capacidade de consumo do mercado mundial. A crise era inevitável e ela eclodiu justamente no momento que também no âmbito político os cafeicultores enfrentavam dificuldades. Em 1929 cindia-se a tradicional aliança entre as oligarquias mineira e paulista e o regime oligárquico tinha que enfrentar a oposição da Aliança Liberal. Além disso, o governo federal optou por restringir o crédito, mais uma vez adotando uma política econômica ortodoxa, em resposta às sérias dificuldades de balanço de pagamentos surgidas no ano anterior. Opção que comprometia a política de valorização do café. O choque definitivo para os cafeicultores foi a progressiva limitação de crédito em Londres, comprometendo a possibilidade de obter empréstimos externos. Em outubro a produção cafeeira entrava em colapso, agravado pela quebra da Bolsa de Nova York e pela conseqüente crise mundial.

Sob a égide do café a economia nacional sofreu profundas transformações: trabalho assalariado, urbanização crescente, modernização na produção agrícola e industrialização. Na década de 1880 ocorria o primeiro surto industrial do país, financiado pelo capital cafeeiro. Os fazendeiros investiam parte de seus lucros na fundação de indústrias ou contribuíam indiretamente na medida que seu capital transitava pelo sistema bancário. Além deles, outros agentes comprometidos com a cafeicultura financiavam a industrialização: comerciantes, banqueiros, imigrantes, importadores, etc. Além de fornecer o capital necessário, a cafeicultura foi decisiva para criar as condições propícias para industrialização. Especialmente ao subsidiar a vinda de imigrantes em massa para o país. A imigração não eliminou apenas "o freio à expansão do plantio cafeeiro: fez muito mais do que isso, criando um mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o

desenvolvimento de uma agricultura mercantil quanto para a indústria. Essa imigração, constituindo uma superabundante oferta de força de trabalho, permitiu, ainda, a formação de um mercado livre, que funcionou com baixas e flexíveis taxas de salário, resolvendo, precocemente, o problema do suprimento de força de trabalho à economia urbana que se desenvolve a partir da década de 1880"[56]. Na década de 1890 a esmagadora maioria dos operários era composta por imigrantes arregimentados inicialmente para trabalhar nas fazendas de café. Em São Paulo, cerca de 90% dos trabalhadores da indústria eram estrangeiros, sendo que em torno de 80% eram italianos.

A indústria permaneceu subsidiária ao café até o final da década de 1920, quando a quebra da Bolsa de Nova York provocou uma profunda crise mundial, atingindo também a produção brasileira de café, cujos preços tiveram uma queda drástica no mercado externo. Mas, "mesmo que não ocorresse a crise mundial naquele momento, dificilmente a economia cafeeira sairia ilesa de sua própria e independente crise de superprodução, arrastando consigo, em certa medida, o seu subordinado parque industrial. A partir desse momento, a indústria teria de buscar *caminhos mais autônomos*, o que conseguiria, ainda que um tanto precariamente, dentro do próprio transcorrer da crise da década de 1930"[57]. Com o café entrava em crise o regime oligárquico que ele sustentara. Em 1930 a Aliança Liberal conquistava o poder e inaugurava um novo regime, em que teriam lugar destacado os representantes da indústria nacional.

[56] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed., São Paulo, T. A. Queiroz, 1983, p. .257.

[57] Ibidem, p.189.

Texto complementar:

O ENCILHAMENTO. LEVY, Maria Bárbara in *Economia no Brasil, uma visão histórica*, NEUHAUS, Paulo (org.) Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 191-255.

1. Introdução

As interpretações que envolvem o Encilhamento têm caráter profundamente ideológico, a começar pelo próprio termo por meio do que este momento da história financeira ficou conhecido.

No *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio*[58], pela primeira vez a palavra *encilhamento foi* empregada com referência à situação da praça do Rio de Janeiro. Imediatamente outros jornais cariocas se apropriaram do jargão, embora no próprio jornal do Commercio o pejorativo só fosse utilizado em matéria assinada. No ano seguinte, já era gíria conhecida para caracterizar a febre financeira posterior a 1888.

No seu sentido original, *encilhamento* provém do verbo encilhar, isto é, apertar o cavalo com o cinto ou barrigueira. Nas corridas de turfe, o encilhamento era também o momento em que os jóqueis se preparavam para montar na sela e os apostadores tentavam comprar suas desistências[59]. Durante essas negociações, a montaria pronta para a corrida era refreada antes da largada final.

Aurélio Buarque de Holanda[60] define seu sentido figurado como "movimento extraordinário de especulação bolsista que houve nos primeiros anos da República". "Neologismo esportivo"[61] "criação genial do povo"[62], "jogo desenfreado de bolsa"[63] "movimento desastroso"[64], "especulação frenética"[65], e até mesmo "epidemia"[66] são outras imagens associadas ao

58 Retrospecto Commercial, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1890.

59 REUTER, Elisabeth L. *"Encilhamento" au Brésil*, Paris, 1973, p. 7 (tese. mimeo.).

60 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975. p. 523.

61 CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1973, III, p. 17.

62 TAUNAY, Affonso D'escragnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Dep. Nacional do Café. 1939/1943, 15v.

63 RIO, José Pires do. *Ainda é Tempo*. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 mar. 1889, p. 1.

64 LOBO, Haddock. *História econômica & administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, Atlas, 1963, p. 171.

65 LUZ, Nicia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo, DIFEL, 1961, p. 98 (Corpo e alma do Brasil, 5).

66 FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, II, p. 388.

Encilhamento. Um fenômeno com tantas implicações substanciais e duradouras não pode ser considerado tão superficialmente.

Há inicialmente que delimitar o tema, uma vez que os movimentos especulativos num país de economia primário-exportadora eram comuns. Especulava-se com as safras e, ainda mais intensamente, com o câmbio, atividade por excelência do capital financeiro internacional e de natureza bem mais sofisticada. Apesar de o vulto destas manipulações ser bem superior ao da especulação com ações e debêntures, havia um desconhecimento generalizado quanto à sua existência, por não terem jamais envolvido o público menos informado.

Os bancos estrangeiros recebiam quase todas as letras sacadas nas praças do exterior para cobrança de grande parte da importação feita pelo comércio do Rio, além de efetuarem a compra das letras dos exportadores desta praça. Assim, ao fecharem operações desta natureza, preparavam um mercado excepcionalmente favorável para fazer suas cobranças.

Com as operações cambiais, os bancos estrangeiros detinham uma margem de lucro superior ao retorno de qualquer outra atividade no mercado. Em sua estratégia de negociação havia o interesse em que o câmbio fosse incerto e variável. Os bancos estrangeiros forçavam a alta do câmbio na época da safra, principalmente entre setembro e outubro. Nesse período, os banqueiros compravam mais barato os saques pagos em ouro sobre a praça do Rio, já que os fazendeiros e intermediários precisavam fazer dinheiro. Passada essa época, os bancos especulavam com as reservas-ouro de suas matrizes, forçando o comércio importador a pagar maior quantidade de papel pela mesma quantia de ouro, ou seja, provocavam a baixa cambial. Especulavam, pois, com a oscilação das taxas[67]. (...)

(...) 3. Os vínculos agrários e o capital financeiro

"Não contestaremos que a especulação, ou antes agiotagem (pois a especulação, restrita a certos limites, é ilícita e profícua), começou a desenvolver-se na praça do Rio de Janeiro, ainda sob o Império"[68]. Este depoimento do último ministro da Fazenda de D. Pedro II é interessante não só por reconhecer que o Encilhamento é fenômeno anterior à República,

[67] CARONE, Edgard. *A República velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 100-1 (Corpo e alma do Brasil, 31).

[68] OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. *A década republicana*. Rio de Janeiro. Typ. do Brazil, 1899, v. 1. Finanças, p. 87.

mas também por procurar estabelecer a distinção entre o especulador e o agiota tal como as agências regulatórias contemporâneas buscam a difusa diferenciação entre especuladores e manipuladores do mercado. Sob o gabinete de Ouro Preto, empossado cinco meses antes da Proclamação da República, foram adotadas duas medidas que são reconhecidas como responsáveis pela criação de condições propiciais ao desencadeamento da especulação: os auxílios à lavoura e o contrato celebrado com o Banco Nacional do Brasil.

Um empréstimo realizado em Londres para auxílio à lavoura deveria ser distribuído por intermédio do setor bancário. O Tesouro fornecia parcelas de capital de empréstimo a alguns desses estabelecimentos, a custo nulo, por prazos que, variavam de sete a vinte e dois anos. Esses bancos, por sua vez, se obrigavam a emprestar à lavoura o dobro desta quantia, por prazo de um a quinze anos, a juros de 6%.

A rede bancária privada poderia servir como agente supridor da demanda por estes recursos. Os bancos, pela natureza de suas operações, mantinham um contato muito mais direto a nível local com a lavoura, podendo por isso injetar fundos na economia com um grau de compatibilidade superior ao que era possível por parte do Governo, dada a estrutura de seus gastos.

Na prática, esse sistema atuou como mecanismo que permitiu aos bancos de auxílio à lavoura ressarcirem-se das dívidas anteriormente contraídas pelas casas comissárias relacionadas com a agricultura de café. Estes bancos concederam empréstimos aos comissários para que liquidassem seus passivos, transferindo assim as antigas exigibilidades ao Governo. A lavoura propriamente dita não foi diretamente beneficiada por este repasse.

Os empréstimos à lavoura por intermédio dos bancos auxiliares eram uma transação altamente vantajosa para esses últimos. “Não vencendo juros as somas que o Estado emprestava a estes por longo prazo, e pagando os mutuários a taxa de 6% de interesse pelos empréstimos agrícolas, claro é que essas instituições de crédito gozavam de um capital gratuito, que muito aumentaria os lucros a dividir pelos acionistas. Naturalmente os títulos dos estabelecimentos assim favorecidos passaram a ser mais procurados e cotados com maior ágio. (...) A verba dos auxílios oficiais à lavoura estando longe de esgotar-se, convinha fundar novos bancos, que obtinham do Governo os mesmos favores já concedidos a alguns dos existentes, e, cujas ações seriam evidentemente subscritas sem demora, pela certeza, que tinham os subscritores, de que em poucos dias seriam procurados com prêmio. Escusado nos parece lembrar que o capital com que se fundavam esses bancos era sempre avultado,

a fim de que fosse também avultada a quota de auxílios concedidos pelo Governo”[69]. A quantia adiantada aos intermediários financeiros foi de 47.500 contos, o que representava um encargo anual para os contribuintes de 1.800 contos destinados a alimentar a proliferação dos bancos intermediários dos chamados auxílios à lavoura.

A Lei Monetária de 1888 dispunha que alguns bancos poderiam emitir papel-moeda em proporção igual às suas reservas metálicas. Esse papel possuiria curso legal e o Tesouro se comprometia a não mais emitir enquanto durasse esta prerrogativa. Três bancos foram autorizados a emitir bilhetes conversíveis em ouro: O Banco Nacional do Brasil, o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio. Na prática, apenas o primeiro exerceu esse direito. Uma cláusula do contrato determinava que o Banco Nacional deveria resgatar o papel-moeda do Tesouro em circulação por suas notas pagáveis em ouro e à vista.

O visconde Francisco de Figueiredo, diretor do Banco Nacional, bem como seus acionistas foram diretamente favorecidos pela nova condução da política monetária. O império financeiro do visconde Francisco gestara na monarquia principalmente por meio de suas atividades como corretor de câmbio do Tesouro. Foi diretor do Banco do Brasil, e ocupou igual cargo em várias companhias de seguros e transportes urbanos. Durante a grande seca do Nordeste, encarregara-se do abastecimento da região, distribuindo gêneros comprados pelo Governo e utilizando-se dos créditos extraordinários que haviam sido abertos para atender às despesas para contornar a calamidade. Por estes serviços, fora agraciado com o título de visconde.

O Banco Nacional, passando a controlar a oferta monetária, e os demais bancos comerciais, intermediando empréstimos à lavoura, criaram um clima ideal para especulação. As ações dessas instituições foram distribuídas com ágio de 45%, e a expectativa de lucro, assegurada por sua relação com a política monetária do Governo, deu início a uma fascinação que carreou consigo o jogo com ações de todos os bancos auxiliares da lavoura.

Estas condições de garantia de retorno sobre títulos de renda variável transmitiram às transações de bolsa, no trimestre anterior à Proclamação da República, descomunal movimentação. O entusiasmo contagiante despertado pelas fortunas feitas em poucas semanas propagava-se na Rua da Alfândega e atraia pessoas que jamais se haviam envolvido na compra e venda de títulos.

---

[69] AGUIAR, Pinto de. *Rui e a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, p. 71.

4. A grande largada republicana

A Proclamação da República sustou esse processo de caráter especulador. A ebulição da praça do Rio de Janeiro já se estendera a algumas outras, e o corte político criou uma situação prenunciadora de crise: o câmbio declinou, o Banco Nacional retraiu as emissões e apressou a troca de seus bilhetes. No estrangeiro, os títulos brasileiros desvalorizavam-se, e havia rumores da *City* de Londres de que o federalismo dividiria o Brasil em várias repúblicas, sendo iminente a inadimplência quanto aos compromissos externos. A desconfiança para com a nova organização política criou uma atmosfera de expectativa estimulando o êxodo de capitais e recessão do crédito.

Rui Barbosa, o novo ministro da Fazenda, (o primeiro da República), reunindo-se com os banqueiros da capital, aceitou não só continuar a política de empréstimos aos bancos particulares, mas também manter a lei de 1888. Esta conciliação era o caminho que garantiria ao Governo Provisório o apoio da burguesia financeira. Os acionistas do Banco Nacional reagiriam contra qualquer futura tentativa de política financeira que viesse a transformar a situação privilegiada que lhes havia sido assegurada por lei.

A composição de classes no poder todavia se alterara, e a manutenção da política bancária deveria satisfazer interesses que haviam emergido politicamente com a República. A cafeicultura promovera o surgimento de uma pequena burguesia urbana ligada ao comércio, às profissões liberais, às manufaturas e à burocracia. Suas aspirações gravitavam em torno de objetivos industrialistas, que durante a fase da implantação da República foram parcialmente atingidos. A canalização dos recursos disponíveis para investimentos diretos na produção urbana foi a perspectiva aberta para aliança de classes no poder quando a República ainda estava por ser consolidada. Relativamente pouco desenvolvida, essa classe não se constituiu num grupo de pressão suficientemente capaz de romper com o poder político das oligarquias regionais.

As idéias industrialistas de Rui Barbosa já eram conhecidas antes mesmo que ele fosse chamado ao Ministério da Fazenda. “Mas somos uma nação agrícola. E por que não também uma nação industrial? Falece-nos o ouro, a prata, o ferro, o estanho, o bronze, o mármore, a argila, a madeira, a borracha, as fibras têxteis? Seguramente, não. Que é, pois, o que nos míngua? Unicamente a educação especial, que nos habilite a não pagarmos aos

estrangeiro o tributo enorme de mão-de-obra, e sobretudo da mão-de-obra artística"[70].

Esta visão capitalista somada ao poder ganhou então contornos mais nítidos: "A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente (...). O desenvolvimento industrial não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política". A política financeira de Rui estará voltada para a transformação da base econômica do país: "(...) não pouca vantagem haverá em passarmos da condição de país exclusivamente consumidor, em matéria industrial (...). O nosso grande erro tem sido aplicar ao Estado, em grande escala, o sistema geral seguido pelos nossos ricos agrícolas: produzir muito café, tratar exclusivamente do café, ainda que hajam de comprar tudo o mais, inclusive os gêneros de primeira necessidade, que eles facilmente poderiam produzir"[71].

Esta orientação capitalista trouxe uma grande novidade à política financeira da República. Foi introduzida a idéia de que o curso forçado era uma decorrência da insuficiência dos recursos ordinários do país para liquidar suas contas no mercado exterior. Abandonou-se o mito da circulação conversível como instrumento de estabilização bancária, e passou-se a encarar o câmbio alto como efeito da prosperidade econômica da fiação.

Este pensamento representou a fuga aos preceitos monetários exportados pela *City* de Londres, onde o capital financeiro deveria ser suficientemente móvel para, a qualquer momento, poder ser deslocado para outra parte do mundo mediante a pronta liquidação dos seus créditos. A hegemonia mundial da Inglaterra exigia disponibilidade para o financiamento de múltiplos investimentos externos alternativos, o que só poderia ser garantido pela manutenção de uma política de conversibilidade nas regiões periféricas. Não é de se surpreender a reação contrária da Grã-Bretanha com relação à República, personificada pela política financeira de Rui Barbosa.

A primeira legislação financeira elaborada por Rui Barbosa (decreto de 17.01.1890) buscava satisfazer a expansão da indústria e das atividades no lastreamento em igual quantidade de Apólices da Dívida Pública, as quais deveriam ser adquiridas em mercado pelos bancos. A emissão bancária

---

[70] BARBOSA, Rui. *Discursos e trabalhos parlamentares. Centenário do Marquês de Portugal. O desenho e a arte industrial*. Rio de Janeiro, MES, 1948, p. 255.

[71] BARBOSA, Rui. *Relatório apresentado pelo Ministro d'Estado dos Negócios da Fazenda.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1891, II, p. 129-30 e 143.

transformava o crédito do Estado em crédito privado, ou seja, uma dívida garantia outra. Em contrapartida, a circulação garantida por letras do Tesouro permitia alargar o crédito e diminuir a quantidade destes títulos em circulação. Segundo esta modalidade, o Estado eximia-se do pagamento dos juros e das amortizações das apólices, que oneravam o orçamento nacional.

O Decreto de Reforma Bancária de 17 de janeiro de 1890 se caracterizava ainda pela criação de bancos emissores regionais: a região Norte/ Nordeste, com sede na Bahia; a do Centro, compreendendo São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina, com sede na Capital Federal, e a região Sul, composta por Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, com sede em Porto Alegre. A cada uma das regiões cabiam os seguintes montantes de, emissão: 150 mil contos ao Norte/Nordeste, 200 mil ao Centro e 100 mil ao Sul.

As operações bancárias eram as mais amplas possíveis, abrangendo não só descontos, empréstimos, câmbio, hipotecas e penhor agrícola, mas também adiantamentos sobre meios de produção, e, empréstimos industriais tanto para construção civil quanto para estradas de ferro, docas e portos. por meio dessas operações também eram efetuadas a compra e venda de terras para colonização, drenagens e irrigação de solo, e, finalmente, para exploração de minas. Os bancos emissores tinham ainda direito a terras devolutas para a colonização e fundação de indústrias, além de gozarem de preferência para construção de rodovias, exploração de canais e comunicações fluviais. Além disso, tinham também o direito de desapropriação nos termos legais, e isenção de impostos de direitos alfandegários para suas empresas quanto aos materiais importados necessários à construção de estradas de ferro, minas e outras atividades produtivas.

A propósito, a prática de concessões sempre foi bastante generalizada. Era comum garantir o mercado para determinadas iniciativas via exclusividade de exploração de múltiplos ramos de negócios. Assim, estradas de ferro gozavam não só de favores fiscais e garantias de núcleos agrícolas com colonos imigrantes, e de exploração de minas. Usufruíram também de direitos sobre atividades referentes a serviços e obras públicas cuja relação nem sempre fica clara à primeira vista.

A reação contra o Decreto de Reforma Bancária foi imediata, partindo do próprio ministério e se propagando pela imprensa. O ministro da Marinha pediu demissão e o da Justiça, Campos Salles, escrevia para um chefe político de São Paulo, Francisco Glicério: "(...) um círculo limitadíssimo de amigos privilegiados aproveitou-se da intimidade e da posse do segredo para jogar desassombradamente na compra de apólices. (...) O nosso Estado de São

Paulo, tão apaixonado pela sua soberania de *poder ser livre* na sua indústria, está agora, mais do que nunca, atado pelo predomínio de um banco, que tem sede aqui e não lhe dará senão uma Caixa"[72].

Durante uma tumultuada reunião do gabinete, Campos Salles propôs três emendas, aceitas em 31 de janeiro. Diziam respeito à redução das emissões projetadas, à subdivisão da região Norte e Nordeste em três partes, e à criação de mais um banco emissor em São Paulo, seu estado de origem. (...)

(...) 7. O crack do encilhamento

Uma análise mais detida do encilhamento já possibilitava prever a *débâcle* sem o espalhafato do jornalismo de costumes. Em 1891, o *Jomal do Commercio* publicou algumas notas que analisavam os balancetes de cinqüenta bancos referentes a 30 de abril daquele ano. Tratava-se de um mapa resumido da situação de bancos do Rio, São Paulo e Minas que apresentava prósperos resultados.

O encaixe era representado por 32% dos depósitos exigíveis à vista, o que evidencia cuidado e cautela na política de empréstimos. O articulista constatava, por exemplo, que a exigência de títulos garantia de empréstimos estava na proporção de 73, o que explicava não só a desconfiança e o aumento excessivo do número de empresas, mas também o aumento da taxa de juros e das comissões cobradas pelos bancos.

Os acionistas viam-se constantemente levados a responder a chamadas de capital. Ao recorrerem aos bancos, encontravam nestas instituições mais concorrentes no jogo com as ações do que ofertadores de crédito. O jornalista previa que se os bancos não voltassem ao seu papel de auxiliares das operações de terceiros, em pouco tempo não encontrariam liquidez para seus próprios papéis. Atento ao movimento geral da praça, notava que os bancos ingleses e o banco alemão operavam a taxas inferiores a 9%, e que o Banco do Brasil, o Banco Rural e outros mais antigos operavam à mesma, apesar de exigirem maiores garantias. "Da eiva de acumular as funções de banco e bolsistas, escapa, único entre os trinta e nove estabelecimentos nacionais com sede nesta praça, o Banco das Classes Laboriosas (...) que pode manter-se refratário à longa febre de especulação (...)"[73]. As carteiras dos bancos ficaram repletas de penhores mercantis, e muitos dos quais não garantiam 50% da dívida.

---

[72] DEBES, Célio. *Campos Salles perfil de um estadista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, v. 1: Na propaganda, p. 307-8.

[73] *Jornal do Commercio,* Rio de Janeiro, 27.05.1891.

Uma verdadeira ginástica contábil era necessária para ajeitar os balanços e ainda distribuir bônus e dividendos. O crédito bancário se retraiu, e para qualquer reforma de letra exigia-se a amortização de pelo menos 40% do empréstimo.

O mercado apresentou os primeiros sinais de baixa quando o Governo, ao tentar controlar a especulação, tomou uma série de providências em torno da organização das sociedades anônimas; dentre elas, podemos citar o estabelecimento de uma taxação de 3% sobre o valor nominal das ações que constituíssem objeto de transações a prazo (Decreto nº 1.362 de 14.2.1891), visando a um efeito inibidor mais rápido.

Os corretores se viram diretamente prejudicados por essa medida fiscal que viria a estancar grande parte das vendas de papéis. Durante três dias consecutivos recusaram-se a realizar o pregão para transação de qualquer título. Esta greve pela revogação dos Artigos 11 e 12 do decreto de 14 de fevereiro evidenciou a coesão dos corretores e a importância do papel por eles desempenhados. Este decreto foi, de fato, revogado após negociações diretas entre o Executivo, a Associação Comercial, as diretorias dos principais bancos e, particularmente, a Junta de Corretores. O decreto que decidira pela derrogação do imposto (Decreto nº 1.386 de 20.2.1891) partia de dois considerandos; primeiro: deixava claro a exigência de providências mais completas e eficazes para restituir a normalidade das transações a prazo; segundo reconhecia que o tema merecia um exame detido para um conhecimento mais exato dos meios de corrigir as irregularidades ocorridas, sem ofender os princípios da liberdade do comércio.

Os três dias úteis em que a Bolsa ficou fechada foram "a última maçã que deu com o jumento em terra, a última gota que fez transbordar a vasilha"[74]. Quase todos os títulos baixaram de cotação. Temendo não só novas medidas do Governo para reprimir o jogo exagerado na Bolsa, mas também o agravamento do pânico, todos trataram de vender os papéis que possuíam. Com exceção das ações do Banco do Brasil, do Banco Rural**,** do Comercial, do Banco do Comércio e do Banco de Depósitos e Descontos, assim como das Companhias São Cristovão e Jardim Botânico, as demais não achavam compradores. Os preços de vendas no pregão sofreram uma baixa de 40% em relação aos observados até meados de fevereiro. As compras se faziam em operações de *report* preços relativamente irrisórios.

A depreciação dos títulos teve efeito contagiante. Os títulos que só mereciam cotação em função do jogo baixaram, levando consigo os títulos

---

[74] *O Tempo.* Rio de Janeiro, 31.5.1891.

de companhias como a Empresa Industrial de Melhoramentos, a Empresa de Obras Públicas, a Saneamento Evoneas, e outras dedicadas à construção civil, verdadeiras *blue chips,* numa época em que a preocupação urbanística era acentuada. Sem dúvida, as diretorias destas empresas cujos títulos estiveram "numa ponta danada", como dizia a gira bolsística, mostravam-se indiferentes ante a depreciação demonstrativa. De fato, não publicaram balanços além do anual, previsto por lei para tranqüilizar os possuidores de suas ações.

A população urbana mostrava-se aterrada com a aflição reinante na praça. Ressentia-se do perigo da queda das cotações de quase todos os títulos, e das comissões no Congresso, reprimindo a atuação do Banco da República. Finalmente, o pânico foi coroado com a instabilidade política: o Golpe de Estado de 3 de novembro fechou o Congresso. Vinte dias depois, o próprio vice-presidente Floriano Peixoto fazia cair o governo ditatorial de Deodoro Fonseca. Como se não bastasse a depreciação das ações do Banco da República – que de 190 a 200 mil-réis baixaram para 136 mil-réis – todo esse mal-estar foi condimentado com o jogo de transações de *report* com as debêntures da Companhia Geral das Estradas de Ferro. A praça do Rio de Janeiro parecia estar possuída de um *delirium tremens.*

8. Do encilhamento à guerra civil

Desde junho de 1889 até 1902 houve dezesseis remanejamentos ministeriais na Pasta da Fazenda. Todos esses ministros foram responsabilizados após sua demissão pelo agravamento da crise financeira e pela deterioração da moeda que a acompanhava. Esta personalização dos erros mascara as causas do fenômeno.

O encilhamento está geralmente circunscrito entre 1889 e 1892. Porém, a expansão das emissões abrange toda a primeira década republicana. Durante esse período, os bancos emissores respondiam com todo o seu capital pela emissão realizada. No entanto, a partir de 1893, época em que se pode considerar o encilhamento como terminado, a emissão era garantida por emissões de apólices-ouro, cujo limite era o montante do capital do Banco da República. Se compararmos a emissão e a circulação com os limites legais para elas fixados, verificaremos que até 1893 tais limites não foram atingidos. As emissões não chegaram nem mesmo a atingir a metade do teto permitido por lei. Porém, a partir de 1893 a emissão ultrapassou sempre os limites previstos. Desse modo, a garantia das emissões, já bastante precária pela organização do sistema, tornou-se inteiramente deficiente.

Bibliografia básica:

Sobre política cafeeira: FAUSTO, Boris. *Expansão do café e política cafeeira* in FAUSTO, Boris (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, T.III, 1. V., p. 193-248. A política econômica implementada no decorrer da República Velha é analisada a partir de dois elementos básicos: a hegemonia da burguesia cafeeira no plano interno e sua dependência do capitalismo internacional. O autor procura compreender os mecanismos de defesa dos interesses da cafeicultura, adotados pelo governo federal, e os limites impostos pela dependência externa e pela conjuntura interna.

Sobre industrialização: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed., São Paulo, T. A. Queiroz, 1983. O processo de industrialização no Brasil é analisado na sua origem, em São Paulo, como decorrência da acumulação de capital pelo setor cafeeiro. O exame do crescimento industrial, propriamente dito, é apresentado no capítulo II, em que o autor aborda as principais questões referentes à expansão industrial em São Paulo, do final do século XIX até a crise de 1929.

4. SOCIEDADE E CULTURA

A profunda distância entre elite política e os demais setores da sociedade, que caracterizava o novo regime republicano, marcaria intensamente a literatura do período. O desajustamento entre instituições e as necessidades da população constituiria objeto preferencial das obras de importantes escritores da virada do século. Graça Aranha, Lima Barreto e Euclides da Cunha foram os exemplos mais ilustres daqueles que denunciavam a indiferença da administração pública, para com as camadas sociais que não desfrutavam os privilégios oligárquicos. Indiferença que muitas vezes transformava-se em agressão oficial contra os setores empobrecidos da população. "Em Euclides, em Lobato, em Hilário Tácito, em Lima Barreto, no primeiro Graça Aranha tematizam-se as oposições campo/cidade, branco/mestiço, rico/pobre, cosmopolita/brasileiro, imigrante/nacional... Variam no tempo e no espaço as incidências dessas tensões: os desequilíbrios dizem respeito ora a problemas regionais, que acabam envolvendo o poder central, ora à estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de status que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação"[75].

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve a Guerra de Canudos, sublinhando a imensa distância social entre tropas oficiais, representantes da "civilização branca", e a comunidade sertaneja. Equipado e treinado de maneira totalmente inadequada para a luta nos sertões, uma vez que adotava o modelo militar europeu, o Exército não compreendia aquele mundo para ele desconhecido, como o era para os habitantes das grandes cidades, surpreendidos com as notícias que de lá chegavam. Embora considerasse os sertanejos retrógrados e primitivos, Euclides denunciava com veemência sua destruição, quando deveriam ser civilizados e integrados. Lima Barreto, por seu turno, falava dos contrastes presentes nas próprias cidades. Denunciava as tristes condições a que estavam relegados os mestiços em uma sociedade racista e autoritária.

Se de um lado a República Velha foi o império das oligarquias rurais, por outro a expansão cafeeira, a introdução do trabalho livre, a construção de ferrovias propiciaram um primeiro surto industrial significativo e uma crescente urbanização, acompanhada da modernização dos serviços públicos e do crescimento dos extratos médios da sociedade e da população operária.

[75] BOSI, Alfredo. *As letras na Primeira República* in FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. III, 2. V., p. 293-320, p. 304.

Especialmente São Paulo e Rio de Janeiro conheceram extraordinário crescimento, tornando-se os maiores centros urbanos do país. As profundas transformações por que passavam a sociedade e economia republicanas não poderiam deixar de refletir de maneira decisiva na produção cultural do período. A iluminação pública, a radiotelegrafia, a estrada de ferro, a mecanização da vida cotidiana inauguravam uma nova era e com ela novas formas de expressão artística.

As tendências renovadoras desaguaram no movimento modernista que tomou corpo em São Paulo na década de 1920. São Paulo foi a cidade em que mais se fizeram sentir as transformações por que passava o país. Capital do mais importante estado produtor de café, primeiro centro industrial do país, o antes acanhado núcleo urbano assumira, na década de 1920, as feições de uma metrópole moderna. Era natural que fosse o berço de uma nova concepção de cultura e de uma nova arte. “O processo social e econômico gerava uma sede de contemporaneidade junto à qual o resto da nação parecia ainda uma vasta província do Parnaso”[76].

Os primeiros passos do modernismo brasileiro podem ser identificados já na década de 1910. Em 1912 o escritor Oswald de Andrade regressava ao Brasil de uma viagem à Europa, trazendo consigo as idéias inovadoras do movimento futurista. “O Manifesto Futurista, de Marinetti, anunciando o compromisso da literatura com a nova civilização técnica, pregando o combate do academismo, guerreando as quinquilharias e os museus e exaltando o culto às *palavras em liberdade*, foi-lhe revelado em Paris”[77]. No ano seguinte, o pintor Lasar Segall realizava uma exposição em São Paulo em que trazia a público uma obra totalmente inspirada no Expressionismo alemão.

Mas foi em 1917 que ocorreram os fatos decisivos para a formação do grupo modernista. Foi neste ano que Oswald e Mário de Andrade, considerados os membros mais importantes do grupo, travaram conhecimento. Neste mesmo ano vários poetas, entre eles Menotti del Picchia e Manuel Bandeira, publicaram trabalhos que, se não configuravam ainda a estética modernista, rompiam com os cânones vigentes do parnasianismo. Por fim, foi em 1917 que ocorreu a polêmica exposição de Anita Malfatti. Regressando dos Estados Unidos, onde tomara contato com o Cubismo, Anita apresentou pinturas que seguiam as diretrizes estéticas mais modernas do período e que

[76] Ibidem, p. 312.

[77] BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*. 3. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 29.

chocaram pela sua ousadia. Em artigo intitulado *Paranóia ou mistificação?*, publicado no jornal *O Estado de São Paulo,* o escritor Monteiro Lobato criticava duramente o trabalho da pintora, com grande repercussão. Em defesa dela vieram os jovens intelectuais e artistas sensíveis à necessidade de renovação, dando coesão ao núcleo que formaria o epicentro do modernismo. Estavam lançadas as raízes do movimento que iria transformar profundamente a produção cultural brasileira.

A principal virtude dos modernistas foi a capacidade de superar a oposição incômoda, que sempre afligira os intelectuais e artistas brasileiros, entre o que seria legitimamente nacional e o que seria fruto da influência estrangeira. "Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus (...). A nossa literatura, tomado o termo tanto no sentido restrito, quanto amplo, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidades do meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes"[78]. Resolver esta aparente dicotomia em uma obra que harmoniza as duas tendências foi conquista de alguns poucos artistas, entre eles os modernistas.

Ao invés de renegar a realidade nacional, esses autores procuraram resgatá-la, valorizando suas peculiaridades. Faz-se o elogio da nacionalidade trazendo à tona elementos sociais e étnicos até então desprezados como inferiores. Mas, ao mesmo tempo, mantêm-se em profunda sintonia com a estética européia mais moderna. "Ao lado do problema de aceitação (poder-se-ia até dizer redenção) destas componentes recalcadas da nacional idade, colocava-se de modo indissolúvel o problema da sua expressão literária. No campo da pesquisa formal os modernistas vão inspirar-se em parte, de maneira algo desordenada, nas correntes literárias de vanguarda na França e na Itália. (...) Os nossos modernistas se informaram pois rapidamente da arte européia

[78] CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 5. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p. 109.

de vanguarda, aprenderam a psicanálise e plasmaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência européia por um mergulho no detalhe brasileiro"[79]. Mas ao emprestar a estética européia, os modernistas o faziam de maneira bem diferente de seus antecessores. Havia, entre as grandes cidades brasileiras e a Europa, na década de 1920, uma proximidade cultural muito maior do que no passado. Da mesma forma que no velho continente, a vanguarda artística brasileira era estimulada pelo desenvolvimento tecnológico e a mecanização crescente da vida cotidiana.

O ponto culminante do movimento modernista foi a organização da Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. Dela participaram poetas, escritores, músicos e pintores comprometidos com a elaboração da nova estética. "Os jovens escritores e artistas aguardavam, somente, uma oportunidade qualquer para tomar de assalto – e definitivamente – a liderança das letras e das artes (...). Essa oportunidade surgiria com a idéia da realização de uma Semana de Arte Moderna. Graça Aranha empenharia a importância do seu nome para o êxito da arremetida da juventude intelectual, e foi esse o seu principal papel nos sucessos que ocorreriam no ano em que o Brasil completava um século de autonomia política. (...) O terreno, arroteado pela polêmica e pelas atitudes dos modernistas nesse ano, era propício e a semeadura, iniciada desde 1917, com a exposição de Anita Malfatti, ia produzir, enfim, os seus frutos. Outra etapa da história cultural brasileira iria ser inaugurada"[80]. O evento, financiado por ricos fazendeiros, membros de tradicionais famílias paulistas, foi um sucesso. Se chocou por sua ousadia, seus participantes conquistaram, por outro lado, espaço definitivo na produção artística nacional. A partir de 1922 proliferaram as revistas modernistas por todo o país e o movimento tornou-se referência obrigatória, um marco fundamental na cultura brasileira.

---

[79] Ibidem, p. 120.

[80] BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*. op. cit., p. 321.

Texto complementar:

LITERATURA E SOCIEDADE. CÂNDIDO, Antônio. 5. ed., SP, Companhia Editora Nacional, 1976.

Na literatura brasileira, há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: O Romantismo, no século XIX (1836 -1870) e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu. Mas, enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal, pura e simplesmente: o diálogo perdera o mordente e não ia além da conversa de salão. Um fato capital se torna deste modo claro na história da nossa cultura; a velha mãe pátria deixara de existir para nós como termo a ser enfrentado e superado. O particularismo se afirma agora contra o academismo, inclusive o de casa, que se consolidara no primeiro quartel do século XX, quando chegaram ao máximo o amaciamento do diálogo e a conseqüente atenuação da rebeldia.

Convém assinalar que a literatura brasileira no século XX se divide quase naturalmente em três etapas; primeira: de 1900 a 1922; segunda de 1922 a 1945; e a terceira inicia em 1945. A primeira etapa pertence organicamente ao período que se poderia chamar Pós-romântico, de 1880 a 1922, enquanto as duas outras integram um período novo, em que ainda vivemos: sob este ponto de vista, o século literário começa para nós com o Modernismo. Para compreendê-lo, é necessário partir de antes, isto é, da fase 1900-1922.

Comparada com a da fase seguinte (1922-1945) a literatura aparece aí essencialmente como literatura de permanência. Conserva e elabora os traços desenvolvidos depois do Romantismo, sem dar origem a desenvolvimentos novos; e, o que é mais, parece acomodar-se com prazer nesta conservação. Como a fase 1880-1900 tinha sido, em contraposição ao Romantismo, mais de busca de equilíbrio que de ruptura, esta, que a acompanha sem ter o seu vigor, dá quase impressão de estagnar-se. Uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos. Sua única mágoa é não parecer de todo européia; seu esforço mais tenaz é conseguir pela cópia o equilíbrio e a harmonia, ou seja, o academismo.

No romance, o naturalismo, desprovido da forte convicção determinista que animou um Aluísio Azevedo e um Adolfo Caminha, enlanguesce nas mão de Emanuel Guimarães, Xavier Marques, Canto e Mello, A *écriture artiste* e o relevo psicológico de Raul Pompéia são agora esta fase com foros de gênio. Mas o produto típico do momento é o romance ameno, picante, feito com alma de cronista social para distrair e embalar o leitor. Forma-se pela confluência do que há de mais superficial em Machado de Assis, da ironia amena de Anatole France e dos romances franceses do Pós-naturalismo, sentenciosos, repassados de sexualismo frívolo: Paul Bourget, Abel Hermant. Afrânio Peixoto é o representante-padrão desta tríplice tendência, enquanto Léo Vaz se atém aos aspectos mais puramente machadianos. Veiga Miranda, Hilário Tácito, Théo Filho, Benjamim Costallat, são exemplos, em escala decrescente, do pendor cada vez mais acentuado para a leviandade do tema sexual-humorístico.

O regionalismo, que desde o início do nosso romance constitui uma das principais vias de autodefinição da consciência local, com José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay, transforma-se agora no "conto sertanejo", que alcança voga surpreendente. Gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor da terra, ilustra bem a posição dessa fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas. Forneceu-lho o "conto sertanejo", que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético. É a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Cornélio Pires, o pretensioso exotismo de Valdomiro Silveira ou do Coelho Neto de *Sertão; é* toda a aluvião *sertaneja* que desabou sobre o país entre 1900 e 1930 e ainda perdura na subliteratura e no rádio.

A publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, assim como a divulgação dos estudos de etnografia e folclore, contribuíram certamente para esse movimento. Ele falhou na medida em que não soube corresponder ao interesse então multiplicado pelas coisas e os homens do interior do Brasil, que se isolavam no retardamento das culturas rústicas. Caberia ao Modernismo orientá-lo no rumo certo, ao redescobrir a visão de Euclides, que não comporta o pitoresco exótico da literatura *sertaneja*.

A poesia se apresenta, neste período, bastante solidária em espírito a o romance. Ao contrário do Naturalismo, que trouxe a este um vigoroso

impulso de análise social, o Parnasianismo pouco trouxera de essencial à nossa poesia, apesar do grande talento de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa ou Vicente de Carvalho. Dera-lhe uma regularidade plástica maior, mas agravara a sua tendência para a retórica, aproximando-a do tipo de expressão prosaica e ornamental. Talvez o que haja de melhor nos parnasianos seja o seu romantismo – e foi justamente o que desapareceu nos epígonos do século XX, para deixar em campo as fórmulas e a logomaquia, num academismo rotundo que lembra os neoclássicos da última geração (primeiro quartel do século XIX).

O Simbolismo, projeção final do espírito romântico, constitui desenvolvimento mais original, limitando-se, porém, à obra de Cruz e Sousa (ainda próxima dos parnasianos a despeito de tudo), e à de Alphonsus de Guimaraens, pouco conhecida antes dos nossos dias. Como movimento estético e ideológico, o Simbolismo serviu de núcleo a manifestações espiritualistas, contrapostas ao naturalismo plástico dos parnasianos.

As tendências oriundas do naturalismo de 1880-1900, tanto na poesia quanto no romance e na crítica, propiciaram na fase 1900-1922 um compromisso da literatura com as formas visíveis concebidas pelo espírito principalmente como encantamento plástico, euforia verbal, regularidade. É o que se poderia chamar naturalismo acadêmico, fascinado pelo classicismo greco-latino já diluído na convenção acadêmica européia, que os escritores procuravam sobrepor às formas rebeldes da vida natural e social do Novo Mundo.

Alma de origem ática e pagã
Nascida sob aquele firmamento
Que azulou as divinas epopéias,
Sou irmão de Epicuro e de Renan,
Tenho o prazer sutil do pensamento
E a serena elegância das idéias

– diz no fim dessa fase Raul de Leoni, resumindo toda a ideologia de que se nutriram os seus contemporâneos mais característicos.

Esta busca de elegância mediterrânea – em que se adelgaçou até esgarçar o naturalismo vigoroso do século anterior, de intenção mais científica do que estética, – contamina a própria exploração dos ternas regionais, pelo gênero ambíguo do conto *sertanejo.*

Em Alphonsus de Guimaraens e Augusto dos Anjos, em Euclides da Cunha e Lima Barreto, poderiam os escritores dessa fase encontrar

discordâncias estimulantes para a sua atividade literária. No entanto, ou os deixaram de lado, ou foram buscar neles o que tinham de comum com as limitações de que padeciam: a tenuidade afetiva do primeiro, o desequilibrado verbalismo dos outros dois, a ironia superficial do último.

Em crítica literária, a fase 1880-1900, por suas três principais figuras – Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo – havia desenvolvido e apurado a tendência principal do nosso pensamento crítico, isto é, o que se poderia chamar a *crítica nacionalista,* de origem romântica. Como em todos os países empenhados então na independência política, o Romantismo foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional; tanto mais quanto se tratava aqui, também, da construção de uma consciência literária. A nossa crítica, rudimentar antes de Sílvio Romero e do Naturalismo, participou do movimento por meio do "critério de nacionalidade", tomado como elemento fundamental de interpretação e consistindo em definir e avaliar um escritor ou obra por meio do grau maior ou menor com que exprimia a terra e a sociedade brasileira.

Fruto direto da estética romântica – relativista, ciosa dos fatores históricos, inspirada sobretudo em M^{me} de Stël e Schlegel, por meio de Garret e Ferdinand Denis – ela foi no Brasil um elemento importante de autodefinição e diferenciação, principalmente quando se associou às filosofias naturalistas da segunda metade do século.

Na fase que nos ocupa, esta linha se prolonga sem a coerência e sem a necessidade do século, XIX. Não é injusto dizer que, amparando-se nos três mestres e modelos já citados, os críticos se eximiram de aprofundar e renovar pontos de vista. Denotam conformismo e superficialidade, indicando não penas o esgotamento da *crítica nacionalista,* mas a incapacidade de orientar-se para rumos mais estéticos e menos *científicos,* como se esperaria de uma geração inclinada ao diletantismo, o purismo gramatical, o culto da forma. A passagem do historicismo à estética se esboçava na obra de José Veríssimo, o mais literário dos nossos velhos críticos, e nessa fase é tentada pela crítica de inspiração simbolista e idealista, representada sobretudo por Nestor Victor, mas que não chegou a amadurecer e realizar-se. A crítica se acomodara em fórmulas estabelecidas pelos predecessores.

A *Pequena história da literatura brasileira,* de Ronald de Carvalho (1919), resume toda a evolução crítica anterior, combinando o arcabouço interpretativo do *nacionalismo* com um sentimento mais vivo da beleza, devido, porém, menos a um critério estético definido do que à euforia verbal própria do autor. Neste livro e nos ensaios posteriores de Ronald, se encontra

a fusão superficial e elegante da crítica brasileira do século anterior, menos a ideologia naturalista, com a inclinação estética dos simbolistas, menos o fervor espiritualista.

Desde o tempo da Primeira Guerra Mundial, vinha-se esboçando aqui um fermento de renovação literária, ligado ao espiritualismo e ao simbolismo. As suas manifestações mais interessantes são a difusão da filosofia de Farias Brito, a crítica já mencionada de Nestor Victor e, mais tarde, o apostolado intelectual do católico Jackson de Figueiredo; coincidindo com isso, a poesia penumbrista e intimista, o verso livre, ligados à influência dos belgas (Maeterlinck, Rodenbach, Verhaeren) e de Antônio Nobre, que vem a ser o último português de acentuada influência em nossa literatura, antes da voga atual de Fernando Pessoa entre os jovens. Esta tendência costeou por assim dizer o Modernismo, conservando uma atmosfera algo bolorenta de espiritualismo lírico, que se manifestará no grupo de revistas *Terra de Sol e Festas* e, depois, sobretudo a partir de 1930, constituirá até nossos dias o contrapeso do localismo, da libertinagem intelectual, no neo-naturalismo implícito no movimento modernista. Convém notar que desta tendência brotaram sugestões decisivas para a criação das modernas ideologias de direita, como o integralismo e certas orientações do pensamento católico.

Todavia, a renovação que propunha, na sua fase inicial, não teve lugar, porque ela não se separava marcadamente da tradição, constituindo de certo modo outro aspecto da *literatura de permanência*, já referida; e sobretudo porque irrompeu noutro plano, e com espírito diverso, o movimento muito mais forte e radical do Modernismo.

A Semana da Arte Moderna (São Paulo, 1922) foi realmente o catalisador da nova literatura, coordenando, graças ao seu dinamismo e à ousadia de alguns protagonistas, as tendências mais vivas e capazes de renovação, na poesia, no ensaio, na música, nas artes plásticas. Integram o movimento alguns escritores intimistas como Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida; outros, mais conservadores, como Ronald de Carvalho, Meriotti del Picchia, Cassiano Ricardo; e alguns novos que estrearam com livre e por vezes desbragada fantasia: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, na poesia e na ficção; Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Morais Neto, no ensaio. Dirigindo aparentemente por um momento, e por muito tempo proclamando e divulgando, um escritor famoso da geração passada: Graça Aranha.

No terreno literário, os novos encontraram as duas referidas tendências estéticas, em grande parte combinadas entre si de várias formas, e como se

disse, praticamente esgotadas pela ausência de agitação intelectual: o idealismo simbolista e o naturalismo convencional. Aquele dissolvendo-se no penumbrismo *vers-libriste;* este no diletantismo acadêmico.

A primeira corrente se amparava sobretudo na pesquisa lírica de intenção psicológica; procurava a beleza na expressão de estados inefáveis, por meio de tonalidades raras ou delicadas. Quando erótica, preferiu certa anemia afetiva nem sempre desprovida de perversidade, como se pode ver em Ribeiro Couto (*O Jardim das Confidências)* e Manuel Bandeira *(Cinza das horas, Carnaval).* No ensaio, visava ao debate metafísico (Renato Almeida: Fausto – *Ensaio sobre o problema do ser)* ou o idealismo estético (Andrade Muricy: *O suave convívio),* não raro resvalando para o ético e religioso (Tasso da Silveira: A *igreja silenciosa).* Vista de conjunto, parece-nos hoje uma solução literária e ideológica frágil e pouco construtiva. Uma espécie de gorjeio esmaecido, em que se refletia aqui o idealismo literário da burguesia européia; e, por isso mesmo, pouco apto a intervir na nova fase que se impunha, ante o esgotamento do academismo cosmopolita, diletante e pós-naturalista.

Como vimos, este era sobretudo uma conservação de formas cada vez mais vazias de conteúdo; uma tendência a repisar soluções plásticas que, na sua superficialidade, conquistaram por tal forma o gosto médio, que até hoje representam para ele a boa norma literária. Uma literatura para a qual o mundo exterior existia no sentido mais banal da palavra, e que por isso mesmo se instalou num certo oficialismo graças, em parte, à ação estabilizadora da Academia Brasileira, que de 1900 a 1925 teve o seu grande, de certo modo único período de funcionamento bem ajustado. As letras, o público burguês e o mundo oficial se entrosavam numa harmoniosa mediania.

O Modernismo rompe com as duas tendências, mas sobretudo esta, que ataca com a cooperação assustada dos espiritualistas. Na verdade, ele inaugura um novo momento na dialética do universal e do particular, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tornadas a princípio ao arsenal daquele. Deixa de lado a corrente literária estabelecida, que continua a fluir; mas retorna certos temas que ela e o espiritualismo simbolista haviam deixado no ar. Dentre este, a pesquisa lírica tanto no plano dos temas quanto dos meios formais; a indagação sobre o destino do homem e, sobretudo, do homem brasileiro; a busca de uma forte convicção. Dentre os primeiros, o culto do pitoresco nacional, o estabelecimento de, uma expressão inserida na herança européia e de uma literatura que exprimisse a sociedade.

É uma retornada, porém, que aparece sobretudo como ruptura, e realmente o é se atentarmos para o fato de que o plano em que se dá é bem diverso.

Na pesquisa lírica, por exemplo, em lugar do idealismo vagamente esotérico e decadente veremos um apelo às camadas profundas do inconsciente coletivo e pessoal. O nosso modernismo importa essencialmente, em sua fase heróica, na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à torta da consciência literária. Este sentimento de triunfo, que assinala o fim da posição de inferioridade no diálogo secular com Portugal e já nem o leva mais em conta, define a originalidade própria do Modernismo na dialética do geral e do particular.

Na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um *povo latino,* de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. Assim, o índio era europeizado, nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nosso centros intelectuais não o conheciam mais diretamente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem amaneirada. No período 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização; no plano sociológico, Oliveira Viana elabora a partir de 1917 a sua ridícula teoria das *elites,* arianas e fidalgas, como foco de energia nacional.

O Modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas *deficiências,* supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades.* A filosofia cósmica e superficial, que alguns adotaram em certo momento nas pegadas de Graça Aranha, atribui um significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do Conde Afonso Celso, que tudo é aqui belo e risonho: acentuam-se a rudez, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem.

Mário de Andrade, em *Macunaíma* (a obra central e mais característica do movimento), compendiou alegremente lendas de índios, ditados populares, obscenidades, estereótipos desenvolvidos na sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como a cada valor aceito na tradição acadêmica e oficial correspondia, na tradição popular, um valor recalcado que precisava adquirir estado de literatura.

Bibliografia básica:

BOSI, Alfredo. *As letras na Primeira República* in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T III, 2. V., p. 293-320. O texto apresenta sinteticamente as principais correntes literárias que predominaram no decorrer da República Velha. Embora as dimensões do artigo não permitam que seu autor aprofunde os temas abordados, ao leitor é oferecido um panorama amplo em que a crítica literária articula produção cultural com as principais características sociais, políticas e econômicas do período.

Bibliografia complementar:

CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 5. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976 (cap. VI)

5. POLÍTICA EXTERNA

Na primeira fase do regime republicano a política externa brasileira pautou-se por três características básicas: deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington, delimitação de fronteiras ainda controversas e papel mais ativo nos assuntos referentes ao continente. Os Estados Unidos tornaram-se, no século XX, os principais consumidores dos produtos brasileiros, substituindo a Grã-Bretanha como mais importante parceiro externo do país. Além disso, ao final da Primeira Guerra Mundial, Nova York passou a ocupar, nas finanças internacionais, a posição que antes pertencia a Londres. Em conseqüência, Washington cada vez mais assumia papel de preponderância nas relações externas brasileiras. O Brasil aderia, assim, ao pan-americanismo sob a liderança norte-americana.

Proclamada a República, os novos dirigentes pautaram sua política externa pela busca de alianças com os países americanos, rompendo com a diretriz eminentemente européia que prevalecera no período anterior. "O americanismo marcou a República nascente como que por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia. Se as instituições monárquicas prendiam o Brasil à Europa, as republicanas integravam-no no sistema continental americano (...). Um aspecto a ressalvar dessa *americanização* é que ela nem sempre, se confundia com *norte-americanização*. Houve preocupação em voltar a atenção do país para o contexto sul-americano, inaugurando uma política de fraternidade americana"[81]. No entanto, essa postura não prevaleceu durante muito tempo. A necessidade de dar solução a problemas concretos, passada a euforia com o novo regime, levou os diplomatas brasileiros "a abandonar a retórica que privilegiava o relacionamento com as nações do hemisfério em favor da adoção de posições próximas do realismo"[82]. Essa nova diretriz seria implementada a partir da nomeação do barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores, em 1902.

A política externa brasileira durante a primeira fase republicana teve no barão do Rio Branco sua figura emblemática. Não apenas por ter ele ocupado a pasta de Relações Exteriores durante dez anos, mas principalmente por ter sido durante sua gestão que foram estabelecidas definitivamente as

[81] CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. op. cit, p. 150.
[82] Ibidem, p. 160.

fronteiras do país com a aquisição do Acre (1903) e a definição dos limites com Peru (1909), Guiana Britânica (1904), Equador (1904), Venezuela (1905), Suriname (1906), Colômbia (1907) e Uruguai (1909). Antes, Rio Branco chefiara a delegação que foi aos Estados Unidos submeter ao presidente Cleveland as pretensões brasileiras no território das Missões, disputado com a Argentina desde o período colonial. Escolhido árbitro do conflito por ambas as partes, o presidente norte-americano decidiu, em 1895, a favor do Brasil em grande parte graças à atuação de Rio Branco. Também foi ele o responsável pela decisão favorável ao país quando a disputa entre França e Brasil em torno do Amapá foi entregue à arbitragem do presidente suíço (1899). "O delineamento das fronteiras encerrou com êxito séculos de expansão luso-brasileira. As energias longamente concentradas nos enredos das negociações sobre limites foram liberadas para outros projetos. Os diplomatas brasileiros podiam alongar os olhos a horizontes mais amplos. (...) Parte desse interesse internacional ampliado foi a aproximação com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo o Brasil fortaleceu seu papel de liderança na América Latina. Com efeito, o aumento da liderança, juntamente com o prestígio que dele resultaria, passou a ser uma das metas principais da diplomacia de Rio Branco"[83].

O ministro completou e consolidou o deslocamento do eixo da diplomacia brasileira para Washington, reconhecendo a supremacia norte-americana e a inevitabilidade da criação de um bloco de poder continental sob sua direção. Não se iludia com o pan-americanismo, consciente de que fora formulado para servir aos interesses da nova potência americana. Mas Rio Branco soube aproveitar a submissão aos EUA para garantir os interesses brasileiros na América do Sul. Aproveitou-se da aproximação com os norte-americanos para concretizar a preeminência brasileira no subcontinente. O sentimento de fraternidade que marcou os primeiros anos da República foi substituído pelo pragmatismo de Rio Branco e o desejo de firmar a liderança brasileira na América Latina.

A aliança com os Estados Unidos determinou a maneira como o Brasil se posicionaria nas questões internacionais. Em 1917, por exemplo, a entrada dos norte-americanos na Primeira Guerra Mundial foi decisiva para a opção brasileira de participar no conflito contra a Alemanha. Único país

---

[83] BURNS, E. Bradford. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. Bóris Fausto (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.III, 2. Vol., p. 375-400, p. 389.

sul-americano a entrar na guerra, coube ao Brasil uma colaboração periférica com os aliados: envio dos navios alemães apreendidos; cooperação na segurança dos mares, no transporte e na alimentação de tropas, envio de médicos e de aviadores. “Essa participação e a subseqüente vitória aliada envolveu o Brasil numa intensa agitação de, diplomacia européia. Em reconhecimento pela participação brasileira, a Grã-Bretanha, a Itália e a Bélgica elevaram as suas legações no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas, e o Brasil fez o mesmo em relação às suas representações nesses países. Além disso, no Tratado de Versalhes, o Brasil conseguiu os seus dois objetivos: o pagamento com juros do café recebido pela Alemanha em 1914 e a permissão para conservar os setenta navios alemães apresados em portos brasileiros”[84]. O Brasil participou ativamente da organização da Liga das Nações e teve assento no seu conselho, entre 1920 e 1926, Como membro eleito. Mas, tendo sido negada sua pretensão de fazer parte do conselho como membro permanente, o país retirou-se da Liga em 1926.

A Proclamação da República inaugurou não só um novo regime político mas também uma nova fase na diplomacia brasileira. Muitas das iniciativas desse período teriam forte influência na política exterior do país nos anos subseqüentes, inclusive após o fim da República Velha.

[84] Ibidem, p. 399.

Texto complementar:

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA. BURNS, E. Bradford in *História Geral da Civilização Brasileira. FAUSTO,* Boris (org.). 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.III, 2. V., p.375-400)

O caso do Acre

Como ministro das Relações Exteriores depois de 1902, Rio Branco continuou a delinear com notável sucesso os limites restantes ainda não definidos. Nos primeiros meses de ministério, enfrentou uma situação explosiva no interior da Amazônia. Estourou um conflito armado em torno de um território em litígio, numa área conhecida como Acre, rica produtora de borracha. Só mesmo uma ação rápida evitaria uma guerra declarada entre o Brasil e a Bolívia, com o possível envolvimento do Peru.

Essa região inexplorada da América do Sul provocara reivindicações e contra-reivindicações em todo o correr do século XIX. Vendo-se a braços com uma guerra no Paraguai, o Brasil desejava, em 1864, apaziguar os bolivianos pouco simpáticos à causa da Tríplice Aliança e, de fato, neutralizá-los no conflito. Uma missão especial brasileira visitou a Bolívia e negociou o Tratado de La Paz de Ayacucho, um tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição, assinado no dia 27 de março de 1867. Esse importante documento reconhecia o princípio da posse pela colonização ao tempo de Independência. Nas suas cláusulas, definia uma fronteira que, segundo revelaram os conhecimentos geográficos do tempo, parecia confirmar as pretensões da Bolívia ao Acre. Nenhuma comissão de limites, no entanto, foi capaz de chegar a um acordo sobre as medidas destinadas a pôr em prática o estipulado. Nos três decênios seguintes, a Bolívia demonstrou escasso interesse pelo distante e isolado Acre e não fez nenhum esforço para impor a sua soberania sobre a arca vagamente definida até o fim do século XIX. Nessa ocasião, descobriu que o *boom* da borracha amazônica enchera o Acre de aventurosos seringueiros brasileiros, que não tinham a menor intenção de sujeitar-se ao domínio “estrangeiro” da Bolívia. Quando La Paz tentou exercer a sua autoridade teórica, os brasileiros revoltaram-se. Em 1899, chefiados por Luís Gálvez, os aventureiros da borracha do Acre proclamaram a independência daquele território e pediram a sua anexação ao Brasil. Para os que gostam de estudar acontecimentos paralelos nas histórias de vários países, a situação do Acre nessa época apresenta certa semelhança com a do Texas setenta e cinco anos antes.

Os anos que se sucederam presenciaram tumultos, intrigas e freqüentes derramamentos de sangue. No começo de 1902, o recém chegado governador boliviano impôs leis severas aos habitantes do Acre, incluindo novos impostos e ameaças aos seus direitos sobre a terra. O resultado inevitável foi uma nova revolução dos seringueiros brasileiros. Dirigidos por Plácido de Castro, voltaram a proclamar a independência do Acre. Os brasileiros, como era natural, mostraram-se simpáticos aos seus compatriotas em armas. Rio Branco assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores exatamente quando o presidente Juan Manuel Pando, da Bolívia, iniciou o envio de tropas para o Acre a fim de reprimir os brasileiros.

Cumpria, portanto, que o ministro Rio Branco voltasse a sua atenção inicial para o *imbroglio* do Acre, o qual, felizmente, não era assunto novo para ele. Possuía o barão íntimo conhecimento das negociações sobre o Acre durante o Império. De mais, enquanto estivera na Europa, o ministro brasileiro nos Estados Unidos, J. F. Assis Brasil, numa série de cartas particulares, mantivera-o a par da situação cada vez pior do Acre. Por conseguinte, quando o novo ministro das Relações Exteriores decidiu agir no Acre, tinha conhecimento não só dos fatos históricos e geográficos do conflito, mas também de como se achavam as coisas. Inverteu a política do seu predecessor, Olynto de Magalhães, que acreditava nos direitos indiscutíveis da Bolívia ao Acre e, portanto, dera um mínimo de atenção à conturbada área.

Enfrentando a sua primeira prova como ministro das Relações Exteriores, Rio Branco resolveu basear a sua ação nos princípios tradicionais invocados pelo Brasil durante as disputas de fronteiras. Esses princípios, como o barão os codificara na questão do Acre e utilizou dali por diante, eram três. Primeiro, recusou-se a reconhecer os tratados de Madrid e de San Ildefonso, entre Espanha e Portugal, como algo mais que um acordo preliminar de divisas. Por sua própria natureza, vaga e mal definida, os tratados não podiam oferecer uma solução definitiva para os problemas de divisas. Em outras palavras, os dois tratados serviriam quando muito, de orientação para as nações independentes da América do Sul, mas não eram uma decisão judicial. Como declarou o próprio Rio Branco "Sempre sustentamos a nulidade do tratado preliminar ou provisório de limites de 1777"[85]. Segundo a regra brasileira para o estabelecimento da propriedade de um território disputado, escorava-se na doutrina do *uti possidetis,* isto é, a posse verdadeira e eficaz do território. O critério para determinar a propriedade seria verificar a nacionalidade dos

---

[85] Do barão do Rio Branco ao embaixador brasileiro em Washington, em 6 de março de 1906, AHI, Teleg. 235/3/15.

cidadãos que habitavam a área em litígio, conceito herdado dos portugueses. Como nação independente, o Brasil invocou pela primeira vez a regra do *uti possidetis* em 1841[86]. O visconde do Rio Branco já empregara esse principio nas negociações de 1856. Seu filho dele se valeu, feliz e sistematicamente, na solução de todas as questões de fronteiras. Terceiro, o Brasil adotava a política de nunca realizar conferências multinacionais de limites. O barão preferiria as negociações diretas entre as duas partes litigantes. Embora tivesse granjeado a sua fama em tribunas de arbitragem, só recorria a eles em último recurso. No caso do Acre, evitou energicamente a arbitragem em favor das negociações. Orientando-se por essas três normas de proceder, o ministro Rio Branco fechou as extensas fronteiras do Brasil.

Antes que o Brasil e a Bolívia pudessem sentar-se tranqüilamente à mesa de conferência, era mister pôr cobro às lutas esporádicas no Acre. Para complicar a situação, o presidente Pando, da Bolívia, acompanhado pelo ministro da Guerra Ismael Montez e suas tropas numerosas, partira para o Acre no dia 26 de janeiro de 1903. A sua presença ali seria uma ameaça à solução pacífica e às pretensões do Brasil. Rio Branco solicitou ao seu presidente que enviasse tropas brasileiras para ocupar a área, a fim de defender a população brasileira. Essas tropas ocuparam a região antes da chegada dos bolivianos à distante cena do litígio. Em essência, a Bolívia provou, por essa maneira, a ineficácia da própria soberania.

Com a área relativamente em paz, o chanceler começou a negociar. Os erros geográficos e o tom vago do tratado de 1867, assim como o fato de ser o Acre habitado por aproximadamente sessenta mil brasileiros e quase nenhum boliviano, deram vigor e substância às pretensões do Brasil[87]. Em

---

[86] ABRANCHES, Dunshe de. *Rio Branco e a Política Exterior do Brasil*. (Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1945) I, 51.

[87] A maioria dos historiadores brasileiros concorda em que o número de brasileiros no Acre nessa ocasião por 60.000. Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasi*l (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959), p. 223. Frederic William Ganzert, a princípio disse que o número era de 15.000 apenas. *The Baron do Rio-Branco and Brazilian Foreign Relations*, dissertação para o doutoramento de filosofia, não publicada, Universidade da Califórnia, Berkeley, 1933, p. 204. Mais tarde, no entanto, declarou: “Por volta de 1900, havia mais de 60.000 Brasileiros na região do Acre”. *The Bondary Controversy in the Upper Amazon Between Brazil, Bolivia and Peru, 1903-1909, Hispanic American Historical Review, XIV (Nov. 1934)*, p. 434. O Ministro Thompson afirmou: “O Brasil foi imensamente ajudado na obtenção do atual *status* favorável nessa disputa por ser o Acre habitado exclusivamente por brasileiros”. Carta de Thompson a Hay, em 23 de março de 1903, *Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Registros Gerais do Departamento de Estado, Washington, D.C., Despachos Brasileiros, Vol. 68, nº 4*. De acordo com o Ministro da Guerra e da Colonização da Bolívia, José Cosío Guzman, 99% dos habitantes eram brasileiros. *El Estudo* (La Paz), 14 de março de 1903, p. 1.

virtude do *boom* da borracha, que aumentou a atividade no Amazonas nas derradeiras décadas do século XIX, os seringueiros brasileiros, seguindo a tradição dos bandeirantes de São Paulo do século XIX, tinham-se espalhado pelo interior inexplorado, à procura do lucrativo leite branco da hévea. Os novos exploradores estabeleceram-se rapidamente na área do Acre e, pela sua presença, concretizaram os direitos do Brasil à propriedade da região pelo *uti possidetis*.

Ocupação definitiva do Acre

Pouco depois da ocupação brasileira do Acre, o Brasil e a Bolívia chegaram a um *modus vivendi*. Pelos termos de um acordo preliminar, assinado a 21 de março de 1903, o Brasil ocupou militar e administrativamente o território disputado. As negociações continuaram por vários meses, enquanto o Brasil enfatizava o princípio do *uti possidetis* como base de um acordo definitivo. Finalmente, no dia 17 de novembro de 1903, as duas nações assinaram o Tratado de Petrópolis, mercê do qual o Brasil recebia do Acre, aproximadamente 189 mil km^2, ou seja, mais do dobro da área de Portugal, Bélgica e Países Baixos juntos. A Bolívia, em troca, recebia uma pequena faixa de território, que lhe dava acesso ao Rio Madeira e, portanto, ao Atlântico, garantia perpétua de liberdade de navegação fluvial, 10 milhões de dólares e a promessa, feita pelo Brasil, de construir uma estrada de ferro à margem direita do Madeira, que contornasse as corredeiras e desse à Bolívia acesso ao Madeira inferior. O tratado revelou ainda mais o modo com que o Brasil exerceu e continuaria exercendo dali por diante influência sobre o seu vizinho cercado de terras por todos os lados, proporcionando-lhe uma saída alternativa para o mar, embora fosse uma saída indireta. O corredor amazônico deu maior facilidade de manobra à Bolívia em suas relações com a Argentina e o Chile, ao mesmo tempo que a ligava ao Brasil ainda mais intimamente.

O mercado da borracha, em vertiginosa ascensão, não tardou a reembolsar o Brasil das despesas que tivera de fazer para cumprir as obrigações impostas pelo Tratado de Petrópolis. De acordo com o raciocínio de Rio Branco, o Brasil não comprou o Acre da Bolívia, mas “Recuperamos por meio de uma indenização, o nosso antigo título luso-brasileiro”[88]. Seja como for, o tratado completou a demarcação da fronteira desde o Oceano Atlântico, no sul, ate o Peru, no oeste.

---

[88] O Barão do Rio Branco ao Embaixador brasileiro. Washington, junho de 1909, AHI, Teleg, Exp. 235/4/1.

As fronteiras com o Peru

Reclamando o Acre para si, bem como grande parte da bacia amazônica do Brasil, o Peru protestou violentamente contra o acordo decorrente do Tratado de Petrópolis. Depois da feliz solução do caso da fronteira do Brasil com a Bolívia, Rio Branco focalizou a sua atenção nas pretensões peruanas a fim de definir os limites do Brasil no extremo oeste. Decidido a empregar negociações em lugar de arbitragem, encetou as discussões com o ministro peruano no Rio de Janeiro, Hernám Velarde. Mais uma vez, como no caso da Bolívia, registraram-se irritantes encontros fronteiriços e represálias, acompanhadas de acusações cáusticas. O barão continuou a negociar com o ministro Velarde no Rio de Janeiro, durante os desagradáveis distúrbios ao longo da fronteira distante. No dia 12 de julho de 1904, as duas nações assinaram um *modus vivendi.* O Peru, entretanto, persistiu em usar táticas protelatórias na esperança de que, de uma forma ou de outra, o tempo lhe favorecesse o caso; mas se o tempo favoreceu alguém, esse alguém foi o Brasil. No Peru, a mudança de chanceleres e representantes diplomáticos enviados ao Brasil enfraqueceu a apresentação dos argumentos peruanos, ao passo que os cinco anos de negociações do Brasil sob o mesmo ministro proporcionaram uma continuidade que revigorou a posição brasileira. Finalmente no dia 8 de setembro de 1909, Lima consentiu em assinar um tratado que definia as fronteiras. Mas uma vez se empregou o princípio do *uti possidetis* para determinar a propriedade. Constatou-se que a extensa área reclamada pelo Peru era habitada principalmente por brasileiros. Aproximadamente 163 mil km^2 foram entregues ao Brasil, assim como o recém-adquirido Acre, reivindicado pelo Peru; o Peru recebeu menos de 26 mil km^2, Além disso, Rio Branco definiu a fronteira de 1.564 km com o Peru, fechando dessa maneira as extremas divisas ocidentais do Brasil.

Bibliografia básica:

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992. Nos capítulos 7 a 9, os autores apresentam um panorama global da política externa brasileira durante a República Velha, com ênfase nas relações com os demais países sul-americanos e o novo papel desempenhado pelos Estados Unidos.

6. CRISE DA REPÚBLICA VELHA

A década de 1920 foi marcada pela crise do regime oligárquico. As dificuldades enfrentadas pela produção cafeeira, com as constantes crises de superprodução e a brutal queda do preço do café no mercado externo quando da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, fragilizaram o regime que sustentara-se da cafeicultura. O surgimento de dissidências no seio das próprias oligarquias abalaram sua estabilidade, que fundamentava-se no acordo oligárquico. Além disso, alguns dos setores politicamente excluídos foram capazes de articularem-se em oposição organizada e sistemática.

Na década de 1920 algumas oligarquias menores, lideradas pelos gaúchos, passaram a questionar a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais no governo federal. Em 1921, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Estado do Rio formaram a *Reação Republicana* para lançar a candidatura de Nilo Peçanha à presidência, em oposição a Artur Bernardes, candidato oficial. Um dos principais pontos da campanha oposicionista foi a crítica à política econômica adotada pelos sucessivos governos, comprometida, no seu entender, apenas com os interesses da cafeicultura. A vitória de Artur Bernardes refreou temporariamente as divergências regionais, que ressurgiriam em 1930. Eleito Artur Bernardes (1922-1926), as "unidades, cujas oposições haviam apoiado a chama vitoriosa, esperavam a recuperação do domínio político em seus estados. Derrotadas com a 'Reação Republicana' as demais procuravam se aproximar do rebanho governista, temerosas de pronunciamento mais violento por parte do governo federal. Multiplicaram-se as intervenções, instrumento usual para o término das lutas políticas nos Estados e para assegurar à situação nacional o equilíbrio desejado"[89]. Seria preciso a ruptura da aliança entre São Paulo e Minas Gerais para que as oligarquias menores encontrassem a brecha para tornar eficiente sua oposição. É o que aconteceria em 1930.

Além das fissuras internas, o regime oligárquico teve que enfrentar a oposição de setores tradicionalmente por ele marginalizados. Na década de 1920 assistiu-se à manifestação de descontentamento da população urbana, que organizou ligas e agremiações nas principais cidades do país, reivindicando reformas políticas, em especial o voto secreto. Em 1926 era fundado em São Paulo o Partido Democrático, pondo fim ao monopólio do PRP. O novo partido "voltava-se para uma classe média nacional, com um programa

---

[89] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político partidário na Primeira República*. op. cit., p. 215.

liberal-democrático, temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tendo por objetivo central a reforma política: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega ao judiciário da fiscalização eleitoral. Não tinha uma perspectiva diversa do PRP, no que diz respeito à política econômica e financeira, onde a divergência era acidental”[90]. No entanto, não se deve, exagerar o papel dos grupos urbanos na crise enfrentada pelo regime oligárquico. Formada basicamente pelos extratos médios da sociedade republicana, a população das cidades não dispunha ainda de condições para elaborar um projeto político autônomo. “O conhecimento das limitações sociais e políticas desses setores, mostra a dificuldade de se imputar a eles condições de formular uma perspectiva própria de acordo com seus interesses de classe, em relação às instituições políticas ou ao processo de produção vigente. Numericamente inexpressiva, socialmente dependente das classes dominantes (sendo em boa parte composta de ramos empobrecidos das famílias oligárquicas), identificada às atitudes e valores tradicionais, a classe média não parece ter conseguido ultrapassar o plano das definições eleitorais ou de reivindicações liberais que são ao mesmo tempo pontos de referência ideológicos da elite dominante”[91]. Por outro lado, não se pode negar que a urbanização, embora tenha ocorrido à sombra da expansão cafeeira, trouxe consigo uma lenta diferenciação social. Se não foram capazes de articular um projeto próprio, autônomo, as camadas médias irão engrossar as fileiras da reação antioligárquica (profissionais liberais, funcionários, empregados e inclusive operários urbanos). Mas isso acontece em conseqüência de, alterações ao nível político, quando alguns grupos regionais de dominação ampliam o esquema de aliança política, para se fortalecerem contra as oligarquias nacionalmente dominantes”[92]. Assim foi em 1929 e na Revolução de 1930, quando os extratos urbanos apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas e, com a derrota nas eleições, o movimento revolucionário liderado pela Aliança Liberal.

Decisiva na crise da República Velha foi a oposição ao regime que surgiu nas fileiras militares. A jovem oficialidade do Exército protagonizou uma série de revoltas, a partir de 1922, em que contestava o que considerava

[90] FAUSTO, Bóris. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.III, 2. Vol, p. 401-426, p. 415.

[91] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político partidário na Primeira República*. op. cit., p. 221.

[92] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. Bóris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.III, 2. Vol. p. 7-38, p. 23.

deturpação dos verdadeiros ideais republicanos. Reivindicava, para o Exército, o papel de árbitro dos problemas nacionais, devendo a corporação intervir de maneira violenta para sanear as instituições, livrando-as da corrupção e da ineficácia dos políticos civis. "Os tenentes, enquanto oficiais do Exército brasileiro envolvidos na política civil, construíram sua identidade com base na sua particular forma de encarar e de encarnar o papel político arbitral que reservavam para esse Exército. Não bastava para eles a dedicação exclusivamente profissional para execução de suas tarefas constitucionais (defesa da soberania, da integridade territorial, da ordem interna) (...). Para os tenentes, o Exército só poderia defender sua autonomia agindo efetivamente, intervindo coletivamente para resguardar sua integridade e promover uma regeneração política. O destino político do Brasil passa, nessa concepção, pela missão carismática de uma instituição que tem como requisito de sua própria sobrevivência a vocação de arbitrar o momento de sua intervenção salvadora"[93]. Em julho de 1922 eclodiu a primeira revolta tenentista, no Rio de Janeiro, onde rebelaram-se os Fortes de Copacabana e do Leme, a Escola Militar do Realengo e parte da Vila Militar, como reação à prisão do marechal Hermes da Fonseca, decretada pelo governo federal. A partir de então os vários episódios que caracterizaram o movimento obedeceriam, em geral, o mesmo padrão: levantes de unidades militares, comandados por oficiais de baixa patente. Em 1924, comandados pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes e, pelos capitães Joaquim e Juarez Távora, os tenentes organizaram uma nova rebelião, onde pretendiam articular uma série de revoltas militares simultâneas em vários estados. Uma vez deflagrado o movimento em São Paulo, levantes militares ocorreram também em Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul.

Embora derrotadas essas rebeliões, o movimento tenentista prosseguiu por meio da chamada Coluna Prestes. Liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, a coluna era originalmente, formada pelos rebeldes de São Paulo e Rio Grande do Sul. Até sua fuga para a Bolívia, a Coluna percorreu cerca de 24 mil quilômetros pelo interior do país, entre abril de 1925 e fevereiro de 1927. Tratava-se de um feito militar de grandes proporções do qual surgiria uma das principais lideranças nacionais. Após aderir ao comunismo, Prestes se tornaria secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, por muitas décadas, uma referência importante nas forças

---

[93] DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 84.

oposicionistas do país. "O tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos 20, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. (...) Por outro lado, para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance. Historicamente, o tenentismo deixou marcas mais profundas no interior da esquerda brasileira do que em áreas conservadoras. (...) O PC esteve aberto a ele e procurou mesmo recolhê-lo, apresentando-se como uma espécie de herdeiro mais conseqüente do movimento. Isto ocorreu, seja nos períodos em que acabou por adotar uma linha insurrecional (1935), seja nos períodos caracterizados pela linha de desenvolvimento nacional pacífico (1945-1947). Ao mesmo tempo, na consciência conservadora militar, o tenentismo permaneceu como marco inicial de um ciclo purificador, que se inicia em 1922 e se completa em 1964/1968"[94]. O tenentismo desaguaria na revolução que, em 1930, pós fim ao regime oligárquico. Mas sua participação ficou condicionada ao confronto entre os diversos grupos oligárquicos.

Em 1929, mais uma vez a oligarquia gaúcha, com o apoio de outras oligarquias menores, lançou uma candidatura alternativa à Presidência da República, a de Getúlio Vargas, contra o candidato oficial. Desta feita, contava com o apoio dos mineiros, preteridos na sucessão de Washington Luís (1926-1930) em favor do paulista Júlio Prestes, quando, pelas regras de funcionamento do regime, caberia a Minas indicar o novo presidente. "Em fins da década de 1920, os tenentes marginalizados ou no exílio haviam esgotado suas possibilidades de enfrentar sozinhos o governo. A classe média, por sua vez, carecia de autonomia para se organizar como força de contestação. Por isso, somente um desentendimento de maiores proporções entre os grupos dominantes nos Estados poderia dar novo impulso aos setores dispostos a reformular o sistema político e a introduzir algumas reformas"[95].

A Aliança Liberal, organizada para sustentar a candidatura de Vargas, contou com a adesão da oligarquia paraibana, a quem foi oferecida a vice-presidência, e do Partido Democrático de São Paulo. Seu programa combatia a política de valorização do café, defendia medida de proteção aos

[94] FAUSTO, Bóris. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. op. cit., p . 410.
[95] Ibidem, p. 417.

trabalhadores (procurando, assim, conquistar o apoio das camadas urbanas) e acenava para os tenentes ao preconizar reformas políticas. O controle da máquina eleitoral pelo governo garantiu a vitória de Júlio Prestes, em março de 1930, mas, pela primeira vez, as oligarquias oposicionistas não se conformaram com o resultado eleitoral e, com a participação dos tenentes, pegaram em armas, em outubro de 1930, contra o governo federal. "A crise dos anos 20 desembocara na quebra do sistema político, quando vários pontos de atrito chegaram à fusão: as oligarquias regionais foram arrastadas à luta pelos setores mais jovens, dando uma forma transparente às disputas regionais acumuladas ao longo da República; o descontentamento militar ganhara novo alento, tanto pela associação entre oligarquia dissidente e tenentes rebeldes, como pelo fato de que ele se espraiara mais extensamente no interior da corporação; a fermentação da classe média, as manifestações urbanas em favor de Vargas davam aos revolucionários a certeza de contar com o apoio de um setor social politicamente significativo"[96]. A vitória da Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas à presidência e marcou o início de nova fase do regime republicano, com o fim da hegemonia das oligarquias estaduais.

---

[96] Ibidem, p. 422.

Texto complementar:

A COLUNA PRESTES. DRUMMOND, José Augusto in *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935).* Rio de Janeiro, Graal, 1986.

A COLUNA PRESTES é filha das rebeliões militares de 1924 no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Mais precisamente, nasceu do seu fracasso. Tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul os oficiais rebeldes tinham decidido abandonar civis aliados e os territórios onde se revoltaram por causa da falta de perspectiva imediatas de derrubar os governantes locais ou nacionais. A Coluna Paulista levou três meses para chegar ao oeste do Paraná e resistiu por mais seis meses a um poderoso cerco legalista; a Divisão Rio Grande, reunindo pequena parte dos rebeldes no Rio Grande do Sul, marchou para o norte entre dezembro de 1924 e abril de 1925 para juntar forças com a Coluna Paulista.

A chegada da Divisão Rio Grande (no início de abril, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes), ao oeste do Paraná dependeu da aplicação de uma "guerra de movimentos" que se mostrou eficiente contra adversários superiores em número e armamento. Os rebeldes da Coluna Paulista viviam então um mau momento: o cerco governamental se apertava com a queda do reduto de Catanduvas e com a prisão de inúmeros rebeldes, em 30 de março. A situação exigia decisões rápidas: as fronteiras próximas da Argentina e do Paraguai poderiam levar a uma debandada. Uma derrota desmoralizante era também uma possibilidade bem concreta. Entre civis e militares (estes em maioria), 2.500 combatentes rebeldes estavam acuados no oeste do Paraná, ao longo do Rio Paraná, de Guaíra a Foz de lguaçu, por numerosas tropas legalistas do Exército e de diversas polícias militares estaduais, sob o comando do general Cândido Mariano da Silva Rondon. A Coluna Paulista ainda tinha 1.700 homens, e a Divisão do Rio Grande 800. (...)

(...) Os oficiais rebeldes do oeste do Paraná em abril de 1925 divergiram na sua avaliação das possibilidades rebeldes; seria isso expressão de uma divergência de objetivos políticos? Minha resposta para a pergunta é negativa, mas os estudos e depoimentos disponíveis raramente levantam a indagação. Acredito que a cisão no oeste do Paraná teve motivos militaristas sobre os quais vale refletir para melhor avaliar a Coluna Prestes, e o movimento tenentista.

Os oficiais da Coluna Prestes, depois de muitos meses de rebelião armada, *não superaram o marco militarista de sua ação*, embora a superação fosse irmã possibilidade nada desprezível. Afinal de contas eles apostaram tudo na intuição de que o sentimento “revolucionário” ainda estava vivo na nação”. Nos anos seguintes à Coluna Prestes, todos os seus oficiais, cada um a seu modo e a seu tempo, estabeleceram alianças cada vez mais conseqüentes com várias correntes políticas: independentes, oligarquias opositoras, oligarquias situacionistas e até socialistas e comunistas. Até abril de 1925 a dinâmica do movimento tenentista foi quase que, inteiramente militar, e nesse ponto a Coluna Prestes não inovou; ao contrário, foi uma verdadeira síntese da atuação estritamente militarista dos tenentes.

O militarismo fica bem claro se examinarmos com atenção o principal motivo com que os oficiais da Coluna Prestes justificam a continuidade da ação rebelde para além de abril de 1925. Eles insistem que há condições propícias à “revolução”: persistiria a generalizada insatisfação “nacional” com o governo de Artur Bernardes e com tudo que o sustenta, mas supunham, muito especialmente, que essa insatisfação se estendia aos quartéis, ou seja, aos seus colegas do Exército – pois que o militarismo tenentista estabelecia uma relação “mágica” entre nação e Exército. Na leitura de todos os depoimentos dos participantes e simpatizantes da Coluna Prestes, nota-se que a certeza da insatisfação política dos militares com a situação política nacional foi o motivo central para prosseguir a campanha.

Cabe agora outra pergunta: como os oficiais da Coluna de Prestes explicavam a ausência de novas revoltas militares? É bastante possível que neste momento – abril de 1925 – os rebeldes do Oeste do Paraná sequer estivessem a par de todos os movimentos do ano de 1924. É certo que sabiam da revolta de julho de 1924 em Mato Grosso e do quase simbólico levante naval de novembro de 1924 no Distrito Federal. Mas sua resposta para a pergunta passava pela defesa de uma forma eficaz de rebelião, uma forma que evitasse derrotas. Estou querendo dizer o seguinte: os integrantes da Coluna Prestes pretenderam oferecer uma nova alternativa de rebelião militar para o desencadeamento da insatisfação de seus colegas oficiais espalhados nas unidades militares de todo o país. Não me parece, portanto, que a Coluna Prestes tenha formulado novos objetivos políticos além dos colocados pelos diversos movimentos rebeldes de 1924. Maria Cecília Spina Forjaz também sustenta essa tese (FORJAZ, 1977). A “novidade” era o que Prestes chamava de “guerra de movimento” (experimentada com sucesso pela Divisão Rio Grande em sua marcha para o oeste do Paraná, entre dezembro de 1924 e

abril de 1925), em contraste com a “guerra de reserva” ou “guerra de posição” comandada por Isidoro Dias Lopes no Paraná.

Ao contrário de levantes em unidades militares mais ou menos distantes entre si, ao contrário da resistência penosa a um cerco prolongado, a Coluna Prestes quis oferecer, e de fato ofereceu, a possibilidade de *levantes de adesão nas unidades militares de que se aproximasse*. Depois de concretizados o levante, a adesão e o engrossamento do contingente rebelde, a Coluna Prestes prosseguiria a marcha na direção de outras unidades militares, enganando não apenas a repressão sobre si mesma como também sobre os levantes que sua presença estimularia.

A meu ver, é isso que os oficiais da Coluna Prestes queriam dizer quando consideravam a “revolução” viva em abril de 1925: a insatisfação permanece na nação e no Exército, falta uma *forma de combate* que evite derrotas desestimulantes. Não é casual que o primeiro objetivo da Coluna Prestes tenha sido chegar ao sul de Mato Grosso, pois os rebeldes pensavam estimular levantes nos irrequietos quartéis de fronteira e de Campo Grande (recorde-se que em julho de 1922 e julho de 1924 houvera rebeliões na região). No entanto, em toda a sua longa marcha, a Coluna Prestes *não conseguiu incorporar um único grupo oriundo de uma rebelião militar.* A própria pretensão de catalisar revoltas nos quartéis só aconteceu três vezes, no Nordeste, em episódios que examinarei brevemente mais adiante.

Já nesses instantes de gestação da Coluna Prestes, a importância do apoio ou da adesão popular ou civil não foi sequer cogitada como variável de situação política. Ela quis (mas não conseguiu) ser uma marcha militar concebida para reunir forças militares e derrubar o governo: não pretendia desencadear uma guerra civil generalizada e prolongada. Em tempo, como mostrarei, abriu mão até de suas pretensões reais de derrubar o governo de Artur Bernardes.

Há outro fato que indica a importância de considerações militaristas na concepção da Coluna Prestes e na cisão entre oficialidade rebelde. É de estranhar que os oficiais revoltados em São Paulo, cercados na fronteira, tenham feito um esforço tão grande para resistir quase no meio do ano e aguardar a chegada dos rebeldes do Rio Grande do Sul, apenas para emigrar logo em seguida a essa chegada. Se antes de abril de 1925 a vontade de emigrar fosse forte entre os revoltosos de São Paulo, não teria sido grave realizá-la. A marcha da Divisão Rio Grande se fazia paralelamente à fronteira argentina (isso, aliás, estimulou seguidas e numerosas deserções de civis e militares); além disso, os dois contingentes estavam em contato, por meio de

emissários e mensageiros, desde novembro de 1924. A qualquer momento poderia ser proposta uma emigração conjunta. O que realmente não faz sentido é o longo esforço (180 dias) de resistência no oeste do Paraná para aguardar a Divisão Rio Grande, seguido pela emigração quase imediata depois da chegada. O conceito tático-estratégico de guerra de movimento parece ter sido ousado demais para a maioria dos oficiais rebelados em São Paulo. Tudo indica, portanto, que a junção de forças precipitou uma divergência insuperável quanto à opção entre a guerra de posição e a guerra de movimento; ou seja, uma *divergência militar.* Como disse um rebelde militar que não seguiu com a Coluna Prestes: "o encontro das duas colunas foi o desencontro de dois conceitos" (OLIVEIRA, N. T., 1956).

De toda forma, a divisão entre os rebeldes não deve ser levada por demais a sério, pelo menos nos seus efeitos de curto prazo. Várias justificativas foram encontradas. Ela não foi traumática; mesmo num relato recente, como o de Cordeiro de Farias, a referência a "deserção da grande massa de companheiros" não é desairosa. Antes de tudo, há muitas referências (generosas) ao grande esgotamento físico e moral dos oficiais e soldados revoltados em São Paulo, cuja campanha tinha sido mais longa e extenuante que a dos rebeldes do Rio Grande do Sul. Isso, aliás, só vem confirmar que todos os oficiais que emigram em abril de 1925 tinham-se revoltado em São Paulo. Em segundo lugar, os oficiais mais idosos (como Isidoro Dias Lopes, Bernardo de Araújo Padilha, Olinto Mesquita de Vasconcelos, Paulo José de Oliveira, etc.), todos revoltados em São Paulo, foram considerados fisicamente inaptos para a cansativa guerra de movimento que se desenvolveria a seguir. Em terceiro lugar, os emigrados poderiam criar (e criaram) um comando rebelde no exterior, que tenderia conseguir (não conseguiram) apoio material e financeiro para a Coluna Prestes. Em quarto lugar, os oficiais exilados poderiam planejar e executar novas revoltas no Rio Grande do Sul, cujo ambiente político ainda era bastante, instável (conseguiram fazer isso). Isso dispersaria as forças de repressão. De mais traumático só ocorreu a expulsão do oficial tenente Filinto Müller, cuja deserção colocou em perigo a retaguarda dos rebeldes que tinham resolvido prosseguir na luta.

Se a ajuda financeira e material à Coluna Prestes nunca se concretizou, *os tenentes* exilados, mais uma vez com a ajuda de "libertadores", promoveram entre novembro de 1926 e janeiro de 1927 levantes e incursões armadas em território gaúcho, com reflexos em Santa Catarina. De toda forma, até o final de sua marcha a Coluna Prestes se considerou sob o comando de Isidoro Dias Lopes e a própria decisão de encerrar a marcha foi referenciada por ele.

A divisão entre os chefes revoltosos, em abril de 1925, não foi, portanto, suficientemente grave para roubar o ímpeto que caracterizou oficiais, sargentos, praças e civis que fizeram a Coluna Prestes. Eles se mantiveram em armas até fevereiro-março de 1927. Quero explicitar os dois aspectos mais importantes que percebo nesse instante de nascimento da Coluna Prestes: (1) ela se deve à determinação de uma minoria dos oficiais rebeldes presentes no oeste do Paraná; esses oficiais, por sua vez, eram parcela bem reduzida dos cerca de quinhentos efetivamente rebelados ou simpatizantes declarados entre 1922 e 1925, pois havia muitos presos, exilados, impossibilitados de chegar ao Paraná, inativos, indiferentes ou até mesmo conspirando em outras partes do país. (Vale lembrar que em 1920 o Exército brasileiro tinha pelo menos 3.840 oficiais na ativa, cifra elevada para 5.275 em 1929; os dados estão em CARVALHO, 1977.) (2) A Coluna Prestes foi concebida e levada à frente, nesse momento crucial, muito mais por considerações de tática e estratégia militares e do papel político "salvador" do Exército. Não houve propostas políticas específicas. Não para ter havido qualquer cogitação séria de buscar adesões civis para sustentar e ampliar a rebelião.

A continuidade do movimento tenentista, naquele dramático abril de 1925, foi decidida por um punhado de oficiais revoltosos e por motivos essencialmente militares. A Coluna Prestes foi, do princípio ao fim, um *grande feito militar,* embora dificilmente possa ser considerada um feito institucional do Exército Brasileiro. Do outro lado, a Coluna Prestes não teve o sucesso político pretendido (provocar uma intervenção militarista do Exército) e muito menos quis ser agente de uma revolução social. É em torno dessas afirmações que desenvolverei a maior parte de meu relato sobre a Coluna Prestes.

Bibliografia básica:

FAUSTO, Boris. *As crises dos anos vinte e a Revolução de 1930* in *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1985, T. III, 2. vol., p. 401-442. A obra de Boris Fausto sobre a Revolução de 1930 é hoje referência obrigatória para todos que se debruçam sobre o tema. O autor analisa o movimento como resultado das crises que afligiram o regime republicano a partir da década de 1920, em especial o tenentismo, o crescimento das reivindicações dos setores urbanos e as fissuras no interior dos grupos dominantes.

Bibliografia complementar:

Sobre tenentismo: DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro, Graal,1986.

Sobre Revolução de 1930: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 11. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987

UNIDADE III

SEGUNDA REPÚBLICA

1. O ESTADO DE COMPROMISSO

Vitoriosa a Revolução de 1930, foi organizado um governo provisório (1930-1934), chefiado por Getúlio Vargas, com a incumbência de convocar uma Assembléia Constituinte e eleições para a presidência da República. As primeiras medidas decretadas pelo novo governo já antecipavam as principais preocupações que norteariam a ação dos novos detentores do poder. Interventores federais foram nomeados para administrar os Estados, afastando assim as oligarquias locais, e, no mês seguinte à posse, era criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Procurava-se assim, de um lado, limitar os mecanismos institucionais que serviram de instrumento para a dominação oligárquica (as oligarquias continuaram a exercer a dominação a nível local, mas seu poder no Estado já não era hegemônico) e, de outro, estabelecer as bases de um novo tipo de relação com os setores populares.

Nos primeiros anos do novo regime a ampla aliança que subira ao poder enfrentou profunda instabilidade política, fruto do confronto interno das diversas forças que a compunham. Suas oposições e contradições ficaram patentes logo no início do governo provisório. As pretensões centralizadoras e reformistas dos tenentes chocaram-se com os interesses autonomistas e conservadores das oligarquias regionais, revestidos pelo manto do discurso liberal e federalista. Por outro lado, o apoio popular, buscado durante a campanha da Aliança Liberal, acalentava as reivindicações operárias, o que perturbava a burguesia industrial. Além das contradições internas da própria aliança, o governo confrontou-se com movimentos de oposição, levados a cabo por grupos que permaneceram afastados do poder. Em 1932 eclodia em São Paulo a Revolta Constitucionalista, liderada pela oligarquia cafeeira que perdera a hegemonia sobre o governo federal. Além disso, setores mais radicais da classe média agrupavam-se na Aliança Nacional Libertadora (ANL), com a liderança de Luís Carlos Prestes, enquanto as facções de direita organizavam-se sob a bandeira do integralismo, movimento de caráter fascista liderado por Plínio Salgado. A estabilidade do regime, o que significava preservar os interesses no poder, dependia da derrota desses dois movimentos.

Em 1932, o Partido Democrático paulista, que havia apoiado a Revolução de 1930, aliou-se à oligarquia cafeeira, representada pelo PRP, em uma revolta que tinha como pretexto a resistência de Vargas em convocar a Assembléia Constituinte. A questão de fundo, entretanto, estava na profunda insatisfação produzida pelas diretrizes centralizadoras que nortearam as reformas realizadas a partir de 30, especialmente o alto grau de intervenção

dos tenentes na política de São Paulo. Em fevereiro de 1932 era fundada a Frente Única Paulista (FUP), reunindo os dois partidos, com um programa cujas reivindicações centrais eram a elaboração de uma nova Constituição e a restauração da autonomia de São Paulo, governado desde 1930 por interventores ligados ao tenentismo. A 9 de julho era deflagrada a rebelião. Embora derrotados três meses depois, seus protagonistas alcançaram seus principais objetivos: a Assembléia Constituinte foi convocada e a FUP conquistou o governo do estado pouco depois.

Também em 1932 era fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), tornando-se um dos primeiros partidos de massa do país, com um contingente estimado entre 600 mil e 1 milhão de adeptos em 1936. Profundamente nacionalista, seus adversários centrais eram o capitalismo internacional, o liberalismo, o socialismo e os judeus, e seu principal objetivo a implementação do chamado Estado integral. Tratava-se de uma concepção corporativista de Estado, onde cada cidadão estaria representado na medida que fizesse parte de uma determinada classe profissional. Os integralistas cortejaram o governo de Vargas e o apoiaram no golpe de 1937, colaborando ativamente na elaboração do Plano Cohen, documento forjado para fazer crer que havia uma conspiração comunista em andamento e assim justificar a instauração de uma ditadura. Contudo, a Vargas não interessava a aliança com um movimento autônomo, com diretrizes próprias que nem sempre coincidiam com os interesses dos grupos no poder. Em 1937 a AIB era dissolvida pelo governo e no ano seguinte os integralistas reagiam com uma tentativa de tomar o Palácio da Guanabara, sede do governo federal. Fracassado, o *Pustch* de 1938 foi a última ação organizada dos integralistas, cujo movimento não conseguiu sobreviver ao Estado Novo.

Por fim, o novo regime teve que enfrentar a oposição armada do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em uma revolta que eclodiu em 1935. Nesse ano foi criada a Aliança Nacional Libertadora que reuniu, sob a liderança do PCB, várias tendências políticas aglutinadas em torno de um programa que privilegiava o combate ao imperialismo e ao latifúndio e a defesa das liberdades democráticas. O plano de um levante armado dirigido pela ANL foi elaborado em Moscou, onde se encontrava Prestes, e contou com o apoio decisivo da Internacional Comunista. Para organizar o movimento foram enviados ao Brasil o alemão Artur Ernst Ewert, o argentino Rodolfo Ghioldi, o norte-americano Victor Baron, o belga Léon Valée e a alemã Olga Benário. A intenção de tomar o poder e instaurar um governo popular revolucionário foi anunciada publicamente por Prestes, já de volta ao Brasil,

em discurso proferido em 5 de julho, o que provocou o afastamento de vários membros da ANL e o seu fechamento pelo governo federal. O levante foi deflagrado em novembro e ficou restrito à sublevação de algumas unidades militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Facilmente derrotada, a rebelião serviu de pretexto para intensa repressão aos oposicionistas do regime. Foram efetivadas milhares de prisões e o Congresso aprovou uma série de medidas excepcionais solicitadas pelo Executivo, declarando estado de sítio. O levante foi utilizado também como justificativa para a instauração de um governo ditatorial, o que ocorreria em 1937.

A instabilidade política que marcou os primeiros anos após a Revolução de 1930 foi conseqüência da peculiar correlação de forças que se instalou no poder. Nenhum grupo social estava em condições de impor sua hegemonia ao conjunto da sociedade, ao contrário do período anterior, quando os cafeicultores, uma fração da burguesia agrária, estabeleceram seu predomínio por meio do regime oligárquico. As classes médias não haviam ainda conseguido formular um projeto próprio que lhes conferisse autonomia frente os interesses tradicionais; os cafeicultores estavam debilitados como força política graças às duas derrotas que haviam sofrido, em 1930 e 1932, e enfrentavam os graves problemas advindos com a depressão econômica instalada a partir de 1929; os demais setores agrários sofriam os limites de não estarem vinculados com a principal atividade econômica, que permanecia sendo a exportação de café. Por fim, a indústria estava ainda no início de sua expansão e permanecia, em grande parte, subsidiária da cafeicultura. "O novo governo terá, portanto, que mover-se, sempre dentro de uma complicada faixa de compromissos e conciliações entre interesses diferentes e por vezes contraditórios. De nenhum dos grupos participantes – as classes médias, os grupos menos vinculados à exportação e os setores vinculados à agricultura do café – se poderia dizer que teria assegurado para si as funções de hegemonia política. Por outro lado, nenhum desses grupos tem condições para oferecer as bases da legitimidade do novo Estado, para apresentar seus próprios interesses particulares como a expressão dos interesses gerais da nação"[1]. Instaurou-se assim uma espécie de vazio de poder, solucionado pelo que Francisco Weffort denominou Estado de compromisso. por meio deste articularam-se burguesia industrial, camadas médias e burguesia rural em torno do novo governo e, sobretudo, da figura de Getúlio Vargas. O Estado

[1] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 69.

alcança então um significativo grau de autonomia, em relação aos diversos setores sociais, de forma a mediar e arbitrar os diferentes interesses que disputavam o controle político.

No bojo do Estado de compromisso nasceram algumas das principais características do jogo político brasileiro a partir de então. Compromisso e instabilidade geraram os "componentes que virão a ser fundamentais no populismo, a *personalização do poder, a imagem* (meio real e meio mística) *da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas.* Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e está aí uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam"[2]. uma das características mais importantes da nova organização política assim concebida foi a necessidade da incorporação das massas populares no jogo político. Até então completamente à margem, os setores populares urbanos passaram a ser um elemento fundamental no funcionamento do regime, pois constituíam "a única fonte possível de poder pessoal autônomo para o governante e, em certo sentido, se constituirão na única fonte de legitimidade possível para o próprio Estado. *O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso* que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro – as massas populares urbanas – e a *representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado"*[3].

Por intermédio do papel de árbitro, o governante populista navegará pelo oceano das pressões político-sociais sem se submeter a nenhuma delas: de um lado os interesses dos grupos sociais dominantes, de outro as pressões populares. Incapazes de implementar por si sua dominação, as classes dominantes vão recorrer a intermediários que estabelecerão alianças com os setores subalternos, inicialmente Vargas e depois os líderes populistas do período pós 1945.

O novo regime caracterizava-se também por um alto grau de centralização e de intervenção na economia, com o fortalecimento do governo federal em detrimento dos executivos estaduais. Procurava-se assim criar um quadro institucional de abrangência nacional, em substituição ao profundo

---

[2] Ibidem idem.

[3] Ibidem idem.

regionalismo que marcara o regime anterior. Se a centralização seria levada a extremos a partir de 1937, ela já estava consagrada na Constituição aprovada em 1934.

O fortalecimento do Executivo, em 1937, foi a fórmula adotada para viabilizar o Estado de Compromisso, acomodando os diversos setores dominantes em um regime ditatorial em que se sobressaía a figura de Vargas como núcleo aglutinador. Dessa forma afastava-se a instabilidade política, por meio da "instauração do Estado como soberano perante as forças sociais em presença. A alternativa à ditadura consistiria no ensaio de ampliação das bases sociais do poder"[4]. Ampliação que não interessava a nenhum dos setores que disputavam a hegemonia sobre o governo central. Eleito presidente em 1934, pelo Congresso Nacional, para um mandato que expiraria em 1938, Vargas liderou o golpe que inaugurou a ditadura, alcunhada de Estado Novo. Executivo forte, um regime altamente centralizado, autonomia relativa do Estado são os componentes da alternativa adotada para "resguardar as posições econômicas dos grupos tradicionais, favorecendo, ao mesmo tempo, a marcha dos setores emergentes, particularmente a burguesia industrial. Nesse sentido, ter-se-ia um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes, reforçando os canais de acesso da coalizão vitoriosa ao poder em 1930, excluindo ao mesmo tempo a participação das forças ideologicamente indesejáveis, e reduzindo, simultaneamente, a influência política dos setores tradicionalmente dominantes, quer pela impossibilidade de que readquirissem o controle do sistema decisório, quer pelo aprofundamento do processo de desestruturação dos recursos de poder que ainda manipulavam"[5].

Ao desferir o golpe, Vargas contou com o apoio decisivo do Exército, que temia avanços dos radicais de esquerda, para implementar um modelo ditatorial inspirado no corporativismo fascista europeu. Em 10 de novembro tropas oficiais cercaram o Congresso, dissolvendo o Parlamento. Ao mesmo tempo, Vargas promulgava uma nova Constituição que conferia ao chefe do Executivo poderes ditatoriais e cujos dispositivos eram decalcados dos modelos corporativistas e fascistas de Portugal e da Itália. Os partidos políticos foram abolidos e uma rigorosa censura aos órgãos de comunicação passou a vigorar. O fortalecimento do Executivo residiu também na transferência, para o governo federal, de funções antes reservadas aos governos estaduais. Além disso, uma nova concepção do papel do Estado determinou sua intervenção

---

[4] Ibidem idem.

[5] DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes* in FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 3. Vol., p. 84.

profunda na economia, não apenas para resguardar alguns interesses como ocorrera no período anterior, mas sobretudo para promover o desenvolvimento. O governo federal tornou-se um importante agente econômico, inclusive como proprietário. A partir de então " por meio da instalação de novas indústrias, estatais, o Estado assumia o papel de principal investidor. (...) esses investimentos tinham uma significação intrínseca: em sua maioria canalizados para a indústria pesada, setor pouco atraente para os investidores particulares, em que a remuneração dos capitais, se faz a longo prazo, resultaram na instalação das condições infra-estruturais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil"[6].

Tratava-se do aprofundamento das diretrizes presentes a partir de 1930. O Estado Novo revestiu de nova roupagem o modelo que se estabelecera com a Revolução. "Entre as várias fases em que se pode dividir a chamada Era de Vargas – o Governo Provisório de 1930 a 1934, o Governo Constitucional de 1934 a 1937 e o Autoritarismo Corporativista de 1937 a 1945 –, existe uma continuidade básica, na medida que esses três momentos representam o desdobramento de um processo político que se inicia com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal. (...) As mudanças postas em prática teriam uma direção, que seria representada pelo descenso político do grupo agroexportador e a ascensão gradual e simultânea dos interesses urbano-industriais, que, a partir de então, alcançariam maior visibilidade, consolidando e ampliando o espaço econômico já ocupado e conquistando um espaço político próprio"[7]. Entre outras características presentes no modelo político adotado em 1930, a fórmula pela qual as massas populares foram incorporadas ao jogo político manteve-se e aprofundou-se no Estado Novo. O Estado personalizou-se na figura de Vargas que se apresentava como interlocutor direto, sem mediações institucionais, dos trabalhadores.

O ditador promulgou a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, e criou uma estrutura sindical diretamente, ligada ao Estado, em ambos os casos inspirado pelo corporativismo fascista italiano. "O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. A política de marginalização

---

[6] SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo* in MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 16. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 275.

[7] DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes.* op. cit., p. 86.

pura e simples, realizada pelas velhas classes dominantes, não tinha mais condições de se sustentar. Se na plataforma da Aliança Liberal já se encontravam os traços de um maior interesse pelo chamado problema social, as agitações operárias dos primeiros anos da década de trinta acabaram por *sensibilizar* o governo em definitivo"[8]. Não era mais possível ignorar a existência de uma classe que avançava na sua capacidade de organização e mobilização. Era preciso incorporá-la ao jogo político, mas de maneira a não permitir que colocasse em risco a supremacia dos grupos articulados em torno do Estado. Para isso adotou-se uma política de concessões que colocava Vargas como o grande líder dos trabalhadores em detrimento das lideranças independentes. Uma série de medidas foram implementadas, especialmente a partir de 1937, a fim de "proteger a força de trabalho, promover sua limitada organização econômica, incentivar o aproveitamento do operário nacional. O anacrônico padrão de relações, sintetizado na frase tantas vezes citada, *a questão social é uma questão de polícia*, começou a ser substituído por outro que implicava o reconhecimento da existência da classe e visava a controlá-la com os instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais, apolíticos e numericamente restritos"[9]. Uma rede de sindicatos atrelados ao Estado foi criada e direitos trabalhistas foram consagrados, ao mesmo tempo em que Vargas procurava falar diretamente aos trabalhadores por meio de comícios e do rádio, utilizando-se de um eficiente, esquema de propaganda. Estavam lançadas as bases do populismo, tipo peculiar de relação entre governo e massas populares que predominaria na política brasileira a partir de então.

---

[8] FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*. op. cit., p. 107.

[9] Ibidem p. 108.

Texto complementar:

A INTENTONA COMUNISTA. PINHEIRO, Paulo Sérgio *in* *Estratégias da ilusão. A revolução Mundial e o Brasil (1922-1935).* 2. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992.)

Imersas na lenda, as revoltas de novembro de 1935 permanecem num enigma. Em torno das lutas, teceram-se versões e interpretações que mais confundem que esclarecem. Os próprios protagonistas encarregam-se de deixar sem respostas as principais perguntas que os historiadores vêm, há cinqüenta anos, fazendo sobre as origens, as responsabilidades e os objetivos da revolta. Quanto às cenas do *putsch* de 27 de novembro no Rio de Janeiro e das rebeliões que o precederam no Nordeste – em Natal, no dia 23, e em Recife, no dia 24 –, a recuperação dos fatos está completa, graças a abundantes documentos e depoimentos. Para os acontecimentos de Natal e do Recife, valemo-nos aqui da primorosa reconstituição empreendida por Robert Levine.

Na noite do dia 23 de novembro, o governador do Rio Grande do Norte, Rafael Fernandes, ao lado de membros de seu governo e da sociedade local, assistia a uma festa de formatura dos alunos do Colégio Santo Antônio, no Teatro Carlos Gomes. Ouvem-se tiros. O espetáculo é interrompido e depois retornado. Ao perceber que homens armados dirigiam-se para o teatro, os espectadores das últimas fileiras começam a sair. A fim de conter o pânico, o governador interrompe a cerimônia e a banda começa a tocar música. Os rebeldes, cerca de 110 soldados do 21º Batalhão de Caçadores (menos de um quarto da tropa ali aquartelada), haviam saído às ruas, recebendo o apoio de guardas-civis e de trabalhadores, muitos deles desempregados. Entre os cabos do Exército envolvidos na rebelião estava Giocondo Dias. Após ocupar pontos estratégicos da cidade, os rebeldes tomam o quartel-general da Polícia Militar e prendem o chefe de polícia, João Medeiros Filho. Os espectadores da formatura abandonam o teatro e se abrigam nas casas vizinhas. O governador e seus auxiliares fogem para as casas de ricos comerciantes. O governo estava sob o controle dos rebeldes.

No dia seguinte, domingo, 24 de novembro, edifícios públicos foram invadidos e saqueados. Não mais do que trezentas pessoas participaram dos tumultos. Foram invadidas as agências do Banco do Brasil e do Banco do Rio Grande, e a coletoria de impostos. As famílias ricas ficaram barricadas em suas casas ou fugiram para os navios de uma esquadrilha mexicana.

Na manhã de segunda-feira, 25 de novembro, foi instalado um Comitê Revolucionário. Quatro membros civis, o sapateiro José Praxedes de Andrade (encarregado do Abastecimento); Lauro Cortês Lago, antigo oficial da polícia e ex-superintendente do presídio (ministro do Interior); José Macedo, chefe dos Correios no governo deposto (ministro das Finanças); João Baptista Galvão, advogado, jornalista, antigo secretário da Academia do Rio Grande do Norte (ministro das Obras Públicas). O sargento Quintino Clementino de Barros era o ministro da Defesa. Foram enviadas proclamações a todas as partes do país, conclamando as massas a se levantarem pelo programa da Aliança Nacional Libertadora e sob a bandeira de Luís Carlos Prestes. O Comitê também publica um jornal revolucionário, *A Liberdade,* impresso nas oficinas do órgão oficial do governo do estado, A *República*, no qual se noticia a vitória do movimento em João Pessoa, Recife e São Paulo. O primeiro número do jornal também divulga as posições do novo governo: contra os imperialistas, contra os grandes proprietários e a favor das liberdades democráticas.

A fim de conquistar a simpatia popular, o Comitê reabre o serviço de bondes e reduz as tarifas; baixa o preço do pão; assina decretos contra aqueles acusados de difundir rumores terroristas; e oferece garantias aos comerciantes, advertindo, contudo, que se o comércio fechasse as portas haveria confisco de bens. Essas providências parecem não ter tido grande efeito. A população praticamente não tomou conhecimento da rebelião. O Comitê, sem fundos (os produtos dos saques jamais chegaram a suas mãos) e sem condições de conter os excessos, acabou rendendo-se poucos dias depois, ao saber do fracasso da rebelião em Recife e dos rumores de que Natal iria ser bombardeada pela aviação legalista. Houve alguns ensaios frustrados de resistência armada em cidades da região do Seridó, organizada por batidos de "coronéis", fazendeiros e alguns militantes integralistas. Quatro dias depois de sua fuga, o governador reapareceu e reassumiu o poder.

Nas primeiras horas do dia 24 de novembro foi a vez do Recife, José Caetano Machado, um dos líderes do PCB, achou que havia soado a hora. O levante começou com a rebelião de um quartel em Socorro, fora de Recife, de onde partem os rebeldes que avançam durante a manhã sobre a cidade. Gritando *slogans* com o nome de Prestes e em apoio a ANL, a coluna rebelde compunha-se de aproximadamente quatrocentos homens, aos quais se juntaram algumas dezenas de civis armados. Houve um confronto com um destacamento policial. Tiros irromperam e barricadas foram construídas. Em várias partes da cidade eclodiram outras rebeliões. Às 8h30min, os

sindicalistas comunistas conseguiram dominar o quartel de polícia. Os combates continuaram durante todo o dia e entraram pela noite. Todavia, a resistência organizada por militares que retornaram aos quartéis pela manhã e a chegada de reforços federais vindos de João Pessoa e Maceió contiveram o avanço. A cidade não se levantou em apoio aos rebeldes: a maioria da população permaneceu trancada dentro de casa, como em Natal. A polícia impediu o tráfego nas pontes que ligam a seus subúrbios. No final da segunda-feira, os rebeldes anunciavam a retirada. O chefe da insurreição, Silo Meireles, foi preso.

No dia 27 de novembro de 1935, uma rebelião militar irrompeu no 3º Regimento de Infantaria (RI) da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Esse *putsch* passaria à histórica política dominante sob a denominação pejorativa de Intentoria". "Na madrugada de 23 para 24 de novembro eu recebi informe de um companheiro dando conta do levante de Natal. Há muitas versões sobre esse levante. Fala-se de provocação, mas a verdade é que foi um movimento espontâneo, sem ordem da direção do partido. No dia seguinte, houve o levante do Recife. Eu achei que era o momento de os operários se sublevarem no Rio para dar apoio aos companheiros de Recife. Mas não queria tomar essa decisão sem consultar o secretário geral do partido. Só no dia 25, à tarde, é que conseguimos encontrar Miranda. Fizemos uma reunião e decidimos que o levante seria na noite de 26 para 27", lembra-se Luís Carlos Prestes.

No dia 25 de novembro, o jornal carioca *A Manhã* publicou um apelo de Prestes, conclamando todas as forças a estarem prontas para lutar pelas liberdades populares e contra o governo de "traição nacional" de Getúlio Vargas.

O apelo ecoa a "carta aberta" publicada em 5 de julho, aniversário das rebeliões de 1922 e 1924, na qual Prestes convoca as massas para o assalto ao governo: "A idéia de assalto amadurece na consciência das massas". No entanto, os líderes da revolta deixaram de levar em conta o fato de que, naquela data escolhida, as tropas já haviam entrado em prontidão, por causa das rebeliões em Natal e Recife. "Eu assinei as ordens para que nossos oficiais de ligação levantassem a Vila Militar e o 3º Regimento de Infantaria. "As ordens diziam: "O 3º Regimento de Infantaria deverá levantar-se às duas horas da madrugada, do dia 26 para 27 do corrente e a partir das três da madrugada iniciar a execução do plano anexo por mim rubricado, assinado Luís Carlos Prestes". Segundo esse plano, relembra ainda Prestes, "o 3º Regimento deveria marchar com um flanco sobre o Palácio Guanabara,

residência do presidente da República; outro, em direção ao Palácio do Catete, a sede do governo; e um terceiro para apoiar o Batalhão Naval. No Batalhão Naval, a tropa se deslocaria para tomar o quartel-general do Exército".

O quartel do 3º RI, na Praia Vermelha, compunha-se de dois edifícios principais: o pavilhão central, com dois pavimentos, que se estendia fronteiro à avenida Pasteur, alcançando suas extremidades laterais às faldas da Urca e da Babilônia; e o pavilhão interno, também de dois pavimentos, junto daquele morro. No primeiro estavam aquartelados o 1º e o 2º Batalhões e a 9ª Companhia do 3º; no segundo, o 3º Batalhão e a Companhia de Metralhadores regimental. Nas proximidades da praia, nos fundos do quartel, ao lado da Urca, ficava o cassino dos oficiais; na outra extremidade, em elevação, a enfermaria. Os prédios eram velhas estruturas de madeira e estuque, situados entre dois penhascos de granito. Tinham sido construídos em 1908, para uma exposição comercial. Às duas horas da madrugada, um grupo de jovens oficiais liderados pelos capitães Álvaro de Sousa e Agildo Barata deu início ao levante, prendendo todos os oficiais não envolvidos na rebelião. Quase dois terços dos efetivos eram compostos de recrutas recém-incorporados, que não sabiam ainda atirar, nem conheciam os quadros, "dos quais os mais estimados pela tropa estavam ligados ao movimento".

O movimento de revolta teve início entre duas e meia e três da madrugada do dia 27, conforme a ordem transmitida em um bilhete de Luís Carlos Prestes, Agildo Barata e Álvaro de Sousa, dirigida ao "3º Regimento Popular Revolucionário". No pátio foram deflagrados os primeiros tiros, sendo atacada de início a Companhia de Metralhadoras do 2º Batalhão, comandada pelo capitão Álvaro Fraga, que respondeu à altura da agressão que sofria. Ao lado do morro da Babilônia, no pavilhão central, parte da Companhia de Metralhadoras do 1º Batalhão assestou fogo contra os rebeldes. Desde o início da rebelião, graças a essas duas sub-unidades, o regimento revoltado ficou praticamente encurralado até depois das seis e meia, sem que pudessem descer as companhias de fuzileiros, sem sair dos seus alojamentos as companhias de metralhadoras revoltadas. Cerca de dois terços de 1,7 mil soldados aderiram à revolta. Alguns tenentes revoltados prenderam os oficiais legalistas que permaneciam na galeria do pavilhão central. Uma junta de comando foi organizada em torno de Agildo Barata. Nas companhias de fuzileiros foram presos os comandantes e subalternos, e os comandantes do 1º e 2º Batalhão. Logo no começo da revolta, o major Misael de Mendonça morreu atingido por balas. Ao amanhecer do dia 27 os revoltosos estavam senhores do regimento, salvo a parte central do pavilhão de comando. Vários

oficiais legalistas haviam sido feridos, apesar de dominarem o Regimento, "pois contavam com a quase totalidade da guarnição, em parte explorada pelos chefes rebeldes que davam como causas precípuas do levante a proibição do engajamento de praças e a diminuição dos efetivos do Exército, nenhuma ação externa puderam desenvolver os revoltosos, por isso que, desde o amanhecer, as forças do Governo, notadamente a artilharia, atacavam fortemente o quartel". Os oficiais legalistas, em número de quarenta, permaneceram presos até a rendição no cassino.

Desde a madrugada de 24 de novembro as tropas da 1ª Região Militar estavam de rigorosa prontidão. Na tarde do dia 26, começaram a chegar ao general Eurico Gaspar Dutra, comandante da 1ª Região Militar, informações de que na noite desse dia rebentaria um movimento armado, embora não se soubesse onde. A tentativa de aliciamento por um tenente do 2º Regimento de Infantaria de um oficial do Batalhão de Guardas contribuiu para o desvendamento do plano: o oficial não aderiu e levou o fato ao conhecimento de seu comandante. O general interrompeu e prendeu o oficial. Às 2h50min, da madrugada, Dutra foi avisado por telefone do tiroteio no 3º RI e enviou o Batalhão de Guardas e o 1º Grupo de obuses para a Praia Vermelha. Cerca de uma hora depois de ser aberto fogo contra o 3º RI, foi dada intimação para que se rendesse. Como resposta, Agildo Barata enviou a seguinte mensagem:

"Gen. Dutra:
Comandante da 1ª RM.

Regimento sob nosso comando não se renderá antes vermos governo esfomeador Getúlio derrubado.

Concitamos prezado companheiro salve Brasil ser entregue estrangeiras por Getúlio, Flores e Catervas.

Todo regimento conosco. Esperamos do chefe da 1ª RM união ponto de vista, capaz livrar nossa pátria garras de Getúlio. Movimento não é comunista! Mas nacional, popular, revolucionário, com o mais digno dos nossos companheiros à frente: Luís Carlos Prestes. (a) P.O. Agildo Barata Ribeiro – capitão comandante, do 3º RI Popular revolucionário. Álvaro Francisco de Sousa – capitão comandante do 3º RI."

O general que chefiava a repressão continuava sendo um "companheiro", a rebelião não era comunista e a liderança era tenentista, como no passado. O apelo dos revoltosos não foi atendido. Às 13h,

aproximadamente, os amotinadores foram obrigados a se render na presença do presidente da República. "Metidos em forma e escoltados, foram todos os presos enviados à Casa de Detenção." Melancolicamente, depois da derrota se reconhecerá que "a posição do 3º Regimento, situado num ponto extremo da cidade sem saída, colocava a tarefa de sair imediatamente da cidade; mas isso não foi possível, porque a luta tinha lugar no seio mesmo do regimento, contra as forças do governo e, além do mais, contra as forças de artilharia concentradas na vizinhança". Para atingir o centro do poder, os revolucionários escolheram uma guarnição, entre a montanha e o mar, onde poderiam ser facilmente encurralados.

Enquanto isso ocorria no 3º RI, episódios semelhantes transcorriam na Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos, cujo corpo de alunos, oficiais e soldados dos serviços auxiliares de guarda e manutenção formavam um efetivo de cerca de 1,2 mil homens. Sócrates Gonçalves da Silva dirigia o Pavilhão de Aeronáutica e Motores. Os líderes da revolta ali eram os capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva e os tenentes Benedito de Carvalho e lvan Ramos Ribeiro. Após ampla propaganda da revolução, foi possível formar, entre os alunos da escola – na maioria, cabos do Exército selecionados para o curso de sargentos – aviadores –, um núcleo de revoltosos. O início desta revolta coincidiu, com diferença de poucos minutos, com a do 3º RI. Em vasta área, quase toda aberta, situada entre a estrada Rio-São Paulo, a Estação Deodoro e a Invernada dos Afonsos, está a escola. Vários pavilhões se distribuem a esmo; uns servindo de quartos e alojamentos; outros de oficinas e hangares. Duas estradas lhes dão acesso, ambas situadas à margem da estrada Rio-São Paulo, sendo que uma delas, a mais utilizada, está localizada na embocadura de um caminho que vai ter à enfermaria. Foi essa estrada que, durante a madrugada do dia 27, penetrou na escola o automóvel do capitão Sócrates, conduzindo o capitão Agliberto e os tenentes Benedito de Carvalho e Dinarce Reis. Por um outro portão, entrou o tenente Ivan Ramos Ribeiro, que tentaria sublevar a guarda de serviço.

A prontidão não era rigorosa e geral como no 3º RI, mas parcial e compreendia a Companhia de Guardas, a Extranumerária e a Companhia de Alunos do Curso de Sargentos Aviadores. Todavia, em conseqüência dos acontecimentos em Natal e Recife a vigilância havia sido reforçada do dia 26 para o 27. Subitamente, irromperam tiros e rajadas de metralhadoras. O tenente Osvaldo Braga Ribeiro Mendes "friamente assassinou" o tenente Benedito Lopes Bragança. Os capitães Armando de Souza Mello e Danilo Paladini também foram mortos pelos revoltosos logo no início da insurreição.

O tenente-coronel Eduardo Gomes, comandante do 1º Regimento de Aviação, foi ferido na mão quando repelia um ataque à sua unidade. Mas logo as forças do governo atacaram a aviação e o Grupo Escola começou o bombardeio. Dentro em pouco, os chefes capitulavam e “punham-se em fuga desordenada”.

Terminada a revolta, dois temas foram sempre recorrentes: o dos militares assassinados enquanto dormiam e o da espionagem no interior da conspiração. Dois temas que estão, na sua explicação, intrinsecamente vinculados. Quantos foram esses mortos, quem foram eles, em que condições morreram? Tomando como base a relação de nomes que figura nos sarcófagos existentes em ambas as laterais do monumento aos militares mortos nas três rebeliões, erigido no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, verifica-se um total de 22 mortos, sendo que quatro em Natal e um em Recife. No Rio de Janeiro, portanto, foram dezessete mortos (...)

(...) Apesar das esperanças, as insurreições não conseguiram levantar as populações urbanas ou provocar as greves operárias com que contavam os revoltosos. A repercussão do movimento foi nula. No dia 27 de novembro, ficaram sem resposta os diversos apelos, transmitidos por rádios clandestinas, conclamando os trabalhadores a iniciarem greves. E a conseqüência imediata dos levantes foi a aprovação, no dia 25 de novembro de 1935, dos trinta dias do estado de sítio, que seriam cronicamente renovados nos dois anos seguintes. Vargas serviu-se amplamente do pretexto comunista para se equipar com poderes extraordinários que, esperava ele, o colocariam em boa posição mais tarde, nas eleições presidenciais.

Imediatamente após a decretação do “estado de sítio” em 25 de novembro de 1935, foram detidos centenas de civis acusados de haverem colaborado nas rebeliões. No final de novembro, foram presos os professores da Faculdade de Direito considerados “marxistas”: Leonidas Resende, Hermes Lima, Castro Rebele e Luís Carpenter. Os dirigentes da ANL como Cascardo, Sissón e os líderes das rebeliões como Agildo Barata já estavam presos, mas Luís Carlos Prestes e os assessores internacionais continuavam foragidos. No dia 23 de dezembro houve uma explosão em um aparelho do PCB no Grajaú, no Rio de Janeiro, muito oportunamente ocorrida enquanto o Congresso não havia decidido pela extensão do estado de sítio. O chacareiro espanhol Francisco Romero, que servia de fachada para o aparelho, foi ferido na explosão. Preso, ele foi, juntamente com a mulher e a filha, torturado e interrogado na 3ª Delegacia Auxiliar. O chacareiro identificou a fotografia de Honório de Freitas Guimarães (Martins) e afirmou que este havia

organizado um levante de operários e seria o autor do folheto distribuído naquele dia. Graças a estas indicações e ao estudo de outras informações, no dia 26 a polícia invadiu uma casa na rua Paul Redfern. Ali prendeu Arthur Ewert e sua mulher, que foram identificados por Romero como tendo participado das reuniões no Grajaú. Muitos papéis foram apreendidos. Segundo John W. F. Dulles, a mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, estava na praia quando a polícia entrou na casa da Rua Paul Redfern. Vendo os Berger sendo presos, ela avisou Prestes que morava numa casa na Rua Barão da Torre, também no bairro de Ipanema, no Rio. Era um bairro quase deserto na época, distante dos lugares movimentados da cidade. Pela empregada de Prestes, a polícia chegou à casa do Barão da Torre e lá encontrou uma preciosa quantidade de documentos. A identificação dos pseudônimos levou à prisão, na manhã do dia 13 de janeiro, de Miranda e de sua namorada Elza Fernandes. Miranda morava no mesmo prédio em que vivia o escritor Jorge Amado, prédio vigiado pela polícia porque lá se reuniam vários esquerdistas. Miranda foi torturado durante quatro dias na Polícia Especial e, devido aos espancamentos, perdeu um dos rins. Ghioldi foi preso no dia 25 de janeiro, Leon Vallée e Victor Baron no dia 28, num apartamento da Rua Sã Ferreira, em Copacabana, por meio de uma denúncia recebida por um investigador do DOPS. No dia 27 de janeiro Elza Fernandes foi liberada e logo entrou em contato com membros do PCB que em seguida foram presos. Suspeita de colaboração com a polícia, o secretariado nacional decide pela sua eliminação física.

No final de janeiro, Victor Allan Baron confessou ter levado Prestes até o bairro do Méier. Em março deu mais detalhes sobre a localização da casa. Na Rua Honório, nº 239, os policiais surpreendem, de manhã, Prestes de pijama e Olga. Um grande lote de documentos e cartas é encontrado. Na Polícia Central, Prestes foi identificado por Oswaldo Cordeiro de Farias, seu companheiro de Coluna (sempre a Coluna em várias posições). Em seguida, Baron apareceu morto – “suicídio” – no pátio da repartição policial onde estava preso.

No dia 21 de março, o presidente da República, usando a autorização que o Congresso lhe dera em dezembro, assinou um decreto declarando o “estado de guerra por noventa dias: novos estudos e investigações haviam revelado uma renovação das atividades subversivas, justificando mais medidas enérgicas de prevenção e repressão”. Um outro decreto – aprovado por uma seção permanente do Senado, que estava em recesso – eliminava mais algumas garantias que ainda prevaleciam durante o estado de guerra, como as

imunidades dos parlamentares. O senador Abel Chermont e quatro congressistas – Otávio da Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e João Mangabeira – são presos, sob a acusação de estarem associados aos comunistas. Continuam as prisões e, no dia 10 de maio, é a vez do estudante Carlos Marighela, que foi torturado durante 22 dias. A Câmara Federal concede licença para que sejam processados os parlamentares vinculados à ANL assim como Pedro Ernesto, o prefeito do Distrito Federal.

A repressão desencadeada sob o pretexto de reprimir o comunismo retoma as mesmas práticas da Primeira República e mais especificamente do governo Arthur Bernardes em relação às populações pobres e "perigosas" da cidade. Em um relatório encaminhado ao presidente Getúlio Vargas pelo chefe de polícia, Filinto Müller, está claramente enunciado que foram detidos em profusão "malfeitores contumazes". Como nas limpezas de 1925 e nas denúncias apresentadas perante o Tribunal de Segurança Nacional, as prisões eram determinadas por uma simples *classificação de delito.* Não é a realização do crime, mas a sua expectativa provável fundada na periculosidade construída sobre delitos perpetrados anteriormente. Há ênfase no relatório do chefe de polícia sobre os crimes contra a propriedade, já que a pregação maior (pelo menos na percepção das classes dominantes) dos comunistas seria a abolição da propriedade.

É o currículo do antigo criminoso ou o potencial criminoso de um suspeito que determina a prisão. É o antigo sonho de uma lei penal que prevê e impede que o cidadão pratique o crime. Encontra-se essa teoria em estado puro nas formulações que levaram à implantação, na Alemanha nazista, dos primeiros campos de concentração para criminosos comuns. Não preciso esperar que estes cometessem um novo crime, preconizava Himmler, a polícia se adiantava e os prendia: "Eu assumi de plena consciência a tarefa de encarcerar todos os verdadeiros criminosos, aqueles que haviam cometido três, quatro, cinco ou seis delitos e crimes graves: não era preciso esperar que esses senhores praticassem um novo crime". Filinto Müller demonstrava igual pretensão: "Assim agi a fim de evitar que esses elementos perniciosos fossem aproveitados como instrumentos no momento de confusão, ou se valessem dessa confusão para aumentar suas atividades criminosas invadindo lares, assaltando e depredando". O discurso policial aqui se serve do pretexto da repressão política para profundar uma profilaxia social, bem indicada na argumentação de Himmler: "Em muitos casos, a lei não me autorizava a deter um criminoso que nada havia feito. Esse homem havia cometido quatro infrações no curso das quais ele talvez havia matado duas pessoas, tinha

purgado quinze anos de penitenciária, e a lei me ordenava de aguardar que ele fosse preso mais uma vez em flagrante ou que ele tivesse conseguido o seu intento [...]. Mais tarde houve leis estipulando que os tribunais podiam pronunciar um julgamento contra um criminoso que tivesse cometido certos crimes: ele ficava na prisão muitos anos ainda depois de ter cumprido sua pena. Nos antecipamos a essas leis com os campos de concentração e nós continuamos [agindo assim até hoje]".

Por um lado o chefe de polícia faz um policiamento preventivo por meio da repressão aos criminosos comuns e, por outro, impede qualquer possível recrutamento entre os contingentes criminosos. É evidente que não estava dado que os criminosos se tornariam soldados da revolução. A ligação entre o crime e a revolução decorre da concepção que se tem do crime como uma atividade fundamental das classes populares, vistas como perigosas. Este preconceito sempre esteve profundamente arraigado no discurso oficial do poder e das classes dominantes. Criminalidade e revolução também estavam associados na concepção da revolução como algo que pertencia ao "departamento" do crime (como vimos nos discursos sobre os anarquistas e sobre os bolchevistas). A dissidência política é uma desorganização moral: são freqüentes nos discursos as metáforas médicas. Como neste discurso de Vargas: "Ninguém seria capaz de supor que as toxinas da propaganda subversiva houvesse ganho tanto terreno, a ponto de determinarem um movimento de articulação extensa e seriamente ameaçador para a estabilidade das instituições e da ordem pública". O que irá poder justificar intervenções cirúrgicas que extirpem tais "tais tumores". A equalização revolucionários-criminosos comuns não se deve a um decalque de ideologias autoritárias. Tal interpretação empobrece a articulação apontada, que pertence a tradição brasileira. Filinto Müller não fez nenhuma inovação no exercício do poder, pois, desde 1889 pelo menos, o Estado sempre funcionou assim em relação as classes populares. O autoritarismo e o estado de exceção favoreceram essas práticas tanto ao governo Arthur Bernardes quanto ao Estado Novo. A polícia brasileira não precisava recorrer a doutrinas estrangeiras para justificar essas iniciativas de puro arbítrio.

Durante a repressão desencadeada após a revolta de 1935 foram presas cerca de 6 mil pessoas. Segundo o relatório do chefe de polícia, de 27 de novembro de 1935 a 31 de maio de 1936, foram detidas no Distrito Federal 7.056 pessoas (inclusive aquelas transferidas de outros estados pelas autoridades militares); no mesmo período, foram postas em liberdade 6.052 pessoas – em média, 333 indivíduos por mês, ou onze por dia. Não fica claro

se os criminosos comuns foram incluídos nestas cifras. Todavia, o relatório do chefe de polícia deixa entender que os presos comuns eram mais numerosos que os políticos: "A fim de não causar um choque muito grande com a liberdade em massa de todos os detidos nessa última condição, resolveu libertá-los parceladamente, à proporção que terminava o exame feito à luz do prontuário de cada um deles. Assim procedendo, pôs em liberdade, no correr do presente ano, até 31 de maio último, 650 presos políticos e 1.035 malfeitores reincidentes. Em 31 de maio estavam presos nos presídios desta capital, não submetidos a processo, menos de *duas dezenas de detidos políticos e 301 elementos nocivos contumazes, destes justamente os mais perigosos constituindo a fina flor da criminalidade carioca, em médias com mais de cinqüenta entradas na polícia"*. É a mesma linguagem da remessa de indesejáveis em 1924.

Há outra menção a presos comuns, no relatório do chefe de polícia, quando este informa que o novo ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, queria soltar mais presos: "Consultou-me sobre a possibilidade de aumentá-lo com um número maior de *presos de classe de malfeitores contumazes, réus de crimes comuns.* De acordo com esse desejo do ministro, fiz organizar uma relação desses últimos presos detidos em virtude de diligências efetuadas pela Diretoria Geral de Investigações, a cargo do ilustre Cezar Garcez". E, em conseqüência, "no mesmo dia [18 de junho] foram todos postos em liberdade, inclusive 149 malfeitores contumazes, quase todos *ladrões, assaltantes e arrombadores, altamente perigosos",* o que permitia concluir que pelo menos foram presos 1.336 criminosos comuns no período de 27 de novembro de 1935 a 31 de maio de 1937. As prisões receberam jornalistas, advogados, médicos e estudantes, refletindo a composição da ANL. A Casa de Detenção ficou tão cheia que foi preciso transformar em prisão um navio do Lloyd Brasileiro, Pedro I, que havia sido apreendido dos alemães na Primeira Guerra Mundial (e que já serviria de prisão em 1932). O navio ficou ancorado em frente às docas da Glória, com um destróier ao lado e ocupado por um destacamento da Polícia Militar. Por causa dos ventos e das ondas, os navios ficaram ancorados perto da Ilha do Governador. Em uma entrevista, o juiz Frederico de Barros Barreto afirmou que havia já tomado o testemunho de quatrocentos prisioneiros no navio e na Casa de Detenção, os quais foram transferidos, juntamente com outros suspeitos de envolvimento na rebelião, para a Colônia Correcional de Dois Rios, na ilha Grande, obrigados a trabalho forçado, como descreveu Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere.*

Menos de um mês depois da revolta militar-comunista, a 18 de dezembro de 1935, o Senado aprovava uma emenda constitucional – oportunamente apresentada no dia 25 de novembro de 1935 em plena rebelião no Recife – que abria um caminho legal para o estado da exceção. Segundo a emenda, o Congresso Nacional poderia autorizar o presidente a declarar um "estado de grave comoção interna", idêntico em todos os aspectos ao estado de guerra (artigo 161, da Constituição de 1934), no qual todas as garantias constitucionais eram suspensas. Por meio dessa emenda constitucional, que somente foi contestada por uma pequena minoria de congressistas, Vargas obteve poderes quase ditatoriais mediante de uma autorização legal que, nas palavras de Karl Loewenstein, "serviu no Brasil, como em qualquer lugar quando o governo está pretendendo escapar do controle parlamentar, como veículo para derrubar o governo constitucional".

Na mensagem que dirigiu aos brasileiros nos primeiros minutos de 1936, o presidente Getúlio Vargas reconheceu essa colaboração do Legislativo para o fortalecimento de suas funções, declarando que o "Poder Legislativo colocou-se à altura das responsabilidades do momento, demonstrando que a estrutura democrática do regime possui flexibilidade bastante para sobrepor-se aos assaltos do extremismo subversivo e demolidor". O governo também foi autorizado a demitir funcionários, civis e militares, suspeitos de subversão. Essa notável providência "preventiva e de saneamento" também foi explicada: "Esta obra deve começar dentro da própria administração pública, pelo afastamento de todos os que, exercendo funções remuneradas do Estado, servem ao credo comunista, pregando-o, protegendo-o, abalando, ao mesmo tempo, o princípio de autoridade e enfraquecendo sua ascendência disciplinadora". No dia 9 de janeiro de 1936, dando prosseguimento a essa obra saneadora, o ministro da Justiça, Vicente Rao, anunciou a formação de uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Um almirante chefiava a comissão, mas seu diretor era o deputado Adalberto Corrêa, que se dedicou à tarefa com imenso afinco. Getúlio Vargas se preocupava com o "saneamento do ambiente". Menos de dez dias depois de baixado o decreto que criava aquela comissão, são elaboradas instruções complementares. O principal objetivo era a depuração do aparelho do Estado, podendo a comissão "propor o afastamento provisório dos respectivos cargos ou funções, de quaisquer funcionários civis ou militares, da União ou do Distrito Federal, bem como sua prisão ou detenção", mas sua ação não se limitava aos funcionários; podia propor igualmente "a prisão ou detenção de qualquer pessoa cuja atividade seja reputada prejudicial às instituições políticas e sociais". Preocupava-se

também em "evitar a propaganda de idéias subversivas pela imprensa ou, de modo geral, pela palavra, ou por meio de publicações de qualquer natureza e requisitar a apreensão e destruição das edições ou publicações". A pretensão era "organizar, quanto antes, um plano tendente a uniformizar, em todo o país, as medidas de repressão ao comunismo".

Numerosas denúncias de torturas e perseguições encaminhadas à Câmara dos Deputados nesse período foram comprovadas depois pela pesquisa histórica.

Confrontando com a tarefa de julgar todos esses prisioneiros, o Estado criou, em 11 de setembro de 1936, um tribunal especial para o julgamento de "crimes políticos", o Tribunal de Segurança Nacional, um órgão da Justiça Militar durante o estado de guerra ou de "comoção interna". Retrospectivamente, constata-se que, mesmo que a Constituição republicana de 1891 não permitisse o julgamento militar dos dissidentes políticos, o Estado sempre se preocupou em transferir a competência da jurisdição civil comum para outros órgãos. Na Primeira República, a competência do julgamento dos crimes políticos foi transferida da esfera do júri popular para a dos juizes singulares. Desse, modo, os dissidentes das revoluções "tenentistas" de 1922, 1924 e outras, foram julgados por juizados federais com sede nas referidas cidades. Depois da revolta de 1935, cresceu a convicção de que somente a Justiça Militar garantiria punição exemplar dos comunistas, civis e militares, que tivessem participado daquele movimento, como lembra Sobral Pinto. O Tribunal de Segurança Nacional funcionou, inicialmente, como parte integrante da Justiça Militar, na categoria de órgão da primeira instância, até dezembro de 1937. Depois do golpe de Estado de novembro de 1937, que instaura o Estado Novo, foi elevado à categoria de Tribunal de Exceção encarregado da proteção do regime. Muitos dos princípios que regiam seu funcionamento caracterizavam o Tribunal de Segurança como uma corte judiciária posta em funcionamento para lidar com os inimigos do regime. Seus juizes decidiam por "livre convicção". Na prática, isso significava que eles tinham a faculdade de escolher as provas que quisessem e de interpretá-las como mais lhes parecesse conveniente. Uma outra característica do tribunal era poder dispensar o comparecimento pessoal do acusado ao julgamento por "razões de ordem pública ou de segurança". O que fazia com que o procedimento do tribunal, especialmente em sua primeira fase, mais expeditiva e imediatista, logo depois da insurreição de 1935 fosse uma sucessão de relatório, sessão secreta, sentença, sem debates.

Desde sua instalação em setembro de 1936 até dezembro de 1940, o tribunal examinou 1.358 casos envolvendo 9.900 pessoas. Esse período envolve a repressão aos comunistas em 1935 e 1936, assim como a revolta integralista de 1938 e a repressão durante o Estado Novo:

Período	**Casos**	**Pessoas acusadas**
set. 1936-31/12/1937	442	4.720
1/1/1938-31/12/1938	248	2.483
1/1/1939- 1/12/1939	304	1.314
1/1/1940-31/12/1940	544	1.392
	1.538	9.909

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional. *Relatório dos trabalhos realizados*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 1939, 1940, 1941, apud Loewenstein, *Brazil under Vargas.*

No dia 7 de maio de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional proferiu os veredictos em sessão solene. Agliberto Vieira de Azevedo, julgado culpado da morte do tenente Benedito Bragança, recebeu a mais longa sentença: 27 anos e seis meses. Luís Carlos Prestes foi condenado a dezesseis anos e seis meses, Arthur Ewert a treze anos e quatro meses, Agildo Barata a dez anos e outros militares a penas entre dez e quatro anos. Os dirigentes da ANL receberam alguns meses de pena. No dia 12 de setembro o Tribunal Superior Militar revia as sentenças. Pedro Ernesto foi absolvido por unanimidade. Nenhum dos outros líderes dos levantes foi absolvido, mas alguns dos oficiais militares tiveram suas sentenças reduzidas. "Não resta mais dúvida sobre as origens do movimento, pois que, dirigindo a intentona comunista, foram presos aqui três membros do *Comintern*, três generais do comunismo moscovita, comandando brasileiros, impatrioticamente com eles acumpliciados", proferiu o ditador Getúlio Vargas na romaria aos túmulos das vítimas do comunismo, em 22 de setembro de 1937. A sorte dos três "generais" fala eloqüentemente pela repressão do Estado Novo, para cuja instalação a insurreição fracassada foi tão oportuna como pretexto. Ghioldi, preso. Victor Allan Baron, assassinado pela polícia sob dissimulação de suicídio. Arthur Ewert, em razão das torturas e sevícias durante sua prisão, ao ser libertado estará sem o uso da razão. Olga Benário, deportada pelo governo brasileiro para a Alemanha nazista, morrerá assassinada no campo de concentração de Ravensbruck. Luís Carlos Prestes permanecerá preso até 1945. Libertado com a anistia, voltará a liderar os comunistas brasileiros.

LUTA FOI CONTRA ESTADO UNITÁRIO. CAMARGO, Aspásia in *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1992

Passados os traumas que cercaram este importante episódio é possível avaliar sua dimensão com o mesmo distanciamento que devemos guardar para a Era Vargas, da qual a Revolução Paulista não se dissocia. É este distanciamento que permite extrair do evento lições para o futuro da democracia brasileira. A Revolução de 1932 foi a última das manifestações contra o poder central, ocorrida como prolongamento mitigado das revoltas do século XIX, de cunho regionalista e separatista. Resultou dos confrontos que opuseram uma revolução centralizadora e reformista, dominada pelos militares e o positivismo gaúcho, ao federalismo democrático sob influência das oligarquias e do constitucionalismo. Infelizmente, esse, confronto se origina de uma oposição perversa que nos acompanharia durante muito tempo: ter de permanentemente optar entre democracia social e democracia liberal.

Para os seguidores de Vargas a democracia formal era um engodo tão grande quanto o liberalismo. Para as oligarquias paulistas a democracia social era questão de polícia. Neste desencontro fatal engendrou-se o populismo e, o udenismo. Diante deles tivemos de nos acomodar a dois males, os regimes de exceção e as democracias de fachada, que nos fizeram perder cinco décadas. Estas cinco décadas deram ao Brasil crescimento econômico sem precedente, mas foram incapazes de oferecer melhor solução para os problemas sociais; e desestabilizaram a ordem constitucional e instituições políticas. Tivemos nesse período duas longas ditaduras, diversas Constituições de nenhuma utilidade, golpes, deposições, renúncias. Ao final, podemos perguntar se não teria sido mais simples tentar, desde o início, conciliar as duas coisas, a justiça social e o Estado de Direito, e se, tivesse a revolta sido vitoriosa, estaríamos ou não mais perto deste desfecho feliz.

Os antecedentes nos levam a reconhecer a importância que teve a revolta como manifestação de uma crise de identidade na política paulista. E como ponto de mutação da federação. Depois de um ciclo de renovação e crescimento, provocado pela euforia do café, impacto das imigrações e Semana de Arte Moderna, o final da década de 1920 foi, para São Paulo, portador de más notícias. A grave crise econômica acentuou a dependência de São Paulo ao governo federal, debilitando-o diante dos demais estados. Tal situação estimulou alianças regionais que substituíssem a política do "café-com-leite". O impasse acabou por dividir também as elites paulistas. Um segmento mais auto-suficiente desejava garantir praticamente sozinho, e

a qualquer preço, a continuidade do poder federal com a substituição de Washington Luís por Júlio Prestes, mesmo ferindo a regra de parceria da velha federação oligárquica. A imposição do candidato paulista em 1930 provocou o isolamento de São Paulo e estimulou a dissidência comandada por Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O isolamento inicial, que se deve à inabilidade política de Washington Luís, explica por que, adiante, a revolta não conseguiu nem mesmo a cumplicidade do Rio Grande do Sul e Minas, dois aliados esperados, os mesmos que haviam comandado a dissidência em 1930.

Outro grupo, politicamente renovador, tendo à frente o Partido Democrático, participou da dissidência e da Aliança Liberal, somando esforços com o Partido Libertador de Assis Brasil no RS. Ambos partilhavam crenças a respeito do fortalecimento da ordem Jurídica e ampliação dos direitos democráticos segundo o lema “Representação e Justiça”. Mas o projeto foi sustentado pelos rumos que tomou a Revolução. O processo que conduziu Getúlio ao poder começou como disputa oligárquica, afirmou-se em campanha como ideário liberal e compromisso com as massas para, em sua etapa final, derrotado nas urnas, transformar-se em sedição armada sob o comando dos tenentes. Foram, de fato, os militares que encerraram o ciclo civil dos governos oligárquicos e tomaram o poder em outubro de 1930. Este desvio de rota devolve São Paulo ao centro dos acontecimentos. Não como o poderoso aliado que o Partido Democrático poderia ter sido mas como réu e representante das oligarquias a serem abatidas pelos militares, por um Estado forte e reformas sociais. Tudo indica que, quando os tenentes assumem a direção estratégica do movimento revolucionário, estava selado o cerco a São Paulo e o destino da velha Federação.

Mas ninguém poderia imaginar que o confronto com os tenentes seria tão radical. E que já estaria decidido no trem que trouxe os revolucionários do sul para a capital. Com a mesma desenvoltura com que gaúchos amarraram seus cavalos no obelisco da Cinelândia impuseram ao mais rico estado da federação um interventor militar de baixa patente e poucos méritos. A Revolução de 1932 em realidade começou quando, no final de novembro, foi substituído no governo do estado o general Hastínfilo de Moura, comandante da 2a. Região, pelo tenente João Alberto. Ao preterir o Dr. Francisco Morato, do Partido Democrático, Vargas deu o “grito de guerra” provocando a demissão do primeiro secretariado civil e paulista. Acirrando os conflitos entre paulistas e forasteiros, civis e militares, o ato gerou um ciclo de interventores alternadamente militares e civis cujas gestões foram marcadas pela instabilidade. Ao contrário de Minas

e Rio Grande, onde as oligarquias permaneceram protegidas pela participação de seus estados na Revolução, em São Paulo interventores militares se intercalaram a civis indecisos, que tentavam negociar duas soluções para a crise: autonomia política do Estado e nova Constituição.

Quando em início de janeiro de 1932 pareceu evidente que nenhuma das reivindicações iria ocorrer exacerbaram-se os ânimos paulistas e as pressões sobre Vargas que cede a legalistas e tenentes. Nesses entreveros podemos contar inúmeros episódios: empastelamento do *Diário Carioca* pelos tenentes, demissão do primeiro escalão gaúcho, os ministros Lindolfo Collor e Maurício Cardoso, além de João Neves e Batista Luzardo. O PD rompe, afinal, com o Governo Provisório e organiza com o PRP a Frente Única Paulista. Iniciam-se movimentos de massa em janeiro e fevereiro, culminando com a criação da Liga Pró-Constituinte e as comemorações na Praça da Sé em 24 de fevereiro. É a "união sagrada dos paulistas" que há de explicar a assinatura do Código Eleitoral por Vargas naquele mesmo 24 de fevereiro, instado por Maurício Cardoso. No dia 3 de março, um civil paulista, Pedro de Toledo, substitui o general Manuel Rabelo na interventoria. Finalmente, no dia 14 de maio de 1932, Vargas assina o Decreto nº 21.402 criando uma comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição e, marcando eleições para maio de 1933. Que o movimento constitucionalista de São Paulo tenha sido o principal responsável por essas medidas não resta dúvida. Quando as elites paulistas passaram a se preocupar menos com seus problemas internos (interventor e secretariado) e mais com a causa democrática as adesões cresceram, forçando o Governo Federal a disciplinar os tenentes. Causa espécie que conquistas tão significativas não tenham provocado o recuo do movimento armado. Os tenentes alegaram inclusive que Vargas cumpriu seus compromissos convocando a Constituinte e que a Revolução de 1932 foi um gesto precipitado e inútil pois não interferiu na agenda.

A explicação plausível é a falta de credibilidade do Governo Vargas nas hostes paulistas no que diz respeito aos compromissos constitucionais. A velha guarda da República Velha apóia o movimento paulista: Borges de Medeiros, Assis Brasil, Artur Bernardes. Também se manifesta favoravelmente a Ala Jovem da oligarquia – Flores da Cunha, Raul Pilla, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves e Luzardo. Todos viam com desconfiança a influência dos tenentes sobre Vargas, sempre buscando adiar as eleições e interferir na composição do governo dos Estados. São Paulo era apenas o exemplo mais grave da interferência. Outra interpretação possível: os conflitos são movidos por uma lógica própria, e quando submetidos a excessivos embates as possibilidades de negociação cessam.

Apesar das memoráveis adesões de mulheres, estudantes, universitários, a Revolução de 1932 resultou em fracasso militar. Não recebeu as adesões esperadas dos estados. Não conseguiu realizar a idealizada Revolução Branca. Mas suas conseqüências políticas nos permitem concluir que confrontos podem ser necessários porque exercem a função de eliminar atores e conflitos. O Brasil depois de 1932 já não seria o mesmo. São Paulo deixou de ser “presa de guerra” nas mãos dos forasteiros e os reclamos de Bertoldo Klinger, Isidoro Dias Lopes e Euclides Figueiredo foram atendidos: acabou-se o “militarismo subalterno” e o Exército recuperou a hierarquia. Quem melhor aprendeu a lição foi Vargas, que viu no episódio a comprovação de que seria impossível instaurar no Brasil o estado unitário, alheio à tradição federalista. Ficaram definidos os limites possíveis da influência regional e oligárquica, De 1932 resultou ainda a convicção de que os estados deveriam representar, mesmo sob o controle central, papel decisivo no pacto nacional, corporativo, desenvolvimentista em curso. Daí por diante as unidades federadas seriam tratadas como peças decisivas do jogo político, capazes de evitar um golpe de caserna e produzir um “golpe de mestre”. Como o de 1937.

São Paulo recuperou sua luz dentro da federação. Não da maneira que esperava, pela representação política, tantas vezes frustrada – com Júlio Prestes em 1930 e Armando de Sales em 1937; no governo incompleto de Jânio Quadros em 1960 e nas eleições de 1989, com tão expressiva safra de candidatos paulistas. A ordem híbrida criada pela Constituição de 1934 a ninguém pareceu satisfatória. Aos poucos Vargas vai ocupando os estados e preparando o golpe: com Benedito Valadares penetra em Minas, em 1933. Ao depor Pedro Ernesto, ocupa o Distrito Federal em 1936. Ajuda Nereu Ramos em Santa Catarina e nomeia Amaral Peixoto no Rio. Esvazia a campanha de Armando Sales e José Américo acusando-os de estimular confrontos Norte-Sul. Em outubro de 1937, finalmente São Paulo seria vingado contra o “traidor” Flores da Cunha que lhe faltara à última hora em 1932 e representava a última resistência civil ao golpe. Mas, como São Paulo cinco anos antes, não encontrou defensores.

Em 1932, a federação democrática estava ainda próxima demais das práticas da República Velha, que só poderiam ser aperfeiçoadas dentro dos limites da hierarquia social da época. Estas práticas pareciam inapropriadas à construção de uma nação moderna. Hoje podemos sonhar com um Brasil descentralizado que concilie federalismo com cidadania e eqüidade. E que consiga debelar a crise do estado unitário pelo dinamismo de suas unidades, pela divisão justa dos impostos, da representação política e dos resultados do trabalho.

Bibliografia básica:

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989 (cap. III). O livro é hoje uma referência obrigatória para o estudo do período que se estende de 1930 a 1964. A análise de Weffort sobre o caráter das novas relações de poder estabelecidas a partir da Revolução de 1930, com a formulação do conceito de Estado de Compromisso para descrevê-las, tem sido utilizada pela maioria dos autores que se dedicam ao período. O caráter analítico do livro impõe, entretanto, que o leitor esteja familiarizado com os acontecimentos que aborda, tornando-se obrigatória a leitura prévia de algum manual em que se apresentem os principais eventos do período.

Bibliografia complementar:

Sobre o período de 1930 a 1945: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 (capítulo I)

Sobre o Estado Novo: DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes*. FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 3. Vol. e também SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*. Carlos Guilherme Mota (org.) – *Brasil em perspectiva*. 16. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987

Sobre a Revolta de 1932: CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932. A causa paulista*. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, s/d, Col. *Tudo é história*

Sobre integralismo: TRINDADE, Hélgio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed., São Paulo, Difel, 1979 (terceira parte)

Sobre a Intentona Comunista: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992 (parte V).

2. DEMOCRACIA POPULISTA

O Estado Novo vigorou até 1945, quando Vargas foi obrigado a promover a democratização do país, convocando eleições e permitindo a reorganização partidária. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1942, na condição de aliado dos Estados Unidos contra o fascismo e o nazismo, os movimentos que exigiam o fim da ditadura ganharam peso e foram capazes de impor a reforma do regime. "O emperramento burocrático e as dissensões não canalizadas institucionalmente, processos característicos de sistemas autoritários, começaram a gerar uma crise institucional que se iria combinar (...) com a oposição internacional entre as democracias liberais e o fascismo, emprestando força talvez inesperada à oposição interna que se aglutinava na futura UDN"[10]. Em 1943 latifundiários e empresários mineiros lançavam o Manifesto dos Mineiros, reivindicando a democratização do país. No ano seguinte setores de oposição fundavam a União Democrática Nacional (UDN) e lançavam o Brigadeiro Eduardo Gomes candidato à presidência da República. Em janeiro de 1945 o I Congresso Brasileiro de Escritores divulgava manifesto em favor das liberdades democráticas.

O órgão que durante o Estado Novo fora responsável pela censura aos meios de comunicação, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), não conseguia mais controlar a onda de manifestações contra a ditadura. Em fevereiro de 1945 *o Correio da Manhã* publicava uma entrevista de José Américo de Almeida, concedida a Carlos Lacerda, em que eram explícitos os ataques ao regime. Também setores militares afastavam-se de Vargas e articulavam-se em torno da bandeira democrática.

Preparando a abertura política, que considerava inevitável, Getúlio coordenou a organização de dois partidos, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que congregavam as forças a ele aliadas. Essas duas agremiações, juntamente com a UDN, dominariam o cenário político nacional durante todo o período que se estende até o golpe militar de 1964. O PSD incorporava os antigos interventores estaduais nomeados por Vargas, juntamente com as oligarquias rurais e as lideranças industriais que defendiam a intervenção estatal como único caminho para o desenvolvimento econômico. O PTB, por sua vez, compunha-se da burocracia

[10] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 110.

sindical ligada ao trabalhismo e tinha sua principal inserção nas camadas populares urbanas. Já a UDN "reunia os elementos antigetulistas: antigos liberais constitucionais, como Armando de Salles, Júlio de Mesquita Filho; proprietários de uma cadeia de jornais como Assis Chateaubriand, o dono do *Correio da Manhã,* Paulo Bittencourt, e a burguesia comercial urbana, ligada aos interesses exportadores e importadores, prejudicados em seus lucros pelo intervencionismo econômico do Estado Novo. (...) A ideologia da UDN, politicamente liberal, no plano econômico se manifestava também liberal, reivindicando a liquidação do protecionismo, identificado como causa principal do aumento de preços"[11].

Em maio de 1945 era promulgado decreto que convocava eleições para a presidência da República e para a Assembléia Constituinte, a serem realizadas em dezembro do mesmo ano. Vargas acalentava ainda a possibilidade de permanecer no governo, mas suas tentativas nesse sentido foram frustradas por um golpe militar desferido em outubro, assumindo a presidência, em caráter provisório, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Realizadas as eleições, venceu o candidato getulista, general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), lançado por uma coligação entre PSD e PTB. O PSD beneficiava-se de uma poderosa máquina eleitoral, montada ainda sob a ditadura de Vargas, que lhe permitiu uma vitória avassaladora. Além de eleger o novo presidente, o PSD obteve 54% das cadeiras do Congresso.

O período democrático que se inaugurava em 1946, com a posse de Dutra, constituía assim, em grande medida, uma nova roupagem para as relações de poder que marcaram o regime ditatorial. Alguns elementos foram importantes para garantir um certo grau de continuidade em relação ao Estado Novo, ou melhor, para preservar no poder os mesmos grupos dirigentes: "(a) a absorção, por meio do PSD, das interventorias e bases municipais, e por meio do PTB, das clientelas urbanas sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias; (b) a emergência do getulismo como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal, condensando e dando forma ativa a suportes de massa até então mais ou menos latentes; (c) a garantia antecipada do controle ou pelo menos de um papel decisivo por parte dos remanescentes estadonovistas sobre a primeira legislatura, por meio da manipulação dos instrumentos de legislação eleitoral; (d) inscrição no próprio texto constitucional de vários dispositivos asseguradores dessa mesma continuidade"[12]. Mas sem dúvida, o principal

---

[11] SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*. op. cit., p. 280.

elemento estadonovista presente no período democrático era o populismo a mediar o jogo político.

O novo regime foi marcado por profunda instabilidade política, cuja extensão pode ser avaliada pela dificuldade de vários presidentes em terminar seus mandatos. Vargas, mais uma vez eleito para ocupar a presidência em 1950, suicidou-se em 1954, antes do término de sua gestão, Jânio Quadros (1961) renunciou ao cargo apenas sete meses após sua posse e seu sucessor, João Goulart (1961-1964), foi deposto por um golpe militar em 1964. “Não obstante a similitude com o período anterior, essa é a etapa em que se faz mais claro o enfrentamento das forças sociais dentro do grande compromisso que serve de sustentação ao Estado, e é também a etapa em que esse compromisso entra em crise. Os golpes de Estado se apresentam desde os primeiros anos de democracia como um recurso ao qual a direita ameaça recorrer para reparar sua perda de importância eleitoral e para neutralizar os mecanismos institucionais que abrem passo à pressão popular”[13].

O crescimento do movimento operário ocupava o centro das preocupações dos setores dominantes. Especialmente porque Vargas havia recorrido à mobilização popular para tentar evitar sua saída do poder, no chamado movimento queremista. Além disso, a nova conjuntura internacional favorecia o fortalecimento do PCB, já que a URSS havia sido uma aliada importante na luta contra o nazismo. No pleito de 1945 o PCB conseguira eleger alguns deputados e um senador (Luís Carlos Prestes), tornando-se o quarto partido do país. O número de greves aumentava significativamente, registrando-se, mais de sessenta só nos dois primeiros meses de 1946. “O crescimento do movimento de massas, em especial da luta operária e sindical, faria o governo pender para uma solução repressiva, cujo alvo básico seria o Partido Comunista, considerado – parcialmente de forma verdadeira – como responsável por essa conjuntura”[14]. A repressão foi favorecida pela mudança da conjuntura internacional, com o desenvolvimento da Guerra Fria. Em 1947 o PCB tinha seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral, grande número de sindicatos sofria intervenção governamental e a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) era fechada.

A profunda preocupação com os rumos que tornava o movimento popular tinha por pano de fundo a presença do populismo como principal

---

[12] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. op. cit p. 134.

[13] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. op. cit., p. 76.

[14] ALMEIDA Jr., Antonio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. Bóris Fausto (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, DifeI, 1986, T. III, 3. Vol., p. 242.

elemento da democracia que se instaura em 1946. A ausência de um setor dominante hegemônico e a necessidade do Estado cumprir o papel de árbitro das forças em conflito, com a incorporação das massas populares ao jogo político, eram características surgidas a partir de 1930 e que perduraram durante o regime democrático. Mas a vigência de regras democráticas pressupunha necessariamente uma nova forma de participação popular. “A importância das formas democráticas está em que legalizam, embora de maneira restrita, a possibilidade de que, as insatisfações populares alcancem, com certa autonomia, o poder (...). Desde 1945, o povo pode influir – e efetivamente o faz, ainda que apenas indiretamente, na composição de forças ao nível das elites e em sua renovação. (...) Na interpretação do período que se abre em 1945, é preciso, portanto, não descuidar a importância do sufrágio. Por menos que se queira, esse meio formal e limitado foi decisivo como forma de expressão política das massas populares”[15]. O controle sobre o movimento popular trilha então caminhos mais complexos que a simples repressão típica de um regime ditatorial. Os líderes populistas tornam-se imprescindíveis, por meio deles o Estado mantém relação direta com as massas, na medida que se tornam seus interlocutores e depositários de suas expectativas e, dessa forma, agentes da manipulação dos setores populares.

O populismo não se apresentou de maneira uniforme no período de 1945 a 1964. Cada um dos líderes populistas tinha seu estilo próprio e sua maneira pessoal de se dirigir às massas, mas o cerne da dominação populista permaneceu o mesmo durante todo o período. Getúlio Vargas, em seu segundo mandato, Juscelino Kubistchek (1956-1961), Jânio Quadros e João Goulart, cada um ao seu modo, desempenharam papel fundamental para que os setores populares permanecessem sob a tutela do Estado.

Getúlio Vargas, retornou ao cenário político como candidato à presidência da República em 1950, por uma coligação do PTB com o Partido Social Progressista (PSP), chefiado por outro líder populista, Ademar de Barros, cuja influência restringia-se a São Paulo. Uma vez eleito, Getúlio procurou contemporizar com as duas principais correntes que polarizavam as forças políticas naquele momento, cuja divergência básica dizia respeito aos caminhos a serem adotados para o desenvolvimento do país: de um lado uma política nacionalista de defesa das riquezas nacionais e, de outro, o desenvolvimento articulado ao capital externo.

---

[15] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política Brasileira*. op. cit., p. 18.

Vargas oscilou entre uma e outra alternativa, não apenas na tentativa de contar com o apoio de ambos os lados, mas também porque as próprias contradições de seu governo o impediam de adotar uma das opções que se apresentavam. De um lado, uma política radicalmente nacionalista não poderia ser implementada sem o rompimento com os Estados Unidos, país sob cuja área de influência se encontrava o Brasil. "De outro lado, Getúlio não poderia abandonar aquele que tinha sido uma das tônicas essenciais de sua campanha eleitoral, ou seja, o combate aos grupos monopolísticos externos e a defesa da integridade das riquezas brasileiras. (...) Ao identificar *Estado e povo*, como sugeriam vários de seus discursos pré e pos-eleitoral, Vargas dinamizava, enquanto elemento fundamental de seu comportamento político, o *interesse nacional* e devia se dispor a defendê-lo não apenas retoricamente, mas com atos, sob pena de perder credibilidade política e ver desmoronar-se o trabalho pacientemente urdido desde sua derrubada em 1945"[16]. No entanto, Vargas esbarrava na dificuldade em conciliar forças opostas e contraditórias. A UDN fazia uma oposição acirrada ao seu governo, acusando-o de envolvimento em vários casos de corrupção. Os militares exasperavam-se com a crescente onda de greves. Getúlio havia recorrido às massas urbanas para se eleger, aprofundando assim seus compromissos com os setores populares, o que incomodava os grupos conservadores.

Pressionado à direita, Vargas procurou no apoio sindical e dos trabalhadores a base de sustentação de que necessitava, aprofundando ainda mais a distância dos grupos conservadores. De outro lado, Getúlio enfrentava dificuldades com os trabalhadores, já que adotara uma política desenvolvimentista extremamente inflacionária, gerando um significativo aumento no custo de vida. Tentando contornar esse problema, Vargas concedeu um aumento de 100% no salário-mínimo, que "seria a gota d'água para os oposicionistas de todos os matizes: udenistas, militares, industriais, banqueiros. Ativaram-se as conspirações nos quartéis. Lacerda, das páginas da *Tribuna da Imprensa*, invectivava Vargas. Os empresários tentaram lutar contra o novo salário-mínimo nos tribunais, sendo derrotados. As acusações de corrupção dos auxiliares de Getúlio sucediam-se por meio da imprensa"[17]. O golpe de misericórdia ocorreu em 5 de agosto de 1954, quando Carlos Lacerda sofreu um atentado em que morreu um militar que cuidava de sua segurança, o major Rubens Vaz. Vargas foi acusado de ser o mandante do

---

[16] ALMEIDA Jr., Antonio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. op. cit., p. 249.

[17] Ibidem p. 254.

crime e a campanha contra ele tornou-se avassaladora. No dia 23 Vargas suicidava-se, incapaz de conciliar as demandas dos grupos conservadores e aquelas apresentadas pelos setores populares. Getúlio confrontara-se com as contradições e limites da própria política populista e saíra derrotado.

A democracia populista oscilou entre as diferentes pressões, entre as demandas contraditórias dos diversos setores sociais e essas oscilações conferiram ao regime um alto grau de instabilidade. As freqüentes tentativas golpistas da UDN, a inquietação permanente nos quartéis, o crescente grau de mobilização dos trabalhadores eram manifestações do precário equilíbrio do regime democrático. A única exceção foi talvez o governo de Juscelino Kubitschek.

Após o suicídio de Vargas, seu mandato foi completado pelo vice-presidente Café Filho, por Carlos Luz e Nereu Ramos, sucessivamente. Em 1956 Juscelino Kubitschek, candidato vitorioso nas eleições presidenciais pela coligação PSD-PTB, tomava posse do cargo. A marca de seu governo foi justamente a estabilidade. Único presidente civil, desde 1930, a cumprir integralmente seu mandato[18], JK também enfrentou crises militares e uma intensa mobilização popular, representada não só pela atuação sindical urbana, mas também pela ascensão dos movimentos camponeses. "Esse governo, todavia, deixou a marca da estabilidade política exatamente porque conseguiu *administrar* e superar essas crises. A negociação consistia no principal recurso do governo para enfrentar as freqüentes greves no eixo Rio-São Paulo. (...) As crises militares, igualmente numerosas, foram todas absorvidas no âmbito da disciplina hierárquica"[19]. Identificado como herdeiro político de Getúlio, Juscelino enfrentou também a acirrada oposição da UDN, mas a maioria parlamentar de que dispunha, com o PSD e o PTB, garantia-lhe votações favoráveis no Congresso.

A estabilidade de seu governo deveu-se em grande parte à implementação do Plano de Metas, plano qüinqüenal que apontava cinco áreas prioritárias para o investimento estatal: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Tratava-se de um programa de desenvolvimento, por meio do estímulo ao crescimento industrial, acompanhado de transformações

---

[18] O presidente José Sarney (1985-1989) também cumpriu integralmente seu mandato, mas neste caso tratava-se do vice-presidente, escolhido pelo colégio eleitoral, que apenas tomou posse em virtude da morte do titular, Tancredo Neves.

[19] BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. Angela de Castro Gomes (org.) – *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1991, p. 11.

estruturais na economia. Programa econômico inovador, uma vez que conjugava o nacionalismo varguista e a associação com o capital estrangeiro, em harmonia com *"uma aliança conservadora,* que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional (...). Essa composição de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manutenção da *paz e tranqüilidade* no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente por meio do vice João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho. Para a classe empresarial o Programa de Metas tinha evidentes atrativos. O presidente enfatizava incentivos, e não ordens ou proibições. Isso significava estímulos à inversão privada, legislação favorável à obtenção de financiamentos externos, créditos a longo prazo, baixa taxa de juros e reserva de mercado interno para as produções substitutivas de importações (lembre-se o êxito da indústria automobilística)"[20]. Assim, a estabilidade do governo Juscelino residiu justamente na sua capacidade de superar os dilemas e impasses que caracterizaram o governo Vargas. A conciliação entre setores conservadores e populares, a cooptação dos militares, a implementação de um projeto econômico que conjugava nacionalismo e capital estrangeiro compunham o quadro de pleno êxito da política populista. Contudo, a estabilidade não era institucional e dependia integralmente de arranjos conjunturais. Após o governo JK a instabilidade política se aprofundou e o populismo chegou ao limite de suas possibilidades, levando ao fim do próprio regime democrático.

[20] Ibidem p. 12.

Texto complementar:

SINDICALISMO E CLASSE OPERÁRIA. RODRIGUES, Leôncio Martins in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* 3. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 3. Vol.

O período de 1945-1964: o interregno populista

Do ponto de vista da análise do movimento sindical, a situação criada após a derrubada do Estado Novo, apresenta um aspecto muito peculiar: a coexistência da estrutura sindical corporativa com a democracia representativa. Em outras palavras: no plano político, se restabelece a autonomia e o pluralismo partidário enquanto, no plano das relações profissionais, persiste a unicidade sindical e a subordinação dos sindicatos, ao poder do Estado. Assim, o direito de greve foi assegurado pela Constituição de 1964, mas o Decreto nº 9.070 impôs, numerosas restrições para sua ocorrência limitando as condições em que a paralisação do trabalho poderia ocorrer legalmente[21], e que figurou até julho de 1964, é de 15 de março de 1946, assinado pelo presidente Dutra antes que a nova Constituição entrasse em vigor, em novembro do mesmo ano.

A crescente importância dos sindicatos – a estrutura sindical criada durante o Estado Novo, permaneceu a mesma durante todo o período que estamos examinando. Assim, a ingerência governamental nos assuntos internos dos sindicatos continuou sempre possível, e, a bem dizer, flutuou ao sabor da conjuntura política geral, da orientação dos grupos que controlaram o governo federal de manutenção e da relação de toda a estrutura, persistiu sem que tivesse havido nenhum esforço sério no sentido de sua abolição. Além disso, tampouco se observou durante todos esses anos um movimento de maior amplitude por parte dos dirigentes sindicais, de diferentes tendências ideológicas, o sentido do rompimento dos laços orgânicos que subordinam os sindicatos ao Estado.

[21] Este decreto impunha como condição para a "paralisação do trabalho" que o dissídio coletivo fosse submetido a "conciliação prévia ou à decisão da Justiça". Nas atividades consideradas fundamentais (nos serviços, na lavoura e na pecuária, hospitais e indústrias básicas ou essenciais para a defesa nacional) a greve continua proibida. Além disso, o Ministério do Trabalho, por portaria, poderia incluir outras atividades entre as consideradas "essenciais". Nas atividades acessórias, em não havendo conciliação entre empregados e, empregadores, a "paralisação coletiva do trabalho" poderia ser feita dentro da lei até decisão do Tribunal do Trabalho. Porém, após pronunciamento da Justiça do Trabalho, a greve, passava a ser considerada ilegal.

Entretanto, apesar disso, o período foi marcado por uma crescente influência dos sindicatos na vida política nacional e, de modo geral, pelo fortalecimento do sindicalismo enquanto instituição. Esta afirmação deve ser entendida em termos de comparação com a situação passada, em termos da própria evolução interna do sindicalismo brasileiro.

É certo que, comparando com outras forças políticas nacionais, os sindicatos brasileiros permaneceram em nítida desvantagem. Porém, mesmo assim, levando-se em conta a situação passada, os anos que estão entre 1946 a 1964 mostram, no conjunto, a crescente importância do sindicalismo. Certamente, esta influência foi muito desigual considerando os diferentes setores econômicos e as diferentes regiões do Brasil. De modo geral, pode-se dizer que o aumento da influência dos sindicatos foi maior no nível da política nacional do que no nível do sistema econômico. Especialmente no interior da indústria privada, a influência do movimento sindical esteve longe de corresponder ao crescimento de sua participação na vida governamental e política. Na verdade, considerando-se todo o período, observa-se que o aumento da influência sindical esteve vinculado ao processo mais amplo de crescente participação popular na política nacional, no quadro geral de emergência de outras tendências nacionalistas. O sindicalismo fortaleceu-se, assim, em correspondência com a participação das massas urbanas no sistema político, inserido no interior de um movimento nacional-populista que atingiu seu apogeu no governo Goulart, da qual sindicatos tentaram construir-se como um dos pilares de sustentação.

A influência do movimento sindical

A influência do movimento sindical pode ser medida pela sua capacidade de afetar o sistema de decisão, especialmente naquelas esferas que mais diretamente interessam à classe trabalhadora. Em termos organizatórios a expansão do sindicalismo pode ser medida pelo aumento do número de sindicatos, pelo aumento do número de aderentes e, principalmente, pela proporção de trabalhadores sindicalizados no conjunto da força de trabalho.

Até 1952, em comparação com 1946, o crescimento do sindicato enquanto organização foi muito pequeno. A grande expansão deu-se após 1952 e atingiu seu ponto mais elevado em 1961-1963. De 1947 a 1952, a percentagem de sindicatos de primeiro grau aumentou apenas 17%, enquanto o número de federações passou de 32 em 1947 para 54 em 1952. Também

do ponto de vista do número de associados, a evolução nesse período foi pequena. Em 1947, o número de assalariados filiados a sindicatos era de 797.691. Em 1952, havia baixado para 747.309. Cerca de 40% desses sindicatos estavam concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo (42% da massa de sindicalizados). A partir de 1952, há um novo impulso, com a formação de sindicatos fora do eixo Rio-São Paulo, principalmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Com isso, a proporção de sindicatos paulista e cariocas no conjunto de sindicatos brasileiros baixou para cerca de um quarto. Nesse ano, o total de sindicatos atingiu aproximadamente 1.200.000 trabalhadores. Porém, deve-se notar que muitos dos sindicatos congregam um pequeno número de trabalhadores, sendo que 79% deles têm menos de mil associados. Em 1952, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e dos comerciários da Guanabara, com 71 mil e 53 mil, respectivamente, constituíam os maiores sindicatos do país.[22]

No conjunto, José Albertino Rodrigues estima que cerca de 40% dos trabalhadores estavam sindicalizados na região Sudeste e aproximadamente um terço em todo o Brasil. Por outro lado, Ophélia Rabello, baseando-se em informações prestadas pelos próprios sindicatos, calcula que a proporção de sindicalizados estaria entre 35% e 40%, dos assalariados de São Paulo.[23] Para Miglioli, 47% dos empregados na indústria, em 1957, estariam sindicalizados.[24] P. Schimitter estima que 16,4% dos empregados urbanos estariam, em 1940, formalmente inscritos em sindicatos; em 1950, 17,9% e em 1960, 25,4%.[25] Utilizando outro procedimento (número de trabalhadores que votaram nas eleições sindicais), encontramos 10% dos votantes entre os metalúrgicos e 10% entre os têxteis em 1961, 21 % entre os gráficos e 7% entre os trabalhadores da indústria química e farmacêutica em 1962.[26]

---

[22] Todas essas informações relativas ao número de sindicatos e de sindicalizados foram extraídas do livro de José de Albertino Rodrigues, que apresenta uma das melhores análises da estrutura sindical brasileira. Como adverte o próprio autor, as cifras devem ser aceitas com reservas, dada a propriedade das estatísticas que se baseiam em informações prestadas pelos próprios sindicatos e que, no total, deixam muito a desejar.

[23] RABELLO, Ophélia. *A Rede Sindical Paulista*. São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1965.

[24] MIGLIOLI, Jorge. *Como São Feitas as Greves no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

[25] SCHIMILTER, P. *Interest Confict and Political Change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press. 1971, p. 159.

[26] RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

Todos os dados indicam o constante aumento do número de trabalhadores sindicalizados, além da formação de novos sindicatos[27]. Considerando a situação passada, pode-se falar no aumento da importância do sindicato na sociedade brasileira. Porém, em comparação com outros países, de nível de desenvolvimento econômico equivalente ou inferior ao do Brasil, a influência política e social do sindicalismo brasileiro continuou reduzida.[28] Os sindicatos não conseguiam agrupar uma parte considerável dos trabalhadores e, principalmente, não conseguiram reduzir a dependência face ao Estado. Nestas condições, o avanço da industrialização e da urbanização e o declínio das classes agrárias, embora acrescessem a importância dos sindicatos e da classe operária como força política, fortaleceu mas outros grupos e camadas sociais, tais como os empresários industriais, a alta burocracia estatal, os militares e os diferentes segmentos da *intelligentsia* brasileira (intelectuais, estudantes, profissionais liberais, etc.).

A classe operária e os sindicatos

A maior importância que os sindicatos obtiveram na política nacional esteve, em parte, relacionada à ampliação do número de trabalhadores assalariados, especialmente dos operários das grandes empresas dos novos ramos industriais.

Assim, por exemplo, as fábricas com mais de mil empregados que, em 1950, agruparam aproximadamente 18% da mão-de-obra industrial passaram a empregar 25% em 1960.[29] Este crescimento esteve amplamente localizado em São Paulo. Em 1939, este Estado produziu 40% do valor da transformação industrial do Brasil; em 1965, chegou a 60% do total nacional.[30]

---

[27] As cifras relativas à produção total da mão-de-obra assalariada calculadas em torno dos 30%, parecem excessivas. Se assim fosse, o peso da organização sindical na vida nacional deveria ser notavelmente maior. J. A. Rodrigues assinala que as estatísticas relativas à proporção de trabalhadores sindicalizados tomam como base o número de inscritos que, a rigor, apenas formalmente, poderiam ser considerados sócios do sindicato. A maior parte dos trabalhadores se inscreve no sindicato quando tem um problema grave para resolver (de natureza jurídica ou médica), deixando de cotizá-lo e frenqüentá-lo posteriormente. Porém, nominalmente, continua como sócio do sindicato, o qual raramente atualiza o seu cadastro de associados.

[28] P. Schimitter considera que, tomando-se como critério de cálculo o total da população, a taxa de sindicalização no Brasil é inferior a de Cuba, Venezuela, Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai, México, Peru, Bolívia e Paraguai. P. Schimitter, op. cit, p. 159.

[29] Ver RATTNER, H. *Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo.* São Paulo, FGV, 1972.

[30] Idem.

Ao lado dessas transformações na composição profissional da classe operária, que favorece os trabalhadores industriais das grandes e modernas empresas, prossegue outra mudança importante para a análise das orientações da classe operária no Brasil. Durante todo o período que estamos analisando, não só declinou a proporção dos grupos de trabalhadores estrangeiros no interior da classe operária.[31] Em compensação, continuou o afluxo de trabalhadores originários da agricultura ou filhos de pais lavradores.[32]

Acompanhando tais transformações, a partir de 1946, os antigos grupos de operários qualificados (gráficos, pedreiros, ferroviários, etc.), que estiveram na liderança do movimento sindical anterior a 1930, cederam seu lugar aos trabalhadores das fábricas têxteis e, crescentemente, aos metalúrgicos que, ao lado dos doqueiros e de outros trabalhadores do setor de transporte, passariam a constituir os setores mais ativos e reivindicativos da classe operária brasileira.

O movimento sindical no período populista

Os meses que se seguiram ao fim do Estado Novo assistem ao reaparecimento de uma atividade reivindicativa por parte dos trabalhadores e dos sindicatos que prosseguiu ascendente até meados de 1947, beneficiada

---

[31] A indústria da construção civil ilustra bem a substituição do trabalhador estrangeiro pelo trabalhador nacional. A participação dos estrangeiros sindicalizados baixou de 45% para 8% no período que vai de 1936/40 a 1956/60. Cf. J. A. Rodrigues, op. cit, p. 143.

[32] Em 1963, na pesquisa que realizamos numa indústria automobilística de São Paulo, encontramos 53% de trabalhadores semiqualificados que tinham trabalhado anteriormente na agricultura. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, Brasiliense, 1970. A enorme proporção de operários de origem rural na indústria nacional já havia sido observada por Juarez Brandão Lopes, *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. Embora falte um levantamento mais geral, abrangendo o conjunto da classe operária brasileira, todas as pesquisas parciais e monografias confirmam que parcela ponderável do proletariado industrial brasileiro passou a ser recrutada do meio rural. Este processo continuou intenso mesmo depois de 1964, como sugerem os diferentes estudos. Assim, um minucioso e amplo *survey* da população de baixa renda de dez cidades do Rio Grande do Sul, revelou que 46% dos entrevistados tinham trabalhado na agricultura. Cf. Francisco Ferraz, Helgio Trindade, Judson de Cew e Eduardo Aydos, *Perfil Sócio-Econômico das Populações urbanas de baixa renda no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, UFRGS-PUC, 1975. Em pesquisa com trabalhadores têxteis de juiz de Fora (MG), Maria A. Loyola observou que 41% dos operários vinham do meio rural. Cf. Maria Andréia Loyola, *Os Sindicatos e o PTB*, Rio de Janeiro, Vozes, 1980 (dados colhidos entre, 1965 e 1968). Mais tarde, Carmen Cinira Macedo em monografia sobre famílias de trabalhadores paulistas de uma fábrica de cerâmica encontrou 40% de operários cujo último emprego tinha sido na agricultura. Cf. Carmen Cinira Macedo, *A Reprodução da Desigualdade*, São Paulo, Hucitec, 1979. Outra monografia, desta feita com operárias têxteis de São José dos Campos (SP), revelou que 44% do total dos trabalhadores tinham nascido em área rural. Cf. Jessita Martins Rodrigues, *A Mulher Operária – Um Estado sobre Tecelãs*, São Paulo, Hucitec, 1979.

pelo clima político que se seguiu ao fim da ditadura Vargas, o restabelecimento das garantias democráticas e a ascensão da esquerda em todo mundo.

Organismo de cúpula, destinado a coordenar a atuação de diferentes sindicatos oficiais, o MUT reivindicou a reforma de alguns aspectos da estrutura sindical oficial. Tratava-se, especialmente, de eliminar alguns dispositivos legais que aumentavam a dependência dos sindicatos ante o governo. Porém, o MUT não se orientou no sentido de tentar cortar os vínculos de subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, em parte para não romper com Getúlio Vargas (no momento aliado ao PCB), em parte porque efetivamente não dispunha de força para tentar pôr em prática uma política voltada para a autonomia sindical.[33]

Durante o ano de 1946, aumentou o número de greves e ocorreu uma maior mobilização de parte dos próprios trabalhadores.[34] Porém, esta ampliação da movimentação operária, caracterizada pela ocorrência de greves espontâneas por melhorias salariais não chegou a abalar a estrutura sindical consolidada durante o Estado Novo. De um lado, a burocracia sindical getulista mantinha as principais posições na estrutura sindical brasileira; de outro lado, até o início da “Guerra Fria”, em 1948, os comunistas, que constituíam a única oposição ponderável ao getulismo no meio operário, procuravam evitar uma eventual radicalização das reivindicações e do comportamento operário que pudesse pôr em risco a formação de uma “frente democrática antifascista”.

Em setembro de 1946 teve início o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil (CTB) que, oficialmente, registrou a presença de aproximadamente 2.400 delegados sindicais. Sob a liderança do então deputado comunista João Amazonas, uma corrente influenciada pelo PCB defendia a formação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros[35], que há algum tempo constituía um dos pontos centrais da atividade do MUT. A ala ligada ao Ministério do Trabalho opunha-se à criação

---

[33] WEFFORT, F. considera que “os objetivos centrais do MUT em 1945 eram, em realidade, menos de caráter sindical do que de caráter político”. Francisco Weffort, *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)* in *Estudos Cebrap 4*, São Paulo, abril-maio-junho de 1973, p.83. Uma avaliação alternativa da política do PCB no período encontra-se em Carlos Estevan Martins e Maria Hermínia T. de Almeida: *Modus in Rebus, Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*, São Paulo, s/ d, mimeo. Cf. também do autor, *Sindicato e Democratização*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

[34] MARANHÃO: Ricardo: fazendo um levantamento do número de greves no período, registrou mais de 120 greves ocorridas em 1946; somente em São Paulo, nos dois primeiros meses desse ano, houve mais de 60 greves; em contraposição, em 1947, não teriam ocorrido mais de 17. Cf. Ricardo Maranhão, *Sindicatos, Política e Organização de Base: Brasil, 1945-1950*, São Paulo, s.d. (mimeo).

[35] Provavelmente o exemplo da França, onde os comunistas passaram a ter o controle da CGT após a Libertação, influenciou na escolha do nome.

da GGT brasileira propondo, em troca, a formação de federações regionais ou estaduais mais limitadas. Em minoria, a tendência "ministerialista" abandonou o Congresso e dirigiu-se ao Ministério do Trabalho solicitando e obtendo o encerramento da reunião. A outra corrente optou por prosseguir o Congresso na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, onde decidiu a criação de um organismo de cúpula que deveria congregar os diferentes sindicatos. Em lugar de CGTB optaram pelo nome CTB: Confederação dos Trabalhadores Brasileiros. O grupo ministerialista, por sua vez, obteve do Ministério do Trabalho autorização para a criação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores. Embora a CTB se mostrasse bastante mais ativa, ambas entidades não chegaram efetivamente, a congregar e orientar a massa de sindicatos e de operários. Ambas tiveram vida curta. Em 1947 o PCB foi declarado ilegal; a CTB e as entidades sindicais ligadas a ela foram fechadas. No mesmo período, o governo interveio em 143 sindicatos (num total de 944)[36]. Seguiu-se um período de declínio da atividade sindical que se prolongaria até o começo do governo Vargas, em 1951.

O populismo e a retomada da atividade sindical

A partir do início do governo Vargas (1951), é possível observar o aumento da atividade sindical, revelada não apenas no aumento do número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados, a que já fizemos menção, como também no aumento do número de greves de maior amplitude, de maior duração e envolvendo maior número de trabalhadores de empresas importantes. Três dessas greves, ocorridas em São Paulo, merecem destaque: a greve de 1953, a de 1957 e a de 1963. O primeiro desses movimentos, iniciou-se em fins de março, abrangendo inicialmente têxteis e metalúrgicos e obtendo, em seguida, a adesão dos marceneiros, vidreiros e gráficos. Além da capital, o movimento estendeu-se também a outras cidades do interior e da grande São Paulo como Santos e Sorocaba, especialmente. No auge do movimento estima-se que cerca de 300 mil trabalhadores estiveram envolvidos. O objetivo da greve era a obtenção de um reajustamento salarial. Inicialmente, os sindicatos solicitaram um aumento nominal de 60%, enquanto as empresas oferecem 20%. Finalmente, depois de tentativas de conciliação por parte de diferentes entidades, os grevistas concordaram com a proposta da Justiça do Trabalho de um reajustamento de 32%. Além do grande número de grevistas

[36] Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil*, 1930-45. Oxford University Press, 1967, p. 67.

envolvidos, outro aspecto a salientar nesta greve é a formação da Comissão Intersindical de Greve, que procurou coordenar a comissão de greves das diferentes categorias de trabalhadores. Destinadas inicialmente a servir de coordenação do movimento, portanto de caráter transitório, a Comissão Intersindical de Greve seria o embrião de um organismo mais duradouro, o Pacto de Unidade Intersindical, organismo de cúpula, integrando cerca de quarenta sindicatos paulistas.[37]

O segundo movimento grevista de importância envolveu as mesmas categorias da greve de 1953: metalúrgicos, têxteis, vidreiros, gráficos e trabalhadores da indústria do papel e papelão. No auge do movimento, iniciado em outubro, calcula-se que o número de grevistas chegou a 400 mil. Ao todo, a greve durou aproximadamente dez dias, tendo os sindicatos obtido uma majoração salarial de 25% determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho.[38] Tal Como acontecera com o movimento de 1953, os sindicatos participantes procuraram estabelecer um órgão de cúpula coordenador do movimento. Assim, foi criado o Comitê Intersindical de Greve (CIG), abrangendo as categorias operárias participantes do movimento.

[37] Uma análise da greve de 1953 encontra-se em José Álvaro Moysés, *1953, a Greve dos 300 mil em São Paulo*, Contraponto, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, novembro de 1976 e *Greve de Massa e Crise Política*, São Paulo, Livraria Editora Polis, 1978.

[38] Posteriormente e depois que os trabalhadores haviam retornado ao trabalho, o Supremo Tribunal do Trabalho reduziu o aumento para 18%. CF. Fábio Munhoz, Sindicalismo e Democracia Populista. A Greve de 1957, São Paulo, sd, (mimeo).

Bibliografia básica:

ALMEIDA Jr., Antonio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. Boris Fausto (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1986, T.III, 3. Vol. O texto apresenta os principais acontecimentos do período que se estende da crise da ditadura estadonovista até o suicídio de Vargas em 1954. De maneira sintética, o autor analisa o início do regime democrático com o governo Dutra e, depois, o segundo governo Vargas, tendo em vista os elementos de instabilidade política que o caracterizaram.

BENEVIDES Maria Victoria. *O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. GOMES, Angela de Castro (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. Autora de um importante livro sobre o governo de Juscelino Kubitschek, *O govemo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política* (Paz e Terra, 1979), Maria Victoria Benevides apresenta nesse artigos as principais idéias que desenvolve em seu livro, procurando analisar os fatores de estabilidade do governo de JK e inseri-lo no contexto da democracia populista.

Bibliografia complementar:

Sobre o governo de Café Filho e de Juscelino Kubistchek: MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política 'populista' no Brasil (1954-1964)* in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 3. Vol.

Sobre a estrutura partidária na democracia populista: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

3. ECONOMIA E SOCIEDADE

A partir da década de 1930 o Brasil passou por transformações econômicas e sociais profundas que foram responsáveis pela radical mudança do perfil do país a partir de então. As mais significativas foram, sem dúvida, a industrialização em larga escala e a substituição da mão-de-obra imigrante, nas regiões econômicas mais ativas, notadamente em São Paulo, pelo trabalhador nacional vindo de outras regiões do país, principalmente do Nordeste. Em ambos os casos o Estado desempenhou papel decisivo ao investir nas indústrias de base e promover o enquadramento dos migrantes nordestinos, criando uma teia legislativa e institucional que delimitava claramente seus direitos e, consequentemente, impunha limites às suas reivindicações.

A Revolução de 1930 inaugurou uma nova fase na economia brasileira, em que seu eixo deslocou-se da agricultura exportadora para as atividades industriais. Se no período anterior podia ser detectado um importante crescimento industrial, na década de 1930 o país vivenciou um processo de industrialização efetivo. “A importância da distinção consiste em que um período de simples crescimento industrial, apesar da rápida expansão de algumas indústrias, não acarreta modificações estruturais profundas na economia, enquanto a industrialização, ao contrário, implica em modificações desse tipo, tornando-se a indústria o setor líder do crescimento da economia”[39].

Uma das principais alavancas da industrialização brasileira foi o estrangulamento do mercado externo em decorrência da crise instalada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. “O largo período que transcorreu até a recuperação mundial logo seguido da Segunda Guerra Mundial obrigou a economia do país a voltar-se sobre si mesma desenvolvendo novas atividades produtivas, com apoio em faixas de demanda interna até então atendidas pelas importações. Sob a pressão de uma redução drástica na capacidade para importar iniciou-se, assim, um processo de substituição de importações que se manteve até a época atual levando a um grau de diversificação industrial e a taxas de crescimento bastante mais acentuadas do que as de quase todas as nações latino-americanas”[40]. Nesse processo predominou o Estado intervencionista, considerado único capaz de vencer rapidamente a distância que separava o país das nações industrializadas.

---

[39] DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes*. op. cit., p. 91.

[40] TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 59.

A substituição de importações foi a diretriz básica que orientou a política de desenvolvimento no período. Seu fundamento era a crença de que a viabilidade econômica do Brasil dependia do crescimento e fortalecimento do mercado interno. Era preciso produzir no país os produtos consumidos por sua população. O problema estava em que a implementação dessa nova política teve início já sob a égide do capitalismo monopolista e da Segunda Revolução Industrial, o que significava "que a produção de automóveis ou caminhões, derivados de petróleo ou produtos farmacêuticos, eletrodomésticos ou material de comunicação não poderia ser feita em pequena escala, por empresas familiares, que cresceriam paulatinamente mediante a acumulação de seus próprios lucros. A substituição de importações que se impunha, a partir do anos 30, requeria uma reestruturação em profundidade das relações de produção"[41]. Para a produção de mercadorias eram necessários vultosos investimentos e um mercado de capital que não existia no Brasil, o que inviabilizava a passagem do país para a fase do capitalismo monopolista sob a égide do capital privado nacional. A alternativa adotada foi fazê-lo mediante a intervenção do capital estatal.

Desde o Estado Novo, o governo esforçou-se em investir na indústria de base de forma a garantir a infra-estrutura de que o capitalismo nacional necessitava para expandir-se. Capitalistas e governo tinham uma mesma visão sobre o caminho a ser adotado para industrializar o país. Ambos compartilhavam da crença na "necessidade da interferência estatal como fator de correção de distorções, de organização de disciplina dos mecanismos econômicos, na medida em que a persistência da adoção dos princípios liberais para dirigir a economia do país seria cada vez mais identificada como suporte da ordem tradicional, vale dizer, da primazia dos interesses ligados ao complexo exportador. Haveria ainda coincidência quanto à limitação da ação do Estado às funções de regulamentação e controle da economia, sendo a produção definida como domínio da iniciativa privada, à exceção dos setores ligados à infra-estrutura e à indústria de bens de capital"[42]. A política econômica voltada para a industrialização foi implementada pela primeira vez por Vargas, que deixou como obra emblemática de seu governo a Siderúrgica de Volta Redonda, construída na década de 1940 com capital norte-americano, obtido em troca da entrada do Brasil na Segunda Guerra

[41] SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. Bóris Fausto (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 4. Vol., p. 223.

[42] DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes*. op. cit., p. 92.

Mundial, ao lado dos aliados. No entanto, isso não significa dizer que o novo regime tinha uma política econômica claramente industrialista. A ausência de um setor hegemônico que caracterizou o jogo político no período e a presença de um Estado de Compromisso refletia-se na política econômica adotada. Se o governo investia na indústria, também compunha com as oligarquias agrárias e tinha como uma de suas prioridades a defesa do café, ainda principal fonte de receitas do país.

Foi no governo JK que a política de industrialização chegou ao seu auge. A preocupação básica de investir em infra-estrutura e indústria de base, de modo a garantir o desenvolvimento industrial, se concretizaria no Plano de Metas, por meio do qual o novo presidente prometia cinqüenta anos de desenvolvimento em cinco anos de mandato. Era a política desenvolvimentista que se materializava. Tratava-se de uma "política de investimento que, em continuação à fase dos investimentos pioneiros como Volta Redonda e a Petrobrás, avançou (...) para a eliminação sistemática dos principais pontos de estrangulamento nos setores de infra-estrutura e o financiamento e orientação de outros investimentos de base, por meio de uma agência financeira estatal: o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Essa política foi consubstanciada num programa de metas, que representou a primeira tentativa com certo êxito de planejamento em escala nacional, embora em termos setoriais e com todos os defeitos inerentes à falta de uma visão global e integrada da economia"[43]. O Plano de Metas, implementado a partir de 1956, elegeu cinco setores prioritários de investimento: energia, onde se sobressaía energia elétrica e petróleo; transportes, com ênfase na construção e melhoramentos de ferrovias e rodovias; alimentação, com prioridade para mecanização da agricultura, produção de fertilizantes e construção de armazéns; indústria de base, com investimentos em siderurgia, produção de alumínio, cimento, borracha, celulose e papel, indústria de automóveis, indústria mecânica e de material elétrico pesado; educação, priorizando a formação de pessoal técnico. Ao final do governo a maioria das metas haviam sido atingidas.

Para viabilizar seu Plano de Metas, Juscelino contou com a entrada massiva de capital externo. A partir de seu governo há uma mudança significativa no padrão adotado para industrializar o país. Se no período anterior o capital estatal foi fundamental para financiar a implantação de indústrias, a partir de 1956 o capital multinacional tornou-se o principal agente financiador.

---

[43] TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. op. cit., p. 62.

Além do capital externo, JK utilizou largamente a expansão monetária para financiar déficits orçamentários – decorrentes das altas taxas de investimento sem retorno imediato –, bancar aumentos salariais e estimular as atividades produtivas. Como resultado o governo JK deixou para seus sucessores uma pesada herança de inflação e dívida externa, mas em compensação o país crescera como nunca antes em sua história, vivendo um período de euforia e otimismo.

A industrialização foi acompanhada por outra transformação fundamental nas relações econômicas, sociais e políticas: a entrada em cena do trabalhador nacional. Se o primeiro surto industrial do país, no final do século XIX, havia sido alimentado pelo fluxo de imigração européia que viera substituir o tráfico negreiro para as fazendas de café, a partir da década de 1920 os migrantes nordestinos substituíram paulatinamente os europeus na composição do operariado paulista. As diferenças econômicas entre as diversas regiões brasileiras acentuavam-se cada vez mais com a industrialização do sudeste e o empobrecimento crescente do nordeste. O processo de urbanização, articulado à industrialização, oferecia aos habitantes das regiões mais pobres uma ampla gama de empregos que estimulava a migração interna. A partir da década de 1920 o número de migrantes nacionais superava o de imigrantes europeus. Paralelamente aos estímulos à migração nordestina, a imigração européia decaía em conseqüência das transformações por que passava o continente. Como resultado, o governo de São Paulo deixou de subvencionar a imigração européia em 1927, eliminando o principal esteio desse fluxo de trabalhadores.

Tratava-se de uma transformação com significados mais profundos do que a simples substituição de fonte de mão-de-obra. Pela primeira vez na história do país, os setores mais ricos e ativos da economia eram abastecidos majoritariamente por um fluxo constante e sistemático de trabalhadores nacionais. Por volta de 1930, pela primeira vez, como nota o historiador Luiz Felipe de Alencastro, "o mercado de trabalho se territorializa"[44]. Como conseqüência, o Estado assume nova tarefa em relação ao fornecimento de trabalhadores. Até então seu papel havia se limitado, primeiramente a defender o tráfico negreiro e depois a fornecer o quadro legal e os subsídios para garantir a imigração européia. A partir de 1930, ao Estado caberá a função de manter o controle sobre os trabalhadores e legitimar sua exploração. Não

---

[44] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *A pré-revolução de 30* in *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 18:17-21, set/1987, p. 17.

se tratava mais de escravos ou de estrangeiros e sim de cidadãos brasileiros que se empregavam nas fazendas e nas indústrias, o que refletirá, necessariamente, nas relações entre Estado e trabalhadores. “Enquanto o mercado de trabalho foi predominantemente alimentado pelo tráfico negreiro e pela imigração (...), o poder político encontrava-se em face de trabalhadores mantidos em situação de infracidadania. Nessas condições o discurso ideológico resumia-se praticamente ao diálogo entre as classes dirigentes (a burocracia imperial e republicana) e as classes dominantes, (as oligarquias regionais). A partir do momento que a reprodução ampliada da força de trabalho se territorializa (...), o discurso ideológico não pode mais evoluir intramuros no estreito espaço do poder. Doravante era preciso uma *linha de massa*, uma ideologia que encobrisse o sentido e a orientação do cotidiano, que justificasse as relações complexas unindo dominantes e dominados. Nacionalismo e patriarcalismo fornecerão o esteio ideológico da nova fase do mercado de trabalho brasileiro. A emergência de uma administração federal reforçada, o trabalhismo, o populismo varguista eficazmente propulsado pelo rádio (pela primeira vez todo o povo brasileiro ouve a *voz do dono*) veiculam o nacionalismo”[45]. O Estado passa a desempenhar papel fundamental na organização do trabalho e o faz por meio da criação de um aparato legal e burocrático (legislação trabalhista, criação do Ministério do Trabalho, organização de uma estrutura sindical oficial) que garante para as indústrias um trabalhador barato e domesticado.

A utilização em massa do trabalhador nacional, e portanto ao menos formalmente cidadão, exigia meios mais sofisticados para garantir e legitimar sua exploração. O populismo foi assim não só uma resposta ao vazio de poder que se instaurou em 1930, mas também a fórmula pela qual enquadrou-se o trabalhador nacional, evitando-se que sua capacidade de mobilização e reivindicação transbordasse dos limites considerados aceitáveis pelos capitalistas que os empregavam. “O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano”[46]. Os setores populares em ascensão apresentavam demandas que precisavam ser incorporadas ao jogo político sob pena de

---

[45] Ibidem p. 20.

[46] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. op. cit., p.62.

serem ameaçadas as alianças no poder. A própria origem das camadas populares urbanas determinava a dupla face da moeda populista: de um lado manipulação e, de outro, pressão pelo atendimento de demandas específicas. Oriundos do intenso fluxo migratório que acompanhava o processo de urbanização das primeiras décadas do século, os setores populares tinham como principal contingente indivíduos que buscavam nas cidades ascensão social por meio da ampla oferta de empregos que o crescimento urbano propiciava. Sob esse aspecto tratava-se de um setor vulnerável à manipulação, uma vez que identificava no *status quo* o responsável pela possibilidade de ascensão. Mas integrar as camadas populares urbanas significava também compartilhar das frustrações sociais inerentes a um modelo econômico em que predominava profunda desigualdade na distribuição dos frutos do desenvolvimento. Como resultado, "as classes populares em ascenso servem à legitimação do regime na medida em que pressionam por meio dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do *status quo*"[47]. Ameaça que parecerá cada vez mais concreta para os setores conservadores, na medida que se tornam claros os limites do populismo.

[47] Ibidem p. 163.

Texto complementar:

DEMOCRACIA COM DESENVOLVIMENTO: 1956-1961. ORESNSTEIN, Luiz & SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. (itens 2 e 3) in *A Ordern do Progresso*. ABREU, Marcelo de Paiva (org.). Rio de Janeiro, Campus, 1992

As políticas de desenvolvimento

Se a política cambial foi o instrumento mais importante à disposição do setor público nesse período, todas as outras políticas podem ser enquadradas no que chamaremos de políticas de desenvolvimento. Isso não significa que todas as ações do setor político estivessem guiadas por um plano pré-estabelecido, mas sim que, à exceção das políticas de curto prazo, os objetivos das decisões tinham sempre em mente o desenvolvimento. Em verdade, antes do estabelecimento do Plano de Metas todos os programas anteriores estavam limitados a alguns setores, em geral de infra-estrutura.

O programa da CMBEU frustou-se. Teve, no entanto, conseqüências importantes. A primeira delas foi a recomendação para a criação de um banco de desenvolvimento. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952 com a atribuição, entre outras, de gerar um fundo especial arrecadado pelo setor público, o Fundo de Reaparelhamento Econômico, cujos recursos seriam utilizados na implementação do Programa de Reaparelhamento Econômico, que consistia, basicamente, no conjunto de projetos da CMBEU. Dificuldades quanto à mobilização de recursos externos e domésticos conduziram o BNDE a uma atuação de certa forma tímida, evidenciando-se que todo o programa de investimentos deveria ser revisto. A primeira versão dessa revisão foi procedida pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE, criado em 1953.

O relatório do grupo misto CEPAL-BNDE baseou-se na elaboração de projeções relativas ao desempenho de vários setores econômicos, baseados na evolução recente da economia e na necessidade de acelerar o crescimento econômico. O ponto chave do relatório foi a definição, uma vez mais, de áreas prioritárias de investimento e a determinação de pontos de estrangulamento. O programa não chegou a ser implementado, mas seu mérito está no fato de ter servido de base para o programa econômico seguinte. No início de 1956 foi criado o Conselho de Desenvolvimento,[48] órgão diretamente

[48] Decreto 38.744, de fevereiro de 1956.

subordinado à Presidência da República, encarregado de traçar a estratégia de desenvolvimento para o país. No final do mesmo ano o conselho formulou um plano de desenvolvimento, atacando diversos objetivos e problemas setoriais, o chamado Plano de Metas (PM), "que constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização da história econômica do país" (Lessa, 1981).

O PM era um plano qüinqüenal[49] e a maioria de seus projetos estava baseada nos diagnósticos e definições da CMBEU e dos programas CEPAL/BNDE. Ao contrário dos planos anteriores, no setor público. As áreas de atuação pública e privada ficavam definidas de forma a "... realizar as inversões de capital público em obras de natureza denominada básica ou infra-estrutural e... facilitar estimular as atividades e investimentos privados". Em um plano mais geral, os objetivos eram os de "... elevar o quanto antes o padrão de vida do povo, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social" e também "... observadas as condições no nível interno de emprego, principalmente do capital, e do balanço de pagamentos com o exterior" (Conselho do Desenvolvimento, 1959, p. 14 e 21).

As hipóteses que sustentavam o plano eram as mesmas usadas nas projeções do Grupo CEPAL/BNDE: crescimento anual de 2% na renda per capita; os preços do café declinariam estabilizando-se por volta 1949-1952; a receita de exportação de produtos outros que não café cresceria à taxa anual de 6,2%; o coeficiente de importação seria reduzido de 14% para 10%, supondo-se uma elasticidade-renda da demanda por importação igual a um, a redução de 4% no coeficiente de importação implicaria substituir 30% do total das importações até 1962; a inflação prevista era de 13,5% ao ano (Conselho de Desenvolvimento, 1959, p. 21).

O plano contemplava investimentos de cinco principais áreas: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Além dessas, uma meta autônoma era a construção da nova capital do país, cujos gastos não estavam orçados no plano.

Energia e transportes eram, novamente, as áreas principais de investimento, com 71,3% do total de recursos a cargo quase que integralmente do setor público. Para as indústrias de base previa-se 22,3% da inversão total, a cargo principalmente do setor privado ou do financiamento do mesmo por

---

[49] O lema político da administração federal que tomou posse em 1956 era "50 anos de desenvolvimento em 5".

entidades públicas. As metas de educação (integralmente a cargo do setor público) e alimentação receberiam 6,4% dos recursos, A Tabela 1 resume o programa.

Tabela 1 – Brasil: Plano de Metas. Estimativa do investimento Total 1957 – 1961 (bilhões de Cr$ e milhões de US$)

Produção	Interna	Importação US$	Importação Cr$	Total Cr$	% Cr$
Energia	110,0	862,2	69,0	179, 0	42,4
Transporte	75,3	582,6	46,6	121,9	28,9
Alimentação	4,8	130,9	10,5	15,3	3,6
Ind. Básica	34,6	742,8	59,2	93,8	22, 3
Educação	12,0	—	—	12,0	2,8
Total	**236,7**	**2.318,5**	**185,3**	**422,0**	**100,0**

Fonte: Conselho do Desenvolvimento (1959).

Supondo-se que as revisões do PM estivessem corretas no que diz respeito à taxa de crescimento do produto e da inflação (isto é, 2% da renda per capita mais 3% de crescimento populacional e 13,5% de inflação), o investimento previsto teria representado cerca de 5% do PIB real no período de 1957/1961, um montante apreciável para uma economia cuja taxa de poupança no período havia sido em média de 16%. As principais metas referiam-se a: energia elétrica (elevar a capacidade geradora de 3,2 milhões de Kw em 1955 para 5,2 milhões de Kw em 1960 e iniciar obras que assegurassem um aumento de 3,6 milhões de Kw no período de 1961-1965), carvão (aumentar a produção de 2,1 milhões de toneladas em 1955 para 3,1 milhões de toneladas em 1960, petróleo (aumentar a produção de 6.000 barris/dia em 1960), ferrovias (além do reaparelhamento do material rodante, o plano previa a construção de 3.110 km de linhas sobre um total de 37.000 km), rodovias (construção de 13.000 km rodovias sobre um total de 460.000 km e pavimentação de 5.800 km sobre um total de 23.000 km, de 1955 a 1960), siderurgia (elevar a produção de aço bruto de 1,2 milhões toneladas em 1955 para 2,3 milhões em 1960 e iniciar obras para alcançar 3,5 milhões em 1965), cimento (aumentar a produção de 3,6 milhões de toneladas em 1955 para 5 milhões de toneladas em 1960), indústria automobilística (instalar

a indústria e produzir em 1960 um total de 170.000 veículos com índice de nacionalização de 90% em peso para caminhões e caminhonetes e 95% para automóveis), indústria mecânica e de material elétrico pesado (o plano especificava os subsetores a serem estimulados: material elétrico pesado, máquinas operatrizes, máquinas e equipamentos para indústrias diversas, caldeiras e outros equipamentos pesados). Além dessas, foram fixadas metas menos importantes, incluindo educação e alimentação.

Ao setor público caberia cerca de 50% do desembolso. Os fundos privados contribuiriam com 35% e o restante viria de agências públicas para os programas tanto públicos como privados. Os recursos externos não eram detalhados no plano. No entanto, a previsão feita para a capacidade de importar no período esclarece o que era esperado do exterior. A previsão era de um déficit decrescente no balanço de pagamentos, alcançando-se o equilíbrio em 1961.

Quanto aos instrumentos nos setores de energia e transporte, eram fundos de vinculação orçamentária criados durante a década. Esses fundos administravam recursos oriundos de tributação exclusiva ou não. No plano previa-se que 55% dos Cr$ 113 milhões que seriam gastos pela União proviriam de fundos e dotações de dispêndio vinculado (Conselho do Desenvolvimento, 1959, p. 35). Na ausência de qualquer proposta de reforma tributária, esse gasto significaria, na hipótese de todas as previsões estarem corretas, um déficit orçamentário de aproximadamente 2,2% do PIB. Esse valor parece incompatível com um dos objetivos do plano, qual seja o controle da inflação ao nível de 13,5%, dada a impossibilidade de se financiar esse déficit de outra forma que não a emissão de moeda. Mais ainda, não deve ser esquecido que o plano não contemplava fontes de recursos para a construção da nova capital, que absorveria cerca de 2 a 3% do PIB no período.[50]

Lessa (1981) sugere que a política econômica implícita no plano continha quatro peças básicas: (1) tratamento preferencial para o capital estrangeiro; (2) o financiamento dos gastos públicos e privados por meio da expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário, respectivamente, tendo como conseqüência fortes pressões inflacionárias; (3) a ampliação da participação do setor público na formação de capital; (4) o estímulo à iniciativa privada.

---

[50] As somas invertidas em Brasília diretamente supridas pelo governo federal elevaram-se, incluindo-se todos os investimentos realizados até junho de 1962, 250/300 bilhões de cruzeiros de 1961. Esses dados são de *Gastos Públicos em Brasília* in *Conjuntura Econômica,* dezembro de 1962.

Os estímulos às inversões privadas compreendiam vários aspectos. Em primeiro lugar, as reservas de mercado em benefício de bens produzidos no país eram dadas pela política cambial, principalmente depois da reforma de 1957, e pela lei de similares. Como se viu, esta lei garantia a total exclusão do produto da pauta de importação caso sua produção interna fosse em volume e qualidade suficientes para atender à demanda. Ademais, garantia-se câmbio preferencial para a importação de todo o equipamento destinado a setores prioritários. A indústria automobilística e a indústria naval, por exemplo, situavam-se entre, as metas prioritárias e receberam amplas preferências para importação.

Um segundo, grupo de estímulos à empresa privada, referia-se ao crédito provido pelo BNDE que, juntamente com o Banco do Brasil, supria recursos de longo prazo, juros baixos e pagamentos sujeitos a carência, o que, na conjuntura inflacionária, significava uma taxa real de juros negativa. De 1952 a 1963 o BNDE concedeu Cr$ 64 bilhões de créditos (na forma de empréstimos reembolsáveis) dos quais Cr$ 18 bilhões (28%) para as indústrias básicas. Aproximadamente 10% desse crédito dirigiu-se à indústria automobilística (BNDE, Exposição, 1963). Outro incentivo indireto à expansão do crédito ao setor privado dizia respeito aos constantes déficits de caixa do Tesouro, cujo financiamento por meio da emissão de moeda permitia a expansão contínua do crédito nominal dos bancos privados.

Finalmente outro grande estímulo a empresa privada era a concessão de avais pelo BNDE para empréstimos contratados do exterior. Até 1961 o Banco havia concedido avais no montante de 890 milhões de dólares, dos quais 382 milhões para as indústrias básicas (BNDE, Exposição, 1963).

No período 1957-1961 o PIB cresceu à taxa anual de 8,2%, o que significou uma elevação de 5,1% ao ano da renda per capita. Esse valor é bem superior ao objetivo do plano. A inflação média, no entanto, foi de 22,6%.

As previsões do setor externo foram excessivamente otimistas. As exportações, exceto café, apesar de terem crescido acima de 6,2% parcialmente, estagnaram no período 1958-1960; a taxa de 8,9% deveu-se aos aumentos excepcionais de 1957 e 1961. Os preços do café caíram constantemente a partir de 1955.[51] Como conseqüência, a capacidade para importar ficou bem abaixo, das previsões, apesar de o ingresso de capitais de longo prazo ter superado os valores esperados. O resultado foi a ocorrência

[51] O preço caiu 57 Cents/libra peso em 1955 para 36 cents/libra peso em 1961 (Banco do Brasil, *Relatório*, vários anos).

de fortes déficits no balanço de pagamentos (exceto em 1961), alcançando uma média de US$ 176 milhões em 1957-1961. Outra conseqüência foi a rápida redução do coeficiente de importação que alcançou 7% em 1960.

Os resultados referentes a metas específicas são mostrados na Tabela 2. Pode-se observar que, não obstante alguns resultados estarem bem abaixo do previsto (carvão e ferrovias, que sendo de certa forma complementares, refletiam a opção pelo transporte rodoviário), a maioria alcançou altas percentagens de realização em relação às previsões. O mesmo ocorreu com outras metas secundárias ou não-específicas, em especial a rápida substituição de equipamentos mecânicos e elétricos.

Tabela 2 – Brasil: Plano de Metas: previsão e resultados, 1957-1961:

	Previsão	***Realizado***	***%***
Energia Elétrica (1.000 Kw)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 ton)	1.000	230	23
Petróleo-Produção (1.000 barris/dia)	96	75	76
Petróleo-Refino (1.000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 Km)	3	1	32
Rodovias-Construção (1.000 Km)	13	17	138
Rodovias-Pavimentação (1.000 Km)	5	—	—
Aço (1.000 ton.)	1.100	650	60
Cimento (1.000 ton.)	1.400	870	62
Carros e Caminhões (1.000 unid.)	170	133	78
Nacionalização (carros) (%)	90	75	—
Nacionalização (caminhões) (%)	95	74	—

Fonte: Banco do Brasil, *Relatório e Anuário Estatístico*, vários anos.

Não é fácil proceder-se a uma avaliação final das conseqüências do PM. Sem dúvida representou um impulso extraordinário ao desenvolvimento. A estrutura econômica modificou-se rapidamente com o crescimento do setor industrial, sua modernização e a implantação de novos ramos. As bases para a solução dos problemas de infra-estrutura foram lançadas para atender tanto à demanda imediata como para prever expansões futuras. Os desequilíbrios regionais e sociais foram aprofundados. A construção da nova capital constituiu-se em um dos fatores de êxito do plano, encaminhando a solução para a antiga preocupação de se iniciar a ocupação da faixa não-litorânea do país.

O plano, no entanto, resultou em sérias dificuldades não previsíveis ou controláveis. O que de imediato se percebe na sua elaboração é a total ausência de definição dos mecanismos de financiamento que seriam utilizados para viabilizar um conjunto tão ambicioso de objetivos, com a exceção de declarações triviais inseridas mais para aplacar a crítica de seus opositores do que para configurar, efetivamente, uma diretriz de atuação.[52] Na ausência de um sistema financeiro com dimensão, maturidade e flexibilidade suficientes para captar as poupanças requeridas pelos investimentos propostos, a única solução teria sido a elevação da carga fiscal. Tal solução, supondo possível sua aprovação no Congresso, encontraria fortes resistências por parte dos empresários, que não estavam dispostos a verem seus programas de investimento comprimidos por impostos mais elevados. O esquema financeiro encontrado para a realização do PM – o financiamento inflacionário gerava por meio do aumento de lucros (de empresas privadas e públicas), do aumento da tributação nominal e diferencial e, é claro, da emissão de moeda, o recurso necessário à sua consecução. O elevado crescimento do produto, especialmente da renda urbana, permitia uma transferência de renda na margem, sem que os grupos econômicos perdessem posição absoluta.

Os planos periódicos de estabilização, quando implementados, não foram mais que tentativas de reduzir o ritmo inflacionário a níveis toleráveis (a par do aspecto político de mostrar algum esforço para conter o custo de vida ou mesmo aplacar as críticas do FMI), sem nunca sacrificar o desenvolvimento pela estabilidade. Uma vez iniciado qualquer esquema de retração do crédito, as empresas reagiam protestando contra essas medidas,

---

[52] Por exemplo, a seguinte passagem: "...cumpre levantar os recursos necessários por meio de novas tributações e pela geração e melhor distribuição de maior volume de inversões das poupanças voluntárias de indivíduos e empresas" (Conselho de Desenvolvimento, 1959, pg. 32).

pois eram dependentes do crédito bancário para seu capital de giro. As marchas e contramarchas da política monetária no período do PM não representam mais do que tentativas de compartilhar variáveis muitas vezes antagônicas como crescimento, estabilidade, altos lucros e baixo custo de vida. As tensões geradas nesse processo foram dissolvidas pelo crescimento do produto. Enquanto este se manteve crescendo a níveis elevados foi possível conciliar. A desaceleração do crescimento econômico trouxe consigo a crise política e social que abalou o país a partir do final de 1962.

O papel do setor público

Todos os planos elaborados durante o período colocavam nas mãos do setor público a tarefa de conduzir as obras de infra-estrutura que objetivavam romper os estrangulamentos que tolhiam o processo de industrialização. As origens dessa responsabilidade podem ser encontradas na instalação da primeira usina siderúrgica do país e na luta pelo monopólio estatal do petróleo.

A tendência geral que se acelera na segunda metade dos anos 50, foi a de delegar ao setor público o provimento de insumos básicos (aço e energia, por exemplo) bem como a criação da infra-estrutura básica (transporte, comunicações), vital para o processo de industrialização. Dessa forma, o Estado passou a ter sob o seu controle: produção de aço, por meio das três maiores usinas do país, a CSN, Cosipa e Usiminas; a produção e refino de petróleo por meio da Petrobrás; a produção e exportação de minério de ferro por meio da Companhia Vale do Rio Doce; a produção de soda cáustica por meio da Companhia Nacional de Álcalis; crescente envolvimento na produção de energia elétrica través da CHESF e de Furnas; transporte ferroviário por meio da Rede Ferroviária Federal; navegação de cabotagem por meio do Lloyd Brasileiro e Companhia de Navegação Costeira; controle e construção de novas rodovias por meio do DNER e dos DERs, que gerenciavam o Fundo Rodoviário Nacional. Além de duas atividades tradicionais, o setor público aumentou substancialmente seu controle sobre o crédito, por meio do Banco do Brasil e a comercialização de diversos produtos de exportação tais como café, cacau, pinho, mate, açúcar, borracha e sal, entre outros, por meio de autarquias específicas.[53]

---

[53] Em 1961 o setor público era responsável por 50% do total de aço produzido no país, refinava 76% do petróleo, produzia 17,5% do petróleo consumido e produzia 24% da energia elétrica gerada. *Anuário Estatístico,* 1961.

A crescente intervenção do governo na atividade econômica não encontra grande resistência por parte do setor privado. Em uma pesquisa feita entre empresários em 1963 (Richers, 1963), 72% dos entrevistados concordavam em que as atividades empresariais diretas até então exercidas pelo governo haviam contribuição para o desenvolvimento econômico do país. Essa percentagem baixava para 56% quando se indagava sobre o artigo 146 da Constituição, que dispunha sobre a intervenção da União no domínio econômico e sobre o monopólio de determinados setores industriais e atividades. A pesquisa revela, no entanto, a sempre presente contradição entre os juízos formulados ao nível micro e as avaliações no nível macro. A maioria dos empresários queixava-se dos altos impostos, dos controles excessivos sobre o comércio e da crescente intervenção do Estado em áreas onde talvez a iniciativa privada pudesse florescer. Em resumo, se o Estado tivesse se limitado a desempenhar o seu papel original de fornecedor de energia e transportes baratos, teria obtido o apoio incondicional dos empresários brasileiros.

A participação das receitas totais do governo no PIB permaneceu constante até 1957, em torno de 19-20%, aumentando nos anos centrais do Plano de Metas até 23,2%. A elevação simultânea das cargas bruta e líquida indica tanto o aumento da arrecadação como a maior retenção dos recursos em mão do governo.

Com receitas não vinculadas, o Imposto de Consumo e o Imposto de Renda constituíam-se nas fontes mais substanciais de recursos federais. No entanto, se adicionarmos o Saldo de Ágios e Bonificações ao Imposto de Importação (que incidia sobre as mesmas operações), esse imposto conjunto é o mais importante na arrecadação federal.

A participação do governo no gasto total cresceu de 19,0% em 1952 para 23,7% em 1961. As despesas de pessoal se elevaram a uma taxa anual de 8,1 % no período. Outro fator que eleva constantemente os gastos correntes do governo residia nos auxílios, subvenções e coberturas dos déficits das empresas públicas de transportes. Com exceção do DNER – cujos fundos eram vinculados ao Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, o que lhe conferia autonomia financeira – as empresas ferroviárias, marítimas e aéreas de propriedade do governo federal sobreviviam às custas de ajuda governamental. Essa política visava manter baixos os fretes e as tarifas de transporte, diante de sua importância na composição do custo industrial e do custo de vida. As empresas privadas de transporte, por outro lado (incluindo-se nesse caso as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica), também

eram obrigadas a manter baixos os preços de seus produtos em face da disposição legal que as obrigava a calcular as quotas de amortização dos equipamentos. Dessa forma, a inflação contínua transformava os fundos de depreciação em proporção reduzida dos custos de reposição das empresas, forçando-as a manterem uma alta percentagem de lucros retidos como reservas de reposição disfarçadas.

Tais políticas aumentavam as responsabilidades do governo federal tanto na crescente distribuição de fundos a cada ano para dar apoio financeiro às suas empresas, como no investimento de infra-estrutura em áreas onde o setor privado não podia ser estimulado por causa dos controles de preços. Os recursos mobilizados em favor da política de tarifas baixas alcançavam cerca de 7 e 8% do total das receitas. Em 1961, refletindo o início das operações da RFFSA (que, fundiu todas as ferrovias sob jurisdição federal), essa proporção elevou-se para 13%, aumentando, em termos reais, o montante total de assistência em 55% com relação a 1955.

Dessa forma, as despesas correntes cresceram a altas taxas durante o período, colocando em risco a capacidade de poupança do setor público. Houve aumento da capacidade de poupança nos anos de 1958, 1959 e 1960. Em 1959 as despesas correntes diminuíram sua proporção na receita tanto em função do aumento na arrecadação real como pelo atraso usual do ajustamento dos gastos a tais aumentos. A elevação da receita nesse ano se deveu quase que exclusivamente a um aumento real de 200% na arrecadação dos ágios cambiais e impostos de importação, em conseqüência da reforma tarifária de 1957. O governo federal aumentou sua arrecadação em cerca de 54% reais, o que, dada sua participação na arrecadação geral, implicou aumento de 22,5% no total da receita. Atrasando os gastos correntes em relação à receita (cresceram apenas 7,9% em 1958), dispôs o governo de maiores recursos de investimento, em um período crítico do PM.

As restritas disponibilidades de poupança eram obviamente insuficientes para financiar os requerimentos da formação de capital. É importante observar que durante o período 1956-1961 a formação de capital do governo central (de longe a mais importante) cresceu à taxa anual de mais de 15%, enquanto as empresas públicas aumentavam seus gastos em investimento, em 1960-1961, em mais de 25% ao ano.

Os investimentos se concentravam no setor industrial, especialmente na produção química e mineral, onde se incluíam a produção e refino de petróleo e a extração de minério de ferro. O setor de transportes e comunicações recebeu a maior parte dos investimentos a partir de 1958, em conseqüência

da formação da RFFSA. O ponto central a ser observado quanto à participação do setor público diz respeito não somente aos montantes mas também aos aspectos qualitativos da mesma. De fato, ao exercer uma demanda autônoma de investimento de montante substancial, o setor público estava em condições de sustentar uma demanda efetiva suficientemente alta para manter sob controle o ciclo econômico. Tal evidência sugere que o investimento público se constituía em variável decisiva para a indústria de bens de capital, mantendo um elevado nível de atividade deste setor até o início da crise dos anos 60.

Bibliografia básica:

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento* in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 4. Vol. O texto oferece um painel do processo de industrialização do Brasil, desde 1885 até 1980. De maneira sintética são discutidas as principais características de cada fase, não só do ponto de vista estritamente econômico mas também tendo em vista a conjuntura política.

Bibliografia complementar:

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro, Campus, 1992. (capítulos 3 a 7)

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972 – *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil* – parte II: *O caso do Brasil.*

4. POLÍTICA EXTERNA

A Revolução de 1930 trouxe consigo inevitáveis mudanças na política externa. Mudanças que atendiam não só à nova ordem interna, mas que eram também respostas às transformações que se desenrolavam no plano internacional. A década de 1930 foi marcada pela crise econômica mundial, que eclodiu em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York, e pela desintegração dos antigos sistemas de poder. "A crise econômica desarticulou o sistema capitalista mundial e provocou como resposta dos Estados a adoção de políticas de proteção econômica e conquista de mercados, claramente nacionalistas. A década assistiu então a uma verdadeira guerra comercial na esfera internacional, e até mesmo as potências tradicionalmente liberais não ficaram imunes às tendências da época, procurando defender por todos os meios seus mercados"[54] . Tratava-se de uma época de definições em que novos sistemas de poder estavam em formação enquanto os antigos entravam em decadência. As áreas de influência das antigas potências passaram então a ser objeto de acirrada disputa por países com importância crescente no plano internacional, especialmente Alemanha e Estados Unidos, que ofereciam concessões e vantagens como o objetivo de conquistar novas alianças e solidificar as já existentes.

O governo brasileiro procurou aproveitar as condições extremamente favoráveis para obter acordos benéficos com as duas novas potências, ansiosas por aprofundarem suas relações com o Brasil. Sem se definir por nenhuma delas, Vargas cortejava as duas nações. "Essa indefinição não derivava apenas da ausência de um sistema de poder plenamente consolidado no plano internacional. Derivava também do fato de que na conjuntura política brasileira ocorria uma divisão completa, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão no que dizia respeito à melhor aliança para o país. O mesmo era verdade para os grupos de interesse organizados que conseguiam introduzir suas demandas nas áreas de decisão do Estado. (...) não se tratava de uma trajetória retilínea, mas muito mais um movimento de aproximações alternadas ou simultâneas a um e outro centro, e que tinha como resultado alguns ganhos significativos no plano do comércio exterior e um aumento considerável do poder de, barganha do governo brasileiro nos anos por vir"[55]. Essa fase de política externa independente perdurou até a

---

[54] MOURA, Gerson. *Seminário Internacional* p. 578.

[55] Ibidem p. 580.

década de 1940. A eclosão da Segunda Guerra Mundial, entretanto, impôs ao governo Vargas optar por uma das potências rivais. Em 1942 o Brasil declarava guerra à Alemanha, depois de obter dos Estados Unidos capital e tecnologia para construir a siderúrgica de Volta Redonda. Iniciava-se uma longa fase de alinhamento incondicional à potência norte-americana.

A entrada dos norte-americanos na guerra implicava, para seus estrategistas, na necessidade de "ampliar o que consideravam o círculo de segurança do país, que passou a incluir o conjunto da América do Sul, especialmente a *saliência* do nordeste brasileiro. Assegurar a defesa desse ponto passava a ser matéria vital da segurança norte-americana (leia-se do sistema de poder emergente). A formulação de planos globais de defesa hemisférica exigia, para sua consecução, uma cooperação militar e política em escala continental e, se possível, o alinhamento mais completo das nações latino-americanas à liderança dos Estados Unidos. Para que isso acontecesse, o governo Roosevelt pôs em ação uma ampla ofensiva político-ideológica e econômica para assegurar sua presença no continente"[56]. Não que houvesse qualquer expectativa de que as nações latino-americanas contribuíssem com efetivos militares para os esforços de guerra. Tratava-se de garantir para a potência emergente controle sobre suas áreas de influência, de modo a permitir o confronto com a potência rival sem temer inimigos na própria vizinhança. Na verdade, o que se pretendia era consolidar o novo sistema de poder no momento em que ele enfrentava seu principal concorrente. Para tanto, os Estados Unidos implementaram uma política de cooperação econômica "de caráter bastante conservador, na medida que estimulava velhos padrões de comércio – o interesse americano voltava-se para os materiais estratégicos, cuja produção e exportação os Estados Unidos desejavam maximizar (...). A resposta brasileira entre 1941 e 1944 a esse conjunto de iniciativas americanas consistiu na aceitação da proposta de aliança, mediante um processo de negociação, que procurou maximizar os ganhos políticos e econômicos que ela pudesse oferecer. Esse processo de negociação teve seus pontos altos em algumas decisões cruciais: o rompimento de relações com o Eixo (janeiro/1942), a declaração de guerra à Alemanha e Itália (agosto/1942) e a criação da Força Expedicionária Brasileira (1943/1944)"[57].

A participação direta do Brasil na guerra foi uma decisão interna, que desagradava os próprios norte-americanos. Mas estes acabaram aceitando o

---

[56] Ibidem p. 584.

[57] Ibidem p. 587.

envio de tropas brasileiras para a frente de batalha, fornecendo inclusive armamentos, como condição para obter o que realmente desejavam do Brasil: suprimento de matérias-primas estratégicas, bases aéreas e navais em território brasileiro e apoio às posições assumidas pelos Estados Unidos no plano internacional. A declaração de guerra ao eixo foi resultado não só das pressões norte-americanas e das vantagens por eles oferecidas, mas também da mobilização popular que tomou conta das grandes cidades quando cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães, em agosto de 1942. Antes desse episódio ocorreram várias manifestações exigindo o posicionamento do Brasil contra os nazistas, mas elas eram contrabalançadas pela forte presença no governo de simpatizantes do governo alemão. Com a agressão germânica e a pressão norte-americana, as manifestações populares tornaram-se mais contundentes e massivas, na mesma medida em que os simpatizantes da Alemanha enfraqueciam-se.

Terminada a guerra, o Brasil permaneceu como aliado incondicional dos Estados Unidos. Iniciava-se a era da guerra fria, quando os novos sistemas de poder estavam consolidados e não havia lugar para uma política externa independente, como aquela praticada na década de 1930. “Após 1945, a capacidade de negociação reduziu-se drasticamente, enquanto o sistema de poder norte-americano se consolidava e se cristalizava nos parâmetros da guerra fria. A política externa brasileira entrava numa fase de alinhamento sem compensações. E a rigidez dos sistemas de poder no plano internacional, nos vinte anos que se seguiram ao término da guerra mundial, sufocou as tentativas de autonomia da política externa brasileira entre 1951-1954 e 1961-1964”[58]. Com o fim da guerra prevaleceria o alinhamento automático da política externa brasileira às diretrizes estabelecidas pelos Estados Unidos.

Alinhamento que significava colaboração política na Guerra Fria e colaboração econômica no fornecimento de matérias primas para os norte-americanos. No contexto da disputa com a URSS, a América Latina desempenhava papel secundário e os objetivos básicos dos americanos para o subcontinente restringiam-se à manutenção da estabilidade interna, fluxo ininterrupto de matérias-primas para a indústria norte-americana, padronização das forças armadas segundo o modelo de Washington e, evidentemente, apoio latino-americano à política internacional dos EUA.

Essa orientação básica permaneceria inalterada durante o governo de Juscelino Kubitschek, apesar de mudanças importantes no cenário

[58] Ibidem p. 594.

internacional abrirem brechas por meio das quais o governo brasileiro poderia afirmar alguns de seus interesses. Na segunda metade da década de 1950 a aparentemente sólida unidade dos dois blocos que polarizavam as relações internacionais, liderados por Estados Unidos e União Soviética, apresentou fissuras internas com manifestações de rebeldia como a ocorrida na Hungria em 1950. Ao mesmo tempo, a luta pela independência de diversos países africanos, até então colônias européias, introduzia no cenário internacional novas nações que não "aceitavam a camisa-de-força do alinhamento às potências e reivindicavam uma terceira posição, que negava os pressupostos mesmos da guerra fria"[59]. No final da década começava a surgir o movimento dos países que se auto-classificavam como não-alinhados, movimento que se tornaria oficial na Conferência de Belgrado em 1961.

Também na América Latina alguns interesses próprios, divergentes daqueles que norteavam a política dos EUA, manifestaram-se, embora debilmente, na segunda metade, da década de 1950. As reivindicações eram de caráter econômico e incluíam pontos como preços mais altos e estáveis para as matérias-primas exportadas, créditos para a industrialização e estabelecimento de um mercado integrado latino-americano. No caso brasileiro estava em curso a política desenvolvimentista implementada por Juscelino e a política externa ele então refletia o interesse fundamental de obter capitais para financiar a industrialização do país. "Em função dessa perspectiva, o governo JK procurou atrair maciçamente para o Brasil capitais estrangeiros, tanto privados quanto públicos. Para os primeiros, estabeleceu uma política cambial extremamente favorável (...). Quanto aos capitais públicos estrangeiros, a possibilidade era muito menor. (...) Prevalecia a noção de que, dada a liberdade de ação aos capitais privados norte-americanos, o desenvolvimento econômico latino-americano seria uma decorrência natural, prescindindo portanto de injeções maciças de recursos públicos norte-americanos (...). Foi para quebrar a indiferença norte-americana nesse particular que o governo JK lançou em 1958 uma vasta ação político-diplomática conhecida por Operação Pan-Americana (OPA), cujo objetivo econômico era o aporte de recursos em larga escala para projetos de desenvolvimento na América Latina"[60]. Procurava-se assim uma nova forma de atuação na política externa, sem no entanto quebrar os velhos laços que uniam o continente à potência norte-americana. Alheio aos movimentos de ruptura dos blocos que

---

[59] MOURA, Gerson . *JK* p. 24.

[60] Ibidem p. 31.

se confrontavam na Guerra Fria, o governo brasileiro em nenhum momento questionou seu alinhamento aos Estados Unidos. No entanto, a necessidade de compatibilizar desenvolvimentismo e as diretrizes norte-americanas impunha algumas iniciativas que escapavam a essas mesmas diretrizes, como foi o caso da OPA. Iniciativas tímidas que não caracterizavam uma política externa independente como a implementada por Vargas na década de 1930 e, como seria novamente tentado pelo sucessor de JK.

Texto complementar:

O SEGUNDO GOVERNO VARGAS: NACIONALISMO X ENTREGUISMO. CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo in *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992

O segundo governo Vargas, em termos de política exterior, não assinalou grandes inflexões. O debate interno, todavia, foi grande em torno de como o Brasil deveria relacionar-se com o exterior, pelo fato de esse relacionamento ser um componente importante nas concepções sobre a solução do problema nacional do desenvolvimento. Duas grandes vertentes de opinião, preexistentes, exacerbaram as suas posições no período: a que foi rotulada pelos seus adversários de "entreguista", por não dispensar, ter como necessária mesmo, a ajuda e a associação com o capital externo; e, em oposição a essa, a nacionalista, contrária à penetração do capital estrangeiro e denunciadora do imperialismo internacional. Esse debate relaciona-se, em parte, com a crise política, que adquiriu tal magnitude e se tornou prioritária nas atenções nacionais.

Nacionalismo, soberania e questões conexas foram elementos construtivos da discussão havida no período em tela, verdadeira transição em termos de política exterior, que se desdobrou na Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek de Oliveira e na Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, consentâneas com o nacional desenvolvimentismo então vivido pelo país.

O permanente problema relativo à exportação e à defesa do preço do café – principalmente daquele que era vendido para os Estados Unidos – exacerbou-se no segundo governo Vargas e no de Juscelino Kubitschek. Se se atentar para o alto percentual então representado pelo café na pauta das exportações brasileiras, poder-se-à aquilatar a magnitude de tal questão.[61] Vargas chegou mesmo, tão logo assumiu a presidência, a procurar outras alternativas de mercado, sobretudo na Europa, para a sua colocação. O peso do café na pauta das exportações brasileiras e o fato de os Estados Unidos, tradicionalmente, serem os principais compradores, diminuíam, em escala considerável, a margem de manobra do Brasil. Os Estados Unidos tinham, nessa situação, um meio de exercer pressão sobre a economia brasileira.

---

[61] IANNI (1972, p. 44-57).

A dependência do Brasil em relação àquele país não se dava apenas em relação às exportações de café e de outros produtos primários. A óbvia carência de recursos nacionais fazia com que muitos concebessem a cooperação econômica norte-americana como indispensável ao desenvolvimento.

Conforme já afirmado, no após-guerra os Estados Unidos não tiveram a América Latina como alvo de atenção prioritária, preocupados que estavam com outras áreas do globo, especialmente com a reconstrução da Europa, via Planalto Marshall. O Brasil, especificamente, nada recebera dos Estados Unidos durante o governo Dutra.[62] Alguma coisa mudou, todavia, no final de 1950, quando foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, que deu novo enfoque à cooperação entre os dois países.[63]

Criada por sugestão brasileira (ainda no governo Dutra), a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico surgiu de acordo entre os dois governos, firmado em 19 de dezembro de 1950. Integrada por técnicos dos dois países, tinha por objetivo o estudo dos planos aos quais os Estados Unidos "dariam direta ou indiretamente a sua colaboração". Suas atividades desenvolveram-se de 19 de julho de 1951 a 21 de dezembro de 1953. Foram aprovados 41 projetos, referentes principalmente a transportes e energia. Antes mesmo de se reunir a Comissão Mista, manifestara o governo brasileiro que a contrapartida da ajuda econômica norte-americana seria o fornecimento de minerais estratégicos. Uma parte destes iria *in natura;* outra, desejava o Brasil que fosse industrializada antes de ser exportada. Ainda nesse contexto foi colocada a questão referente às vendas de café para os Estados Unidos, uma vez que se procurava a fixação de seu preço.[64]

Peça importante do contexto externo foi a crise coreana. O Brasil apoiou as decisões da ONU, que condenavam a agressão da Coréia do Norte, e colocou um crédito de Cr$ 50.000,00 a seu favor, atendendo ao que foi recomendado pelo Conselho de Segurança.[65] O governo norte-americano solicitou colaboração do Brasil na guerra da Coréia, por meio de envio de tropa. O presidente Truman chegou mesmo a solicitá-la em carta pessoal a Vargas, em 9 de abril de 1951.

---

[62] Cf. BANDEIRA (1987, p. 30); BANDEIRA (1973, p. 360-1, 326).

[63] Cf. MALAN (1984, p. 66-9); MECHAM (1965, p. 455).

[64] Cf. D'ARAÚJO (1982, p. 141-8); MALAN et alii (1977, p. 33); MALAN (1984, p. 69); BANDEIRA (1973, p. 323-4); *Relatório* p. 18-9.

[65] GODOPHIM (cf. nota 11, p. 89-90).

O Brasil, não obstante a posição favorável ao chanceler João Neves da Fontoura, resistiu à participação na guerra asiática – e essa questão acabou ficando distinta dos projetos de cooperação econômica.

Em 27 de junho de 1951, a Secretaria-Geral da ONU requisitou do Governo brasileiro tropas para atuar na guerra da Coréia. A polêmica subseqüente sobre a eventual participação brasileira no conflito asiático e o acordo militar assinado com os Estados Unidos, em 15 de março de 1952, está ligada, segundo Maria Celina S. D'Araujo, ao processo de perda de sustentação pelo qual passou o governo Vargas. A participação na guerra da Coréia não era acolhida pelos militares nem pelos civis. Faltava-lhe apoio popular. O governo brasileiro, todavia, evitou descomprometimento maior com a guerra da Coréia para não travar o andamento da cooperação econômica com os Estados Unidos. Aliás, o governo brasileiro, frente ao governo norte-americano, procurou desenvolver a tese de que desenvolvimento nacional, com a cooperação externa, antepunha-se à formação de uma força expedicionária.[66]

O acordo de assistência militar recíproca com vistas à defesa hemisférica foi proposto pelos Estados Unidos e assinado pelos dois países em 15 de março de 1952, no Rio de Janeiro. Consoante seus termos, o Brasil receberia "fornecimento e assistência técnica e econômica para o desenvolvimento da capacidade defensiva nacional, para a defesa do continente americano e, conseqüentemente, do Mundo Livre". Em contrapartida, o Brasil, além do compromisso de participação em "operações importantes para a defesa do continente", deveria fornecer aos Estados Unidos, "em bases comerciais normais, e nas condições a serem acordadas com o governo brasileiro, em cada caso, certas matérias-primas essenciais, dentro das exigências das leis brasileiras e sob controle das autoridades competentes brasileiras".[67]

As negociações do Acordo Militar coincidiam com as de fornecimento de urânio, manganês e areias monazíticas para os Estados Unidos, o que contribuiu para dificultar a sua aprovação no Congresso, só conseguida, em 1953, com o apoio decisivo da UDN (União Democrática Nacional), liderada por Afonso Arinos.

O Acordo Militar, ligado a outras questões igualmente polêmicas, como a lei da criação da Petrobrás, levou a um acirramento do debate ideológico

[66] BANDEIRA (1973, p. 327-8, 330-1); D'ARAÚJO (1982, p. 141-51).

[67] *Relatório,* 1952, p. 188-90; GODOLPHIM (cf, nota 11, p. 101).

no Congresso e nas Forças Armadas. Getúlio falhou na tentativa de conciliar nacionalistas e "entreguistas", e acabou ficando sem forte base de sustentação. A lei da Petrobras (embora na mensagem de Vargas houvesse brechas à participação do capital qualitativo) e o Acordo Militar eram antagônicos. Se a primeira agradava aos nacionalistas, o segundo aos "entreguistas". Na polêmica envolveram-se também as Forças Armadas, fator que contribuiu para desencadear a crise entre elas e o governo. A proposta de aumento de 100% do salário mínimo, que agitava, além de empresários, também os elementos do Exército, pois, excluídos da concessão, ficariam com seus vencimentos defasados em relação aos trabalhadores civis, mais as greves e desordens, foram importantes componentes da crise que acabou pondo fim ao governo Vargas.[68]

A respeito da Petrobras, ainda cabe observar que Getúlio Vargas, ao enviar, em 6 de dezembro de 1951, a mensagem ao Congresso Nacional, propondo a sua criação, foi acusado de não ter convertido no projeto a sua fala da campanha presidencial, uma vez que não se assegurava o monopólio dos derivados de petróleo. De acordo com o projeto original, a Petrobras seria uma espécie de *holding*, em razão do que os grupos nacionalistas não o aceitaram, pois pessoas jurídicas brasileiras de direito privado teriam possibilidade de se tornarem acionistas da projetada empresa. Tais grupos viram aí a possibilidade de presença dos trustes estrangeiros, representados por firmas brasileiras, isto é, organizadas no Brasil. Em 3 de outubro de 1953, Getúlio sancionou sem vetos a Lei nº 2.004, que criou a Petrobras, depois de extenso debate. A lei sancionada modificou bastante o projeto original para assegurar o monopólio absoluto, resultado do trabalho dos partidos políticos, que galvanizaram grande corrente de opinião nacionalistas. Os adversários do monopólio estatal foram vencidos pela maré montante do nacionalismo desenvolvimentista da década de 1950. A pressão norte-americana, juntamente, com grupos nacionais, em razão da decretação do monopólio do petróleo, tem sido apontada como um dos componentes da crise que culminou com o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954.[69]

Quando da IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, ocorrida em março/abril de 1951, em Washington, por iniciativa do governo norte-americano, que tinha em vista a ameaça do comunismo internacional sobre 'todas as nações livres e

---

[68] D'ARAÚJO (1982, p. 151-5, 158-9); BANDEIRA (1973, pp. 350, 361).

[69] Cf. VICTOR (1970, pp. 364, 401 e passim); WIRTH (1973, p. 161-92); MONETA (1973), p. 112).

necessariamente para esta parte do hemisfério', manifestou Vargas já antes mesmo de ter assumido, ao embaixador norte-americano, que o Brasil se mantinha fiel "aos princípios de sua tradicional solidariedade com as nações democráticas e de integração na órbita da Organização das Nações Unidas". Todavia, entendeu o Brasil que o quadro mundial impunha o fortalecimento da economia, que deveria ser alcançada mediante

> alguns investimentos básicos, no campo dos transportes marítimos e ferroviários, dos serviços portuários, do fornecimento e distribuição de energia elétrica, da alimentação e dos combustíveis [...] para os quais pedia a cooperação do governo dos Estados Unidos da América.[70]

A posição brasileira não fugia à agenda da conferência, que contemplava "a colaboração política e militar para a defesa da América, o fortalecimento da segurança interna dos países do continente e a cooperação econômica de emergência". Nos aspectos político e militar, houve união de vistas entre as nações americanas. O mesmo não ocorreu, inicialmente, no econômico. Com efeito, a posição brasileira, secundada por outras nações do hemisfério, era "de que os problemas de robustecimento da estrutura econômica desses países [menos desenvolvidos] não eram problemas suscetíveis de serem relegados a um período de normalidade internacional, mas eram parte integrante da economia de emergência, tanto pela necessidade de defender aquelas estruturas sociais e econômicas dos desgastes e destorções [sic] do período de anormalidade, quanto pela imperiosa necessidade de aparelhá-las para contribuírem regularmente no esforço comum". A argumentação brasileira antecipa a que seria utilizada, mais tarde, na gestão de JK, em conjuntura não muito diversa. O momento é o da exacerbação da Guerra Fria com o problema coreano. Alinhado politicamente aos Estados Unidos, o Brasil pedia a sua colaboração para o fortalecimento da economia, visto como maneira eficaz de se integrar ao esforço comum de proteção do hemisfério. Compreendida a posição brasileira pelo governo norte-americano.

> A ata final da Reunião de Consulta consagrou o princípio de que "o desenvolvimento econômico dos países insuficientemente desenvolvidos é considerado como elemento essencial sob o ponto de vista de defesa do continente [...].[71]

---

[70] *Relatório,* 1951, p. 10.

[71] *Relatório,* 1951, p. 11-6.

O caráter reivindicatório das posições defendidas pela delegação brasileira à IV Reunião de Consulta, no concernente à cooperação dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América Latina, não foi episódio. Tais posições não foram abandonadas e evoluíram para a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek. Tal como iria ocorrer de maneira mais elaborada na OPA, João Neves da Fontoura argumentou que a pobreza punha em risco a democracia no continente; daí a necessidade do desenvolvimento.[72]

À vista do exposto, concluiu-se que, nas relações internacionais do Brasil do decurso do segundo governo Vargas, aquelas referentes aos Estados Unidos predominaram sobre as relações com os outros países e ocuparam boa parte da atenção do governo e da opinião nacional. E os principais assuntos – IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, acordo militar e Guerra da Coréia – estiveram intimamente relacionados e tiveram como pano de fundo uma questão maior: a cooperação do capital norte-americano para o desenvolvimento nacional. Mesmo na discussão da lei que criou a Petrobras, o ponto central do debate foi a participação do capital estrangeiro – nomeadamente o norte-americano – na economia brasileira.

[72] D'ARAÚJO (1982, p. 138-41); BANDEIRA (1973, p. 325).

Bibliografia básica:

MOURA, Gerson. *A Revolução de 1930 e a política externa brasileira, ruptura ou continuidade* in *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Ed. da UnB, 1983. O autor analisa a política externa brasileira no período de 1930 a 1945, procurando demonstrar como o governo Vargas foi capaz de aproveitar-se de uma conjuntura internacional favorável para implementar uma política externa independente. Segue-se a análise de como essa política independente converteu-se em alinhamento incondicional aos Estados Unidos.

MOURA, Gerson. *Avanços e recuos: a política exterior de JK* in GOMES, Angela de Castro (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. A política externa do governo de Juscelino Kubitschek é analisada nesse artigo tendo em vista as transformações que ocorriam no plano internacional e as necessidades do desenvolvimentismo, no plano interno. Alinhamento aos Estados Unidos e necessidade de capital externo para financiar a industrialização do país foram as duas diretrizes, nem sempre, plenamente compatíveis, que prevaleceram então.

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992 (caps. 10 e 11).

UNIDADE IV

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS A PARTIR DOS ANOS 60

1. DITADURA MILITAR

Em 1960, pela primeira vez desde o estabelecimento da democracia populista, o resultado das eleições presidenciais não favoreceu o arranjo que orquestrara a política brasileira desde o final do Estado Novo. Integrando a coligação que conseguiu levar Jânio Quadros à vitória, a UDN quebrava a hegemonia da aliança PSD/PTB ao derrotar o candidato governista Teixeira Lott.

As tensões sociais ocorridas ao longo da década de 1950 evidenciavam uma profunda crise que não decorria das ações dos governos que se sucederam: tratava-se do gradativo esgotamento do regime e do modelo econômico de substituição de importações. As tentativas golpistas que procuraram impedir a posse de Vargas e Juscelino Kubitschek, a crise de 1954, bem como as sublevações militares de 1956 e 1959 em Jacareacanga e Aragarças expunham a precariedade do equilíbrio institucional. Acentuava-se o enfrentamento das forças sociais, em virtude da ampliação das pressões populares sobre o Estado colocando em xeque o compromisso político-social que lhe dava sustentação. O golpismo tornava-se um recurso que setores da direita lançavam mão para deter o avanço popular e compensar suas perdas eleitorais. A instabilidade e as tensões políticas eram marcas estruturais do populismo.

O breve governo de Jânio Quadros e seu desfecho funesto e patético precipitaram a derrubada do regime. Sua candidatura significou uma incursão por parte da UDN – tradicionalmente avessa à incorporação das massas populares ao jogo político – nas práticas do populismo[1]. Por outro lado, a eleição de João Goulart do PTB para o posto de vice-presidente revela o alto grau de radicalização e de confusão do panorama político nacional. Nenhum dos grupos sociais dominantes, fosse a elite conservadora, fosse a elite nacional-reformista, era capaz de sustentar a política de reformas estruturais que o país necessitava. Ao mesmo tempo, ocorria um ascenso das pressões sociais e novas formas de organização popular disseminavam-se pelas cidades e pelo mundo rural.

A forte aceleração econômica, calcada na expansão da indústria de bens de consumo duráveis, promovida pelo governo JK havia deixado como

[1] A respeito da postura da UDN afirma o sociólogo Francisco Weffort que os liberais tradicionais não escondiam seu desapontamento frente ao regime democrático onde era necessário "cortejar as massas" e sua nostalgia pelas práticas políticas da República Velha. *O populismo na política brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 22.

herança o descompasso entre o crescimento industrial e a produção agrícola. O rápido aumento da população urbana e de sua demanda, além da desorganização de determinadas áreas agrícolas acabou por redundar em seguidas crises de abastecimento e inquietações sociais generalizadas. Por outro lado, o financiamento do *Plano de Metas* ampliou o endividamento externo e o déficit orçamentário da União, coberto por emissões monetárias que ocasionaram elevados índices de inflação. O crescimento desigual dos diversos setores da economia e das várias regiões consolidou o processo de concentração de renda, estimulando a onda de reivindicações sociais.

Interligada à crise econômica desenvolvia-se um realinhamento político que punha em xeque o frágil equilíbrio populista. Gradativamente, os dois maiores partidos conservadores (PSD e UDN) foram perdendo terreno para o PTB. Isso acabou provocando uma rearticulação ideológica, favorecida, ainda mais, pelas subdivisões existentes nesses partidos. Assim, na segunda metade da década de 1950, surgia a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que procurava ser a expressão dos chamados "progressistas" do PTB, PSB, e setores minoritários da UDN e PSD. No campo conservador, nos primeiros meses de 1961, era constituída a Ação Democrática Parlamentar, apoiada sobre a maioria do PSD, UDN, PSP e outros pequenos partidos. Deslocada em termos parlamentares, a aliança PSD/PTB mantinha-se vital para as eleições executivas, principalmente as presidenciais, que "embora registrassem aquelas mudanças de maneira mais abrupta e dramática, condensando-as nos diversos estilos personalistas, distinguiam menos o eleitorado em termos sócio-econômicos, não só em virtude da obrigatoriedade de se mobiIizar uma maioria nacional, como também pelo fato de que essa maioria não poderia ser obtida por nenhum partido ou candidato senão por meio de acordos com as máquinas e oligarquias estaduais. Um candidato presidencial efetivamente competitivo tinha obrigatoriamente que ter estes dois componentes em sua votação: de um lado, "um apelo generalizado", ultrapassando fronteiras geográfico-sociais, a começar pela quase unificação de seu próprio estado; de outro, "a conquista maciça de alguns dos estados menores", por meio de acordo com os dirigentes locais"[2] (grifos da autora). Assim, ao mesmo tempo em que ocorria uma certa simplificação do jogo político parlamentar, o Executivo mantinha as ambigüidades populistas calcadas no compromisso de grupos sociais díspares e de articulação partidária conflitiva. As tensões

---

[2] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 148.

entre o Executivo e o Legislativo, um dos ingredientes da crise do próprio regime, implicaria, portanto, numa diferença de tempos “segundo os quais a mudança sócio-econômica incidia sobre a formação dos dois poderes”.[3] A reação conservadora no Legislativo e o realinhamento ideológico criavam obstáculos para a constituição de uma base parlamentar governista. Por outro lado, tal situação fazia com que as pressões populares e as demandas sociais transbordassem os limites institucionais.

A década de 1960 apontava, portanto, para duas transformações políticas fundamentais no país. Primeiramente a já referida eleição de um presidente apoiado pela UDN. Em segundo lugar, a progressiva desarticulação da aliança PSD/PTB no campo parlamentar, substituída pela conservadora aproximação PSD/UDN.

Jânio Quadros era a expressão do realinhamento ideológico. Líder carismático de carreira fulminante, Jânio estimulou a elaboração de uma ideologia ambígua, “indecisa ainda entre seus conteúdos operários e pequeno-burgueses”, como afirmou Weffort[4]. Passou por diversos partidos até receber o apoio da UDN. Eleito com mais de 5,5 milhões de votos, desprezou o peso do Parlamento, criticando a instituição em diversas ocasiões. Nomeou um ministério de perfil conservador e procurou saídas para a crise econômica que provocaram perdas no poder aquisitivo dos salários. Paradoxalmente, no campo das relações internacionais Jânio implementou uma política de independência. A aproximação com governos de países socialistas, a condecoração de Che Guevara e o apoio a independência das colônias portuguesas na África significaram um certo afastamento da influência norte-americana em nossa política externa.

Com tais medidas, Jânio caminhava rapidamente para o isolamento político. Seu personalismo parecia incontrolável. Eleito por uma coligação conservadora contrariava-a com sua política externa. Carlos Lacerda, o maior tribuno udenista e articulador de sua candidatura, vociferava contra a esquerdização do país e contra supostas tramas golpistas organizadas pelo presidente. Por outro lado, as medidas econômicas adotadas pelo novo governo, com exceção do projeto de lei de remessa de lucros para o exterior, opunham-se aos setores nacional-reformistas. Com isso restou ao presidente o episódio da renúncia, por meio do qual tentava fortalecer-se diante do impasse político criado. João Goulart, vice-presidente que deveria sucedê-

---

[3] Idem, p. 153.

[4] *Op. cit.*, p. 35.

lo, era tido como um comunista por amplos setores militares e estava ausente do país em viagem oficial à China. Jânio acreditava que o povo sairia às ruas para reconduzi-lo ao poder – como ocorrera com Fidel Castro em Cuba – e que os militares não se oporiam a uma saída golpista. De fato, setores militares vetaram a posse de Jango mas as massas populares não esboçaram qualquer reação relevante em favor do presidente. Significativas manifestações populares ocorreram no sul e nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia pelo cumprimento da Constituição. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, então governador, liderou o Movimento de Resistência Democrática, que exigia a posse de João Goulart, obtendo o apoio do III Exército[5].

A presidência de Jango, nascida e assombrada pela ameaça golpista e mitigada em seus primeiros dezesseis meses pela adoção do parlamentarismo, marcou o rompimento do frágil equilíbrio político populista. Os gabinetes parlamentares de Tancredo Neves e Brochado da Rocha (ambos do PSD) não foram capazes de solucionar a crise econômica e o processo de radicalização político-social em curso no país. Com o retorno ao presidencialismo, aprovado pelo plebiscito de janeiro de 1963, Jango retomou o controle e a responsabilidade pelos destinos nacionais e procurou implementar o *Plano Trienal*, com o intuito de combater a inflação sem recessão e com redução das desigualdades regionais. Durante a campanha pelo presidencialismo, João Goulart prometera tornar-se o presidente das reformas sociais. Em seis meses de governo ocorreu aumento da inflação sem que houvesse desenvolvimento econômico.

O presidente passava a ser caracterizado como indeciso e vacilante pela esquerda, que exigia dele uma definição política em torno das *Reformas de Base*, indispensáveis para o sucesso do plano econômico. Mais do que os resultados sociais provenientes das reformas agrária, bancária, eleitoral, administrativa, educacional e tributária, estava em jogo a alteração das forças políticas. Com a implementação da reforma agrária, com a revisão da representatividade dos Estados no parlamento e concessão do direito de votos aos analfabetos, bem como com a ampliação dos beneficiários do ensino público e com a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, emergiria no Brasil uma nova e complexa realidade social. O poder do ainda presente coronelismo seria atingido em cheio pela incorporação das clientelas ao jogo político e pelo acesso aos benefícios sociais sem a intermediação dos chefes

---

[5] Um bom levantamento factual sobre a renúncia de Jânio Quadros e a implementação do parlamentarismo encontra-se no estudo de Amir Labaki, *1961, A crise da renúncia e a solução-parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

locais. As reformas de base buscavam estabelecer uma nova hegemonia calcada nas camadas subalternas em aliança com os setores considerados reformistas das classes médias e do empresariado.

Procurando equilibrar-se entre as pressões populares, as forças parlamentares e a oposição ostensiva que lhe fazia os setores de direita, Jango enviou ao Congresso um anteprojeto de reforma constitucional que possibilitaria o início das discussões acerca das propaladas reformas. A UDN e o PSD assumiram um posicionamento contrário a qualquer alteração na Constituição brasileira. Todos os esforços no sentido de realizar a reforma agrária foram impedidos pela maioria conservadora e pela intensa mobilização dos proprietários rurais. A autoridade do presidente era posta em questão tanto pela direita quanto pela esquerda. Os primeiros denunciavam a esquerdização do país e a desordem provocada pelo governo e pelas forças subversivas. A esquerda reclamava da omissão de Goulart que poderia decidir algumas questões concretas sem recorrer aos labirintos parlamentares. Manifestações e greves tornavam as grandes cidades brasileiras. Isolado, Jango solicitou a apreciação do pedido de Estado de Sítio ao Congresso em outubro de 1963. Direita e esquerda tendiam a recusá-lo, por receio de uma investida contra suas principais lideranças. O presidente retirava seu pedido três dias depois. A crise política se agigantava.

Apesar da negativa em conceder o “Estado de Sítio”, a esquerda procurava vincular-se a Jango. Ofereceu-lhe apoio em troca da nomeação de Brizola como ministro da fazenda e exigia, por meio de manifestações, medidas mais arrojadas para conter a crise econômica e a ameaça de golpe por parte da direita. Em nenhum momento da história brasileira as pressões populares foram tão intensas. A política deixava de ser privilégio do jogo parlamentar e absorvia as universidades, escolas, fábricas, quartéis e áreas rurais. O Brasil assistia a uma intensa mobílização sindical que redundava num número crescente de greves de caráter político. Contando muitas vezes com o apoio tácito de setores militares, tais movimentos acabaram por incendiar as camadas subalternas das Forças Armadas. O Movimento Nacional dos Sargentos insurgia-se contra a severidade disciplinar dos regulamentos militares e reclamava melhores salários e plenos direitos políticos. Após quarenta anos da Revolta dos Tenentes, o movimento dos sargentos aproximava-os à classe operária, para desespero da alta oficialidade e dos grupos direitistas. No campo ocorria a formação de diversos sindicatos cujas direções eram disputadas por grupos católicos de direita e esquerda e pelo PCB, ainda na clandestinidade, reclamando a reforma agrária e o cumprimento

das leis trabalhistas aprovadas no início de 1963. Mas o movimento dos trabalhadores rurais tinha nas temidas Ligas Camponesas o seu braço mais radical. Organizadas por Francisco Julião como forma de resistência dos pequenos agricultores e trabalhadores, as Ligas recorreram muitas vezes às armas contra os desmandos de latifundiários e defendiam uma reforma agrária radical. Por outro lado, os estudantes divididos em diversos agrupamentos de esquerda defendiam uma aliança operário-estudantil-camponesa. Era criada a FMP, Frente de Mobilização, que procura congregar a UNE, a FPN, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), e as Ligas Camponesas. À direita surgiram uma série de movimentos cujos objetivos eram frear o avanço das reivindicações populares, financiar agrupamentos e políticos de feições anticomunistas e destituir Jango da presidência, fosse por meio do recurso legal do *impeachment*, fosse por meio de um golpe de Estado. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) desempenharam papéis fundamentais no financiamento de campanhas políticas parlamentares, executivas e sindicais e órgãos de imprensa e institutos de pesquisa e estudos que fornecessem orientação ideológica e política aos empresários e latifundiários[6]. O clima era de confronto.

Nos primeiros meses de 1964 o presidente iniciava uma clara aproximação com a esquerda. Não reprimira movimentos grevistas e ocupações de terras, regulamentara a Lei de Remessa de Lucros ao exterior, e propunha a formação de uma frente política que congregasse desde o PSD até o PCB, capaz de implementar as polêmicas reformas por meio de revisão constitucional. A esta altura o PSD, apesar de não apoiar as tentativas udenistas de *impeachinent* do presidente, já se distanciara de qualquer articulação governamental. Sem apoio parlamentar, Jango recorreria às massas populares como forma de pressão sobre deputados e senadores. No dia 13 de março, o último ato da democracia populista parecia sintonizar, como em nenhum outro momento da nossa história, as reivindicações populares e o chefe da nação. De forma entusiástica e radical o presidente anunciava no Rio de Janeiro, perante uma ruidosa multidão, o decreto de encampação das terras às margens de rodovias e ferrovias para a realização da reforma agrária e prometia uma série de outras medidas de impacto: tabelamento de aluguéis e uma constituinte.

Procurando mobilizar as forças de esquerda e nelas apoiar-se Jango lançou a definitiva cartada do regime populista. A incorporação das massas

---

[6] Sobre o papel desses institutos na vida política brasileira veja-se o exaustivo estudo de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

ao jogo político chegava ao seu clímax e deveria garantir as profundas reformas sociais e institucionais, para além do próprio poder legislativo. Por outro lado, a ação do presidente também mobilizava a oposição permitindo a composição entre a UDN e o PSD na defesa de seus privilégios sociais e a gradativa coesão militar em resposta às manifestações populares. Menos de uma semana após o Comício das Reformas, setores conservadores organizaram uma estrondosa manifestação contra o governo federal reunindo, em São Paulo, mais de 250 mil pessoas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As conspirações iniciadas desde os primórdios do governo Jango foram precipitadas pela Levante dos Marinheiros de 25 de março, cujos revoltosos foram anistiados pelo presidente. As fortes reações no meio militar à quebra da disciplina e ao desrespeito à hierarquia foram decisivas para a deflagração do movimento golpista. A hesitação de oficiais e políticos de centro ia sendo vencida pelo clima de radicalização política. Em 31 de março, o general Mourão Filho, de Minas Gerais, iniciava o deslocamento de tropas para o Estado da Guanabara, Em outras regiões do país seguriram-se movimentações de tropas contra o governo. Sem resistência popular ou militar, Jango era deposto. No dia seguinte, milhares de pessoas saíam às ruas para saudar os revoltosos.

Às forças sociais que efetuaram a ruptura constitucional cabia agora a tarefa de reorganizar o país. Praticamente consensual era a necessidade de um poder executivo forte que desmobilizasse e desarticulasse as diversas organizações populares e impedisse a ação de seus principais dirigentes. Por outro lado, caberia formar o novo núcleo de poder a partir das alianças entre os representantes do PSD e UDN, as principais lideranças militares e os diversos setores do empresariado. No seio das Forças Armadas, unidas contra o comunismo e a esquerdização da república, restavam ainda os setores “reformistas” ou “nacionalistas”, cuja adesão ao golpe contra João Goulart fora obtida graças às seguidas insubordinações hierárquicas relevadas pelo presidente. Gradativamente, esse grupo foi sendo alijado do centro das decisões e alguns de seus representantes passaram a oposição ao regime. Os militares distinguiam-se ainda em dois outros agrupamentos: a chamada “Sorbonne”, como eram conhecidos os ideólogos da Escola Superior de Guerra (ESG), que forneceriam as bases doutrinárias para a intervenção político-social, e os representantes da “linha-dura” que comandavam as principais unidades militares. Durante os vinte anos de ditadura, esses dois grupos disputaram o controle político do país e compuseram o núcleo do poder.

A intervenção militar era anunciada como passageira e saneadora das mazelas deixadas pela infiltração esquerdista no país. Os primeiros alvos foram os ativistas de esquerda e nacionalistas e suas organizações sindicais. Ocorreram diversas cassações políticas, algumas lideranças simplesmente "desapareceram" e outras foram torturadas. Foram depredadas e destruídas as sedes de órgãos de imprensa, centros culturais e universitários. Uma ampla campanha exigindo expurgos de subversivos das universidades, do serviço público e das Forças Armadas foi dirigida por lideranças udenistas e pelos grandes veículos de comunicação. O primeiro Ato Institucional, de 9 de abril, fortalecia o Executivo e concedia ao presidente poderes para suspender direitos políticos, cassar mandatos e exonerar funcionários públicos. O objetivo inicial dos golpistas era facilmente alcançado. Restava agora a tarefa de restabelecer a ordem democrática e efetuar as reformas legais.

Para ocupar a presidência foi escolhido, por meio de eleição indireta, o líder do grupo da "Sorbonne", general Castelo Branco, tendo como vice-presidente o político do PSD mineiro, José Maria Alkmim. Foi formado um ministério de composição entre os dois principais grupos militares, forte presença udenista e pequena participação do PSD. Em termos econômicos foram adotadas, por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), medidas liberalizantes, que franqueavam a entrada e saída de capitais estrangeiros no Brasil, e fórmulas de contenção de salários e redução do déficit público como meios de conter a inflação[7]. Como afirmou Otávio Ianni, o golpe militar assinalou "a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado" em lugar do anterior modelo de substituição de importações, acentuando "a interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina e com os Estados Unidos"[8].

O governo de transição deveria durar cerca de dois anos, tempo que ainda restava ao mandato de Goulart, quando então o Brasil retornaria à "normalidade" democrática. Os principais postulantes à sucessão de Castelo Branco eram Carlos Lacerda e Magalhães Pinto da UDN, Juscelino Kubitschek do PSD e Adhemar de Barros do PSP. No entanto, pressões de udenistas e da linha-dura levaram o novo governo a incluir o ex-presidente mineiro na lista das cassações políticas, acusado de corrupção. Um mês depois, seria aprovada uma emenda constitucional adiando a eleição presidencial

---

[7] André Lara Resende apresenta uma boa reflexão a respeito do caráter "ortodoxo" das medidas do PAEG, acabando por refutar tal enquadramento. *Estabilização e reforma: 1964-1967*. Marcelo de Paiva Abreu (org.) – *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 229.

[8] *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 11.

para o final de 1966 e prorrogando o mandato de Castelo até março de 1967. A anunciada normalidade democrática começava a ser postergada. Desta vez as medidas de exceção atingiam em cheio as pretensões do irrequieto e temido líder udenista Carlos Lacerda, que passou a criticá-las publicamente. Em seu currículo constavam tentativas de golpe e desestabilização contra todos os últimos governantes brasileiros eleitos (Vargas, Juscelino, Jânio e Jango).

As dissensões entre os líderes golpistas tornar-se-iam mais agudas a partir de 1965. Em outubro, as eleições estaduais demonstraram certa desaprovação popular ao governo que apoiou ostensivamente, os candidatos da UDN. Nos principais estados os candidatos do PSD com fortes ligações com Juscelino Kubitschek foram vitoriosos. Setores militares da linha-dura ameaçaram destituir Castelo Branco – que havia anunciado respeitar o resultado das eleições – e estabelecer um verdadeiro "governo revolucionário". Exigiam do presidente o veto à posse dos governadores eleitos da Guanabara e Minas Gerais. Nem mesmo o acordo firmado entre os eleitos e o governo federal – pelo qual os secretários de Segurança Pública seriam indicados pelo alto comando do Exército – satisfez a linha-dura. Dias depois era lançado o Ato Institucional nº 2, que abolia os partidos existentes, transformava em indiretas as eleições para Presidência da República e intervinha na composição do Supremo Tribunal Federal. Abria-se a crise política no interior do regime. Pressionado pela extrema direita, Castelo Branco não dispunha de resultados eleitorais que pudessem neutralizar e equilibrar o jogo político. Contraditoriamente, o militar que prometia a normalidade democrática adotava, cada vez mais, medidas arbitrárias que consolidavam a ditadura. Em fevereiro de 1966 era anunciado o Ato Institucional nº 3 que tornava indiretas as eleições para os governos estaduais e suspendia as eleições para prefeitos de capitais e municípios considerados de segurança nacional, cuja investidura tornava-se prerrogativa dos governadores. No mesmo ano surgiam os dois únicos partidos que poderiam atuar durante a ditadura. Os partidários do governo, articularam-se na Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a oposição organizou-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O AI-2 lançava Carlos Lacerda definitivamente à oposição. Procurando organizar um terceiro partido político que viabilizasse suas pretensões presidenciais, Lacerda recorreria aos presidentes exilados Jango e Juscelino, seus antigos inimigos, para formar a *Frente Ampla*. Com a gradativa perda de espaço político e com o endurecimento do regime, o ex-governador da Guanabara tentava uma cartada desesperada. Passava a

adotar um discurso nacionalista e exigia o retorno do país à democracia. Nos meses que se seguiram, intensificou seus ataques a líderes do golpe militar e procurou produzir fatos políticos que o removessem do isolamento em que se encontrava. No entanto, além de contraditória, a aliança entre as "velhas raposas" do período democrático se mostrava ineficaz. Brizola e Jânio negaram-se a participar e Goulart e Juscelino eram reticentes em apoiar seu antigo desafeto. Ao final de 1968, Lacerda seria preso e teria seus direitos políticos cassados. O bipartidarismo iria durar até 1980. Os tempos eram outros. E bem duros.

A sucessão de Castelo foi decidida pelo alto comando das Forças Armadas. Desde 1964 o general Costa e Silva, representante da linha-dura, conseguia angariar simpatias para sua candidatura. Em maio de 1966, a convenção da Arena simplesmente ratificou o nome do general. O MDB não lançou candidato como forma de protesto contra os casuísmos eleitorais do governo, intimidações e seguidas cassações perpetradas contra representantes da oposição, que resultaram em ampla maioria parlamentar aos governistas. Escolhido o presidente pelo Congresso Nacional, em dezembro do mesmo ano, por meio do Ato Institucional nº 4, eram convocados os deputados e senadores para a elaboração de uma nova Constituição que viria a ser aprovada em janeiro de 1967. Poucos dias antes de deixar o governo, Castelo Branco lançava o decreto-lei que instituía a Lei de Segurança Nacional, pela qual toda ação considerada desestabilizadora do regime – entenda-se greves, manifestações, pronunciamentos e articulações políticas – passava a ser alvo de severas punições. Na prática, todos aqueles que fossem enquadrados nessa lei teriam seus direitos civis suspensos. O novo regime revelava uma verdadeira compulsão pelo aparato legal. Como observou o brasilianista Thomas Skidmore: "O frenético recurso à lei tinha por fim moldar definitivamente o Brasil pós 1967. Mas a tentativa continha forte dose de ironia. Ao codificar os poderes arbitrários considerados necessários, por exemplo, Castelo achava que podia impedir no futuro novas leis para impor medidas ainda mais arbitrárias (...) Ao elaborarem uma nova Constituição e Lei de Segurança Nacional, Castelo e seus colegas pretenderam criar um sistema político que reconciliasse as idéias militares e constitucionalistas do país, da sociedade e do indivíduo. Mais importante e paradoxal, os castelistas acreditavam que tais leis – quase todas em conflito com os princípios constitucionais anteriores a 1964 – eram o único meio de preservar a democracia"[9].

---

[9] *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 121.

De fato, a Constituição de 1967 procurava institucionalizar o Estado conseqüente do golpe, por meio da ilegítima delegação de poderes constituintes ao Legislativo Federal, expurgado de vários representantes da oposição[10], e assim, organizar a legislação do novo governo que, nos anos de 1965 e 1966 estabeleceu quatro atos institucionais, 36 complementares, 312 decretos-lei e 3.746 atos punitivos[11]. Na nova Carta toda essa legislação era agora disposta de modo a conferir "legalidade" ao regime. Mas o pior ainda estaria por vir.

O ministério do governo Costa e Silva caracterizava-se por forte preponderância militar, cujos integrantes eram majoritariamente ligados à "linha-dura". Além disso, a Constituição de 1967 cerceara a participação política dos setores oposicionistas e da sociedade civil. No entanto, o novo presidente procurava adotar uma "política de alívio", dialogando e negociando com esses setores e intensificando a construção de uma imagem simpática do governo. Apesar dessa disposição, as restrições políticas impostas pelo regime desencadearam uma imensa onda de protestos em todo o país. Além da claudicante Frente Ampla e do limitado MDB, emergia no cenário político o movimento estudantil, em sintonia com a rebeldia dos jovens americanos e europeus nos inquietos anos sessenta. Articulando reivindicações específicas aos grandes temas nacionais, os estudantes organizaram grandes manifestações exigindo o fim da ditadura militar. Como suporte, difundia-se uma cultura engajada que propunha transformações radicais na sociedade brasileira por meio da aliança entre estudantes, camponeses e operários. Os confrontos com policiais tornavam-se freqüentes e aumentavam o clima de radicalização política. Policiais e grupos paramilitares invadiam universidades, teatros e centros culturais realizando prisões e espancamentos de professores, estudantes, artistas e intelectuais. Depois de anos de repressão, o movimento operário também ensaiava sua resistência com a eclosão de greves nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP).

O clima de efervescência política levou parlamentares a condenarem as ações repressivas contra a população civil e a denunciar a prática de tortura por parte dos agentes policiais. Diante disso, o governo passou a exigir a suspensão das imunidades parlamentares dos autores de pronunciamentos críticos às ações policiais e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional. No entanto, as arbitrariedades cometidas em nome do regime

---

[10] PAES DE ANDRADE, Paulo B., *História constitucional do Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 432.

[11] Ibidem, idem.

abriram dissidências nas hostes governistas. Para surpresa geral, o Congresso Nacional impingiu uma fragorosa derrota ao pedido do Executivo em 12 de dezembro de 1968.

Menos de 24 horas após a corajosa sessão parlamentar, era anunciado à nação um novo Ato Institucional e um novo Ato Suplementar que fechava o Congresso indefinidamente. Pelo AI-5, cuja vigência só expiraria por decreto do Executivo – o que só ocorreria dez anos depois – ficavam suspensos todos os direitos civis e constitucionais. Todos os veículos de comunicação passavam à vigilância militar que operava a censura prévia de qualquer matéria de teor oposicionista ou que desse publicidade a manifestações de contestação ao regime. O Poder Judiciário passava, por uma série de mecanismos, à órbita do Executivo. Ocorreram centenas de prisões, cassações políticas e expurgos no serviço público, além de aposentadorias compulsórias nas universidades. Foram suprimidas garantias básicas do Estado de Direito, como o mandado de segurança para prisões e buscas e o *habeas corpus* para crimes políticos. Nos meses seguintes, novos Atos Institucionais procuravam "legalizar" a atribuição de poderes discricionários ao Executivo.

O endurecimento do regime provocou uma profunda alteração na política brasileira. Eliminada a possibilidade da oposição legal e da resistência civil, começava a ganhar corpo a opção do confronto armado. Muitos grupos de esquerda, compostos em sua maioria por estudantes e intelectuais, passaram a organizar a luta armada como instrumento de destituição dos militares. Entusiasmados com os sucessos das guerrilhas chinesa e cubana, grupos "foquistas" desejavam estabelecer uma república socialista no Brasil. Audaciosas operações político-militares, como assaltos a bancos, treinamentos de guerrilheiros, fugas de presos políticos, ataques a quartéis militares e roubos de armamentos e explosivos, alimentaram o sonho dos carbonários brasileiros.

Um grande aparato repressivo foi montado para combater a oposição armada. Ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, o poderoso Serviço Nacional de Informações (SNI) subordinava todas as Secretarias Estaduais de Segurança e seus respectivos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), além de coordenar os serviços secretos e centros de operações das três armas. No Exército foram criados dois organismos de operações especiais: o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e o Destacamento de Operações e Informações (DOI). Vinculando as ações das polícias e do Exército e financiadas por industriais brasileiros e multinacionais, foram organizadas operações de varredura de militantes de esquerda, denominadas Operação Bandeirantes (Oban).

Divididas em inúmeros grupúsculos, isoladas politicamente e submetidas a uma intensa ação militar, as organizações de esquerda foram sendo desbaratadas. Seqüestros de embaixadores passavam a ser a forma desesperada de libertar companheiros aprisionados pela repressão. O Brasil vivia a sua guerra suja: milhares de militantes foram torturados e algumas centenas passaram a integrar as listas de "desaparecidos".

O AI-5 marcava o início de uma nova fase da república militar. Consolidava-se um Estado de Segurança Nacional – o primeiro de muitos a se estabelecer na América Latina –, que identificava, como seus inimigos internos, determinados setores da sociedade, tidos como agentes do comunismo internacional. Disseminada pelos EUA logo após a Segunda Guerra e desenvolvida no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de 1949, a Ideologia de Segurança Nacional tornara-se peça chave da propaganda e das ações militares ocidentais contra o "expansionismo vermelho". A formação de lideranças civis e militares tinha como pressupostos a incapacidade governamental das elites civis e, conseqüentemente, atribuía aos militares a missão de salvar o país da infiltração comunista. Ampliando o conceito de guerra para o cotidiano da política e submetendo esta última aos desígnios geopolíticos do Brasil – país ocidental, capitalista, cristão –, obtinha-se uma perigosa identificação entre a nação e o Estado, tido como sua representação política. Assim, as tentativas oposicionistas eram identificadas como crimes contra o Estado, cujos objetivos visavam desestabilizar o regime e subjugar a soberania nacional. Uma dialética nefasta impunha-se: o endurecimento do regime fortalecia a opção da resistência armada; esta fortalecia os setores mais identificados com a ideologia de segurança nacional, que tinha nesse confronto, campo fértil para sua expansão. Paradoxalmente, com Costa e Silva, a "linha dura" implementava e levava às últimas conseqüências a doutrina desenvolvida pelo grupo da "Sorbonne". Os militares assumiam o controle completo da sociedade.

A partir do final da década de 1960 a defesa nacional ganhava em sofisticação. Incorporava-se o princípio do desenvolvimento ao paradigma da segurança. A máxima era do secretário de Defesa dos EUA, Robert Macnamara: "Sem desenvolvimento não há segurança". O binômio segurança/desenvolvimento passaria a figurar nos discursos e nas propagandas políticas a favor do regime militar. De um lado o desenvolvimento garantiria a soberania econômica e militar do país. Até aqui, nada muito diferente da ideologia desenvolvimentista do pós-guerras. Mas as imbricações do binômio vão um pouco além: de um lado, o desenvolvimento seria um entrave às ações

subversivas dos inimigos internos; por outro lado, a coerção política alavancaria um ruidoso processo de modernização, calcada em uma intensa concentração de riquezas e de expansão do capital. Criava-se as condições propícias para o estabelecimento de um novo modelo econômico.

Em plena guerra subversiva – um dos termos caros aos esguianos – o poder militar viveria mais uma crise. O presidente Costa e Silva, acometido de graves problemas de saúde, teve de ser afastado do cargo. No lugar de permitir a posse do vice-presidente civil Pedro Aleixo, o Alto Comando das Forças Armadas passou o governo do Brasil para uma junta de ministros militares em agosto de 1969. Meses depois, foi indicado para a Presidência da República o general Emílio Garrastazu Médici, num clima de forte divisão nas Forças Armadas.

O governo Médici marcou definitivamente a república militar e a história do país. No auge da repressão política, com o progressivo desbaratamento da oposição armada, com o silenciamento da oposição legal e o controle absoluto dos meios de comunicação, o Brasil viveu a euforia do "milagre econômico". Índices de crescimento na ordem de 10% ao ano, ampliação do poder de compra da classe média e inúmeras obras de "integração nacional" fizeram os brasileiros acreditarem no destino glorioso a eles reservado. Em 1970, a seleção brasileira de futebol concretizava as esperanças de noventa milhões nos campos mexicanos. A alegria pelo tricampeonato de futebol foi aproveitada pelo regime como mais uma de suas conquistas. Uma intensa guerra de propaganda inundou o país com seus *slogans* ufanistas: "Este é um país que vai prá frente"; "Ninguérn segura este país"; "Brasil: ame-o ou deixe-o". A seleção tornava-se o regime de chuteiras e este, sinônimo da própria nação.

Textos complementares:

A DITADURA MILITAR E OS PAPÉIS POLÍTICOS DOS INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA, Florestan Fernandes in *Circuito Fechado* 2. ed., São Paulo, Hucitec, 1977, p. 122-131.

O intelectual e a ditadura militar

O intelectual na América Latina está tão intimamente ligado aos setores dominantes das classes alta e média quanto o militar. Dependendo do país considerado, eles são primos, irmãos ou gêmeos. Por esta razão, o "momento de omissão" da sociedade civil, que deu ao poder militar a dimensão política descrita, foi claramente, também, um "momento de omissão" dos intelectuais. Eles estavam tão identificados com o medo pânico e tão impregnados de ardor contra-revolucionário quanto qualquer outro círculo conservador das classes alta e média dominantes.

Poder-se-ia dizer que, como categoria social, os intelectuais pagaram um alto preço à nova forma de tirania de classe e à repressão político-militar, e que um grande número de intelectuais esteve e está envolvido na resistência política contra a existência e a consolidação do novo tipo de dominação autoritária. Todavia, esta evidência revela uma dupla realidade. A exemplo dos "homens de farda", os intelectuais têm alguns segmentos radicais comprometidos com a democracia, as reformas estruturais e a autonomia nacional. Por outro lado, a condição do intelectual ainda é um fator secundário de diferenciação de papéis sociais, de ego-envolvimento e de orientações de valor. O intelectual é, fundamentalmente, um "membro responsável" dos setores das classes alta e média, e quando possível, um "cérebro pensante" leal e ativo da elite no poder.

Por isso, a militarização do poder encontrou (e vem encontrando) um apoio cada vez mais amplo e forte, ao invés de oposição por parte dos intelectuais. Uma grande maioria estava (e continua a estar) abertamente a favor da proclamada "revolução para salvar a ordem social". Esse setor aproveitou a situação para expandir a repressão militar e a opressão política, de modo aberto ou dissimulado, nas esferas das atividades intelectuais. Outros setores mais ou menos largos gostariam de fazer as coisas de "maneira civilizada", sem violências e injustiças extremas, especialmente no nível da "liberdade intelectual". No entanto esses setores também encaravam a situação em termos de "interesses de classe" e de "lealdade de classe", encarando as

medidas excepcionais contra os intelectuais como um preço necessário e aceitando, mesmo, alguns papéis repressivos para "preservar as instituições" ou para "proteger aqueles que pudessem ser defendidos"!

Apenas uma minoria se opôs à militarização do poder em nome de orientações de valor intelectuais especificamente abstratas. Uma pequena parte dessa minoria tinha uma autêntica orientação liberal-conservadora. Alguns entre eles desafiaram o poder militar ou tentaram ativar, secretamente, uma espécie de organização de autodefesa (em nome da "liberdade intelectual" clássica). Porém, um grande contingente daquela minoria seguiu os radicais, a verdadeira *intelligentsia* da América Latina, "oponentes do sistema" e, por esta razão, inimigos conscientes da ditadura militar e da florescente tirania de classe. Eles foram (e estão sendo) esmagados por meio de várias formas de repressão policial, de opressão política e de discriminação intelectual. Não foram, todavia, destruídos ou aniquilados. Ao contrário, a crise expurgou esses intelectuais de seus elementos espúrios, aumentou sua solidariedade e amadureceu sua percepção política da realidade.

A situação exposta poderia ser descrita e interpretada, sociologicamente, sob diferentes pontos de vista. No entanto, estamos interessados nas conexões estruturais e dinâmicas existentes entre o regime autoritário e os intelectuais. Por esta razão, discutiremos aqui somente três questões básicas: (1) os fatores diretos e indiretos que produziram o auto-envolvimento e a orientação coletiva dos intelectuais na direção das tendências assumidas pela militarização do poder; (2) o mecanismo de recrutamento e compensação dos intelectuais comprometidos com a construção da "infra" e da "super" estruturas de um regime autoritário; (3) as razões para o malogro dos intelectuais da América Latina, durante e depois do período de crise.

A enumeração e a análise completas dos fatores relacionados com a primeira questão é impossível. Grosso modo, os fatores mais importantes são indiretos: as posições e papéis intelectuais acham-se ramificados mediante *status* privilegiado das classes alta e média. Em conseqüência, os intelectuais ficam permanentemente expostos a interesses, a ideologias e a valores que, por sua própria natureza, são intrinsecamente conservadores, no sentido de que fazem parte do horizonte cultural conservantista dos setores dominantes das classes alta e média. Isso não significa que eles sejam contra a "modernização" ou "inimigos da mudança social", mas que a posição de classes e as orientações de classe dos intelectuais tendem a ser mais uma função da estabilidade da ordem social existente, que das exigências

específicas de suas atividades culturais, diletantes ou profissionais. Eles podem estar engajados nos processos de modernização e de mudança cultural. Mas tal engajamento possui limites restritos: (1) a preservação do *status quo*, em períodos de estabilidade social; (2) o controle político da modernização e da mudança social, pelos setores dominantes das classes alta e média, em períodos de crise. Por isso, os intelectuais não representam uma força cultural de toda a sociedade. Exercem suas atividades construtivas na qualidade de força cultural dos setores sociais que formam a *sociedade civil* da América Latina, ou seja, a parte "integrada" das sociedades nacionais a que pertencem. Essa função dirige suas atividades, construtivas para objetivos intelectuais neutros ou para fins intelectuais positivamente ligados à continuidade e ao fortalecimento dos privilégios das classes alta e média.

Esse fator indireto foi, na realidade, a fonte dinâmica do ajustamento dos intelectuais à "necessidade" dos *golpes de Estado* militares e dos seus principais "motivos de reconhecimento" para com a militarização do poder político. Entretanto, por detrás de suas atitudes, comportamentos e orientações de valor predominantes, há uma situação estrutural que fragmenta as atividades intelectuais em posições e papéis que carecem, como tais, de qualquer autonomia social e de qualquer poder político inerente de autodeterminação. Essa situação estrutural engendra uma imagem específica dos "intelectuais", na qual a facilidade com que é conquistada a estima pública e um prestígio quase ritual, mediante a publicação de obras escritas, e a impotência associada a mecanismos compensatórios de frustração e de sublimação constituem os dois lados de uma mesma moeda. Supondo que é a situação estrutural – mais do que o controle externo, imposto por meio e pelos setores dominantes da sociedade – que explica sócio-dinamicamente o complexo padrão de conservantismo, inerente aos papéis intelectuais. O que é importante considerar-se, desse ponto de vista, é que o isolamento dos intelectuais gera uma exclusão dos papéis intelectuais na dinâmica da história, da cultura e da sociedade. A "tradição liberal" torna-se um escudo, que os protege dos riscos de uma participação social aberta e responsável como intelectuais. O isolamento origina uma "torre de marfim", cuja função consiste em acomodar intelectuais às expectativas de papéis sociais e aos controles societários externos. Portanto, o isolamento não funciona como uma fonte dinâmica de auto-afirmação intelectual, de um poderoso pensamento abstrato revolucionário (ou, pelo menos, crítico). Ele funciona, antes, como instrumento de autoneutralização e autocastração, que organiza as atividades intelectuais

como formas culturais do pensamento conservador. Por meio desta situação estrutural, pois, uma sociedade civil conservadora conforma as atividades intelectuais criadoras à sua própria realidade histórico-cultural.

Isso explica porque o pensamento conservador é um produto sócio-dinâmico da organização das atividades intelectuais; e conseqüentemente, porque a grande maioria dos intelectuais está substancialmente ao lado dos *golpes de Estado* militares e da militarização do poder, em vez de se acharem em oposição frontal às restrições ou à repressão da "liberdade intelectual". Entrementes, o sistema institucional, ligado à produção, transmissão e difusão de conhecimento, também está subordinado aos privilégios sociais das classes alta e média e às suas orientações de valor conservantistas. Há pouco interesse numa discussão ampla desse aspecto – a elite cultural conservadora imprimiu uma estrutura conservadora e funções conservadoras às instituições ligadas aos meios de comunicação de massa, à educação, à pesquisa científica ou tecnológica, etc... Por isso, tão logo os *golpes de Estado* se encontraram em preparação, um plano coerente, voltado para o uso estratégico daquele sistema institucional, foi elaborado e posto em prática com êxito. O centro desse esforço baseou-se na combinação, bastante complexa, dos serviços secretos das forças armadas, dos movimentos intelectuais direitistas apoiados pelos interesses privados internos ou externos, das agências de contra-insurreição norte-americanas, de algumas empresas de pesquisa social comercializada ou aplicada, etc. O que interessa à presente discussão é a conglomeração dos motivos intelectuais predominantes, que foram tão decisivos para os desígnios dos serviços secretos e estados-maiores das forças armadas.

Em todos os níveis, o sistema institucional organizado em torno de objetivos intelectuais esteve, e está, enfrentando uma crise interna. Em todas as instituições, um elemento comum de crise é a "diferença de gerações", que na América Latina assume um caráter dramático de conflito dos jovens contra formas abertas ou disfarçadas de controle gerontocrático do poder. Foi verdadeiramente fácil unir os interesses dissimulados das elites intelectuais, em nome da "defesa da ordem". Um segundo conflito importante apareceu nas universidades, nas quais os melhores representantes das profissões liberais viram-se confrontados com as exigências de um novo padrão de trabalho de tempo integral. Nesta esfera, de novo, os interesses dissimulados encontraram proteção sob a bandeira da "defesa da ordem". Em algumas instituições dedicadas à pesquisa científica e tecnológica há um conflito entre duas tendências diferentes: a pesquisa considerada como um meio honorífico de se obter salários e prestígio, em contraposição à pesquisa empenhada no

avanço do conhecimento original. Aqui, os interesses dissimulados triunfaram, rotulando a devoção ardente à pesquisa científica e tecnológica como "ameaça comunista" aberta ou camuflada. De um modo geral, a competição profissional e o conflito social envolveram motivos intelectuais na zelosa "defesa da ordem". Nessas circunstâncias, os interesses dissimulados transformaram-se, no seio dos círculos intelectuais, em armas venenosas. Eles impediram, ao mesmo tempo, qualquer espécie de resistência intelectual efetiva contra o obscurantismo ou qualquer espécie de solidariedade intelectual genuína. Os três exemplos fornecem uma clara evidência de duas coisas diferentes: (1) as instituições organizadas em torno das atividades intelectuais constituíram cenário dos mesmos conflitos que impeliram os militares aos *golpes de Estado* e à militarização do poder político; (2) essas instituições foram usadas em proveito dos interesses escusos predominantes, para apoiar tanto os *golpes de Estado* militares, quanto a militarização do poder político. Consideradas em seus níveis de atividades "profissionais" ou "culturais", as elites intelectuais aparecem como agentes da contra-revolução burguesa e o "braço pensante" do poder militar.

A segunda questão, concernente aos mecanismos de recrutamento dos intelectuais envolvidos na construção dos regimes autoritários emergentes, coloca dois problemas diversos. Um, relacionado com o período de "conspiração", no qual os intelectuais conservadores foram gradualmente absorvidos pelos serviços secretos e os estados-maiores das forças armadas. O outro, relaciona-se com o período de organização e de consolidação da militarização do poder político.

As recentes mudanças da tecnologia bélica, do padrão de guerra e de envolvimento dos interesses militares na pesquisa científica e tecnológica deram origem a um processo mais complexo de intelectualização dos militares, sob o patrocínio dos Estados Unidos, esse processo teve uma influência concentrada na América Latina: os militares tornaram-se os campeões de uma teoria simplificada de "desenvolvimento dentro da segurança" e, também, os *policy-makers* de uma concepção pervertida de "associação independente", que desempenhou uma função básica na organização política de seus países na década de 1960. À semelhança dos outros setores das elites civis no poder, os intelectuais foram maciçamente absorvidos pelas agências culturais e, pelos "contratos" militares durante o período de "conspiração". Por meio de tais processos, pelo menos os melhores representantes dos intelectuais conservadores sofreram algum tipo de doutrinação militar e de ressocialização política autoritária. Além disso, as chamadas elites culturais foram preparadas

não só para dar sua aprovação aos *golpes de Estado* militares, pois elas também estavam identificadas, politicamente, com a militarização do poder e predispostas a aceitar a liderança política dos militares nos termos que estes propunham, isto é, sob regime autoritário.

Por causa disso, o recrutamento de intelectuais para cooperar na construção de um novo regime autoritário não enfrentou dificuldades. A realização desse objetivo seria, sob quaisquer condições, muito fácil em países tão minados por um conservantismo obscurantista, fortes interesses particularistas de classe e uma classe média ávida por poder. Por outro lado, a transição para o novo padrão de industrialismo dependente criou sua própria esfera de racionalidade, na qual os intelectuais podem encontrar diferentes áreas de realização criadora e uma arena de poder. O fluxo da cooperação intelectual, leal e entusiasta ou fria e calculada, ultrapassou todas as expectativas (e mesmo as probabilidades existentes de absorção útil). Alguns atritos surgiram destruindo a ilusão de que "a restauração da ordem" envolveria rápido restabelecimento do controle civil do poder político, e provocando o retraimento dos intelectuais que fizeram o papel de "inocentes úteis" ou de, "aliados perigosos", mas a massa dos intelectuais "conservadores" ("liberais" ou "neutros") mostrou uma grande tolerância, proclamando sua fé na "ordem revolucionária".

Os atritos tiveram diferentes motivos. Para os intelectuais, o mais importante era (e é) a emergência, entre os militares, de uma elite contra-intelectual. Isso indica que os militares estão dispostos a criar seus próprios intelectuais – para acabar com a competição intelectual em volta de posições de força e para estimular o monopólio militar das melhores oportunidades intelectuais. Outra causa importante de atritos foi (e é) o estilo militar de controle e liderança. O mecanismo vertical de decisão do tope e de mando parece chocante e limitativo, mesmo para os intelectuais mais servis. Finalmente, os militares esposaram uma visão sectária e puritana dos seus papéis como "*policy makers*". Eles fazem consultas formais e informais em "alto nível", ou seja, ao nível das elites no poder (incluindo as elites culturais). Mas, demonstraram pouca flexibilidade em pontos já assentados por suas doutrinas preestabelecidas e não revelam qualquer disposição para as "discussões acadêmicas". Em conjunto, esses atritos dão um sabor amargo à participação do poder político-militar. Não obstante, os militares conhecem as vantagens básicas da especialização, da cooperação disciplinada, e da modernização do Estado. Sob sua responsabilidade, o regime autoritário está se tornando um Estado tecnocrata de múltiplas faces. Isto implica uma miríade

de oportunidades para os intelectuais de “mentalidade aberta” e tolerantes. No fim, eles perdem o sentido de dignidade, inerente à posição do intelectual na sociedade. Mas ganham *poder “vivo”* como lacaios do poder político-militar institucionalizado.

Os mecanismos de recompensa repousam, portanto, em oportunidades a serem mantidas ou em novas vias de acesso aos diferentes níveis de poder. Os intelectuais “revolucionários” – aqueles que estão identificados com os *golpes de Estado* militares e com a militarização do poder político – podem ter uma desculpa. Eles olham a si próprios como agentes do novo tipo de leviatã, como os cérebros pensantes das forças armadas, e como “a inteligência do regime”. O mesmo poderia ser dito em relação aos técnicos e aos cientistas envolvidos na tecnocratização do poder político-militar (do Estado e das forças, à educação, a meios de comunicação de massa, à economia etc.). Eles se vêem – e são realmente – a “verdadeira inteligência” daquele leviatã, a elite cultural que está emergindo com e por meio do regime autoritário militar. Mas eles possuem adicionalmente, uma idéia clara de que podem sobreviver politicamente, sem o poder militar. Os dois setores intelectuais mencionados estão construindo, sob a dominação militar, com a cooperação dos interesses privados internos ou externos, e o auxílio do poder continental hegemônico, os Estados Unidos, uma versão latinoamericana aperfeiçoada do salazarismo e do franquismo.

Por aí se vê que o antigo tipo de intelectual “liberal” e o tipo moderno de intelectual “tecnocrata” estão unidos na mesma causa e são compensados pelos mesmos meios. Algumas vezes, contam com as mesmas origens sociais ou culturais e alimentam interesses profissionais abertos ou dissimulados similares. Contudo, o último setor tem mais em comum e identifica-se mais com os militares; sem contar que um regime autoritário moderno pode produzir mais dividendos para ele, independentemente de qualquer ônus moral ou político. Por meio de semelhante regime, os intelectuais do último setor estão construindo mais do que as estruturas políticas e administrativas da ditadura militar. Eles estão tentando construir o tipo de economia, de sociedade e de Estado nos quais poderão ser, sob o capitalismo industrial dependente, uma poderosa elite cultural.

A terceira questão, as razões de malogro da *intelligentsia* latino-americana, levanta muitos problemas que não podem ser discutidos aqui. Para evitar mal-entendidos: eu acredito que parte dos intelectuais constituiu uma *intelligentsia* verdadeira, orientada na direção de uma percepção e de uma explicação crítica da realidade e da construção de uma concepção

negativa do mundo, oposta à ordem social existente, baseada em extrema concentração da riqueza, do prestígio e do poder no tope, e numa grande massa de iniqüidades sociais e de miséria; e voltada para reformas democráticas ou para a revolução social. A situação externa dessa *intelligentsia* explica sua falta de consistência, sua fraqueza intelectual, e sua irracionalidade política. Ela é o produto de interesses de classe e de ideologias divergentes: os intelectuais ilustrados, de origem “burguesa” ou “pequeno-burguesa”; a moral radical, de extração católica ou de outras raízes religiosas e humanitárias; o jovem rebelde, em sintonização com os diferentes movimentos modernos de protestos de geração; os intelectuais definidamente comprometidos com atividades e ideologias de esquerda, do anarco-sindicalismo e do socialismo às várias correntes atuais do comunismo; os tecnocratas politizados, fascinados pela “revolução da ordem social” por meio do poder político organizado e do capitalismo de Estado, etc. Assim, devido à sua composição social, padrões culturais e identificações políticas, a emergente *intelligentsia* latino-americana constitui mais uma *congérie*, que um todo diferenciado e articulado. Não obstante, apresenta certos laços de solidariedade intelectual e de associação política. E, o que é mais importante, ela é um setor ativo dos intelectuais, cuja influência vem crescendo rapidamente nas últimas quatro décadas graças à sua enorme capacidade criadora, de fermentação e de produção intelectuais. Por essa razão, foi o único setor dos intelectuais que tentou desenvolver, primeiro, a desobediência civil sistemática e, mais tarde, uma oposição aberta contra *golpes de Estado* militares e a militarização do poder político.

As razões que explicam o apoio dado pelos intelectuais à contra-revolução também explicam o malogro da *intelligentsia* latino-americana. Na falta de condições para um envolvimento permanente dos pobres no seio do poder organizado institucionalmente, nos processos culturais de integração nacional e nos movimentos de protesto social, aquela *intelligentsia* não conta com o apoio social necessário. Os chamados “setores radicais” da classe média podem oferecer um cenário, algumas condições de comunicação de massa e uma estreita base política. Não obstante, como são uma minoria desorganizada e instável, até agora mostram-se mais capazes de fazer face às frustrações da própria classe média, que de abrir caminho para as reformas democráticas ou a revolução social. Por conseguinte, a *intelligentsia* latino-americana usa o vácuo político e o tipo de liberdade criados pela ordem social existente para fins conservadores e para a dominação autocrática. Assim que os setores dominantes das classes alta e média perceberam os riscos inerentes à existência, ao crescimento e às atividades de tal *intelligentsia*,

existiam duas coisas que eles podiam fazer facilmente: (1) a supressão do vácuo político (por meio de uma superconcentração do poder); (2) restrição da liberdade para os interesses e valores políticos da elite no poder (mediante uma superestimulação dos mecanismos existentes de opressão de classe). Se a situação histórica fosse diferente, essas duas medidas não seriam exeqüíveis (o que significa que os *golpes de Estado* militares e a militarização do poder seriam impedidos, por meio da ação social dos setores "radicais" das classes médias e dos pobres). Mas na situação dada, ambas as medidas foram impostas sucessivamente e a *intelligentsia* latino-americana perdeu, por algum tempo, seu débil sustentáculo social e suas oportunidades para uma influência aberta.

A análise anterior demostra que a fraqueza básica da *intelligentsia* latino-americana é um produto estrutural e dinâmico de suas inter-relações com as elites culturais existentes. Para ser livre e revolucionária, uma *intelligentsia* precisa romper, parcial ou totalmenle, com as classes dominantes e suas elites no poder. Mas a *intelligentsia* latino-americana é predominantemente composta de profissionais ligados à ordem social por meio de posições de classe média (a grande maioria) e alta (uma pequena minoria). Como as sociedades não possuem garantias de liberdade institucionalizadas e reais, esse setor não pode empreender uma luta independente pela democracia, pela reforma social e mesmo pela "revolução nacional". As implicações negativas de tal situação são muito complexas, uma vez que as identificações sociais e as orientações de valor das classes médias, dentro de uma sociedade capitalista de consumo em massa subdesenvolvida, ultrapassam o nível político. O estilo de vida e as expectativas sociais predominantes produzem um compromisso com o uso conspícuo do tempo e com objetivos políticos ou culturais que estão em contradição com uma atitude de negação da ordem social. Esta situação provoca algumas incongruências insuperáveis, tais como um radicalismo tipicamente compensatório, e outras irracionalidades, que resultam da ambigüidade do "esquerdismo" nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas. A "negação da ordem" toma simultaneamente formas diferentes, desde a "consolidação da democracia" e da "revolução por meio do desenvolvimento" (ambas "revoluções dentro da ordem") até a revolução social. Tais alternativas confundem opções políticas, ideológicas e utópicas exclusivas, dando origem a um pensamento não-conformista politicamente ineficiente.

O malogro da *intelligentsia* latino-americana reflete, de fato, o malogro de suas sociedades, com respeito à sua organização interna e à sua evolução como sociedades competitivas. A minoria dos privilegiados controla o poder

político por meio de uma sociedade cívica parcialmente fechada. A maioria dos pobres e da gente marginalizada ou semi-marginalizada constituem *congéries* destituídas de poder. A *intelligentsia* foi incapaz de superar a brecha histórica e sua oposição à contra-revolução apenas inicia o caminho em direção a uma nova era. Na qualidade de único setor entre os intelectuais que opôs resistência aos *golpes* de Estado militares e à militarização do poder político, ela foi parcialmente esmagada e banida de suas funções culturais estratégicas. Em resumo, os intelectuais não constituíram problema para a ditadura militar e para a nova tirania de classe. Eles deram apoio a nova tendência com lealdade ou por interesse. Os que ficaram com a democracia e na oposição eram demasiado fracos para organizar uma reação interna, Por isso, foram derrotados quase sem luta, embora não tenham se rendido, até agora, diante da violência militar e da contra-revolução "burguesa".

RECEITAS PARA A LUTA ARMADA, Jacob Gorender, in *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, p. 79 - 83.

À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguia-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou em axioma, nem por isso unificou a esquerda. À questão da luta armada se acrescentavam outras, concernentes aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais, etc.

O cruzamento destas e outras variáveis explica a proliferação de tantas siglas na esquerda daqueles anos. O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui por meio de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de rachas, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas.

Examinemos agora as matrizes intelectuais da luta armada.

Naquela época, o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. Em julho de 1962, assisti em Montevidéu ao Congresso do Partido Comunista do Uruguai, na qualidade de delegado do PCB (a única vez que me confiaram uma delegação no estrangeiro), ouvi Blas Roca, chefe da delegação cubana e antigo secretário-geral do Partido Comunista, expor a descoberta atribuída à Fidel Castro sobre a revolução que, começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, de preferência montanhosa. Embora conhecesse mal as circunstâncias da Revolução Cubana, constatei a simplificação, a omissão de determinações históricas e a pretensão injustificada à generalidade, que se projetavam na exposição do veterano Blas Roca.

A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco por meio dos escritos de Ernesto *Che* Guevara, desde *A Guerra de Guerrilhas* de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo. Muito depois, no livro publicado em 1974, o intelectual francês ensaiou algumas ressalvas ao folheto, porém não chegou a fazer autocrítica. Deixo de lado *La critique des armes*, não só pelas deformações fatuais e pela pobreza de idéias, como, sobretudo, porque já nenhuma influência marcou na esquerda brasileira.

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria *continental,* impondo-se por cima de diferenças nacionais secundárias, e *diretamente socialista.* A simpatia inicial de forças burguesas, como se deu em Cuba, constituía excepcionalidade irrepetível. Tampouco se repetiria outra excepcionalidade: certa leniência do imperialismo norte-americano, que se deixou enganar acerca das intenções e da integridade dos revolucionários da Sierra Maestra.

Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. Ou seja, a vontade, de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor – as massas.

Em *A guerra de guerrilhas,* Guevara ainda faz a ressalva sobre a inviabilidade do foquismo em países sob regimes constitucionais, nos quais se realizem eleições, mesmo fraudulentas. Escritos posteriores do próprio *Che* anularam a ressalva, salientaram o beco sem saída das formas legais de

lutas de massas e converteram a guerrilha rural na forma absoluta da ação revolucionária.

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército (a predileção pelas montanhas denunciava um fácil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva.

Inserido na onda de exaltação da guerrilha rural, Debray não só afirmou que as cidades são o túmulo da revolução, como se permitiu ridicularizar os revolucionários urbanos – acomodados "burgueses" da esquerda.

O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.

Em parte ou totalmente inspiradas no foquismo, guerrilhas fervilharam na América Latina dos anos 60. Na Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru. Algumas dessas guerrilhas se confinaram em lugares isolados e remotos, enquanto outras viveram um momento efêmero. No Peru, os focos guerrilheiros simultâneos de Luis de la Puente Uceda (dissidente da APRA) e de Hector Bejar (dissidente do PC) foram aniquilados em 1965, no curto prazo de quatro meses. Em 1963, o Exército peruano já havia destroçado com facilidade a guerrilha do Hugo Blanco, líder trotskista prestigiado entre as massas camponesas da região de Cuzco, quando as liderou na ocupação de terras ociosas.

Em 1967, foi a vez do próprio Guevara aplicar sua teoria na Bolívia. Nem mesmo o malogro desta tentativa heróica conduziu ao exame despreconceituoso da teoria, ao menos em grandes setores da esquerda radical brasileira. Continuou válido o apelo guevarista para que surgissem novos Vietnãs como se isto dependesse de um ato de vontade.

O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do

Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada, a partir do zero. Ainda não faz muito, na entrevista a Roberto D'Avila, transmitida a 22 de dezembro de 1985 pela TV Manchete, Fidel Castro dizia: *"Começamos do zero, do nada, de um punhado de homens"*. Não há começo a partir do nada, exceto o que os crentes atribuem a Deus na teologia judaico-cristã. O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda. Tanto que pôde travar as primeiras escaramuças apenas um mês depois da chegada à Sierra Maestra. Quatro meses mais, enfrentava vitoriosamente um combate de grande envergadura. É que, desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento.

A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. Esta campanha nacional contra a ditadura de Batista, de que participavam o Movimento 26 de julho chefiado pelo próprio Fidel Castro e por Frank País, o Diretório Revolucionário, o Partido Comunista, sindicatos operários e mesmo correntes políticas burguesas, é que reduziu consideravelmente a eficiência do Exército de Batista e forneceu aos guerrilheiros elementos materiais e morais para as suas façanhas. O mérito excepcional de Fidel Castro consistiu em nunca ter desistido da luta armada, movida pela convicção certeira de que só podia dar o golpe decisivo no aparelho de Estado burguês e, levá-lo ao desmantelamento. Esta tenacidade para recomeçar após sucessivas derrotas aparentemente terminais, vinculada à arte política criativa e audaz, fez de Fidel Castro o maior líder revolucionário da América Latina, no século XX.

Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco. Esclarecedor a respeito é o valioso livro de Vânia Bambirra.

Conforme demonstrou magistralmente Eric Wolf, as lutas camponesas tendem por si mesmas ao isolamento regional e só saem dele quando se associam a uma causa nacional. Na China, foi a guerra antijaponesa que transformou o exército de Yenam numa força capaz de derrubar Chiang-Kái Chek. No Vietnã, a luta camponesa se identificou à guerra de libertação contra o colonizador francês. O mesmo na Argélia. Em Cuba, a guerrilha encontrou o terreno preparado pelo movimento nacional contra a ditadura de Batista. Na Nicarágua, a vitória foi o fruto da luta nacional contra a ditadura de Somoza, travada pelas três correntes guerrilheiras unificadas no campo e em Manágua.

Os casos contrários, de guerrilhas rurais mantidas em prolongado confinamento local ou regional, são ilustrativos: Colômbia, Guatemala, Peru,

Filipinas. O caso de El Salvador fica à parte; ali, a guerrilha só não venceu ainda por causa da intervenção maciça dos Estados Unidos.

Por que, então, a reiteração até hoje, de que em Cuba tudo começou do zero, do nada?

No momento da fuga do ditador Fulgencio Batista, o exército rebelde se tornou a única força militar organizada e senhora do poder de coerção. Só isto e mais o prestígio nascido do combate guerrilheiro faziam de Fidel Castro o líder inconteste, da revolução. Mas era preciso sancionar o monopólio material da coerção pela legitimação ideológica perante as demais correntes participantes da revolução e perante as massas. Para isto é que serviu e continua a servir o mito criacionista do punhado de heróis iniciadores de tudo a partir do nada.

Em 1966, começaram a circular de mão em mão os exemplares mimeografados do folheto *Salve a vitória da guerra popular!*, cujo autor, Lin-Biao, desapareceu misteriosamente em 1971. A concepção chinesa da guerra popular tinha em comum com o castro-foquismo o privilegiamento do campesinato e da guerrilha rural, a ênfase no caráter revolucionário dos povos do Terceiro Mundo e o belicismo. As sentenças de Mao – *os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil* – se tornaram senhas mágicas e contribuíram para forjar a atmosfera militarista da esquerda brasileira no final dos anos 60.

Não obstante, o folheto de Lin-Biao apresentou duas divergências fundamentais em face do foquismo. Em primeiro lugar, subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob direção absoluta do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da guerra popular prolongada. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas, bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal.

Os agrupamentos trotskistas ortodoxos rejeitaram o foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular. Sob o enfoque da revolução permanente, continuaram a se inspirar no modelo insurrecional soviético, seja no aspecto tático, seja no objetivo estratégico da ditadura do proletariado. Em conseqüência, atribuíram prioridades às lutas da classe operária nas cidades sob a direção do partido de vanguarda. Os trotskistas defendiam o caminho

armado para a conquista do poder, porém recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas.

Afora o PCB, por seu apego ao caminho pacífico e por ter se convertido em apêndice da oposição burguesa, foram os trotskistas ortodoxos o único segmento da esquerda brasileira que se imunizou inteiramente contra a febre militarista dos anos 60.

Cabe aqui um esclarecimento de ordem semântica. O termo *militarismo*, dicionarizado como indicativo da preponderância dos militares na vida política, recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas militaristas eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas.

Referências Bibliográficas: Fidel Castro. *Coletânea de textos*. Organização e introdução de Emir Sader. São Paulo, Ática, 1986; *Che* Guevara. *Coletânea de textos*. Organização e introdução de Eder Sader. São Paulo, Ática, 1981; *Che* Guevara. *A guerra de guerrilhas*. São Paulo, Edições Populares, 1980, 1. ed. Diário. *Introdução de Fidel Castro*. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1980; ld. *Textos políticos*, Centro Editorial Latino-Americano, 1980.

Bibliografia básica:

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 5. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984. Nesse livro paradidático o autor fornece os elementos fundamentais para a análise da última fase do período populista no Brasil desde a renúncia do presidente Jânio Quadros até a destituição de João Goulart. Combinando de forma apropriada as questões políticas e econômicas, Navarro procura reconstruir o clima de radicalização social e os impasses do governo reformista de Goulart.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed., Petrópolis, Vozes, 1989. Vigoroso estudo que procura analisar a constituição do Estado de Segurança Nacional e de seus inúmeros organismos de controle social e repressão a partir do relacionamento entre as forças no poder e os movimentos políticos e sociais de oposição. Destaque especial para os dados empíricos sob forma de tabelas que embasam as reflexões da autora.

Bibliografia complementar:

Sobre o desenvolvimento da tecnocracia brasileira e suas vinculações com os grupos empresariais e militares: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

Para uma visão geral do período de 1964 a 1974: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989 (cap. I, II, III, IV e V).

2. REDEMOCRATIZAÇÃO

O governo Médici paralisou a oposição. Como seus antecessores militares, prometeu restabelecer a democracia no Brasil. Ao contrário, foi responsável pela ampliação da censura e da repressão política. Em sua única entrevista coletiva, o general mostrava sua visão particular sobre a democracia:

> A democracia plena é um ideal que, se em algum lugar já se realizou, não foi certamente no Brasil. Pelo menos eu, que tomei parte na primeira revolução, em 1930, à procura desse ideal, ainda não a vivi. Entre nós, não se pode, pois, falar, com propriedade, em retorno à democracia plena.[12]

Mas o efeito devastador de Médici sobre os oposicionistas, que inquietava amargamente aos oposicionistas, residia em sua popularidade. Nas eleições parlamentares de 1970 e nas municipais de 1972, a Arena, o partido governista, obteve vitórias acachapantes. A oposição legal não conseguia transpor o cerco da repressão política e chegou a discutir seriamente a sua dissolução como forma de protesto e desmascaramento do autoritarismo vigente. A esquerda armada completamente derrotada ao final de 1973, começava a rever a sua estratégia "foquista" e buscava saídas políticas para o seu isolamento. Ao mesmo tempo, a situação econômica e a intensa propaganda oficial ampliavam a aceitação do regime, que atingia o seu zênite.

Em 1973 institucionalizou-se o processo de eleição indireta para a Presidência da República. A partir de então, o cargo máximo da nação passava a ser escolhido por um colégio eleitoral, composto por delegados das Assembléias Legislativas Estaduais e pelo Congresso Nacional. Com esse mecanismo, o governo procurava legitimar, por meio do jogo eleitoral, o seu controle político. Deixava a oposição em situação ainda mais adversa, porque o colégio eleitoral permitia, apesar de todos os casuísmos, uma candidatura oposicionista.

A essa altura, o MDB pôs em prática uma estratégia que se revelaria extremamente engenhosa. Aproveitando as pequenas brechas concedidas pela ditadura, foi lançada a anticandidatura de Ulysses Guimarães à presidência. Anticandidato porque de antemão anunciava a impossibilidade da vitória diante de tal sistema eleitoral. Assim, no lugar de simplesmente disputar as

---

[12] *Apud* Daniel Drosdoff, *Linha-dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974.* São Paulo, Global, 1986, p. 29.

eleições, o MDB aproveitava-se delas para denunciar as arbitrariedades do poder militar, organizando centenas de manifestações públicas que rompiam, de certo modo, o silêncio imposto pela censura. O carro-chefe de sua pregação seria a restauração das liberdades democráticas e a defesa dos direitos humanos. Com isso, o MDB iniciava sua ofensiva política, procurando tornar-se um veículo efetivo para os descontentes com o regime.

O Gal Ernesto Geisel, candidato da Arena, venceu facilmente o representante da oposição. Ligado à "Sorbonne" militar, o novo presidente iniciou o processo de flexibilização do regime por meio de sua "política de distensão" que previa uma série de alterações parciais (abrandamento da censura e de medidas repressivas e negociações com setores oposicionistas). Seu objetivo era atenuar as tensões decorrentes do exercício do poder em regras tão autoritárias e alargar a base de sustentação do governo por meio da cooperação de setores da oposição. Como afirmou uma das principais estudiosas do período: "O resultado final do sistema político a ser desenvolvido constituiria o que o presidente Geisel chamou de "democracia relativa" ou "democracia forte". Neste modelo de democracia relativa, o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada. As instituições políticas de representação, entretanto, seriam dotadas de suficiente flexibilidade para permitir uma participação limitada no processo decisório. Era um programa atento à advertência do general Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida"[13].

Apesar de todos os casuísmos e da intensa propaganda oficial, em 1974, os primeiros insucessos do "milagre brasileiro" começaram a corroer a popularidade do regime e, além do mais, a seleção brasileira não conseguiria repetir o feito de quatro anos antes, obtendo apenas a quarta colocação na Copa do Mundo da Alemanha, com um futebol sofrível... Os resultados desse desgaste puderam ser aferidos com as eleições parlamentares de 1974 que garantiram a oposição a vitória na maior parte do país. O grande desempenho do MDB – o partido obteve, 54% dos votos válidos – levou ao Senado nomes como Paulo Brossard (RS), Orestes Quércia (SP), Saturnino Braga (RJ) e Itamar Franco (MG). Aproveitando-se das regras eleitorais, os candidatos

---

[13] MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964- 1984)*. 5. ed., Petrópolis, Vozes, 1989, p. 186.

emedebistas utilizaram com desenvoltura os meios de comunicação e estabeleceram um intenso debate político no país. Os setores oposicionistas da sociedade brasileira começavam a apoiar o partido da oposição consentida pelos militares. Mesmo assim, apesar da repressão política e dos problemas econômicos pós-milagre, os militares não passaram por um descrédito completo junto a opinião pública como foi o caso das ditaduras argentina e uruguaia, o que permitiu que continuassem a ditar os rumos da abertura, vinculada aos ditames da doutrina de segurança nacional.

As eleições de 1974 provocaram reações nos círculos militares. De uma forma mais contundente, a repressão política virou-se para o PCB, organização que não se lançara à luta armada mas que fornecera grande parte dos guerrilheiros e direções para outros agrupamentos de esquerda. Envolvidos na campanha emedebista, vários de seus militantes e dirigentes foram presos e engrossaram as listas de "desaparecidos". De outra parte, o acesso ao rádio e à televisão tornava-se limitado pela Lei Falcão, de maneira a expurgar o debate, político do jogo eleitoral. A partir de 1976, data do decreto-lei, os candidatos não poderiam mais aparecer "ao vivo" nesses meios de comunicação e deveriam se restringir a apresentar seu currículo para apreciação dos eleitores. Um ano depois novas alterações evidenciavam o receio do crescimento da oposição: após fechar o Congresso Nacional, Geisel lançava o "Pacote de Abril" que, entre outras medidas, instituía a eleição indireta para um terço do Senado Federal, ampliava o número de deputados dos estados da região Norte e Nordeste e alterava as regras das eleições para governadores estaduais.

Contando com esse reforço para as eleições parlamentares de novembro de 1978, o governo manteve a maioria e, conseqüentemente, o controle político do Congresso Nacional. Apesar de receber mais de 50% dos votos, o MDB constituía pouco mais de um terço do Senado Federal. O partido da oposição venceu em toda a região Sul, onde despontaram nomes como Pedro Simon (RS), José Richa (PR), Franco Montoro (SP) Nelson Carneiro (RJ) e Tancredo Neves (MG).

Apesar da "derrota", as eleições de 1978 marcaram a consolidação do MDB como partido de oposição. Isso se deu porque o partido conseguiu estreitar seus laços com os movimentos de resistência civil, o que lhe conferiu bases sociais mais sólidas. Por outro lado, tais movimentos puderam ampliar sua atuação, tendo o MDB como seu instrumento político para a democratização do país. Entidades como a OAB e ABI atuaram conjuntamente no sentido de combater o autoritarismo e a censura. Mas coube à Igreja Católica o papel

mais destacado nesse processo. A importância da sua atuação política no combate às violências e arbitrariedades da ditadura foi se acentuando à medida em que o regime se institucionalizava. Do apoio ao golpe de março de 1964, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) passou, principalmente, após 1969, à posição critica e a condenações públicas à ditadura militar. Além da assistência jurídica concedida a familiares de presos políticos torturados e desaparecidos, a Igreja Católica tornou-se o principal instrumento de defesa dos direitos humanos e de organização política dos mais diversos setores sociais. Por meio de diversas pastorais (Direitos Humanos, Operária, Menor, Terra, etc...) grupos sociais subalternos foram sendo estruturados numa ampla rede de resistência política e social ao regime. Como sintetizou Maria Helena Moreira Alves: "A hierarquia católica brasileira evoluiu de uma posição conservadora ou neutra, no passado, para a firme defesa dos direitos humanos e a oposição às diretrizes sociais, políticas e econômicas do Estado. Quando perguntaram ao cardeal Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, se existia um conflito entre Igreja e o Estado no Brasil, ele respondeu simplesmente que havia no país uma Igreja próxima do povo e um Estado cada vez mais isolado e hostil ao povo"[14].

Além dessa proximidade de atuação com a Igreja, a partir de 1978 o MDB conseguiu canalizar para suas fileiras outros movimentos sociais que davam início a seu processo de reorganização. Depois de anos de clandestinidade, os estudantes voltavam a ocupar as ruas em manifestações que exigiam o fim da ditadura militar e ensaiavam a reconstrução da UNE, na ilegalidade desde 1966. Duramente reprimido – um dos exemplos mais contundentes é o da invasão e depredação da PUC/SP pelas forças da repressão e a prisão de centenas de estudantes em 1977 – o movimento estudantil procurava combinar sua mobilização sindical com a aliança política com os demais setores oposicionistas, descartando a opção pela luta armada. Nesse sentido, o MDB constituiu-se no campo estratégico privilegiado para essa aglutinação.

Pouco a pouco, as tensões sociais abafadas durante os anos de maior repressão política começavam a emergir. Em 1978 uma ruidosa greve de metalúrgicos na região paulista do ABCD surpreendia o país. Decorridos dez anos desde as greves de Osasco e Contagem, o movimento operário voltava à cena política, apesar da coercitiva legislação trabalhista e de seus mecanismos de exclusão política da classe trabalhadora. Reivindicando uma

[14] lbidem, idem, p. 203.

reposição salarial de 34%, cerca de 80 mil trabalhadores desafiaram as restrições legais da ditadura e obtiveram uma significativa vitória. Além das repercussões em outras categorias profissionais que também passaram a organizar-se, as greves incorporaram setores do operariado no processo de luta pela democratização do país que, ao final do governo Geisel, já parecia iminente[15].

O penúltimo governo militar teve como característica fundamental a "contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política"[16]. Ao mesmo tempo em que a política palaciana permitia certo espaço para a organização da oposição – um dos últimos atos de Geisel foi a revogação do AI-5 em dezembro de 1978 – setores ligados diretamente à linha-dura e ao aparato repressivo respondiam implacavelmente às reivindicações sociais e às pressões políticas. As mortes do jornalista Wladimir Herzog em setembro de 1975, do operário Manoel Fiel Filho em janeiro de 1976 e de dirigentes do PC do B em dezembro do mesmo ano, evidenciavam as reações às tentativas de liberalização do regime. As denúncias de tortura e o assassinato de Herzog e de Fiel Filho acabaram por levar o presidente Geisel a sérias dissensões com os setores da linha-dura, representados, nesse momento, pelo ministro do Exército, general Sylvio Frota, postulante à presidência da república, culminando em sua demissão em outubro de 1977[17].

A essa altura a sucessão de Geisel expunha as fragilidades do regime. Em meio ao afluxo dos movimentos sociais e ao fortalecimento da oposição, os militares encontravam-se seriamente divididos. Descartada a candidatura de Sylvio Frota, a indicação do candidato governista foi controlada por Geisel que acabou por articular o nome do presidente do SNI, o general João Baptista Figueiredo, tendo como vice o ex-governador mineiro Aureliano Chaves. Pela oposição, que procurava tirar proveito dessas dissensões, foi lançado o general Euler Bentes Monteiro, militar da reserva que representava os setores

---

[15] Os metalúrgicos paulistas tornaram-se o setor mais combativo do movimento sindical brasileiro. Entre 1978 e 1984 suas greves constituíram cerca de 67% do total de paralisações no Brasil. Em 1976 apenas 50% da pauta de reivindicações dos sindicatos do ABCD, foram atendidas. Oito anos mais tarde, 77% dos itens reivindicados foram atendidos pelos representantes dos empregadores. Cf. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Sindicalismo brasileiro e pacto social* in *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, 13:23-25, 1985.

[16] MOREIRA ALVES, Maria H., op. cit., p. 200.

[17] Segundo Alfred Stepan, Frota teria tornado-se representante da linha-dura para obter apoio para suas pretensões presidenciais. Durante o governo Médici, como comandante do 1º, Exército, procurava conter e inibir os praticantes de tortura contra presos políticos. *Os militares: da Abertura à Nova República*. 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 53-54.

liberais e nacionalistas das Forças Armadas, tendo como companheiro de chapa o senador do MDB gaúcho Paulo Brossard. Em outubro de 1978, a chapa governista é escolhida pelo Colégio Eleitoral.

O governo de Figueiredo deu continuidade à distensão ensaiada por Geisel. Prometendo fazer do Brasil um país democrático, o último presidente militar pôs em prática a política da "abertura", concedendo a anistia política e permitindo a reorganização político-partidária. Os setores mais organizados da sociedade reivindicavam uma anistia ampla, geral e irrestrita. Procurando manter o compasso gradualista da liberalização do regime, Figueiredo sancionou, em agosto de 1979, a Lei da Anistia, que beneficiou mais de 4 mil pessoas apenadas durante os anos da ditadura. A maior restrição ficou por conta dos condenados pelos chamados "crimes de sangue" cometidos pelos guerrilheiros opositores ao regime. Por outro lado, a lei incluía o perdão incondicional aos integrantes dos órgãos de repressão envolvidos em torturas e assassinatos de presos políticos.

Antes disso, logo no início de seu governo, uma nova onda grevista tomava conta do ABCD. Uma rápida ação repressiva acarretou na intervenção dos sindicatos e na cassação de seus líderes. Rapidamente, em torno dos operários organizou-se um forte movimento de resistência civil, contando com a participação de muitos dos setores que lutavam pela redemocratização do país. Destituídos de seus sindicatos, os operários obtiveram o apoio da Igreja Católica que cedeu a catedral de São Bernardo do Campo para sede do movimento grevista. Políticos do MDB, estudantes, intelectuais e jornalistas tomaram parte em várias assembléias que excederam o número de 100 mil participantes. Em muitos lugares do país foi organizada uma ampla rede de solidariedade que coordenou a arrecadação de alimentos e recursos para as famílias dos operários grevistas.

Amadurecido pelas vitórias de 1978, o movimento grevista dirigia suas baterias contra a estrutura sindical vigente. Afora as reivindicações salariais, os metalúrgicos estabeleciam a negociação direta com os empregadores. Além disso, na prática, viam reconhecida a representatividade das comissões de fábrica e das suas novas lideranças sindicais, entre as quais despontava o nome de Luís Inácio da Silva, o Lula. Mais uma vez a onda grevista não se circunscrevia ao ABCD Por todo o país, centenas de outras categorias – incluindo setores assalariados da classe média, como médicos, professores e funcionários públicos também estabeleciam uma nova forma de atuação sindical e desafiavam, o regime militar com seus movimentos reivindicatórios. Começava a esboçar-se um novo sindicalismo, contestador

das práticas das lideranças “pelegas” e diverso daquele existente no país durante a República Populista, umbilicalmente atrelado ao Estado.

A atuação do movimento operário serviu como divisor de águas para o processo de abertura política. Em primeiro lugar porque as demandas sociais provenientes conjunturalmente da crise econômica da segunda metade da década de 1970 aceleraram as medidas de liberalização política. Em segundo lugar porque se definiam os limites da abertura. Como afirmou Maria Helena Moreira Alves:

> Ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com os partidos e instituições civis dos setores de elite, o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora. A repressão sofisticava-se, selecionando as classes a atingir. As greves não seriam mais toleradas, e toda a força do Aparato Repressivo seria empregada para fazer frente aos desafios à política salarial e à legislação de greve[18].

Um ano depois, um novo movimento grevista tomava conta do ABCD. Desta feita a reação do governo foi mais violenta. Intervindo nos sindicatos e prendendo seus diretores – que seriam enquadrados na Lei de Segurança Nacional –, o governo dava mostras de que o Estado de Segurança Nacional ainda controlava o país. Após 41 dias os trabalhadores encerraram a greve sem alcançar suas reivindicações. Em fevereiro de 1981, os principais dirigentes metalúrgicos seriam julgados e condenados por um tribunal militar. Nesse ano os metalúrgicos do ABCD não tiveram forças para organizar uma nova greve.

Apesar de derrotados, os líderes sindicais conseguiram angariar apoios importantes no Brasil e no exterior. A essa altura uma parcela considerável do novo movimento estudantil, que conseguira reestruturar suas entidades e atuava em conjunto com as outras forças do campo democrático, começava a ser atraída pela atuação de Lula e dos demais dirigentes do ABCD. Também o foram os participantes dos movimentos de base e das diversas pastorais coordenadas pela Igreja Católica, bem como os remanescentes dos grupos de esquerda. Essa ampla rede de simpatizantes tornou-se fundamental à época da mudança do quadro partidário patrocinado por Figueiredo.

O crescente fortalecimento do MDB, apesar dos seguidos casuísmos aplicados à legislação eleitoral, permitia ao governo vislumbrar dificuldades

---

[18] Op. cit., p. 256.

nos próximos e decisivos pleitos populares. O partido da oposição, ao consolidar-se como tal, arregimentava as mais diversas correntes políticas defensoras da democratização do país. Assim, sob o mesmo programa mínimo, liberais, socialistas, comunistas, democratas-cristãos, social-democratas e outros agrupamentos ideológicos, deixavam de lado suas divergências e punham-se a combater o regime militar. Nesse quadro, para os grupos militares empenhados na liberalização democrática tornava-se necessário dividir a oposição e expor suas diferenças. O arranjo bipartidário, que fora extremamente útil ao regime durante as fases de repressão política, tornara-se um obstáculo para o controle do processo de liberalização encetado pelos militares.

Apesar de constituir-se num passo decisivo para a abertura política, ao expressar mais claramente os interesses atuantes na sociedade brasileira, é no sentido da fragmentação das forças oposicionistas que se inscreve a reforma partidária de dezembro de 1979. Ao estabelecer o retorno ao pluralismo em substituição ao bipartidarismo adotado em 1965, foram extintos a Arena e o MDB. Outros 6 partidos puderam ser organizados, em respeito às severas exigências estabelecidas. Como herdeiro direto da Arena formou-se o Partido Democrático Social (PDS). A maior parte dos oposicionistas preferiu abrigar-se sob uma mesma legenda, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os trabalhistas do período populista dividiriam-se em duas agremiações: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) dirigido por Ivete Vargas e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) sob a liderança de Leonel Brizola. Reunindo os principais líderes do novo sindicalismo, grupos da esquerda estudantil dos anos 60 e 70 e setores ligados aos movimentos de base da Igreja Católica, surgia o Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim setores conservadores da oposição e dissidentes de centro do governo formaram o Partido Popular (PP) que procurava tornar-se o interlocutor para a transição democrática.

Apesar da efervescência política os anos que antecederam as eleições de 1982 foram marcados pela apreensão. Em setembro de 1980 o governo fazia aprovar no Congresso a prorrogação, por dois anos, dos mandatos dos prefeitos e vereadores, adiando as eleições previstas. Em novembro do mesmo ano um novo "pacote eleitoral" alterava as regras do jogo político, estabelecendo o recurso da sublegenda para as eleições majoritárias, e proibindo as coligações partidárias. O *pacote de novembro* representou "um recrudescimento, uma reafirmação da retórica da *Revolução de 1964*, indicando pela enésima vez a indisposição ou a incapacidade do governo em fechar o fosso que o separava até mesmo da oposição moderada. No que diz respeito ao projeto, em si

mesmo, seu principal objetivo foi impor a vinculação dos votos, em todos os níveis, tornando nulos os votos dados a candidatos de partidos diferentes. Com essa medida, todos os partidos, inclusive os pequenos, eram pressionados a apresentar candidatos a todos os cargos, inclusive o de governador, nos estados em que pretendessem concorrer. A fragmentação da frente oposicionista era assim levada às últimas conseqüências (...) Supunha-se que essas medidas reforçariam a posição do PDS em vários estados, potencializando os efeitos da utilização da máquina estatal (por meio de obras públicas e de empregos) e aumentando a importância das bases partidárias nos pequenos municípios. O objetivo era, no mínimo, conservar a maioria governista no Colégio Eleitoral que elegeria indiretamente o presidente da República em janeiro de 1985[19].

As novas medidas eleitorais tiveram como resultado o restabelecimento da bipolarização governo/oposição. O recém criado Partido Popular deliberou pela sua incorporação ao PMDB, que procurou apresentar-se como a alternativa oposicionista viável. Os demais partidos (PT, PTB e PDT) perderam apoios devido a necessidade de fortalecer o principal partido de oposição. As eleições de 1982 repetiriam o caráter plebiscitário dos pleitos anteriores.

Mas não foram apenas os novos casuísmos eleitorais que turvaram a cena política nacional. Desde 1976 vinham ocorrendo seqüestros de religiosos e oposicionistas, atentados a centros de pesquisa e jornais identificados com a oposição, o que evidenciava a ação de grupos paramilitares e extremistas descontentes com a flexibilização do regime. Diversas bancas de jornal foram incendiadas e destruídas por bombas por venderem periódicos de esquerda. Uma carta-bomba foi enviada à sede da OAB matando a secretária do presidente da entidade. Um dos mais destacados juristas brasileiros, Dalmo Dallari, foi vítima de um violento seqüestro. Outros oposicionistas também sofreram atentados a bomba em suas residências ou escritórios.

O clima de terror contra a abertura política teve no Rio Centro o seu episódio mais contundente. Na véspera do 1º de maio, durante um show musical que se realizava num centro de exposições no Rio de Janeiro, um sargento foi morto e um capitão do Exército foi seriamente ferido devido a explosão de uma bomba que transportavam dentro de um automóvel. Apesar das negativas oficiais, as evidências apontavam para um atentado terrorista

[19] Bolivar Lamounier e Rachel Meneguello, *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 77-78.

contra a comemoração dos trabalhadores promovido por militares da extrema-direita. Em agosto do mesmo ano, sem conseguir a completa apuração dos fatos, o chefe do Gabinete Civil da Presidência, arquiteto da abertura política e o principal teórico da Doutrina de Segurança Nacional, pedia demissão. O regime perdia o seu maior ideólogo.

Ainda sob o clima de incerteza, em novembro de 1982, os novos partidos políticos enfrentaram-se numa das mais importantes eleições da história do país. Os casuísmos e a manutenção da Lei Falcão garantiram ao PDS uma ampla maioria no Senado Federal e o maior numero de governos estaduais. Na Câmara dos Deputados, graças ao alinhamento da pequena bancada do PTB, o governo conseguiria manter 52% de apoio. O PMDB venceu as eleições em alguns dos principais estados: SP, MG, PR, GO. O PDT obteria uma importante vitória com a eleição de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

A partir de então, o principal objetivo das oposições seria restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República. O movimento denominado "Diretas Já" que começou reunindo alguns milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras, ganhou a simpatia da maior parte do país, assumindo proporções gigantescas. Em 1984, milhões de pessoas saíram às ruas exigindo o fim da ditadura militar, na maior mobilização popular de nossa história. Ainda assim, o governo mantinha-se irredutível quanto à manutenção do Colégio Eleitoral como forma de escolha do sucessor de Figueiredo, mas, diante do apelo popular, oferecia à oposição a possibilidade de um acordo envolvendo as eleições presidenciais em 1988.

Por meio de uma Emenda Constitucional, os oposicionistas tentaram forçar o Congresso Nacional a atender as reivindicações das grandes manifestações. No entanto, durante a votação da emenda Dante de Oliveira, a maior parte do PDS posicionou-se contra a iniciativa da oposição. A derrota parlamentar foi contornada com um acordo entre o PMDB e setores dissidentes do partido governista. Por esse acordo, a oposição levaria ao colégio eleitoral a chapa encabeçada pelo governador licenciado de Minas Gerais, Tancredo Neves, tendo como vice o senador pelo Maranhão e ex-presidente do PDS, José Sarney. Pelo governo disputariam a eleição indireta os deputados federais, Paulo Maluf e Flávio Marcílio, sendo derrotados por mais de 70% dos votos em janeiro de 1985.

A vitória do PMDB no colégio eleitoral não alterou o ritmo da transição democrática, que permaneceu lenta e gradual, como fora concebida por Golbery do Couto e Silva. A aliança com dissidentes do PDS, autodenominada

Frente Liberal, permitiu que ativos colaboradores do regime militar, permanecessem no poder. A retirada dos militares da cena política brasileira deslocou-os para os bastidores do poder. Como afirmou Florestan Fernandes, os militares, figurando como "guardiões da democracia", "podiam proteger-se, assim, a curto prazo; intervir nos acontecimentos de acordo com suas conveniências e interesses; e contrabandear para o novo governo todas as instituições e estruturas do *Estado de segurança nacional* que já estavam montadas e funcionando. Se não tivemos a ditadura mais sangrenta e aguerrida, coube-nos a que ficou mais enquistada nos organismos do Estado e no aparelho do governo"[20].

A morte de Tancredo Neves antes de sua posse trouxe mais um percalço à transição política, ao levar à Presidência do país o antigo arenista e ex-pedessista José Sarney. Sem respaldo popular, cercado de desconfianças oposicionistas, e conduzindo uma coalizão política extremamente heterogênea, num contexto de acentuada crise econômica, o governo Sarney pautou-se pelo imobilismo e pelo fisiologismo.

Por outro lado, o estabelecimento de uma ordem democrática impunha a elaboração de uma nova Constituição em substituição à legislação do regime autoritário. Para tanto, foram delegados poderes constituintes ao Congresso Nacional, renovado pelas eleições estaduais de 1986. Um ano antes, uma complacente legislação permitia a livre criação partidária, que tirou da clandestinidade os antigos partidos comunistas (PCB e PC do B) e permitiu a organização de um grande número de legendas, muitas de reduzida expressão política.

Reforçado pelo Plano Cruzado, que controlara a inflação e parecia resolver alguns dos mais graves problemas nacionais, o PMDB saiu-se vitorioso das urnas. Com a maioria absoluta dos parlamentares e com a quase totalidade dos governadores, o antigo partido oposicionista tinha em suas mãos o destino político do Brasil. No entanto, dividido em termos ideológicos e inchado pelo ingresso de políticos recém-saídos do PDS, o PMDB estava controlado por conservadores. Na Constituinte, tal divisão impediu a implementação de um projeto peemedebista. Em 1988, o país ganhava sua nova Constituição e o PMDB sofria sua mais importante baixa, quando um grupo de parlamentares de centro-esquerda, liderados pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa e pelo ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, deixavam o partido para formar o PSDB,

---

[20] *Nova-República?* 3. ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986, p. 22.

Partido da Social Democracia Brasileira. O posicionamento da maior parte do PMDB pelo mandato de cinco anos para José Sarney, o que postergava as esperadas eleições diretas para a Presidência da República por mais um ano, e o alinhamento do partido com os setores mais conservadores do Congresso, motivaram tal ruptura.

O desgaste do PMDB junto à opinião pública ficou evidente em 1989, quando finalmente foram realizadas as primeiras eleições presidenciais em quase trinta anos. Responsabilizado pela instabilidade política do governo e pela grave crise econômica pela qual atravessava o país, o candidato peemedebista Ulysses Guimarães, um dos mais importantes líderes da oposição durante os anos da ditadura, recebeu uma votação inexpressiva, amargando o sétimo lugar no primeiro turno eleitoral. Dois candidatos conseguiram as expectativas por mudanças no país: o jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello e o líder metalúrgico, Luís Inácio Lula da Silva, principal dirigente das greves de 1978 a 1980 no ABCD.

Vitorioso num segundo turno marcado pela tensão e polarização ideológica, Fernando Collor de Mello tornou-se o primeiro presidente eleito no país, pondo fim ao longo e, sinuoso processo de transição democrática iniciada em meados da década de 1970, e marcando uma nova tentativa de consolidação do regime democrático numa formação social enraizadamente autoritária.

Texto complementar:

A NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA SOB A ESPADA DE DÂMOCLES. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *In Democratizando o Brasil.* Alfred Stepan (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 568-591)

A transição brasileira e o "centrismo invertebrado"

O alívio e o entusiasmo públicos resultantes da abertura política que em 1985 conduziu um civil à Presidência da República tiveram por efeito ampliar os traços positivos do processo de contestação à ditadura, encobrindo, a não ser em breves momentos, os obstáculos que a modalidade brasileira de transição poderia trazer para o desenrolar democrático posterior.

Como se sabe, a transição brasileira levou a Nova República a se instalar sobre os alicerces institucionais do regime autoritário mais que sobre seus escombros, permitindo que se mantivesse na condução dos rumos políticos a maior parte da elite política e da administração do regime anterior.

Se a transferência ou uma rendição parcial do poder autoritário à oposição democrática – tal como ocorreu na modalidade brasileira da transição – parecem mais propícias à consolidação da democracia do que uma derrubada do poder por antagonistas implacáveis, não é menos verdade que ela pode exigir dividendos altíssimos e comprometer mesmo o processo de democratização, como vem demonstrado amplamente a problemática cena brasileira.[21]

Quando comparamos a transição brasileira com a transição espanhola, um caso sempre mencionado nos debates sobre transições negociadas, deve-se ressaltar uma importante diferença entre elas: o caráter público da negociação espanhola entre os interesses gerais dos grupos que integravam a oposição e dos setores do regime franquista. O acordo democrático articulado por Adolfo Suárez e o rei Juan Carlos, que antecedeu o pacto de Moncloa, teve como interlocutores os representantes do PSOE e do PCE espanhóis; os partidos da direita radical (Alianza Popular e Fuerza Nueva) dele não participaram.[22] A vertente, brasileira de negociação, explicitada em 1984 no

[21] A discussão sobre o "paradoxo das transições negociadas" é feita em várias partes do texto de Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead (orgs.), *Transitions from Authoritarian Rule: comparative perspectives*, 4 vols., Baltimore e Londres, Johns Hopkins University Press, 1986.

[22] Ver David Gilmore, *The Transformation of Spain: From Franco to the constitutional Monarchy*, Londres, Quartel Books, 1985, e Donald Share, *The Making of Spanish Democracy*, New York, Praeger, 1986.

Compromisso com a nação, e que resultou na Aliança Democrática, não teve nem a presença de partidos de esquerda ou de representantes de seus setores, nem foi conduzida de modo transparente para a sociedade. O acordo brasileiro obedeceu à lógica de um pacto entre elites regionais, sustentado por frações militares, e não de um pacto estabelecido entre porta-vozes de instituições partidárias responsáveis perante suas bases e eleitores.

O atual processo partidário-parlamentar, caracterizado pela existência de um vasto centro – um espaço onde todos estão com todos e de que não se conhecem nem os limites nem a espinha dorsal – que eu chamaria de “centrismo invertebrado”, leve aí seu ponto de partida. Não é de se admirar que o governo enfrente imensas dificuldades na construção de uma base, parlamentar que o apóie, ou que a sociedade pareça incapaz de encontrar referências para compreender o processo político.

É certo que nas transições não revolucionárias sempre existem continuidades importantes com relação ao regime autoritário precedente e à configuração dos setores dominantes que apoiaram o autoritarismo. Mesmo nas revoluções, os sistemas políticos não são completamente transformados, e nos estudos deles os debates sobre mudança e continuidade são de grande importância. As continuidades que se mantém nas transições menos drásticas são ainda mais ambíguas e de difícil apreensão.[23]

No caso brasileiro, este fenômeno é extremamente mais acentuado que nos outros. O grau de continuidade encontrado entre administradores e políticos do antigo regime é insólito. Mesmo na Espanha, onde houve uma grande continuidade entre a classe política do regime franquista e a do pós-franquismo, a transição foi mais rápida que no Brasil, e os remanescentes do sistema autoritário perderam eleições com razoável rapidez.[24]

Os números confirmam a enorme presença do velho regime no interior dos dois partidos que sustentam a Nova República e no comando dos ministérios, levantando a questão do perfil conservador que pesa sobre a

---

[23] As questões relativas ao impacto do autoritarismo e às continuidades e descontinuidades entre os regimes autoritários e pré-autoritários, bem como seus efeitos para a redemocralização, são examinadas por Karen L. Remmer, *Redemocratization and the Impact of Authoritarian Rule in latin América* in *Journal of Comparatice Politics*, abril de 1985, p. 253-75.

[24] Ver análise de Charles Gillespie sobre as eleições espanholas no período de 1977 a 1982 *in Electoral Stability and Party System Tranformation: The Uruguayan Case in comparative Perspective*. Trabalho apresentado para o congresso sobre *Recent Electoral changes in Latin America*, Center for Iberian and Latin American Studies, Universidade da Califórnia em San Diego, fevereiro de 1986; ver David Gilmore, op. cit., e a análise de Juan Linz sobre o novo sistema partidário espanhol em *The New Spanish Party-System* in Richard Rose (org.), *Electoral Participation*, Los Angeles, 1981.

atual constituinte e sobre as soluções a serem dadas aos problemas sócio-econômicos.

É ilustrativo o fato de que a maior bancada da atual Constituinte não seja formada estritamente de representantes do PMDB, mas, em termos de 1979, pela Arena. Nada menos que 217 dos 559 constituintes atuais tiveram passagem por esta legenda que apoiou o autoritarismo antes de 1980. A bancada do PMDB em 1987 (298 constituintes) contém 40 representantes que pertenciam ao PDS em 1983 e outros 42 que pertenciam à Arena em 1979. Apenas 137 constituintes do PMDB em 1987 eram do MDB em 1979 ou do PMDB em 1983. Se acrescentamos os representantes sem filiação partidária anterior, 47 que entraram no PMDB em 1982 e outros 28 que foram eleitos em 1986, a bancada do PMDB ("histórico") em 1987 conta com 40% da Assembléia, e não com o hegemônico percentual de 53,3% que tem *de jure*.[25] Por outro lado, e não menos importante, o Executivo federal é ocupado pelo ex-presidente do partido (Arena/PDS) sobre o qual os governos militares se apoiaram, e a dissidência desse partido, o PFL, dois anos e meio após a instauração do governo civil, detém o controle de importantes postos na estrutura ministerial.[26] Se a este fato acrescentarmos outros dados, como o caráter da Assembléia Constituinte, que agrega a prerrogativa de estabelecer a nova Carta Constitucional às funções rotineiras do Congresso Nacional, e a sobrevivência de dispositivos ultra-autoritários como a Lei da Segurança Nacional, acionado em vários momentos desde o início do novo governo, ficam patentes alguns dos condicionamentos trazidos pela transição ao processo de redemocratização.[27]

Parece-me contudo que tem sido por demais exagerado o peso dado por vários analistas a variáveis como origem social ou filiações partidárias anteriores dos atuais constituintes na avaliação das potencialidades da reforma constitucional, ou para compreender as dificuldades encontradas na construção de consensos partidários.

As dificuldades que a agregação de apoios e os entendimentos parlamentares enfrentam não se explicam somente pelo "continuísmo" ou por uma unidimensionalidade ideológica das elites políticas que dele se infere. A causalidade linear estabelecida entre origens sociais e crenças políticas é

---

[25] FLEISCHEIR, David. *O Congresso Constituinte de 1987; um perfil Sócio-Econômico*, mimeo, Universidade de Brasília, 1987.

[26] *Um PFL vale 2,5 PMDB* in *Revista Veja*, 19 de janeiro de 1986.

[27] Ver Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit., 1987.

reconhecidamente insuficiente em termos de sua capacidade preditiva;[28] o mesmo se pode dizer quanto à filiação partidária durante o autoritarismo quando consideramos as características do sistema partidário brasileiro, onde posições programáticas não constituem a variável central que explica a adesão a um partido. O peso real dessas variáveis será mais bem avaliado no decorrer dos debates para a aprovação do novo texto constitucional, que certamente apresentarão surpresas, revelando apoios insuspeitáveis a medidas relativas ao fortalecimento do poder do legislativo federal ou à amenização da problemática questão social.

É interessante notar que, no início de 1987, 58,4% dos constituintes mostravam-se favoráveis à estabilidade de emprego para os trabalhadores, assim como é significativo que, entre a maioria (81,9%) que defende o aumento das medidas para a melhoria das condições dos trabalhadores, uma grande parcela provenha dos estados do nordeste, menos desenvolvidos economicamente e vistos como os eixos do conservantismo político. Na bancada nordestina, 84% declararam ter-se candidatado à Constituinte em função da questão social. Em relação às prerrogativas militares, 50,7% dos parlamentares mostravam-se contrários à proposta de se conceder às Forças Armadas a responsabilidade pela segurança interna (embora 42,4% do PMDB estivesse a favor dela). A ênfase dada a um genérico continuísmo conservador é, de modo claro, empobrecedora para a compreensão de tais posições e insuficiente para explicar o conflito parlamentar.[29]

Esta abordagem insiste, freqüentemente, em apontar o "governismo atávico" com o traço cultural mais significativo da classe política brasileira, obscurecendo um ponto básico que tem a ver com a estruturação das relações entre, os partidos e o Estado: a necessidade do clientelismo estatal para a sobrevivência partidária. Esta é uma característica historicamente presente nos partidos de massas no Brasil desde a sua montagem em 1945.

As condições que envolvem a origem dos partidos são de particular importância na determinação de seu caráter enquanto organização. Assim, as

---

[28] Peter McDonough, em seu livro *Power and Ideology in Brazil*, Princeton, Princeton University Press, 1981, analisa as crenças das elites brasileiras durante o autoritarismo e os condicionantes estruturais e organizacionais do sistema político que determinam sua conduta. Para uma análise sobre elites políticas de uma perspectiva comparada, ver Robert D. Putnam, *The Beliefs of Politicans*, New Haven, Yale University Press, 1973.

[29] Uma pesquisa realizada pela LPM foi publicada em 4 de fevereiro de 1987 pela *Revista Veja*. A matéria apresenta um quadro das posições dos constituintes em relação a vários pontos da reforma Constitucional.

probabilidades de um partido vir ou não a utilizar a distribuição de benefícios clientelísticos de modo a ganhar apoio de grupos sociais têm muito a ver com a maneira pela qual a liderança desse partido estabelece inicialmente sua ligação com as bases populares. Essa articulação inicial marcará o caráter da organização em termos dos mecanismos que deverá acionar para manter essa base, além de constituir o fundamento do grande poder de barganha em relação a seus oponentes eventuais que no interior dos partidos têm os políticos que praticam o clientelismo.[30]

Deixar de lado o exame da relação entre partidos e Estado, das características da estrutura de competição inter e intrapartidária e da variável regional como um critério central na formação das alianças parlamentares significa deixar de apreender os conflitos mais básicos do debate constitucional ou dos cortes centrais que o caracterizam.

A insistência exclusiva sobre o continuísmo da classe política tem minimizado pontos que são importantes para os cálculos partidários e para o entendimento do processo político posterior, como por exemplo a derrota de um número considerável de políticos visivelmente identificados com o regime militar, sobretudo aqueles que votaram contra as eleições diretas no Congresso; os resultados nas últimas eleições de 1985 e de 1986, favoráveis a um bloco partidário que grosso modo poderia ser chamado de "centro-esquerda" e o fraco desempenho do PFL, o partido mais importante que congrega as forças políticas do regime anterior.[31] Sobretudo, ela dificulta o diagnóstico sobre o

---

[30] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil - 1945-1964*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, e SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *A Democracia Populista de 1945: Bases e Limites* in Alain Rouquié, Bolivar Lamounier e Jorge Schwarzer (org.), *Como Renascem as Democracias*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 73-103. Ver também SHEFTER, Martin *Party and Patronage: Germany, England and ltaly* in *Politics and Society*, vol. 7 n. 4, 1977.

[31] As eleições de 1986 mostram que, não obstante o baixo grau de informação da grande massa da população, a questão das eleições diretas firmou-se no ideário popular. A maioria dos que votaram contra as eleições diretas no congresso em 1984 não foi eleita para a Constituinte. Dos 64 deputados federais que votaram contra a emenda Dante de Oliveira – que propunha o reestabelecimento das eleições diretas para a presidência da República – apenas 10 conseguiram reeleger-se (15%). Dos 174 deputados oriundos do PDS que contribuíram para derrotar também as outras emendas no mesmo sentido reelegeram-se 49 (28%). Ver *Folha de São Paulo*, 31 de janeiro de 1987.

Bolivar Lamounier afirma que, embora não se possa chegar ao extremo de caracterizar como conscientemente ideológica a grande maioria do eleitorado urbano, pode-se dizer que existe nas grandes cidades uma tendência predominante a sufragar partidos reformistas ou de "centro-esquerda". Ver Bolivar Lamounier (org), *1985: O Voto em São Paulo*, São Paulo, Publicações IDESP, n. 1, 1986, p. 11. Embora seja o segundo partido em número de representantes no congresso Federal (133), o PFL tem menos da metade dos parlamentares do PMDB.

caráter e a evolução do partido majoritário, o PMDB. A ênfase dada aos conflitos no interior desse partido, entendidos como produto do inchamento de suas fileiras por remanescentes do antigo regime, desvia o foco da análise de questões como as razões dessa divisão interna e o momento em que ela ocorre, isto é, das posições conflitantes sobre o modelo de política econômica, já problemática anos antes da Nova República.

Se temos hoje um governo cujo funcionamento e legitimidade dependem do apoio eleitoral e parlamentar do PMDB, que se apresenta com um perfil obscuro, indeciso e fragmentado internamente, isto é conseqüência menos do peso da presença de políticos identificados com o autoritarismo[32] do que da própria transição, que tornou visível e mais insustentável a ruptura interna já existente. A necessidade de manter a unidade partidária – em parte induzida pelos condicionamentos da competição eleitoral centrada no acesso ao clientelismo estatal – faz com que o partido se distancie, do ponto de vista popular, da imagem com a qual a população se mostrava identificada durante o regime militar.[33] O PMDB era o partido ao qual deveria caber a maior parte de poder na condução do processo de transição democrática. Hoje, não se constitui nem o principal veículo das comunicações do governo à população,[34] nem em mecanismo eficaz para permitir o movimento inverso enquanto canal de informação das massas populares ao governo.

A conjugação de todos os fatores que vimos assinalando – a modalidade da transição, a ausência de políticas minimamente articuladas para o novo regime, o desarranjo partidário – foi o que levou o processo político às dificuldades atuais. Por outro lado, isto produziu também um contexto onde pouco se tem feito no sentido de alterar, ou minimizar, o peso de fatores que são freqüentemente apontados como causas que mantêm e reproduzem a instabilidade da democracia política no Brasil e a injustiça social que acaba por deslegitimá-la:

---

[32] Há que assinalar que os políticos mais visivelmente identificados com o regime militar mantém-se nos partidos PFL e PDS.

[33] Uma análise sobre o declínio dessa identificação na capital de São Paulo é feita por Bolivar Lamounier e M. Judith B. Buszynski em *A eleição do Jânio Quadros.* Bolivar Lamounier (org.), *1985: O Voto em São Paulo,* op. cit.

[34] A rede Globo de televisão constitui o instrumento quase monopolizador da informação da Presidência da República à sociedade e é a mais poderosa base de apoio ao Executivo federal. A Globo é a quarta maior rede de televisão mundial, depois da CBS, NBC e ABC nos Estados Unidos. Mais de 90% das informações difundidas entre 7 e 11 horas da noite é gerada por suas próprias redes. Os dados foram coletados por Alfred Stepan, numa visita que fez à sede da Globo no Rio em junho de 1987.

- as características “pretorianas” do sistema político, que têm induzido a constante intervenção militar e – o que é mais grave – a aceitação dessa intervenção pelas “classes produtoras” e pela maior parte da população como legítima;
- o reforço do corporativismo e da integração direta dos interesses sociais no interior do Estado, sem passar pelo sistema político;
- o alto custo da informação política para os setores populares, propícia à adesão populista muito pouco controlada pelo Estado ou pelos partidos, ou à apatia e à indiferença não menos nefastas.

Dimensões do sistema político brasileiro, evolução do processo político e credibilidade da democracia

Sem entrar no debate histórico-sociológico levantado pela questão da relação entre eficácia do regime democrático, insatisfação com o sistema econômico e adesão à democracia política, pode-se dizer que, na medida em que o Estado é soberano e as autoridades eleitas democraticamente, podem em princípio transformar a estrutura sócio-econômica, a adesão da população ao regime democrático não é necessariamente incompatível com sua avaliação negativa sobre a eficácia do regime ou do governo, desde que haja esperanças de mudanças por meios democráticos.

Os exemplos europeus, nos anos 30 e recentemente, mostram como – pelo menos a curto prazo – outros fatores que vão além da crença na eficácia social e econômica dos regimes democráticos podem afetar os valores a respeito de fórmulas políticas consideradas melhores para um país.

Em um importante estudo sobre o impacto da depressão econômica de 1929 sobre as democracias européias, Eckart Zimmerman mostra como a relação entre crise econômica e, seus vários indicadores, e crise dos regimes democráticos foi menos direta do que se admite.[35] As conclusões de seu estudo indicam o maior peso de fatores políticos nas rupturas democráticas,

[35] ZIMMERMAN, Eckart. *Economic and Political Reactions to the world Economic Crisis of the 1930 in Six European countries*, trabalho preparado para a Midwest Political science Association, Chicago, 10-12 de abril de 1986. Ver também Peter A. Gourevitch, *Breaking with Ortodoxy: The Politics of Economic Policv Resposses to the depression for the 1930* in *International Organization*, 38, 1984, p.95-129. Seymour Lipset e William Schneider, em seu livro *The Confidence Gap: Business, Labor and Government in the Public Mind*, New York, Press, 1983, defendem o ponto de vista de que existe uma maior inter-relação entre a esfera econômica e a crise política.

especialmente o que ele chama de presença ou ausência de *system blame*. Na Alemanha e na Áustria, o processo de "avaliação negativa do sistema democrático" estava tão disseminado que, quando alguns setores vieram em defesa do regime democrático, eles já se encontravam reduzidos a uma minoria para serem capazes de impedir a ruptura do regime.

Para muitas das democracias européias (Suécia, Holanda, Bélgica) que sobreviveram ao impacto da depressão, cujos efeitos foram tão fortes quanto na Áustria ou Alemanha, o período pós-depressão foi de intensa engenharia política criativa, um período em que se estabelecem coalizões e se forjaram novas políticas públicas que asseguram a resistência do regime democrático.

Os resultados de pesquisas feitas sobre a recente transição espanhola mostram como a percepção política de, alternativas para o país teve um impacto maior no que diz respeito à sobrevivência do regime democrático espanhol que os problemas econômicos e sociais *per se*.[36] Embora a deterioração da situação econômica na Espanha, após a morte de Franco, tenha conduzido a um declínio na avaliação da eficácia da democracia, isso não levou os espanhóis a estabelecerem uma forte ligação entre essa avaliação e a deslegitimação da democracia como o melhor sistema político para o país. Os índices de desemprego no começo da década de 1970, ainda sob o regime franquista, estiveram entre os mais baixos na Europa, girando em torno de 3%. Com a democracia, a taxa de desemprego tem aumentado continuamente. A atual taxa de desemprego de 20% é a mais alta na Europa Ocidental. As taxas de crescimento do PNB, que entre 1960-1974 estavam ao redor de 7%, uma das mais altas do mundo, atingiram somente 1,7%, entre 1975 e 1985. No entanto, segundo indicam as pesquisas mencionadas, o número daqueles que consideram a democracia como o melhor sistema político para o país chegou mesmo a crescer em 6%, entre 1978 e 1983. Mais significativo ainda é que, apesar do desencanto com a eficácia sócio-econômica da democracia, a quase totalidade da população espanhola rejeita um governo militar.[37]

---

[36] LINZ, Juan. *Legitimacy of Democracy and the socio-Economic systems in Wersten Democracies*, mimeo, 1986 e Juan Linz e Alfred Stepan, *The PoIiticaI Crafting of democratic consolidation or Democratic Destruction: European and South American comparisons*, trabalho preparado para o congresso sobre *Reinforcing Democracy in the Americas, The Carter Presidential center* da Emory University, 17-18 de novembro de 1986, Atlanta Geórgia.

[37] LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. op. cit.

Num país como o Brasil, que atinge recordes mundiais de desigualdades econômicas e sociais,[38] a ausências, num período de quase três anos, de qualquer medida de política econômica mais abrangente – à exceção do curto interlúdio do Plano Cruzado[39] – visando modificar ainda que minimamente essas condições, constitui a médio e longo prazos um fator complicador no processo da extensão da democratização. A inviabilidade econômica, ou a recusa política de uma tentativa de solucionar pelo menos as desigualdades mais extremadas, se conjuga, no país, à incapacidade do governo de persuadir a população de que, embora pouco se possa fazer, existe um compromisso do regime para resolver tais problemas num futuro não muito distante. A variável interveniente crucial que explica a relação estabelecida entre a eficácia do regime na esfera sócio-econômica e a credibilidade da democracia é a

---

[38] A proporção da população economicamente ativa que ganha um salário míninio ou menos (incluindo-se aí aqueles sem renda) mantém-se alarmantemente alta. Em 1978, 1981, 1983 e 1985 essas porcentagens foram da ordem de 46,7%, 39,8%o, 43,2% e 42,0%, respectivamente. Ver IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*. A perda salarial para todas as categorias no setor formal foi estimada pelo DIEESE em 37,74% a partir do Plano Cruzado I até julho de 1987. Ver IBASE, *Políticas Governamentais (uma análise critica)*, julho de 1987, p.18. De acordo com o DIEESE, se todas as perdas salariais entre 1 de março e 1 de setembro de 1987 fossem levadas em conta, na média cada assalariado teria que receber uma reposição salarial de 93,1%.

O perfil na concentração da propriedade da terra em 1950 persiste em 1980. Embora a porcentagem de grandes propriedades no número total de propriedades rurais tenha declinado de 2,2% para 1,1%, a porcentagem da área total cultivável corresponde aos grandes proprietários continua sendo extremamente, alta (45,1% em 1980, em comparação com 50,9% em 1950). Por outro lado, apesar da porcentagem das pequenas propriedades no número total de propriedades ter aumentado de 34% para 50,3%, a parcela na área total cultivável corresponde aos pequenos proprietários só aumentou de 1,3% em 1950 para 2,5%, uma taxa que ainda é muito baixa. Ver *Anuário Estatístico IBGE*.

A parte do PIB destinada aos gastos sociais, que correspondia a 4% em 1970, corresponde em abril de 1987 a 6%. Em 1970 havia 584 hospitais no Serviço de Saúde Pública, e em 1983 o seu número tinha aumentado paia 16.749, mas o aumento do número de leitos é menos significativo, passando de 354.000 para 534.000, ou seja, a proporção ainda é de quatro para cada mil pessoas. Entre a população de jovens com menos de vinte anos de idade (que em 1980 era de mais de 59 milhões, correspondendo a quase 50% da população total, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* – IBGE, 1984), menos da metade, em 1987, recebe educação: educação primária – 31,5 milhões; secundária – 3 milhões; universitária – 1,3 milhão. Ver *The Economist*, abril de 1987, p. 17.

[39] Os traços essenciais do Plano Cruzado são os seguintes: (1) desindexação da economia, com a eliminação da correção monetária utilizada para a indexação de salários, poupança e outros instrumentos financeiros; (2) congelamento imediato e indefinido de preços para mais de 80% de bens e serviços; (3) mudança da denominação da moeda de Cruzeiro para Cruzado, convertido à razão de 1.000 para 1; (4) 33% de aumento o salário mínimo e 8% de bônus aos assalariados. Essas medidas conduziram a uma explosão do consumo: o índice de vendas em abril de 1986, em relação a abril de 1985, teve um aumento de 36,2% no Rio de Janeiro e de 29,5% em São Paulo. Ver *Conjuntura Econômica*, julho de 1986, p. 7.

imagem pública do tipo de desempenho econômico que pode ser alcançado pelo regime democrático. Tal percepção revela-se mais e mais negativa no país, por razões ligadas a características do sistema político brasileiro a conjunção do processo recente.

Pouco se pode dizer – *a priori* – sobre quais seriam os aspectos institucionais democráticos que dariam maior capacidade de resistência ao sistema político em face de um desempenho sócio-econômico avaliado negativamente. Não obstante, existem vários argumentos que explicam por que se pode esperar que a legitimidade da democracia seja de algum modo isolada das percepções negativas sobre sua eficácia sócio-econômica: a existência de procedimentos democráticos para a escolha dos governantes; a crença no processo eleitoral como instrumento que conduza à alternância de governos e a novas políticas econômicas; a estrutura da competição partidária e a memória coletiva sobre os abusos dos regimes autoritários são alguns deles.

Por uma série de fatores, esta separação não vem sendo feita no Brasil, ou tem sido complicada pelos desencontros próprio de um momento em que é ainda incerta a avaliação dos atores políticos sobre seu próprio poder ou o de seus antagonistas.

De modo geral tais fatores têm relação com o papel central do Estado no desenvolvimento econômico do país e com as limitações do sistema político, cujas instituições sem suficiente autonomia se refletem de modo direto no vértice, governamental. A extensão da intervenção estatal na economia brasileira faz com que, no processo de atribuição de responsabilidade pela situação crítica da economia, estas sejam localizadas mais na esfera política que na esfera social ou econômica.

Do mesmo modo, os limites que o regime político ainda impõe em amplas áreas da vida social e a estranha ausência de uma competição, institucionalizada, tornaram difícil ligar a pouca eficiência do governo na esfera sócio-econômica a diferentes atores políticos ou localizá-la em diferentes níveis institucionais, dificultando a dispersão da responsabilidade pelas decisões governamentais. A multiplicidade dos centros, aos quais num sistema democrático mais ampliado pode ser imputada tal culpa, libera o regime político democrático da responsabilidade pela crise. Hoje no Brasil é difícil estabelecer-se uma distinção entre sistema político e governo, distinção ainda mais complexa quando quase todas as forças políticas competitivas se incluem ao mesmo tempo no governo e na oposição.

Tais características, aliadas ao fato de que grande parte da população personifica o regime político no presidente da República, tornam difícil a

distinção entre o sistema como uma forma de legitimação da autoridade e o atual governo. A descrença nos atuais mandatários, sobretudo no presidente da República, estende-se com maior velocidade para o conjunto do sistema. O fato de que a maioria dos brasileiros (62,7%) desejaria substituir o atual presidente da República em março de 1988 é significativo nesse sentido.[40]

Alguns aspectos da condução do processo político na Nova República têm acentuado os efeitos deletérios que, com impactos variados sobre os diferentes grupos sociais, as características acima apontadas produzem no sentido de resultar em uma avaliação negativa do regime democrático. Mencionarei alguns deles:

1) São bastante conhecidas as condições que levaram o presidente Sarney à chefia do Executivo federal em conseqüência da morte do titular Tancredo Neves, então eleito indiretamente e cuja escolha tinha resultado de uma negociação política entre lideranças de oposição, grupos militares e forças partidárias regionais que sustentavam o regime autoritário. Tais condições dificilmente poderiam ser vistas como democráticas pela sociedade, especialmente tendo-se em conta a mobilização de milhões de pessoas por todo o país, em favor das eleições diretas durante os últimos meses do regime militar.[41]

Mais uma vez, comparações com os processos de democratização em outros países podem ser úteis: na Espanha e na Argentina realizaram-se eleições diretas que levaram Adolfo Suárez e Raul Alfonsin aos postos de primeiro-ministro e presidente da República, tornando-se primeiras autoridades dos novos regimes sustentados por uma aliança clara de partidos.

Esta questão agudiza-se ainda mais no Brasil, face à rigidez do chefe do atual Executivo federal em não aceitar a redução de seu mandato pela Assembléia Constituinte. Os desentendimentos a respeito da duração do mandato presidencial centralizam o processo político e sufocam – ou distorcem – quase todo o debate constituinte. Por outro lado, vêm contribuindo também para tornar caóticas e incertas as tentativas de criação de um centro partidário-parlamentar de apoio ao governo, acabando por conduzir à paralisia

---

[40] *Jornal do Brasil* de 21 de novembro de 1987. Para uma análise do discurso popular sobre o Estado, o governo e sua personificação na figura do presidente da República, ver Eunice R. Durham, *A Sociedade Vista da Periferia in Revista de Ciências Sociais*, n. 1, vol. 1, junho de 1986.

[41] *As Imagens de 1987 in Revista Veja*, 1 de janeiro de 1987. Para uma excelente análise do sentido da mobilização popular em torno das eleições diretas e por ocasião da morte do presidente Tancredo Neves, ver Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes, *Redescobrindo o Brasil: A Festa na Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

decisória sobre questões claramente mais cruciais para o país. Estas acabam por se tornar caudatárias de uma avaliação sobre a duração do mandato do atual chefe do Executivo federal, cuja liderança, aliás, se mostra extremamente deslegitimada pela sociedade no seu conjunto e no Congresso Nacional. Uma pesquisa realizada pelo *Jornal da Tarde* (publicada em 26 de outubro de 1987) na cidade de São Paulo mostra que somente 20% dos entrevistados acreditam na atuação do presidente da República.[42]

A intervenção federal no debate sobre a questão das eleições diretas e do mandato do atual chefe do Executivo federal assume traços extremamente semelhantes aos das intervenções realizadas pelo regime militar anterior. Um exemplo extremamente revelador nesse sentido é o da Radiobras, empresa de divulgação do Ministério das Comunicações, que proibiu oficiosamente a todos os radialistas e jornalistas que a integram de fazer qualquer referência à campanha por eleições diretas em 1988 ou divulgar entrevistas com políticos que defendam o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.[43]

2) Grande parte da crise econômica brasileira é tributária da deterioração da situação internacional e da questão da dívida externa, que dificultavam a necessária reativação da economia. E o governo constantemente estimula a consciência dessa interconexão internacional e a aceitação dos limites da soberania econômica nacional, já que contribuem para a dispersão da atribuição de responsabilidade. Embora o apelo nacionalista possa ser reativado com mais vigor pelo governo, dependendo do surgimento de novas restrições impostas pela economia internacional ou por medidas ligadas ao protecionismo americano, é interessante notar o declínio de tais apelos enquanto instrumentos e legitimadores para a população no seu conjunto. Pelo menos em comparação com o grau em que foi utilizado nos períodos políticos anteriores, esses apelos são cada vez menos freqüentes e têm se restringido mais ao debate parlamentar, tendo como porta-vozes principais algumas representações regionais, sobretudo as do Nordeste.

De qualquer modo, tais apelos parecem perder, paulatinamente, sua capacidade de amortecer a avaliação negativa sobre o desempenho governamental à medida que se instauram processos na esfera decisória que são sobretudo percebidos como fruto de condições políticas internas, isto é, a conjugação da paralisia decisória em algumas áreas da política econômica e

---

[42] Embora os fundamentos da pesquisa sejam precários (233 entrevistas feitas pelo telefone, sem se conhecer a margem de erro), os resultados revelados são ilustrativos.

[43] Ver *Revista Veja*, 5 de agosto de 1987, p. 45.

de impetuosidade decisória em outras. A primeira, provocada pelos desencontros entre os partidos e entre eles e o governo, e que se evidencia por exemplo no impasse sobre a questão da reforma agrária; a segunda produzida por um modelo burocrático-centralizador de tomada de decisões, sem suficiente articulação de apoio político ou internacional, cujos exemplos mais claros se encontram na desativação do Plano Cruzado e na política da moratória.[44]

3) A partir dos dados existentes, é difícil chegar a conclusões sobre as perspectivas da população em relação ao processo eleitoral como via de acesso à alternância do poder e, com ela, a novas soluções para as questões sócio-econômicas. A própria percepção que a sociedade tem do processo político é fugidia, sobretudo num contexto ainda desconhecido, que surgiu com a abertura dos diques construídos por vinte anos de autoritarismo. Por outro lado, o tratamento pouco rigoroso que foi dado a muitas das pesquisas de opinião pública e a que tivemos acesso impede uma interpretação mais sólida sobre essa questão.

De acordo com os dados da pesquisa anteriormente indicada, a maior parte da população paulistana parece depositar ainda suas esperanças – talvez derradeiras e quiçá ingênuas – no poder transformador das eleições diretas: 76% dos entrevistados desejam eleições *diretas imediatas* para todos os cargos parlamentares e executivos. Tais dados denotariam assim a presença de sinais positivos de crença nas possibilidades do processo eleitoral, embora em menor grau que o revelado por pesquisas feitas em anos anteriores.[45] Difícil dizer. Outras pesquisas, realizadas pelo Ibope junto a oitocentos entrevistados nas áreas metropolitanas do Rio e São Paulo e publicadas no *Jornal do Brasil* em 31 de maio de 1987, revelam que as respostas à pergunta "Que tipo de governo o sr./sra. acha melhor para o país?" deram uma forte maioria à alternativa "Democrático com participação popular direta".

---

[44] Ver entrevista com o falecido ministro Marcos Freire, então responsável (em setembro de 1987) pela política da Reforma Agrária, na qual revela as dificuldades para encontrar os rumos para a legislação básica da reforma agrária, publicada na *Revista Senhor* de 15 de novembro de 1987, p. 38-41. Ver o relato feito por Alfred Stepan neste volume a respeito da pressão dos militares sobre o encaminhamento das medidas governamentais sobre a reforma agrária. A falta de articulação internacional em relação à decisão sobre a política da moratória é revelada em vários artigos da imprensa brasileira. Ver *Revista Senhor* de 24 de fevereiro de 1987, p. 25-36.

[45] A distribuição da preferência popular por eleições presidenciais diretas, de 1974 para cá, tem crescido sistematicamente, embora com oscilações conjunturais, tendo seu pico durante a campanha das Diretas já em 1985, segundo observa Marcus Figueiredo em *Voto Popular e Democracia*, Tese de Doutoramento, USP, em fase final de redação.

É problemático entender o sentido dessas respostas, uma vez que a pesquisa não foi estendida a outras regiões do país, importantes para uma análise do clima político brasileiro e também porque as opções colocadas diante dos entrevistados são obscuras. Não se sabe ao certo, por exemplo, que interpretação poderiam ter dado à expressão "participação popular direta". Ela indicaria uma deslegitimação – no sentido rousseauniano – do processo representativo? Parece razoável pensar que as preferências por uma "democracia com participação popular direta" indicariam avaliações negativas mais conjunturais sobre os atuais representantes, ou sobre a insatisfação com a presente versão da democracia brasileira que foi alcançada por meio das últimas eleições de 1986.

De qualquer maneira, a esse respeito há um consenso entre os analistas políticos sobre o fato de que o papel que os partidos e o governo vêm desempenhando na manipulação eleitoral da política econômica contribui para sedimentar na sociedade um processo de, deslegitimação dos partidos atuais. A mesma pesquisa divulgada pelo *Jornal do Brasil* indica que 57% da população acha que os partidos políticos "são necessários mas fazem mal seu papel". De acordo com os dados apresentados *pelo Jornal da Tarde* (26/10/87), 76% da população acha que os candidatos às próximas eleições devem ser independentes, não indicados por partidos.[46]

O que nos revela o processo que se desenvolveu em torno do Plano Cruzado, talvez o exemplo mais pedagógico para a análise da relação entre a política econômica e o processo político-partidário?[47]

---

[46] Nas eleições para governador dos Estados, em 1986, a vitória de Antônio Erminio de Moraes na capital de São Paulo é extremamente ilustrada do pequeno peso da adesão partidária no voto do eleitor paulistano. Somente 20% dos eleitores que votaram em A. Erminio de Moraes diziam identificar-se com a legenda partidária (PTB) sob a qual concorria o candidato vitorioso. Os atributos pessoais inspiraram mais de 80% dos adeptos desse candidato, assim como dos eleitores do candidato Paulo Maluf. Em conjunto os dois políticos tiveram 50,8% dos votos computados na capital de São Paulo. Seria necessária uma pesquisa sobre os partidos atuais, semelhante à realizada por Kurt Von Mettenhein sobre os partidos durante o autoritarismo. Nesse período, a legitimidade dos partidos políticos apresentava-se extremamente alta junto às classes populares, em contraste com a opinião expressa pelas classes mais altas. Ver *Transition to Democracy and The Consolidation of Mass Party Politics in Brasil: 1974-1986*, mimeo, Columbia University, 1987.

[47] O exemplo mais contundente da administração eleitoral da política econômica foi expresso pelo Plano Cruzado que, pelos seus efeitos redistributivos, recebeu vasto apoio da sociedade em seu conjunto. Ele foi imediatamente desativado após a realização das eleições de 1986. Uma descrição exaustiva sobre o processo decisório que, envolveu o *Plano Cruzado* é feito por C. A. Sardenberg, *Aventura e Agonia: Nos Bastidores do Cruzado*, São Paulo, Cia. de Letras, 1987. Ver também Hugo Faria, *The Failure to Reform: The Process of Economic: Decision-Making during The First Two Years of the Brazilian New Republic,* mimeo, *School of International and Public Affairs,* Columbia University, 1986.

De início há que assinalar dois aspectos que vêm sendo esquecidos nas crônicas sobre a Nova República, suplantados que foram pela concentração da crítica sobre os efeitos econômicos negativos trazidos pelo plano ecômico. O primeiro é que ele foi uma manifestação de exercício de poder mais vulnerável ao ciclo eleitoral, e portanto mais democrático que no período anterior, quando as políticas não menos "pragmáticas" e de curto prazo se submetiam quase que exclusivamente às demandas dos grupos de pressão que tinham acesso preferencial à burocracia. O segundo - não custa repetir - é o imenso poder demonstrado pela implementação de medidas redistributivas, mesmo que de curto fôlego, enquanto instrumento de agregação de apoio partidário ao governo.[48]

Em relação ao ponto que estamos desenvolvendo, a administração eleitoral do Plano Cruzado conduziu a uma vasta mobilização popular – acionada pelo governo por meio dos meios de comunicação, especialmente a TV Globo –, que foi frustrada de modo abrupto, com a desativação das medidas, imediatamente após os resultados das urnas. O apoio popular refletiu-se no vasto volume de votos dados ao PMDB em novembro de 1986; após a desativação do Plano, a popularidade do presidente Sarney desceu a um patamar semelhante ao de abril de 1985, um dos mais baixos desde o início da Nova República.[49] Uma vez esgotada a fase de competição eleitoral, o PMDB, supondo que assim o quisesse, pouco poderia fazer no sentido de dar seqüência a medidas daquela ordem, da sua própria fragilidade estrutural no processo decisório e as contradições internas da organização.

A condução política desse processo certamente marcou de modo negativo aos olhos da população a credibilidade do processo eleitoral, isto é, abalando a "ilusão de escolha" por meio do voto.

---

[48] Após a decisão de implantar o Plano Cruzado, a partir de fevereiro de 1986, todos os partidos (à exceção do PT e do PDT) aumentaram de modo acentuado seu apoio ao governo. Ver David Fleischer, *The Evolution of Political Parties in the Brazilian Congress*, mimeo, 1987.

[49] Em termos eleitorais, o PMDB obteve mais de 50% do total dos votos nacionais, elegeu 22 dos 23 governadores e teve uma clara maioria em ambas as casas do Congresso Nacional (53,3%).

Em setembro de 1985, 40,5% da população do Rio de Janeiro e de São Paulo (numa amostra de 1000 eleitores) confiavam no presidente Sarney. Em setembro de 1986, sete meses após o Plano Cruzado, essa porcentagem aumentou para 72%.; em dezembro de 1986, após sua desativação, somente 34% da população acreditava no presidente da República. Em abril de 1986, 45 dias após a implantação do Cruzado, 95% daquela amostra classificava a atuação do presidente Sarney como boa ou ótima. Ver *Revista Veja*, de 10 de dezembro de 1986, e David Fleischer, op. cit., 1987.

É muito vasto para ser citado aqui o número de pesquisas de opinião pública que revelam o rápido e profundo declínio da popularidade do presidente Sarney a partir do início de 1987.

Seguindo o molde de sistemas "pretorianos", os partidos e o governo ampliaram a mobilização como instrumento principal para o aumento de sua quota de poder, o que elevou as expectativas, tornando difícil estabelecer uma compartimentalização entre as medidas na esfera da política sócio-econômica e na esfera da reforma constitucional em andamento. Uma ação política mais articulada pelos partidos junto à população não somente teria permitido uma maior distribuição, como também teria conseguido obter o apoio de parte da sociedade ao necessário reajustamento do plano ecômico, nos meses de julho e agosto de 1986.

A análise do Plano Cruzado revela ainda as dificuldades encontradas ao nível de governo para se chegar a estabelecer acordos partidários e intrapartidários em relação à política econômica, tanto na fase anterior às decisões quanto no momento de sua implementação, dificuldades estas que são devidas ao processo que chamei acima de "centrismo invertebrado" e que, embora de natureza diversa do processo do "pluralismo polarizado" apontado por Satori,[50] conduz no entanto às mesmas conseqüências paralisantes na esfera decisória governamental. Tal "centrismo invertebrado", que repousa na política partidária regionalista e na "feudalização" do aparelho de Estado, reforçou a fragmentação da autoridade estatal na fase de implementação das medidas econômicas.[51]

4. Aos proprietários do capital, a Nova República tem assegurado o histórico acesso direto e privilegiado ao aparelho de Estado. Os teóricos da elite do poder e os neocorporativistas afirmam que, entre os meios de que dispõem os capitalistas para proteger seus interesses na democracia, bastaria esse acesso a canais de representação específicos e qualificados. Entretanto, a incerteza e a crescente paralisia decisória acima assinaladas, cujo impacto

---

[50] SARTORI, Giovanni. *Party and Party-Systems*, vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

[51] São conhecidos os aspectos da estrutura decisória brasileira, que Fernando Henrique Cardoso denominou de "anéis burocráticos" e outros autores designaram como "balcanização" do aparelho de Estado. Tais processos indicam o controle por grupos de interesses de parcelas do aparelho estatal, criando fortes coalizões entre grupos de interesses poderosos e partes da burocracia pública. A "feudalização" do aparelho de Estado dificulta a coordenação das políticas públicas e enfraquece a capacidade governamental na implementação de medidas. Autores como Luciano Martins sustentam que a força centrípeta de controle de recursos financeiros nas mãos do governo federal sempre foi contrabalanceada pela força centrífuga de sua autoridade. Ver *Expansão Recente do Estado no Brasil*, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1976. Philippe Faucher afirma que desde 1964, o processo decisório foi totalmente centralizado no nível executivo, embora a implementação das decisões econômicas tenha sido dividida entre os setores da burguesia e as empresas estatais. Ver Philippe Faucher, *The Paradise That Never Was: The Breakdown of The Brazilian Authoritarian Order* in Thomas Bruneau e Philippe Faucher (org.), *Authoritarian Capitalism: Brazil's contemporary Economic and Political Development*, Boulder, Westview Press, 1981.

negativo junto a esses setores pode ser mesmo mais forte que alguns conteúdos de políticas públicas, têm freqüentemente por efeito o desequilíbrio da balança de custos e benefícios fazendo com que retirem seu apoio ao regime democrático.[52]

Diversamente da Argentina, onde o modelo de política econômica do autoritarismo levou a um desmantelamento da economia do país, no Brasil as políticas econômicas autoritárias constituíam a fonte do presente enriquecimento da grande parte dos setores empresariais. Nessa medida, o apoio tímido ou ambíguo – que grande parte deles deu ao processo de democratização – pode ser mais facilmente reversível. Em junho de 1978, poucos dias antes da publicação de um documento que se tornou conhecido como o manifesto democrático da burguesia brasileira, um grupo de cem homens de negócios enviou uma carta ao presidente da República na qual, embora expressassem seu desacordo com a excessiva intervenção do Estado na economia, manifestavam sua apreensão sobre o debate então corrente sobre o liberalismo, perguntando explicitamente se tal debate não significaria uma volta dos comunistas à cena política brasileira. A despeito de seu tom antiquado, esse documento não pode ser ignorado, por sua semelhança com os discursos alarmistas feitos por esses setores antes do golpe militar de 1964.[53]

A percepção que têm os setores empresariais e os homens de negócios sobre o processo de democratização é estratégica para a avaliação que faz a população da responsabilidade do regime democrático pelo seu desempenho sócio-econômico. Se estes setores atribuem ao regime a culpa pela adversidade econômica, as expectativas positivas dos outros grupos sociais sobre as vantagens do regime também diminuem.

Embora a ação dos setores empresariais possa enrijecer-se, face ao modo como percebem a ação da Assembléia Constituinte, isto é, atribuindo-lhe uma posição rotulada como "contrária à livre iniciativa", isto não significa

---

[52] Wanderley Guilherme dos Santos analisa os efeitos do processo de paralisia decisória no contexto brasileiro que levou ao golpe de 1964 em *Sessenta Quatro: Anatomia da Crise*, São Paulo, Vértice, 1986.

[53] Ver *Gazela Mercantil* de 2 de junho de 1978. Para o documento assinado por oito influentes líderes empresariais em favor da democratização do regime, ver o jornal *O Estado de S. Paulo* de 27 de junho de 1978. Para uma análise sobre a liberação do regime brasileiro e a posição das elites empresariais, ver Fernando Henrique Cardoso, *O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro* in *Dados*, vol. 26, n. 1, 1983, e Douglas Chalmers e Christopher Robinson, *Why Power Contenders Choose Liberalization Strategies* in *International Studies Quartely*, vol. 26, n. 1, março de 1982, p. 3-36. Ver também Sebastião Velasco Cruz, *Os Empresários e o Regime: A Campanha contra a Estatização*. Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo, 1984, e Eli Diniz, *O Empresário e o Momento Político: Entre a Nostalgia e o Temor do Futuro* in *Cadernos de Conjuntura*, lUPERJ, outubro de 1985.

que no seu conjunto os empresários passaram a uma oposição aberta ao regime, como fizeram em 1964. As manifestações das organizações empresariais atualmente mostram um aspecto inusitado na política brasileira: pela primeira vez sua ação política se realiza publicamente e por meio de suas organizações de classe,[54] em vez de expressarem suas demandas segundo a modalidade anterior, ou seja, dirigindo-as, direta e exclusivamente, aos escalões administrativo-burocráticos ou por meio de conspirações junto aos quartéis.

5. As recentes intervenções militares nas mobilizações grevistas e reivindicatórias ou em áreas que dizem respeito a reformas econômicas e sociais, somadas às medidas tomadas pela presidência da República, de comum acordo com as lideranças dos maiores partidos, para ordenar as eleições de 1986, podem aprofundar, junto às forças de esquerda e centro-esquerda, um sentimento de descrença quanto ao gozo de seus direitos políticos e às chances de competição partidária que lhes teria propiciado o novo regime.[55] Por uma parte, este restringe profundamente o espaço de ação

---

[54] Entre as associações empresariais que surgiram nos últimos anos uma das mais importantes a que congrega proprietários rurais, a União Democrática Ruralista MDR) que, entre 1986 e 1987, aumentou o número de associações de trinta e sete para duzentos e o número de associados de cinqüenta mil para duzentos e trinta mil. Ver *Revista Veja*, 11 de novembro de 1987.

[55] A atitude oficial por parte das autoridades da Nova República em relação ao conflito na sociedade civil indica uma enorme continuidade com a ditadura, como se pode depreender a partir do agravamento da militarização dos conflitos. Segundo a *Folha de São Paulo* (8 de março de 1987), os fuzileiros navais da Marinha de Guerra, sem que tenha havido nenhuma determinação legal, ocupam portos por ocasião de uma greve marítima (de civis) e logo depois o Exército ocupa refinarias de petróleo "preventivamente", em vista de uma greve anunciada pelos operários dessas refinarias (*F. S. P.*, 11 de março de 1987). Durante uma greve geral, o Exército ocupa a usina siderúrgica de Volta Redonda e a estação ferroviária da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e em São Paulo ocupa a COSIPA em Cubatão, apesar de ali os operários nem estarem em greve – quase provocando uma sublevação (*F.S.P.*, 13 de março de 1987). Essa militarização do conflito se prolonga com uma truculência generalizada por parte de várias administrações públicas ao lidarem com greves e manifestações. Mil pessoas, do movimento dos Sem Terra, na zona leste de São Paulo, foram dispersadas em fevereiro de 1987 com jatos d'água, em frente aos portões do Ibirapuera, onde faziam uma manifestação contra o prefeito Jânio Quadros. Ver *Folha de São Paulo*, 10 de fevereiro de 1987. O presidente do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, o ex-deputado Djalma Bom, foi indicado na Lei de Segurança Nacional, acusado de ofender o Presidente da República. Ver Folha de São Paulo, 16 de julho de 1987. Em abril de 1987, em Brasília, quando de uma manifestação de bancários, a polícia militar dissolve piquetes e agride violentamente parlamentares, numa coreografia que os movimentos da sociedade civil conheceram na ditadura. Ver *Folha de S. Paulo*, 1 de abril de 1987. Para uma análise geral ver Paulo Sérgio Pinheiro, *Os Movimentos Sociais na Nova República*, mimeo, 1987.

O relato feito por Alfred Stepan neste volume sobre o papel dos militares em relação às decisões sobre a reforma agrária e sobre os acordos comerciais com a Argentina é, ilustrativo dessa intervenção das Forças Armadas. Ver Maria do Carmo Campello de Souza, op. cit., 1987, onde analisa as medidas de regulamentação das organizações partidárias no início da Nova República.

política dessas forças e, por outra parte, lhes reserva um poder de competição eleitoral mínimo, face à onipresença do clientelismo estatal como condição básica para a sobrevivência partidária.

A condução do processo político estaria assim talvez jogando fora uma vantagem importante nas construções de democracias políticas: sua legitimidade junto aos setores da esquerda brasileira (como revela Weffort neste volume). Essa legitimidade tem-se materializado não só por meio de discursos, mas também na ação da maior parte dos representantes desses setores nos trabalhos constituintes.

A crítica à ordem política democrática que hoje se faz no Brasil tem como principais porta-vozes os setores conservadores, que freqüentemente imputam à esquerda uma valorização retórica da democracia.

6) Em comparação com outros países da América Latina, no Brasil a violação dos direitos humanos constituiu uma questão menos contundente no processo de deslegitimação do regime militar. Diferentemente do que ocorreu nos casos uruguaio, chileno ou argentino, os abusos do autoritarismo brasileiro em relação a crimes políticos atingiram setores relativamente pequenos, sobretudo das classes médias e dos meios intelectuais, e tiveram menor visibilidade dada a grande extensão territorial do país. De outra parte, a própria duração da transição brasileira, uma das mais longas de que se tem notícia, concorre para o esquecimento dos abusos perpetrados no regime militar. Compreende-se, embora seja penoso dizê-lo, que uma população cuja existência é constantemente marcada pela violação de quase todos os seus direitos, independentemente dos tipos de regime político, não seja atingida no grau em que se desejaria por movimentos cujas críticas aos abusos do sistema anterior os relaciona de modo exclusivo à violação de direitos políticos de setores restritos da sociedade – sobretudo quando se constata que a liberalização política, que levou à destruição dos cárceres para crimes políticos e ao fim das medidas arbitrárias contra a liberdade de opinião, não foi estendida para a esfera policial em relação aos direitos das classes populares. Pelo contrário, as medidas arbitrárias continuam como sempre foram, numa sociedade onde a pobreza e a cor são freqüentemente considerados sinônimos de criminalidade.[56]

Além do mais, as organizações de defesa de direitos humanos ou pela anistia de crimes políticos, que tiveram grande apelo junto às classes médias

[56] Guillermo O'Donnell faz uma análise sobre o autoritarismo nas relações sociais em *E Eu com Isso: Notas sobre Sociabilidade Política na Argentina e Brasil* in *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização,* São Paulo, Vértice, 1986.

durante o autoritarismo e que no início do regime civil buscavam articular sua campanha com outros objetivos mais abrangentes, relativos abusos praticados contra direitos econômicos e sociais, vêm sofrendo acentuado processo de desgaste. Os líderes de vários desses movimentos imaginavam que, com a transição democrática, as mesmas exigências levantadas em defesa da minoria dos dissidentes do regime pudessem transferir-se para a reivindicação da proteção à maioria das classes miseráveis, pobres e indigentes. Essa transferência quase inocente, que se imaginava possível, da defesa dos direitos humanos à defesa dos direitos dos excluídos teria esbarrado com as próprias condições de reprodução e dominação da sociedade. A afirmação desses direitos ameaçava – ou assim parecia a muitos – a instituição das regras de obediência e os sistemas de hierarquia extremamente rígidos dentro da sociedade brasileira. Como uma das bases desse sistema é a ameaça da violência ilegal, na medida direta em que se pretendeu controlar essa violência, tanto nas instituições legalizadas para o seu exercício (prisões, manicômios) como em suas formas ilegais (torturas a presos e suspeitos), foi dramática a rejeição dos princípios tão largamente defendidos durante a resistência à ditadura.

A campanha ativada por alguns órgãos da imprensa tinha como objetivo barrar o acesso de grupos ligados aos direitos humanos a políticas na área social. A Igreja foi um alvo predileto, na denúncia do seu comprometimento com as causas dos movimentos da sociedade civil e com a Teologia da Libertação. Em alguns programas de rádio, a campanha a favor dos direitos humanos passou a ser identificada como a "causa para defender bandidos". A Igreja e as comissões a ela ligadas eram vistas como cúmplices da impunidade da delinqüência". Esses programas jamais foram alvo de qualquer controle por parte das autoridades públicas da Nova República. A campanha intensificou-se e ganhou novo vigor por ocasião da aplicação da censura ao teólogo Frei Leonardo Boff, em 1985, pelo Papa João Paulo II.[57]

A intenção do alto escalão da Igreja de forçar um recuo das posições mais agressivas de alguns de seus setores – como afirma com razão Ralph Della Cava – é reforçada durante o novo regime em face de eventos propositadamente deslegitimadores de sua ação.

---

[57] Esta análise sobre a dinâmica das organizações de direitos humanos está desenvolvida in Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit.. Segundo um estudo citado por Pinheiro, sobre a influência desses programas, os índices de audiência, no horário de 8 às 10 horas alcançavam 72,1% da população que estava com os rádios ligados, uma audiência que chegava, em relação a um desses programas, a mais de um milhão de pessoas em 1984.

As ações do governo, da classe política e – desnecessário dizer – das Forças Armadas[58] têm levado a uma progressiva diluição da memória coletiva em relação aos abusos perpetrados pelo regime anterior. Há aqui uma imensa diferença com relação ao processo de democratização uruguaia onde a questão dos direitos humanos teve um lugar central ou tal como ocorre ainda hoje na Argentina.

7) A intervenção da imprensa, rádio e televisão no processo político brasileiro requer um estudo lingüístico sistemático sobre o "discurso adversário" em relação à democracia expressa pelos meios de comunicação[59] Parece-nos contudo possível dizer – dada sua importância na formação da opinião pública[60], já que seu poder se amplia num contexto como o atual, de tensão vertiginosa de eventos aparentemente contraditórios – que os meios de comunicação têm tido uma participação extremamente acentuada na extensão do processo de *sistem blame* citado anteriormente, sem falar nos apelos explicitamente fascistas de alguns programas de rádio e televisão.

Deve-se assinalar o papel exercido pelos meios de comunicação na formação da imagem pública do regime, sobretudo no que se refere à acentuação de um aspecto sempre presente na cultura política do país – a desconfiança arraigada em relação à política e aos políticos – que pode reforçar a descrença sobre a própria estrutura de representação partidária-parlamentar.

A crítica aqui feita aos meios de comunicação não tem por intuito negar o papel importante, que eles vêm exercendo, ao denunciarem os aberrantes desmandos e a corrupção que permeiam as atividades dos atuais governantes brasileiros. Nesse sentido eles constituem um dos alicerces básicos para o funcionamento da democracia, que é o direito de crítica aberto a todos. Entretanto, o atual processo de desvendamento dos "porões da nova república", assume freqüentemente um caráter parcial e seletivo, e em inúmeras

---

[58] Ver o relato feito por Alfred Stepan neste volume.

[59] Daniel Bell, *The Cultural Contradictions of Capitalism*, Londres, Heinen, 1976. Ver sua análise sobre "a cultura adversária".

[60] Uma pesquisa realizada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 29 de março de 1987 nas cidades pelo de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre, junta a 3.316 entrevistados, e cujo objetivo era medir o prestígio e poder de vinte e uma instituições, revela que a televisão, o rádio e a imprensa foram as primeiras colocadas em termos de prestígio (81%, 70% e 67%, respectivamente). Em termos de poder, a televisão é a primeira colocada (80%), a imprensa fica em quinta colocação, juntamente com as Forças Armadas (71%), e o rádio em sexto lugar, com 64%. Ainda em termos de poder temos, pela ordem, de segundo a quarto lugar, as multinacionais (75%), bancos e financeiras (73%), presidente e ministro (72%). A Igreja Católica é colocada em sexto lugar em termos de prestígio e sétimo quanto ao poder.

ocasiões contribui mais para obscurecer que para esclarecer o diagnóstico sobre o processo político em curso.

Deixemos de lado versões analíticas mais banais sobre o papel dos meios de comunicação que, inspiradas por uma teoria conspiracional ou pela idéia de uma racionalidade maquiavélica dos setores dominantes, quase sempre pouco realistas, francamente obscurecem a compreensão da questão. Uma versão mais amena dessas interpretações tem apontado para o desígnio expresso de setores que procuraram deslegitimar o atual governo ou certos grupos partidários. É flagrante, por exemplo, a insistência da imprensa em atribuir quase que exclusivamente ao PMDB a responsabilidade pelos erros do governo Sarney, e em menor grau aos militares, ou ao PFL, que de fato detém o controle de grande número de ministérios com alto poder financeiro e político.

Nada há de surpreendente no fato de que os *mídia* sejam partidários (embora muitos cheguem a apresentar esse fato como se fosse mesmo uma invenção brasileira). Os aspectos mais nefastos dos costumes vigentes na esfera brasileira de informações são o pseudopartidarismo e a irresponsabilidade resultado da falta de transparência de decisões políticas – que surgem sob a forma de denúncias de semântica escorregadia e sem fontes, difundidas freqüentemente como parte de notícias mundanas divulgadas por colunistas sociais aos leitores da classe média das grandes capitais.

Creio que a atenção deve voltar-se aqui mais para as lentes utilizadas na interpretação do processo político por aqueles que se dizem identificados com o projeto democrático. Embora com objetivos diversos, estas acabam por se juntar ao ataque da direita autoritária, desde que em ambas as versões é veiculada a idéia – tão a gosto do pensamento autoritário da década de 1930 – da impossibilidade da democracia num país com nossas características. E isto por vários motivos.

Primeiro as denúncias freqüentemente não vêm acompanhadas de informações sobre eventos semelhantes no regime anterior necessárias para fins de comparação. Afinal, naquele período havia os agravantes da repressão e da censura governamental e da autocensura das próprias direções dos jornais, rádios ou televisão, que tornavam difícil, se não impossível, a divulgação dos eventos que depunham contra o regime.

Por outro lado, o teor exclusivamente denunciatório de grande parte das informações acaba por estabelecer junto à sociedade – sobretudo junto aos jovens com menos de vinte anos de idade e sem história política, que em 1980 representavam quase 50% da população brasileira – uma ligação direta

e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos. Esta interdependência é reforçada quando se constata que o alvo predileto das denúncias consiste naquele setor formado pelo que se convencionou chamar de "classe política", em especial aqueles que a ela se integram por meio do processo eleitoral, e ao mesmo tempo há um constante resgate de "líderes eficientes" mais identificados com a tecnocracia do regime militar. "Interesses político-partidários" constitui possivelmente uma das expressões usadas com mais freqüência pela imprensa, um complexo quase obrigatório na exposição de denúncias de todo tipo.

A despeito da evidente responsabilidade que cabe à imensa maioria da classe política pelo desenrolar sombrio do processo político brasileiro, os meios de comunicação a apresentam de modo *homogeneizado, e,* em comparação, os dardos de sua crítica poupam outros setores que comandam a Nova República. Tem-se muitas vezes a impressão de que corrupção, cinismo e desmandos são monopólio dos políticos dos partidos ou do congresso;[61] mesmo que sujeitos a críticas, os militares aparecem como um grupo, intransigente, notório pelo seu espírito intervencionista, seu gosto arraigado pela hierarquia e sua identificação com a ordem, características que – diga-se de passagem – nem sempre são malvistas ou rejeitadas na cultura política do país.

A seleção das informações e a parcialidade de algumas campanhas esclarecem um outro aspecto do sistema político atual: quais os lideres e as instituições que concentram mais poder. De modo geral eles são menos atacados.

Em relação à atuação dos partidos menores, vistos como radicais pelo *establishment,* a análise da imprensa conservadora e de vários programas de rádio enfatiza mais os aspectos "desestabilizadores" de sua ação que a sua contribuição para os trabalhos constituintes de uma outra perspectiva, há que assinalar ainda a omissão pertinaz por parte dos *mídia* de qualquer informação sobre as tentativas, mesmo que mínimas**,** de se implantarem algumas medidas de reformas no país. Pelo contrário, os meios de comunicação de massa, sobretudo os canais de televisão, estão repletos de informações sobre projetos

---

[61] Barry Ames, em *O Congresso e a Política Orçamentária durante o Período Pluripartidário de 1945-1964 in Revista de Ciências Sociais*, vol. 29 nº 2, 1987. p. 177-205, argumenta que as distorções dos gastos públicos pela política de patronagem são maiores durante as eleições presidenciais. As eleições para o Congresso em 1954 e 1958, que irão coincidir com eleições presidenciais, afetaram muito pouco a distribuição dos gastos públicos.

presidenciais salvadores, gigantescos do seu tamanho como na sua fantasia, que tornariam o país uma terra de abundância e igualdade. Reforçam-se assim mais uma vez algumas características de sistemas pretorianos; a capacidade mágica e todo-poderosa do presidente da República e o aumento do teor ilusório das expectativas sociais.

8) Todavia, os meios de comunicação revelam o caráter inautêntico da vida pública brasileira, resultado das características patrimonialistas do Estado e da ação das elites econômicas e políticas, para as quais a fronteira entre o bem público e o bem privado é profundamente obscura. Enraizada no desenvolvimento político do país, aprofundada durante o autoritarismo, a liberalização política torna transparente essa inautenticidade da vida política, que faz do espaço público uma arena para a manifestação das necessidades privadas, e não o lugar onde concepções conflitantes sobre o bem público se expressam e entram em disputa.

Se para os políticos brasileiros a ação política não pode ou não deve ser dirigida para o debate ou para a representação dessas concepções, limitando-se eles a exercer o papel de "clientela de Estado", a ação política da população passa a orientar-se para a descarga de frustrações enraizadas, ou para a imposição de punições ritualísticas aos políticos por meio do processo eleitoral.

A inautenticidade e a desmoralização da vida pública brasileira dão um sentido maléfico às instituições partidárias e aos processos que lhes são correlatos. Mesmo aqueles que entram no processo político com idéias mais articuladas sobre seus valores e objetivos passam a perceber que pouca cousa no mundo dos partidos ou das eleições permitem a expressão do que sentem ou necessitem e, incapazes de articular suas posições públicas, utilizam-se do sistema político para expressar suas preocupações privadas.

Quando as diretrizes sobre o processo de desenvolvimento econômico ou sobre o modelo de modernização não são elas mesmas objetos de debate público, o voto – que deveria ser uma forma, mesmo que genérica, de expressar objetivos – pode-se revelar, como tem ocorrido inúmeras vezes no Brasil, um instrumento privilegiado utilizado pela maioria da sociedade para manifestar de modo plebiscitário sua rejeição da vida política. Quando somente as necessidades privadas são projetadas na arena pública – ou pelo menos o processo é assim percebido pela sociedade –, não é de surpreender que, à medida que o crescimento econômico diminui e a insegurança e incerteza aumentam, os votantes tendem a se voltar para aqueles políticos que se denominam "pragmáticos". É muito mais fácil falar sobre a necessidade de

se retomar o crescimento econômico e o aumento do produto nacional bruto que discutir as formas diversas de alcançar esses objetivos ou as questões de organização social que lhe são correlatas, A direita é a primeira a ventilar a necessidade de “políticas imediatas”, proclamando a superioridade da “eficácia” sobre a “política” e estabelecendo uma incompatibilidade entre esses termos, ao mesmo tempo que os grupos que a integram se posicionam como os porta-vozes dessa eficácia e como inimigos do “desperdício” trazido pela política. Implícita e explicitamente soluções autoritárias vêm no rastro desse discurso.

Além dos efeitos cruéis de seus programas econômicos, o legado mais negativo das elites civis e militares brasileiras, aprofundado nos vinte anos de autoritarismo e não alterado pela Nova República, é a insistência para que o reino da política seja reservado quase que exclusivamente para a satisfação das necessidades privadas. Esta pesada herança para um país que busca a construção de um regime democrático.

O que é necessário reter aqui é que a perda de confiança nos representantes políticos constitui-se em algo mais que a tensão entre eles e os representados, inerentes a todos os sistemas políticos representativos: no contexto Brasileiro atual ela se apresenta de forma expandida e totalizante, o que aumenta a deslegitimidade da própria estrutura de representação partidária e parlamentar. A falta de credibilidade dos representantes políticos não se estende necessariamente ao regime democrático como um todo, mas a ruptura dos canais institucionais de expressão de demanda, que freqüentemente acompanha a deslegitimação das estruturas representativas, enfraquece a legitimidade do regime em seu conjunto.

Bibliografia básica:

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado no Brasil (1 964-1984)*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1989.

Bibliografia complementar

Sobre o período de 1974 a 1985: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo,, 1964-1985,* 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989 (cap.VI, VII, VIII).

Sobre as eleições e a evolução do quadro partidário no Brasil: LAMOUNIER, Bolivar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Sobre o novo sindicalismo: Laís W. Abramo e Roque A. da Silva. *O movimento sindical metalúrgico em São Paulo: 1978-1986*. *Automação e movimento sindical no Brasil*. Vários autores, São Paulo, Hucitec, 1988, p. 67-86; Margaret Keck, *O 'novo sindicalismo' na transição brasileira*. *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 381-440.

Sobre o papel da Igreja via transição democrática: DELLA CAVA, Ralph. *A Igreja e a abertura, 1974-1985*. *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 231-273.

3. ECONOMIA

Uma espécie de ressaca econômica abateu-se sobre o Brasil no início da década de 1960. Além de um pesada herança inflacionária e do aumento da dívida externa, o desenvolvimento industrial não manteve o mesmo ímpeto registrado no governo de Juscelino Kubitschek. De um animador índice de pouco mais de 10% ao ano entre 1956 a 1962, o crescimento médio variou para cerca de 3% ao ano entre 1962 a 1967[62]. Os desequilíbrios na Balança de Pagamentos e no orçamento público, e a conseqüente alta inflacionária, alimentada ainda mais pelas malogradas tentativas do governo de João Goulart de estabilização e retomada do crescimento, evidenciavam o "esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações"[63], diagnóstico que acabou por levar muitos economistas e intelectuais a apontarem uma tendência de estagnação estrutural para a economia brasileira que só seria superada por meio de reformas estruturais ao estilo das Reformas de Base do período populista[64].

Entretanto, no lugar de estagnação, um novo modelo econômico, responsável por uma nova forma de desenvolvimento capitalista, foi sendo forjado pela ditadura militar[65]. Capitaneado pelo capital monopolista, um desenvolvimento associado ao capital externo, que mantinha a dependência financeira e tecnológica dos principais centros da economia mundial, levou a uma maior integração do Brasil ao mercado internacional, tanto pela exportação de manufaturados quanto pela entrada de capitais (diretos e indiretos).

Os primeiros arranjos econômicos do regime militar valeram-se do fortalecimento do Executivo. De uma lado, o grau de coesão dos grupos dominantes em torrão dos novos dirigentes permitiu a adoção de uma política

---

[62] SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.* Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 21. ed., São Paulo, Difel, 1986, T. III, 4º Vol., p. 228.

[63] TAVARES, Maria da Conceição. *Além da estagnação*. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 167-168.

[64] Ibidem, idem. O artigo, que conta com a colaboração de José Serra, escolhe o economista e ex-ministro de Jango, Celso Furtado, como o expoente "que desenvolve de maneira mais explícita e rigorosa" a tese da estagnação estrutural.

[65] Paul Singer relativiza a existência de um novo modelo econômico entre 1968-1973, na verdade "uma criação da grande imprensa nacional e internacional". Teria havido, para o autor, a recuperação da recessão de 1962-1967 decorrente do aproveitamento de uma conjuntura internacional favorável. A novidade, no caso brasileiro, repousaria num novo modelo político de feição autoritária, capaz de reprimir as demandas sociais dos grupos subalternos. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1 989, p. 73-76, 95-97, 112-119, 163-167.

de equilíbrio fiscal que reduziu o déficit público e acabou por favorecer o grande capital, seja por meio das imposições de tributos e registros contábeis, que dificultaram a vida das pequenas e micro empresas, seja pelas isenções e favorecimentos concedidos principalmente aos setores exportadores. A política creditícia, que também beneficiava as grandes empresas, promoveu a formação de grandes conglomerados financeiro-industriais que diversificaram suas atividades pelos mais variados ramos, sob o custeio e a égide do capital financeiro. Por outro lado, uma política de repressão aos trabalhadores (cassações políticas, intervenções nos sindicatos, prisões e intimidações dos principais líderes, fim da estabilidade no emprego, eliminação do direito de greve, etc.) determinou uma nova correlação de forças na sociedade, absolutamente diversa do período anterior. Assim foi possível implementar uma política que além do achatamento salarial dos trabalhadores de menor qualificação alterou qualitativamente as relações de trabalho no país, gerando "maior subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, maior dependência face às autoridades patronais, sindicais, previdenciárias, policiais, etc. e menor atenção às necessidades e direitos do trabalhador"[66]. Como conseqüência desses ajustes, a inflação decaiu de cerca de 100% no primeiro trimestre de 1964 para 20% em 1969 e o PIB passou a uma taxa de crescimento de 9,8% em 1968 no lugar de apenas 0,6% de 1963.[67]

A partir de 1968, a economia brasileira passava a integrar uma nova divisão internacional do trabalho, redefinida pelo capital monopolista. A expansão industrial brasileira foi sendo dominada pelo capital multinacional, aumentando a tendência à desnacionalização, presente desde o governo de Juscelino Kubitschek. Incentivos a exportadores de manufaturados alteraram a composição da pauta de exportações. Ao contrário do desenvolvimento vivido nos anos da democracia populista, as prioridades industriais passavam a ser ditadas pelas necessidades do mercado mundial e não mais pelo mercado interno. Sobre essa alteração afirmou Paul Singer, um dos principais críticos das políticas econômicas implementadas durante a ditadura militar: "o país vendeu por um prato de lentilhas – a 'ajuda' externa – o seu direito de primogenitura no sentido de procurar alcançar a fronteira tecnológica e, um dia, tornar-se unia nação plenamente desenvolvida. Pois que outra coisa

---

[66] SINGER, Paul. *A economia Brasileira depois de 64. In A crise do 'Milagre'. Interpretação crítica da economia brasileira*, p. 77.

[67] RESENDE, André Lara. *Estabilização e reforma: 1964-1967. In A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.* Marcelo de Paiva Abreu (org.), 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 213.

significa uma estratégia que leva a expandir a produção e exportação de calçados ou mesmo componentes de sistemas de processamento de dados e a importar as máquinas de fabricar calçados e os computadores? Não há dúvida que uma divisão de trabalho à base da 'vantagens comparativas' – cada unidade se especializa no que pode produzir a custo mais baixo – entre países adiantados e países atrasados só pode ter por resultado a consolidação do desnível e o aprofundamento da dependência dos últimos em relação aos primeiros."[68]

A queda da inflação e os índices de crescimento do PIB – acima de 10% ao ano – foram suficientes para que os propagandistas do regime apontassem a existência de um "milagre econômico brasileiro" semelhante ao que teria ocorrido na Alemanha e Japão no pós-guerras. O capital externo afluía de uma maneira nunca vista na história do país e a indústria batia recordes de prosperidade. As taxas de crescimento econômico eram mantidas também pela expansão da linha de crédito ao consumidor – privilegiando a classe média, ávida por bens de consumo duráveis – e pelo estímulo à poupança interna, corrigida pela correção monetária das taxas de juros. Dirigido por tecnoburocratas civis e militares, o Brasil era anunciado pelas campanhas oficiais como um iminente integrante do Primeiro Mundo.

A alocação do capital externo não era algo novo na economia nacional. Buscando o mercado interno, empresas estrangeiras estabeleceram-se no país durante a década de 1950. No entanto, com as condições criadas pelo golpe militar, a motivação residia nas possibilidades do mercado externo. Assim, o grande capital dirigia-se a determinados países subdesenvolvidos atraídos pelos baixos custos dos fatores de produção, principalmente da mão-de-obra e pelos incentivos concedidos às exportações. Dessa forma, o crescimento verificado voltava-se para fora, para o mercado mundial, ao contrário de fases anteriores, em que o crescimento operava-se para dentro, buscando o mercado interno. Com as novas instituições do mercado mundial criadas após a Segunda Guerra (FMI, GATT, BIRD) abre-se a possibilidade da *diversificação de exportações,* aproveitando as oportunidades de um mercado mundial em forte expansão[69].

A prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiara do "milagre

---

[68] *Evolução da economia brasileira*: 1955-1 975. In *A crise do 'milagre'. Interpretação crítica da economia brasileira*, p. 115.

[69] SINGER, P.. Interpretação do Brasil: *uma experiência histórica de desenvolvimento*. In Boris Fausto (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira,* cit., p. 239.

econômico”. A concentração da renda nacional tornou-se mais intensa acentuando as desigualdades sociais e regionais. Além disso, as condições de vida da população mais pobre foram se deteriorando pela redução dos gastos públicos nas áreas de educação e saúde, preteridas pelas áreas de segurança e transportes, O Brasil ia bem. Os brasileiros nem tanto.

A partir de 1973 a inflação voltava a subir e seus efeitos eram ampliados pela existência da correção monetária. Mantida a política de contenção salarial, a aceleração inflacionária provocava queda na capacidade de consumo da sociedade. Com medidas de contenção de crédito conseguiu-se controlar o surto inflacionário a custa de uma recessão de vendas e sacrificando uma das características centrais do modelo econômico: a coexistência de crédito abundante, controle de preços e da correção monetária. Assim, “o combate à inflação” voltou “a ter maior prioridade que o crescimento acelerado[70]”.

Um outro problema da economia brasileira em 1973 dizia respeito à entrada excessiva de capitais estrangeiros. Atraído pela taxa de juros, o imenso fluxo de capitais tendia a alargar o volume monetário em circulação, o que poderia acelerar a inflação e ampliava exageradamente as reservas cambiais. Frente a isso, limitou-se o ingresso de capital no país. Tal situação alterou-se radicalmente no ano seguinte. A primeira crise do petróleo elevou o preço do produto no mercado mundial e afetou a balança comercial brasileira, que teve um déficit de US$ 5 bilhões[71]. Novas medidas foram tomadas, desta vez no intuito de estimular a entrada de capitais externos.

A essa altura o Brasil importava cerca de 80% do petróleo de que necessitava. Fruto da política desenvolvimentista e das medidas de incentivo tomadas durante a ditadura militar, a indústria automobilística brasileira apresentou os maiores índices de crescimento durante os anos do milagre econômico, ao mesmo tempo em que a malha fer3roviária e outros meios de transporte foram sendo sucateados. Transportes, veículos e indústrias necessitavam da matéria-prima cujo preço no mercado mundial era controlado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Os efeitos do aumento do preço do petróleo atingiam em cheio a economia nacional.

Com tudo isso, os índices econômicos foram tornando-se menos alentadores. A inflação anual chegou próximo dos 40% entre 1974-1978 e o PIB cresceu cerca de 7% ao ano nesse mesmo período. As crescentes dificuldades da balança de pagamentos foram superadas a custa das reservas

---

[72] SINGER P. *Vida, paixão e morte de um modelo* in *A crise do ‘Milagre’. Interpretação crítica da economia brasileira*. 165.

[73] Ibidem, idem.

cambiais e de novos empréstimos externos para tentar sustentar o crescimento econômico, evitando trilhar o caminho da recessão. Afinal, o maior trunfo da ditadura era o crescimento econômico. Não havia espaço para a crise na propaganda oficial. Assim, o aumento abrupto da dívida externa "era considerado um preço temporário a ser pago pelo financiamento desse ajuste ao longo do tempo"[74]. Com tais medidas, a dívida externa total passou de pouco mais de US$ 12 bilhões em 1973 para cerca de US$ 50 bilhões em 1979.[75]

Aparentemente, as iniciativas de Geisel conseguiram equilibrar a balança de pagamentos e o crescimento econômico mantinha-se em torno de 7% ao ano. Porém, tais medidas tornaram a economia brasileira vulnerável às instabilidades do mercado mundial. Ao final da década de 1970, um novo choque do petróleo e a elevação da taxa de juros no mercado financeiro internacional aumentaram as nossas dificuldades econômicas. Em 1980 a inflação chegava a 110% e a dívida externa, contraída em sua maior parte sob juros flutuantes, ultrapassava a casa dos 50 bilhões de dólares, chegando a 80 bilhões em 1983 e 90 bilhões em 1984[76].

A nova década iniciava-se sob o signo de uma violenta recessão. O pagamento dos juros da dívida externa consumia mais da metade das exportações. Em 1981 o PIB brasileiro apresentava uma variação negativa. Os índices de desemprego eram alarmantes. Nova crise na balança de pagamentos e a perda da credibilidade da política governamental apontavam a necessidade da renegociação da dívida externa. Se o Brasil havia se aproveitado de uma conjuntura internacional que lhe favorecera o crescimento entre 1968-1973, passava agora a sofrer com a recessão mundial, que contraía o crédito e limitava as atividades comerciais. Logo após as eleições de 1982, o governo brasileiro recorria ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para renegociar sua dívida, após receber empréstimos de emergência para não deixar de pagar os serviços previstos para aquele ano.

A monitoração do FMI iniciou-se em janeiro de 1983 e acabou por acentuar a tendência recessiva da economia brasileira, em virtude da contenção salarial, limitação da base monetária e outras iniciativas "ortodoxas", que reduziram drasticamente a taxa de investimentos. Como conseqüência, o PIB

---

[74] BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. *A divida externa brasileira: dos milagres ao fundo* in *Democratizando o Brasil*. STEPAN, Alfred (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 206.

[75] *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. ABREU, Marcelo de Paiva (org.), 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 409.

[76] Ibidem, idem.

registrou a queda histórica de 5%. Simultaneamente à recessão houve aumento do índice inflacionário, que dobrava em relação a 1982.

Até o final do regime militar, as medidas econômicas visavam, fundamentalmente obter financiamentos que cobrissem os rombos da balança de pagamentos e os juros da dívida, expandir o volume de exportações e conter o volume de importações. Em dois anos o governo emitira sete Cartas de Intenções para o FMI sem lograr cumprir as metas fixadas em nenhuma, o que revela o descontrole da economia brasileira. Era um fim melancólico para o regime que prometera lançar o país para o Primeiro Mundo.

Mesmo assim, as medidas ortodoxas implementadas pelo último governo militar conseguiram promover o ajuste externo da economia brasileira, obtendo um surpreendente superávit de US$13 bilhões em 1984. No entanto, o mesmo não ocorreu com a inflação que, apesar da recessão e do desemprego, chegou a 200% no ano de 1983 e a 250% em 1984[77].

O primeiro governo civil, liderado por José Sarney, tentou por diversas vezes conter a corrida inflacionária. Em fevereiro de 1986 era implementado o Plano Cruzado, de feições heterodoxas, que estabelecia o congelamento dos preços e promovia uma reforma monetária. Contendo a inflação inercial, o plano obteve a aprovação da população brasileira que, entre lágrimas de economistas e discursos de consumidores contra remarcações indevidas, virou "fiscal do Sarney". No entanto, por motivações político-eleitorais, a flexibilização do congelamento foi postergada ao máximo, o que contribuiu para o fracasso do plano. Uma boa síntese dos problemas do Cruzado é fornecida por Luís C. Bresser Pereira, que viria a ser ministro da Fazenda após os insucessos de 1986: "alguns erros cometidos no momento de sua formulação – a idéia irrealista de 'inflação zero' e o aumento real de salários de 8% no dia do congelamento – somados a uma série de erros na administração do plano, principalmente a incapacidade de controlar uma demanda agregada que, apoiada no consumo, crescia explosivamente, e à incapacidade de corrigir os desequilíbrios dos preços relativos, levaram o Plano Cruzado ao completo fracasso no final de 1986"[78].

O primeiro semestre de 1987 assistiu o retorno da crise econômica e financeira. Em fevereiro, o país anunciava a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. A volta da inflação e as medidas amargas de contenção

---

[77] CARNEIRO, Dionísio D. e MODIANO, Eduardo. *Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984* in *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.* cit., p. 340-341.

[78] *A crise da 'Nova República'* in *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 23:98, 1989.

do consumo rapidamente atingiram a popularidade de Sarney e da Nova República. Acossado pela opinião pública, o presidente busca apoio político para seu governo nos setores mais conservadores do Congresso Nacional. Isso traria conseqüências nefastas para as novas tentativas de ajustes econômicos que ainda iriam ser implementadas (Plano Bresser de junho de 1987 e Plano Verão de janeiro de 1989). Quaisquer iniciativas de contenção dos gastos públicos esbarrariam nas necessidades pragmáticas de sustentação política, que ficaram celebrizadas pelo slogan "É dando que se recebe", anunciado com convicção por um deputado de São Paulo. O governo passou então a administrar as taxas inflacionárias, sem promover ajustes estruturais na economia do país. A permanência da inflação e da recessão, do desequilíbrio fiscal e as indefinições a respeito da política de renegociação da dívida externa foram extremamente negativas para o regime democrático que procurava se firmar. Democracia e crise econômica caminharam juntas, numa década em que se acentuaram os graves problemas sociais brasileiros.

Texto complementar:

A ESTRUTURA POLÍTICA DE PODER DO CAPITAL MULTINACIONAL E SEUS INTERESSES ASSOCIADOS. DREIFFUS, René Armand in *1964: A Conquista do Estado.* Petrópolis, Vozes, 1981 p. 71 -82.

Introdução

Os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Por volta de 1960 tais interesses haviam se tornado a força sócio-econômica dominante. Ao mesmo tempo em que esse processo ocorria, um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileira. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado.

Esta estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia* empresarial.[79] Esses agentes sociais modernizante-conservadores,[80] todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos[81] do novo bloco em formação, eram:

---

[79] O termo empresário, aqui usado genericamente, inclui industriais, banqueiros e comerciantes. Os próprios industriais, banqueiros e comerciantes brasileiros empregam-no para referir as suas associações de classe e seus membros. Para um exame metodológico e teórico do uso do termo empresário, vide Fernando Henrique CARDOSO. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1972. Para uma visão política e histórica, vide (a) Eli DINIZ. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978, (b) Eli DINIZ & Renato Raul BOSCHI. *Empresariado nacional e Estado no Brasil.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978. (c) Luciano MARTINS. *Formação do empresariado industrial* in *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro (13); 103-12, maio 1967.

[80] Sobre a aplicação do conceito de "modernização-conservadora" de Barrington Moore, à situação brasileira, vide (a) Otávio Guilherme VELHO. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1976. (b) Luciano MARTINS. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Ed. Anthropos, 1976. (c) Fábio Wanderley REIS. *Solidariedade, interesses e desenvolvimento político* in *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, Univ. Federal de Minas Gerais, mar. 1974. n. 1. (d) Fábio Wanderley REIS. *Brasil: Estado e sociedade em perspectiva* in *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, Univ. Fedetal de Minas Gerais, dez. 1974. n. 2.

[81] Gramsci estabeleceu princípios teóricos muito apropriados para a percepção do processo por meio do qual se formaram os agentes do capitalismo modernizante brasileiro. Ele assinala que "Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a Conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico mas

a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional;[82]
b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia e:
c) oficiais militares.

Os interesses multinacionais receberam também o apoio político de seus próprios governos, assim como a assistência, dada às companhias multinacionais e interesses associados no Brasil por organizações políticas das classes dominantes dos países-base.

1. Os intelectuais orgânicos do novo bloco econômico

Empresários e tecno-empresários

As fontes óbvias do poder multinacional e associado encontravam-se, como já foi visto, em sua capacidade tecnológica e seu controle de capital. Porém, o processo de acumulação e anexação em escala mundial, o qual equivalia à formação de produção e a centralização do capital,[83] mas também a concentração de poder político-corporativo.[84] Como observou Giovanni Agnelli, presidente da Fiat e, co-fundador da Adela, "De certa maneira, a

também nos campos social e político. O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal, etc." Vide Quintin HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. *Selections from prison notebooks of Antonio Gramsci*, London, Lawrence & Whishart, 1973. p. 5. Para uma discussão sobre a função dos intelectuais orgânicos, vide Maria Antonieta MACCIOCCHI. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 202

[82] É prática comum no Brasil os membros-chave das diretorias de importantes multinacionais serem também acionistas, tendo, conseqüentemente, interesse direto em tais empresas. Essas figuras estão em posição diferente dos gerentes que, mesmo vendendo perícia e trabalho, não possuem os meios de produção.

[83] Vide Herbert de SOUZA. *Notes on World capital* in *The internationalization of capital*. Toronto, LARU, feb. 1978. V. 2, n. 2. p. 51-64.

Segundo Herbert de Souza, "A corporação multinacional é um microcosmo onde a organização global para a produção existe em seu mais alto grau; os sistemas de organização da força de trabalho, os sistemas de comunicações e informações, os sistemas financeiro, administrativo e de controle, existem todos em função da atividade global do capital mundial".

[84] Para um estudo teórico focalizando tais conjeturas, vide V. I. LENIN. *Imperialism: the highest stage of capitalism* in *Collected Works*. London, Lawence & Wishart, 1974. V. 22. p. 275, 322.

rede de companhias multinacionais representa em forma embrionária o sistema nervoso central de uma ordem econômica global emergente".[85]

A estrutura desse sistema nervoso central estava estabelecida no interior das formações sociais nacionais dos países onde as multinacionais operavam. Essas criavam ou favoreciam a formação de "elites" locais ligadas organicamente por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionistas e atitudes econômico-políticas. Estabelecia-se como resultado uma liderança internacional de empresários e membros das diretorias das empresas, dependentes dos centros transacionais e afastados, portanto, dos prementes problemas sociais de seus países de origem e de suas soluções básicas. "Como membros de uma burguesia internacional, eles se preocupavam com crescimento, e não com independência nacional".[86]

Apesar de seu domínio econômico, a estratégia do capital monopolístico transacional no Brasil e dos interesses financeiro-industriais locais para expressar suas demandas no nível de Estado nacional não se limitava a uma mera imposição econômica. Dependia sobretudo de suas ações políticas. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político por meio dessas posições.[87] Suas atividades, relacionadas ao macro-marketing, direcionavam-se de maneira a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e eram determinadas pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais. Esses profissionais e empresários acumulavam também cargos de diretoria em diferentes companhias multinacionais e associadas, o que os tornou capazes de exercer considerável pressão econômica nas administrações de Juscelino Kubitschek

---

[85] AGNELLI, Giovanni. *Summary of the hearings before the Group of Eminent Persons to Study the Impact of Multinacional Corporations on Developmentand on International Relations*, da Organização das Nações Unidas, audiência realizada em Nova York, em 1975. Citada em Herbert de SOUZA. op. cit. p. 55.

[86] BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. p. 80.

[87] Essa técnica assegurava aos interesses oligopolistas multinacionais condições superiores de competição em contraste com as proporcionadas a empresas locais, pois nessas últimas predominavam ainda formas de controle direto de propriedade, bem como uma administração pessoal exercida por chefes de famílias e parentes próximos. Vide Teotônio dos SANTOS. *El nuevo carácter de la dependencia* in MAR, José Matos de. *La crisis del desarrolismo y la nueva dependencia*. Argentina, Amorrortu Ed., 1969. p. 50 (Instituto de Estudos Peruanos).

e Jânio Quadros. Exemplos politicamente importantes dessa acumulação de cargos de diretoria por empresários locais eram os diretores multinacionais Antônio Gallotti, João Baptista Leopoldo Figueiredo e Paulo Reis Magalhães, que se tornariam os articuladores políticos de sua classe contra o regime populista e as forças sociais populares, e cuja atuação será tratada oportunamente. Outros empresários influentes eram João Baptista Pereira Almeida Filho[88], João Pedro Gouveia Vieria[89], Manoel Ferreira Guimarães[90] e Jorge de Souza Rezende,[91] diretores de varias companhias que, no princípio da década de 1960, iriam dar apoio financeiro às operações políticas do bloco multinacional e associado, ou cujos co-diretores seriam líderes de tal ação política. A qualificação e perícia dos profissionais (denominados técnicos ou tecnocratas após 1964) como economistas, engenheiros, administradores, etc. não deveriam obscurecer o falo de que esses homens ocupavam cargos nas diretorias das grandes companhias. Esses agentes sociais serão doravante designados como tecno-empresários para enfatizar suas funções empresariais nos papéis "neutros" mas abrangentes que eles desempenhavam. A presença desses tecno-empresários nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado era bastante instrumental ao estabelecimento e desenvolvimento de um complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio. Tal complexo fincou raízes em princípios da década de cinqüenta e se expandiu enormemente durante a administração de Juscelino Kubitschek. Uma das funções iniciais dos tecno-empresários foi organizar e estruturar suas próprias corporações. No entanto, eles se tornariam também a vanguarda da classe

[88] Vide Anexo I.

[89] Vide Anexo II.

[90] Mesmo tendo grandes interesses em Minas Gerais, M. Ferreira Guimarães era também um dos líderes da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ele pertencia às seguintes diretorias: Banco de Minas Gerais S.A., Força e Luz de Minas Gerais (Bond & Share, Grupo Morgan), Philips, do Brasil, Organizações Ferreira Guimarães, Cia. Estanho São João D'el Rei, Cia Siderúrgica Belgo-Mineira, Cia. Cruzeiro do Sul Capitalização, Panair do Brasil, Banco Lowndes, Mesbla S.A., Cia. Imperial de Seguros, Cia. Tecelagem e Fiação Mineira, Cia. Tecelagem e Fiação Barbacena, Siderúrgica Mannesmann.

[91] Jorge de Souza Rezende pertencia à FIESP e ao Conselho Nacional de Economia – CNE. Ele era também membro das seguintes empresas: Cia. Brasileira de Armazéns Gerais (Sanbra, Bunge & Born), Serrana de Mineração S.A., Quimbrasil S.A. (Bunge & Born), Carborundum S.A., Cia. de Máquinas Hobart-Dayton do Brasil, Equipamentos Clark Piratininga S.A. (Clark Equipamentos Co**.,** Máquinas Piratiniga S.A.), Linkbelt – Piratininga Transportadores Industriais Ltda. (Máq. Piratininga, Linkbelt engenharia Ind. e Com. Ltda). Máquinas Piratininga S.A., Automatic Sprinklers S.A. (Joaquim H. Nascimento, A. Gama, Automatic Sprinklers da Venezuela), Brinquedos Bandeirante S.A., Asdobra Instalações Contra Incêndios S.A., Pirelli S.A. Comp. Ind. Brasileira, Henry Simon do Brasil S.A. Ind. e Com. (H. Simon Holdings, Grã-Bretanha).

capitalista, sistematizando interesses particulares em termos gerais, isto é, tornando-os "nacionais". Os tecno-empresários formaram, com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais da reação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave de sua classe na luta pelo poder do Estado.

A tecno-burocracia

O bloco de poder multinacional e associado incluía não somente acionistas influentes e diretores de empresas mas também seus executivos (administradores, gerentes e técnicos), e sua rede tecno-burocrática de influência dentro dos aparelhos do Estado. Os principais técnicos e administradores das companhias instaladas no Brasil eram responsáveis imediatos pela combinação dos fatores econômicos e diretivos que afetavam a produção. Esses técnicos e administradores não possuíam grau algum de autonomia e não eram propriamente parte da burguesia oligopolista multinacional – mas eles representavam-na. Eles eram os portadores (Träger) e os legitimadores da internacionalização da economia.

Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecno-burocrática, uma série de anéis de poder burocrático-empresariais[92] objetivando a articulação de seus próprios interesses. Esses anéis, a principio, diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação das diretrizes econômicas. Eles conseguiram promover uma verdadeira "administração paralela" durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre do escrutínio público e do controle populista (o que será examinado explicitamente quando do estudo dos escritórios de consultoria tecno-empresariais).

---

[92] O termo anéis burocrático-empresariais é usado quase na mesma acepção dos "anéis burocráticos" de Fernando Henrique Cardoso. Vide Fernando Henrique CARDOSO. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Cap. 5. Acrescentou-se a qualificação de empresarial ao conceito de Fernando Henrique Cardoso por dois motivos: primeiramente, os "burocratas" em sua maioria eram empresários, apesar de ocuparem posições burocráticas. Em segundo lugar, e talvez o fator mais significativo, é que esses anéis tendem a ser mais permanentes do que o termo de Fernando Henrique Cardoso sugere, e favorecem, quase exclusivamente, a interesses empresariais específicos contra outros setores da sociedade civil. A base lógica dos anéis burocrático-empresariais é influenciada em alto grau por suas conexões empresariais regulares e não por normas burocráticas de comportamento, ou por efêmeras e eventuais ligações econômicas.

A rede tecno-burocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública. Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas sócio-econômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do macro-marketing empresarial sob a forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas.[93] Esta *intelligentsia* técnica, estreitamente ligada aos empresários em decorrência de interesses e congruência de valores, enfatiza o gerenciamento científico, a administração pública normativa, assim como a formalização e rotinização de tarefas.[94] A rede tecno-burocrática expressava o aspecto duplo do processo de controle oligopolista do mercado, ou seja, uma abordagem empresarial para os problemas de desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas, o que era exemplificado pela conhecida política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek.

Ao analisar os "fatores básicos" que afetavam esse ritmo de desenvolvimento, figuras públicas que influenciavam a sua corrente ideológica principal davam grande importância à evolução da racionalidade empresarial e ao papel central das privadas no processo de crescimento. Para o tecno-empresário Eugênio Gudin, mentor ideológico de toda uma geração de economistas político-empresariais como Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, toda ênfase deveria ser dada às inovações organizacionais e técnicas[95] que, então, estavam sendo introduzidas pelas corporações multinacionais. Aqueles valores eram disseminados e persistentemente apurados pelos intelectuais orgânicos empresariais por meio de seminários e conferências para as "elites" na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e

---

[93] Sobre as opiniões políticas e a ideologia dos técnicos, vide (a) Carlos Estevam MARTINS. *Tecnocracia e Capitalismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974. p. 78-131, 146-56, 195-214. (b) Fernando Henrique CARDOSO. *Aspectos políticos do planejamento no Brasil* in CARDOSO, F. H. ed. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1973. p. 83-103.

[94] JHONSON, Artur Gerald. *Brazilian bureaucracy and politics: the rise of a new professional class*. Tese de doutorado. Austin, Univ. of Texas, 1977. p. 157. Para considerações metodológicas sobre planejamento, vide John FRIEDMANN. *Retracking America: a theory of transactive planning*. New York, Anchor Press, Doubleday, 1973.

[95] GUDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros 1958-1964*. Rio de Janeiro, Agir, 1965. p. 221.

industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais e, finalmente, por meio da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas.[96]

A concentração capitalista, por sua própria natureza, com sua produção multinacional em grande escala, a qual era tanto diversificada quanto integrada regionalmente, e, que se utilizava da mobilização de enormes recursos de capital, de perícia especializada e de equipamento complexo, fez com que o bloco de poder oligopolista necessitasse de informação acurada para um macro-marketing eficiente. Em meados da década de 1950, o planejamento havia resolvido com êxito problemas de produção e de comércio em sua esfera corporativa. No final daquela década, economistas influentes, militares, técnicos e empresários exigiram um planejamento indicativo, o qual consideravam como um empreendimento nacional necessário.[97] O planejamento indicativo foi apresentado como um fator importante no desenvolvimento capitalista, um elemento de direcionamento da sociedade e de supervisão das diretrizes macroeconômicas. Os argumentos a favor de sua institucionalização foram debatidos acaloradamente em associações de classes empresariais, na Escola Superiores de Guerra e nos *think-tanks* governamentais.[98]

---

[96] Os tecno-empresários multinacionais e associados não estavam sozinhos em seus esforços "racionalizantes". Segundo Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil durante a presidência de João Goulart, "a partir do famoso 'Ponto IV' do presidente Truman, em 1949 os Estados Unidos empreenderam um programa mais intenso de assistência técnica. Os conceitos de assistência técnica baseavam-se amplamente na experiência iniciada na América Latina pelo presidente Franklin D. Roosevelt e por Nelson Rockefeller em 1939." Lincoln GORDON. ESG. Documento n. C-41-62.

[97] Vide Roberto de Oliveira CAMPOS. *A experiência brasileira de planejamento* in Mario H. SIMONSEN & Roberto CAMPOS. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, José, Olympio, 1974. p. 48-60. O tecno-empresário Paulo Sá explicou, em carta a seu amigo e líder da UDN Herbert Levy, as atividades de seu escritório de consultoria tecnoempresarial, CBP: "Se na Rússia dos Soviets [sic] os planos pertencem à burocracia do Estado, nos países livres acreditamos que tais planos têm de ser confinados no sistema geral, por meio do qual as questões de governo devam ser resolvidas: mediante um contrato com entidades particulares apropriadas, capacitadas e honestas, sob o controle indispensável do Estado. Os escritórios de consultoria no Consórcio apresentam tais qualidades." Carta de Paulo Sá a Herbert Levy, escrita no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1959. Ela se encontra nos arquivos de Paulo de Assis Ribeiro, no Rio de Janeiro.

[98] O planejamento indicativo, equivalente ao planejamento incompleto, enfatiza a falta de planejamento nacional quanto a diretrizes verdadeiramente sociais. Vide (a) Roberto CAMPOS. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro, APEC, 1963. (B) Roberto CAMPOS. *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. ESG. Documento n. 1-16-53. (c) Octávio Gouveia de BULHÕES. *Problemas do desenvolvimento econômico*. ESG. Documento n. 1-80-54. (d) Antônio Carlos da Silva MURICY. *Planejamento governamental*. ESG. Documento n. C-29-56. (e) José Sinval M. LINDENBERG. *Planejamento do fortalecimento do potencial nacional*. ESG. Documento n. C-29-59.

O planejamento era necessário ao capitalismo monopólico por outra importante razão. Ele deveria servir a dois propósitos imediatos: primeiramente, selecionar temas, tópicos e diretrizes; em segundo lugar, determinar o acesso de frações ou setores nos centros burocráticos de tomada de decisão.[99] Esses objetivos eram assegurados pelo aspecto alocativo do planejamento. No final da década de 1950 o então coronel Golbery do Couto e Silva, o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos "guerreiros frios" que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro do Brasil, expôs o problema de forma precisa. Para ele, era "necessário evitar, a todo custo, qualquer incoerência do conjunto, de maneira a garantir a inexistência de conflito entre objetivos divergentes, o que finalmente impediria o seu alcance simultâneo ou a sua preservação e destruiria o sistema como tal".[100]

Além do mais, a necessidade de planejamento foi defendida pelas classes empresariais naquilo que ele linha de alocação calculada de recursos.[101] A implementação de um planejamento indicativo e alocativo significava a intervenção no processo de acumulação do potencial dos interesses multinacionais e associados, servindo principalmente aos propósitos de manter o complexo sistema social em equilíbrio (política de estabilização) e de canalizar recursos limitados e poupanças, tanto para potenciais obstáculos na indústria quanto para situações de crise. Simultaneamente, o planejamento

---

[99] A expressão "planejamento da segurança nacional" é bem explícita. "Planejamento significa orientação, disposição racionalização do conjunto de ações visando a determinados objetivos. Ele pressupõe a existência de recursos ou meios a serem usados, bem como o prognóstico de obstáculos, quando não de antagonismos. Por outro lado, o planejamento implica uma busca orientada de conhecimento... e consiste, acima de tudo, em um sistema de escolhas ou decisões, sucessivas e hierárquicas, entre alternativas distintas [linhas de ação positiva]". Golbery do Couto e SILVA. *Do planejamento para a segurança nacional* in *Cadernos Brasileiros*, sl.; (4):38-9, out/dez. 1960 O âmago do Serviço Nacional de Informações – SNI após 1964 e sua futura ligação umbilical com o Ministério do Planejamento encerram-se nas significativas palavras do General Golbery: "Racionalização, intencionalidade, decisões ou escolhas, escala hierárquica, tudo dentro de um complexo de ações intimamente relacionadas: é, essa a essência de todo e qualquer planejamento". vide(a) Golberty do Couto e SILVA. id. (b) Décio Palmeira ESCOBAR. *O planejamento da segurança nacional*. ESG. Documento n. A-34-53. (c) Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional*, ESG. Documento n. C-83-54. (d) Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional*, ESG. Documento n. C-83-54. (d) Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional,* ESG. Documento n. C-31-55. (e) Golberty do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional: conceitos fundamentais,* ESG. Documento n. C-30-58.

[100] "Anomia ou totalitarismo – será esse o dilema imposto à sociedade de nossos dias se não formos capazes de formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que se torne a síntese positiva de tal oposição dialética" [sic]. GoIbery do Couto e SILVA.. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana. 1955. p. 24.

[101] FRIEDMANN, J. op. cil. p. 52.

indicativo e alocativo servia para induzir novas características de desempenho na economia por meio de modificações em suas relações estruturais, os chamados “pontos de germinação”.[102] Os tecno-empresários foram então capazes de controlar a “marcha evolutiva do processo”.[103] Ao mesmo tempo, a projeção do planejamento como um recurso estatal, manejado por tecnocratas supostamente desprovidos de interesses e de determinações classistas, ajudou a eliminar as críticas e pressões por parte do bloco populista no poder e das classes subordinadas. Além disso, o planejamento era necessário por ser um recurso institucional que ocultava do público as relações de interesses.[104] De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objetivo, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito “elíptico” ou oculto), seria um dos pilares do regime pós 1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da “racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como objetivos nacionais”.[105]

Para realizar esse planejamento estatal indicativo o alocativo, as diretrizes políticas do governo tinham de se basear em uma racionalidade empresarial clara, tanto na formulação dessas diretrizes políticas quanto nas tomadas de decisão. Tais diretrizes tinham também de se afastar de considerações sócio-econômicas populistas, desprezando em grande parte as aspirações populares. Obviamente, isso exigia um controle rígido do aparelho estatal e um planejamento para o crescimento econômico que não fosse questionado, englobando mudança institucional, orientação de ação e mobilização de recursos.[106] Na ausência de planejamento indicativo a nível ministerial, a representação dos interesses econômicos predominantes em toda

---

[102] CAMPOS, R *A experiência*... op. cit. p. 53-5.

[103] Vide IPES/ADESG. *Seminário para empresários. Fortalecimento do potencial nacional-planejamento*. s.1., s.d. Documento n. 1 (Curso: Doutrina da Segurança Nacional). Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

[104] O General GoIbery explica em seus trabalhos a maneira pela qual os interesses particulares são articulados e se tornam gerais. Segundo ele, estrutura-se um sistema de objetivos de tal maneira que “nenhum deles possa ser inferido dos outros, assegurando assim o mais alto grau e independência lógica, mesmo reconhecendo a inter-relação resultante de suas origens comuns no que se refere a concepção e formulação [independência genética] e o propósito geral que todos eles objetivam independência Golbery do Couto e SILVA. *Do planejamento*... op. cit. p. 38.

[105] BURGESS, Mike & WOLFF, Daniel. *El concepto de poder en la Escuela Superior de Guerra* in *Cuadernos Políticos*, México (1): 100, Ediciones Era, abr./jun. 1979. Vide também as páginas, 2 e 3 do Documento de Trabalho n. 5, Esboço de um programa de governo – o sentido do planejamento numa economia democrática, apresentado na Reunião Ministerial de 4 de janeiro de 1964 pelo Ministro Extraordinário pala o Planejamento e coordenação Econômica.

[106] FRIEDMANN, J.. op. cit. p. 61-70.

a administração paralela de Juscelino Kubtschek – seria determinada a partir de meados da década de 1950 pela mobilização de vias de cunho oligopolístico, pela pesquisa direcionada e pela programação de agenda.[107]

O objetivo de introduzir os conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1940), cujas recomendações e projetos foram publicados em 17 volumes em 1953-1954.[108] A equipe brasileira era composta pelos tecno-empresários Roberto Campos (Assuntos Econômicos), Ary Frederico Torres (Presidente), Lucas Lopes (Questões Técnicas), Glycon de Paiva (Assuntos de Geologia e Mineração) e Valentim Bouças (Assuntos Financeiros).[109] Roberto Campos e Glycon de Paiva eram também membros da comissão que redigiu o relatório, juntamente com o

---

[107] A partir do início da década de cinqüenta, esses interesses e valores da comunidade empresarial evidenciam-se como conseqüência da necessidade de mudança dos canais de comunicação e da negociação entre empresários e governos. A formação de grupos executivos" quando da administração de Juscelino Kubtschek e os famosos "bilhetinhos" de Jânio Quadros foram dois produtos e resultados discrepantes. Segundo Alexandre de Barros "A velha burocracia não estava preparada para operar sob o novo sistema mas ela não poderia simplesmente ser desconsiderada. A opção escolhida foi então conservar a velha burocracia e estabelecer uma "nova" para operar em uma base diferente esvaziando, por assim dizer, a velha burocracia em termos de poder, pelo menos no que se referisse às áreas para as quais a nova burocracia houvesse sido criada". Vide Alexandre de Souza Costa BARROS & Angelina Maria Cheibud FIGUEIREDO. *The creation of two social programes, the FGTS and the PIS: a Brazilian case study on the dissemination and rise of social sciences research for governmental policy making*. Rio de Janeiro, *Development Center of the Organization for Economic Cooperation and Development*. 1975. p. 6.

[108] Devem ser levadas em conta outras tentativas feitas nas áreas de planejamento e de racionalização empresarial da produção, tais como a *American Technical Comission* (Missão Cooke) de 1943, o Plano SALTE de 1948 e o programa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, também conhecido com a Missão Abbink, de 1948. Vide J. A. JOHNSON. op. cit. p. 165-75. É interessante observar que o presidente brasileiro da Missão Abbink era Octávio Gouveia de Bulhões, que participaria de muitas das experiências em planejamento da década de cinqüenta. No caso particular da Missão Abbink, estudavam-se os críticos pontos de estrangulamento da economia brasileira que, determinaram a viabilidade do estabelecimento de um dinâmico estado capitalista industrial. Vide Octávio IANNI. *Estado y planificación económica en Brasil: 1930-1970*. Buenos Aires, Amorrortu Ed. 1971. p. 71-91.

[109] É interessante observar as ligações empresariais dos primeiros "tecnoempresários", cuja participação na vida pública era útil a suas atividades privadas. Ary Frederico Torres ligou-se na época aos grupos financeiros e industriais Bueno Vidigal e Souza Aranha, de São Paulo. Valentim Bouças ligou-se, ao longo de sua carreira política, às companhias: US Bethlehem Steel, ITT, Panair, Cia. Swift do Brasil, King Ranch do Brasil, American Bank Note Co., Coca-Cola, Cia. Brasileira de Material Ferroviário – Cobrasma, Serviços Hollerith, National Cash Register, Cia. Nacional de Máquinas Comerciais, Goodyear Tyres, Ferroenamel, Imobiliária Santa Cruz, Listas Telefônicas Brasileiras e Addressograph-Multigraph do Brasil. Roberto Campos manteve ligações com a Hanna, Olivetti, Bond and Share, Camargo Correia, Mercedes Benz e o Banco de Desenvolvimento Comercial. As ligações econômicas de Glycon de Paiva são apresentadas no Apêndice II.

técnico Paulo de Assis Ribeiro e com o coronel Mário Poppe de Figueiredo, da Escola Superior de Guerra. Seguindo as recomendações da Comissão Mista, foi estabelecida uma série de agências e órgãos públicos, dos quais o mais importante parece ter sido o Banco Nacional de Desenvolvimento – (BNDE).[110] O BNDE foi criado para dar apoio financeiro a investidores privados. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram, em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o banco providenciava o apoio financeiro. O primeiro diretor econômico do BNDE foi Roberto Campos, enquanto que Glycon de Paiva tornava-se diretor técnico. Roberto Campos foi designado presidente do BNDE durante o governo de Juscelino Kubitschek. Outros tecno-empresários que ocupavam posições-chave, na estrutura formuladora de diretrizes políticas do BNDE durante o período foram Octávio Gouveia de Bulhões, Lucas Lopes, José Luiz Bulhões Pedreira e Hélio Beltrão.[111]

O BNDE exerceu um papel importante na política econômica de desenvolvimento industrial internacionalizado de Juscelino Kubitschek. O BNDE e outras agências tecno-burocráticas e grupos executivos tornaram-se os novos focos de poder dos interesses multinacionais e associados. Na realidade, foi a análise dos *think-tanks* mistos do BNDE/ CEPAL e da Escola Superior de Guerra de 1953-1954 que forneceu as diretrizes para o plano de Metas de Juscelino Kubitschek.[112] Sob a cobertura do "Plano de Metas", incorporou-se a tentativa de se introduzir, na formulação de objetivos governamentais, o tipo de racionalidade empresarial exigido pelas operações em grande escala do capital transnacional. Esse plano estabelecia prioridade para se investir os recursos públicos nacionais em cinco setores-chave: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação. Os propósitos das diretrizes políticas dentro desses cinco setores foram traduzidos em trinta objetivos ou "metas", enquanto que a fundação de Brasília era concebida como o símbolo de uma nova época.

Os interesses multinacionais refratavam-se no processo decisório governamental por meio do Plano de Metas como necessidades do desenvolvimento nacional. Assim, o poder de classe era internalizado no Estado sob a cobertura de racionalidade técnica, necessidade e perícia (todos eles com uma conotação neutra), e legitimado por grupos executivos e pelos escritórios de consultoria tecno-empresariais. Além disso, sob a égide da "racionalidade" técnica, os empresários justificavam o seu processo de tomada de decisão subjacente, assim como a sua escolha das diretrizes políticas referentes ao desenvolvimento. O *slogan* "cinqüenta anos em cinco" que

Juscelino Kubitschek usou para exortar o povo brasileiro expressava o senso de urgência dos tecno-empresários. Oficiais militares foram chamados a participar de comissões de planejamento e *think-tanks,* assim como de recém-criados corpos administrativos junto a tecno-empresários de proa. As Forças Armadas, imbuídas da ideologia de ordem e progresso, foram agregadas ao esforço de crescimento industrial, num processo de desenvolvimento inspirado por interesses transnacionais e direcionado pelo Estado, onde os militares forneciam a ação orientada por critérios de eficiência e a muito necessária legitimação, ambas exigidas pela ideologia da "segurança nacional".[113]

Para que o planejamento estatal se realizasse, foi necessário o uso de pessoal especializado, ou seja, os técnicos. Eles foram recrutados das fileiras de engenheiros, economistas e advogados, profissionais que não eram, de modo geral, orientados por considerações sociais mas sim por racionalidade empresarial, eficiência e lucro privado. Esses técnicos prosperariam em um ambiente de desenvolvimento industrial de inspiração empresarial, enquanto que reforçariam as demandas e pressões para a implementação de *marketing* organizado sobre bases nacionais. O planejamento para fins específicos estabeleceria uma "área de ação independente," para o planejador naquela "zona nebulosa que separa o político do burocrata".[114]

A demanda de pessoal qualificado estimulou a multiplicação de centros técnicos durante a década de cinqüenta.[115] Dentro do marco do Plano

---

[110] Para um relato da experiência brasileira em planejamento, vide (a) Robert T. DALAND. *Brazilian planning: development, politics and administration.* Estados Unidos, *The Univ. of North Carolina Press*, 1967. cap. 2. (b) O. IANNI. *Estado...* op. cit. Cap. 3 e 4. (c) R. A. Amaral VIEIRA. *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1975. P. 15-110. Sobre o ponto de vista de um observador-participante da base lógica do planejamento, vide Roberto CAMPOS. *Planejamento do desenvolvimento...* op. cit. Uma análise crítica do planejamento brasileiro é apresentada por Lúcio KOWARICK. *Estratégias do planejamento no Brasil* in *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, (1), 1970.

[111] Hélio Beltrão era diretor da Cosigua (*Joint venture* na indústria siderúrgica com a participação do Estado da Guanabara e do setor privado), Mesbla S.A. (a gigantesca loja comercial) e da CREDIBRÁS Financeira do Brasil S.A. (cuja diretoria contava também com Walter Moreira Salles, Augusto Frederico Schmidt, Hélio Cássio Muniz de Souza, Henrique de Botton, Teodoro Quartim Barbosa e Hélio Pires de Oliveira Dias).

[112] Vide (a) Luciano MARTINS. *Pouvoir...* op. cit. Cap. 7 e 8. (b) Francisco de OLIVEIRA. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 84.

[113] Vide Maria Victoria de Mesquita BENEVIDES. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política: 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. p. 187-88, para lista de oficiais militares em postos administrativos durante O governo de Juscelino Kubitschek.

[114] FRIEDMANN J. op. cit. p. 11.

[115] Uma versão da emergência e formação dos técnicos e instituições técnicas é apresentada em Nathaniel LEFF. *Economic policymaking and development in Brazil: 1946-1964*. Estados Unidos, John Wiley & Sons, 1968. p. 143-53.

de Metas, a educação compreendia a formação de uma camada de técnicos. Em 1959, foi criado o Grupo Executivo de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico – Geeat – como parte da administração paralela.

Como conseqüência de um posicionamento ideológico e político que considerava ser necessário ao estágio de desenvolvimento atingido pelo Brasil o uso de técnica, perícia e *know-how* administrativo produzidos nos centros internacionais do capitalismo,[116] criaram-se várias escolas de administração pública e de empresas e agências tecno-burocráticas governamentais. Tais escolas e agências tinham um duplo objetivo, o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como *think-tanks* empresariais e governamentais. Entre elas estavam a Escola de Administração de Empresas (fundada em 1950), o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, o Instituto Superior de Administração e Vendas, o Escritório de Planejamento Econômico e Social – Epea, precursor do atual Instituto de Planejamento Econômico e Social – Ipea, os Centros para Treinamento Administrativo (estabelecidos no Rio e em São Paulo sob os auspícios da *American Management Association*)[117] e, finalmente, dois centros ideológicos-chave: o Instituto Brasileiro de Economia – Ibre – e a Fundação Getúlio Vargas – FGV – que haviam sido criados anteriormente.

O influente Ibre tinha Eugênio Gudin como presidente e Octávio Gouveia de Bulhões como vice-presidente no início da década de 1960. Em sua Comissão Diretora estavam Roberto Campos e Alexandre Kafka. O Centro de Análise de conjuntura do Ibre era dirigido por José Garrido Torres ao passo que a Equipe de Estudos da Renda Nacional era supervisionada por Julian Magalhães Chacel.

No mesmo período, a FGV era presidida pelo empresário Luís Simões Lopes, também chefe da Comissão Diretora, sendo vice-presidente Eugênio Gudin e diretores executivos Rafael da Silva Xavier e Alim Pedro. Os membros executivos da FGV eram: Jorge Oscar de Mello Flores, João Carlos Vital, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Rubens d'Almada Horta Porto – que servia também como executivo no Sesi, Serviço Social da Indústria e na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), um *joint venture* (empreendimento

---

[116] IANNI O. *Estado...* op. cit. cap. 5.

[117] PENTEADO, J.R.W. *Preparação de executivos no país in Boletim mensal IPES.* Rio de Janeiro, jul. 1964. Ano I, n. 3. p.3.

conjunto) com a Cia. Sul América Capitalização, à qual Mello Flores era ligado, e José Joaquim Sá Freire Alvim, que em 1963 serviu também como presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros membros do conselho eram os tecno-empresários Brasílio Machado Neto (da Federação Nacional do Comércio e da Federação comercial de São Paulo), Ary Frederico Torres, César Reis Cantanhede e Almeida e Carlos Alberto de Carvalho Pinto. A maioria desses tecno-empresários tinha importantes ligações oligopolistas em meados da década de cinqüenta e princípios da década de 1960; simultaneamente, eles eram membros de vários escritórios privados de consultoria tecno-empresariais e de órgãos governamentais como o BNDE. A FGV do Rio de Janeiro, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia e o Centro de Análise da Conjuntura, produzia a importante revista mensal *Conjuntura Econômica,* sobre assuntos econômicos. O diretor da publicação era José Garrido Torres e Dênio Nogueira seu editor-chefe. Seu *staff* editorial incluía Antônio Abreu Coutinho, Eduardo S. Gomes, Alexandre Kafka, Basílio Martins e Estanislau Fischlowitz.

Os interesses multinacionais e associados estavam fortemente representados na estrutura dos *think-tanks* técnicos do início da década de 1960. Em 1962, a maioria dos tecno-empresários mencionados anteriormente, assim como os técnicos do IBRE e FGV, constituíram parte da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses multinacionais e associados em sua campanha contra a convergência de classe populista e seu Executivo, ou então tornavam parte de várias maneiras, na ação política organizada da burguesia para derrubar o regime em 1964.

Os oficiais militares

Um pequeno número de oficiais dentro das Forças Armadas constituía uma outra categoria que, após a Segunda Guerra Mundial, havia se tornado um grupo modernizante-conservador dentro do processo de desenvolvimento. Algumas das figuras de destaque desse grupo podem ser traçadas historicamente a partir de sua experiência ideológica e militar comum durante a campanha na Itália, experiência que mais tarde, foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamentos nos Estados Unidos. Essa experiência comum estendeu-se por meio da afiliação posterior daqueles oficiais a certos partidos políticos, principalmente a União Democrática Nacional UDN – e em menor escala ao Partido Democrático Cristão PDC – assim como pela sua organização num reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra

(ESG) da qual eram os co-fundadores. Esse último grupo incluía, entre outros, os então oficiais de escalão médio Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz o os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora.

Esses oficiais militares partilhavam de um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários; muitos desses últimos eram conferencistas assíduos na ESG, para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas. Entre eles deve-se citar Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugênio Gudin e, Octávio Gouveia de Bulhões. Algumas figuras proeminentes das associações de classe empresariais também apresentavam e conseguiam a aceitação de suas idéias em favor de um desenvolvimento industrial capitalista por meio de suas conferências e publicações. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.

Entretanto, não era só a questão da congruência de valores que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de 1950 e mais ainda em princípios da década de 1960, a participação na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em agências tecno-burocráticas estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associações após 1964. Alguns oficiais militares eram diretores importantes ou acionistas de corporações privadas,[118] como o general Riograndino Kruel e o general James Masson (Eletrônica Kruel S.A.), general Paulo Tasso de Resende (Moinhos Riograndenses Samrig S.A. – grupo Bung & Born), brigadeiro Eduardo Gomes (Kosmos Engenharia S.A.), general Joaquim Ribeiro Monteiro (Cia. Carbonos Coloidais, C.C.C. – grupo Wolney Attalla), general Edmundo Macedo Soares e Silva (Volkswagen,

[118] O que Manwaring chamou de *value-inherence*, isto é, a ocupação por oficiais militares de postos administrativos em corporações multinacionais e associadas e a identificação dos militares com os objetivos e métodos das empresas privadas, mostrou, após 1964, uma tendência para a consolidação de um complexo militar-industrial, onde interesses industriais, civis e militares se associaram e buscaram uma produção conjunta, e onde oficiais das Forças Armadas foram empregados pelas corporações privadas como *place men* (homens-chave). Vide MANWARING, M. *The military in Brazilian politics*. Tese de doutorado. Illinois, Univ. of. Illinois, 1966 (*Department of Political Sciences*).

Mesbla S.A., Banco Mercantil de São Paulo, Light S.A., Mercedes Benz), general Euclides de Oliveira Figueiredo (Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A. – Schering Corporation e grupo Assis Chateaubriand), general Moziul Moreira Lima (Máquinas Moreira S.A.) e almirante Alberto da Motta e Silva (Rupturita S.A. Explosivos – Sociedade Financeira Portuguesa).

A aproximação ideológica entre os militares brasileiros e empresários e seus pontos de vista em comum quanto aos caminhos e meios que levariam ao crescimento industrial foram traduzidos no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. A seção 516 da sua Lei de Segurança Mútua expunha a necessidade de se encorajar "a eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros ... (e) ... desencorajar, na medida do possível e sem interferir na realização dos objetivos dessa lei, a prática de monopólio e de cartel prevalece em certos países...".[119] Tendo em mente as práticas oligopolistas do capital multinacional, as cláusulas do Acordo Militar dirigidas contra o controle estatal de recursos estratégicos tinham, em fins da década de 1950, um toque irônico e mesmo cínico. O Brasil estava se tornando rapidamente um 'sistema e regime político penetrado'.[120]

Dois veículos foram cruciais no processo de educação e treinamento. Um deles era a Escola Superior de Guerra (ESG) cujas turmas eram levadas anualmente aos Estados Unidos em viagens minuciosamente preparadas completando assim um ano de informação dirigida. O outro era o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, entre os quais sobressaíam o Programa de Assistência Militar (PAM) e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua.[121] Por meio desses veículos a doutrinação político-ideológica concatenava-se perfeitamente à informação "técnica", combinando-se ambas

---

[119] PEREIRA, Osny Duarte. *A antinomia do acordo militar Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Juristas Democráticos, 15 de ab. 1963. p. 24.

[120] "... os países latino-americanos são todos eles, significativamente, o que tem sido chamado de *sistemas penetrados*: sistemas onde indivíduos não-membros' de uma sociedade nacional participam diretamente e com autoridade, por intermédio de ações realizadas em conjunto com os membros da referida sociedade, da designação de seus valores ou da mobilização de apoio na defesa de seus objetivos". Interpretação dada por Gordon Connel-Smith citando James N. Rosenau em Carlos A. ASTIZ. *Latin American International politics ambitions, capabilities and the national interest of México, Brazil and Argentina*. Indiana, Univ. of Notre Dame Press, 1969. p. 10. Vide ROSENAU. *Pre-theories, and theories of foreign policy* in FARRELL R. Barry ed. *Approaches to comparative and international politics*. Evanston, Illinois, Northwestern Univ. Press, 1966. p. 28.

[121] Vide George Robinson MATHER. *As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos*. ESG. Documento n. C-02-64.

em uma norma encapsulada que identificava a mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como a uma forma específica de desenvolvimento sócio-econômico.[122] Oficiais americanos ajudaram em 1946-1947 na formação da ESG, que seria o equivalente brasileiro do *National War College* americano. A ESG, que havia começado a funcionar em 1948, foi oficialmente inaugurada em 1949. Oficiais americanos permaneceram no *staff* regular da ESG até 1960-1970, pelo menos, os Estados Unidos mantiveram um oficial de ligação com status docente dentro da escola. Os oficiais americanos, juntamente com o *staff* de oficiais brasileiros, "programaram a idéia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo". "Os oficiais americanos reforçaram essa orientação", e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão desses últimos onde quer que ele fosse percebido". Após a Segunda Guerra Mundial, a posição dos oficiais americanos no Brasil foi escorada pela transferência de equipamento militar pesado. Como foi observado por Raymond Estep em seu estudo sobre os militares no Brasil, "os Estados Unidos, porém, podem também ter aprofundado a cisão no meio militar entre aqueles mais ligados à ESG e os nacionalistas, os quais buscavam uma política externa mais independente".[123]

A ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não "políticas". Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de "construção nacional" foram disseminadas

---

[122] Vide (a) J. Knipper BLACK. op. cit. Cap. 8 e 9. (b) Gayle Hudgens WATSON. *Brother Sam and the Goulart golpe*. Texas, Univ. of Texas, 1977. p. 5-6. Mimeografado.

[123] Vide (a) Raymond ESTEP. *The military in Brazilian politics 1821-1970*. Estados Unidos, Air Univ., 1971. p. 3, 40-45, 169. (Documentary Research Division, Aerosprace Studies Institute, Air Univ., Maxwell Air Force. Documentary Research Study Av 20 470 ASI). (b) Paulo Sérgio PINHEIRO. *A ESG faz trinta anos (como está velha)*. Isto É. São Paulo, (140): 20-1, 29 de agosto de 1979 (principalmente o Documento n. 832.2 de 23/05/1947 do Departamento de Estado dos Estados Unidos).

entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial.[124]

A ESG impulsionou e difundiu um sistema fechado de idéias[125] baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas que raramente se faziam explícitas além da visão estática de uma sociedade eternamente dividida entre elite e massas. Esse sistema de idéias, que se reproduziu no interior de uma formação socioeconômica específica, encontra a sua "razão de ser" em relações supostamente permanentes e mesmo naturais de posse e "apropriação" privadas."[126] Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural,[127] permitindo no entanto uma modernização conservadora. Tal abordagem excluía também a presença de representantes das classes trabalhadoras, ou

[124] A ESG constituiu um dos principais foros utilizados por empresários para a doutrinação de oficiais das Forças Armadas e de técnicos selecionados quanto à racionalidade de um modelo de desenvolvimento empresarial associado, doutrinação esta feita por meio de debates e documentos, em sua maioria confidenciais. A ideologia política da elite empresarial levou pouco mais de dez anos para se desenvolver. A plataforma ESG/ADESG serviu de laboratório de idéias e de campo de prova para projetos, proporcionando uma crucial contribuição para a formação da referida ideologia. As idéias debatidas por civis e militares foram melhor desenvolvidas e reforçadas em centros formais e informais tais como as deferentes associações de classe, sendo mais tarde reestruturadas e buriladas no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES (Capítulos V e VII). Além disso, a vanguarda empresarial dos interesses multinacionais e associados promoveria, durante um determinado número de anos, por meio da ADESG, uma série de ciclos de conferenciais sobre o papel das empresas e empresários no processo de desenvolvimento. Vide Vanda Maria Costa ADERALDO. *ESG: um estudo de currículos e programas*. Tese de mestrado. Rio, IUPERJ, 1978.

[125] "As bases da doutrina da ESG, não estão em discussão, são como o dogma da igreja, antecedem a Instituição" (conversa com um membro permanente do quadro de professores da ESG, nome resguardado a pedido, em setembro de 1976, no Rio de Janeiro).

[126] A interiorização de tais idéias pode ser observada no importante discurso do influente Tenente-Coronel Octávio Costa durante um encontro de empresários no Rio Grande do Sul: "O contraste entre empresários e militares é que aqueles direcionam suas empresas e suas preocupações para o desenvolvimento, enquanto que nós [direcionamos nossas preocupações] para a questão da segurança nacional. Contudo, as preocupações tendem para o mesmo ponto, qual seja a procura do bem-estar da nação brasileira. Nós, por meio de operações no círculo restrito das atividades do Estado e vocês, operando no campo ilimitado da livre empresa, a base de antigos e frutíferos empreendimentos. Nós, soldados, procuramos conservar a ordem para que vocês, empresários, arriscando, criando, produzindo e multiplicando, possam nos dar o progresso". Octávio COSTA. *As Forças, Armadas e as classes empresariais* in *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, (603): 46, O discurso foi proferido a 3 de dezembro de 1964.

[127] A doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional desenvolvida pela ESG baseou-se em um conjunto de julgamentos de valor dentro do qual se destacava o de "neutralidade". No entanto, interesses políticos e econômicos, isto é, instâncias e demandas extraordinárias, impuseram seus problemas e soluções à doutrina. Tais interesses constituíram então os reais (práticos) objetivos e limites da doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional. Vide BURGESS & WOLFF. op. cit. p. 98-100.

mesmo das camadas intermediárias, no quadro de professores regulares ou convidados da ESG. O argumento em prol do desenvolvimento era apresentado na ESG somente por empresários, tecnoempresários e, em menor escala, por políticos, assim como por convidados estrangeiros, tanto civis quanto militares.

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas.[128] Os industriais e tecnoempresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam em administração política e objetivos empresariais na ESG. Como observa Celso Furtado, a perspectiva desenvolvida por tais industriais e tecno-empresáríos era bastante diferente da orientação liberal ou populista de grupos de elite que foram capazes de chegar ao poder por meio de eleições. Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.[129]

Examinando a composição da turma de 1965 da ESG, podemos observar a extensão em que essa escola conseguia socializar os mais variados atores políticos dentro da "sociedade civil e da sociedade política" brasileira. Os formandos *honoris causa* no Curso Superior de Guerra (SG) foram, significativamente, Roherto Campos e o general Orlando Geisel, ao passo que os *honoris causa* do Curso de Informação foram o general Golbery do Couto e Silva, o general Lindolpho Ferraz Filho, e o coronel Newton Faria

---

[128] *As* noções do desenvolvimento capitalista associado e planejado eram disseminadas na ESG por tecnoempresáríos como Roberto Campos, Eugênio Gudin, Lucas Lopes e Glycon de Paíva, por empresários tais como Jorge Bahring de Mattos, G. Borghoff, Eudes de Souza Leão, A.C. Pacheco e Silva e por oficiais militares como Poppe de Figueiredo, Heitor Herrera, Golbery do Conto e Silva e A. Bastos. Afinal a ESG conseguiu sua legitímação pelo fato de ser uma Escola Superior de Guerra que ministrava um Curso Superior de Guerra. Assim, seus valores só poderiam ser dissemindos nas Forças Armadas desde que envoltos em propostas "neutras" estritamente militares. Depois de 1964, a ESG teve carta branca na disseminação de seu material ideológico. Segundo o tenente-coronel Octávio Costa, a unidade de pensamento das Forças Armardas "resultava de uma longa preparação doutrinária que, emanando da ESG, se triparitia na orientação das Escolas de Comando e Estado Maior das Forças Singulares e se ramificava pelas escolas, bases, arsenais, estabelecimentos e quartéis". COSTA, Octávio, *Compreensão da revolução brasileira* in *Defesa Nacional*,Rio de Janeiro (597):69, s. ed .,*set.*/out. 1964. Vide taníbémn SILVA, A. C. Pacheco e. *A segurança nacional e a guerra fria* in *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 49(576/577):26-7, 1962.

[129] BLACK, J. Kinpper. op. cit. p. 80-1.

Ferreira e o coronel João Baptista Figueiredo, filho do general Euclides de Figueiredo. A turma de 1965 contava com 130 alunos. Trinta deles – todos militares – participaram do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, sendo que 87 alunos participaram do CSG e 13 do Curso de Informação (CI). Cerca de 62% dos participantes eram militares.[130] A distribuição dos alunos provenientes de agências estatais civis e militares e de autarquias é apresentada na Tabela 9.

Tabela 9

	Militares provenientes de agências civis militares	Militares provenientes de agências militares	Civis provenientes de agências militares	Civis provenientes de agências civis
CURSO				
CSG	13	30		44
CI		8	5	

Fonte: Lista de Estudantes – ESG, 1965.

Até 1975, a ESG havia instruído 1.294 civis e 1.621 militares, ao passo que a Adesg, a associação de ex-alunos da ESG, difundira sua doutrina entre mais de 25.000 civis e militares.[131] Além disso, a ESG e a Adesg introduziram seus textos como material básico de estudo em outros centros militares de treinamento e educação, assim como em cursos civis, principalmente nos programas universitários de educação cívica.

No que diz respeito ao Programa de Assistência Militar, este foi reconhecido pelo embaixador Lincoln Gordon como sendo "veículo da maior

[130] Esses números correspondem aos apresentados por Alexandre de Barros em seu estudo sobre a composição da origem do corpo discente da ESG, de 1950 a 1964. Vide *The changing role of the state in Brazil: the technocratic military alliance*, trabalho apresentado por Alexandre de Barros durante o *Sixth Annual Meeting of the Latin American Studies Association* em Atlanta, Georgia, de 25 a 28 de março de 1976. Mimeografado.

[131] BURGESS & WOLFF. op. cit. p. 90. Apesar de grande número de civis treinados na ESG, eles representaram uma força relativamente menor na administração pós-1964. Vide BARROS, Alexandre de Souza . *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building.* Tese de doutorado. Chicago, Univ. of Chicago, 1978.

importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros (das) Forças Armadas" e como "um fator altamente importante (para) influenciar os militares (brasileiros) a serem favoráveis aos Estados Unidos".[132] Visando a preservar "a orientação especificamente pró-americana do corpo de oficiais (das) Forças Armadas brasileiras", o embaixador Gordon recomendava que o suprimento de equipamento militar fosse usado para aumentar a influência[133] que "os nossos amigos nas Forças Armadas" tinham "para configurar o regime",[134] assim como para anular as chances de ligações com outros países. Além disso, o general George Robinson Mather, comandante da delegação americana na Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos e chefe do Programa de Assistência Mútua, explicou em sua palestra na ESG, em princípios de 1964, que a principal ameaça a que o Brasil estava exposto era mais a da "subversão comunista e agressão indireta, do que a agressão direta vinda de fora do hemisfério".[135] Assim, de acordo com o general Mather, o PAM tinha o objetivo primordial de "assegurar a existência de forças nativas militares e paramilitares suficientes para combater a subversão comunista, a espionagem, a insubordinação e outras ameaças à segurança interna, sem que se tornasse necessária uma intervenção militar

---

[132] PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 121. O *Jornal do Brasil*, 20 de dezembro de 1976, reproduziu e traduziu um telegrama confidencial, de distribuição limitada, enviado a 4 de março de 1964 a Thomas Mann pelo embaixador Lincoln Gordon. O texto rezava: "O nosso PAM [Programa de Assistência Militar] é um fator altamente influente na adoção pelos militares de uma atitude pró-Estados Unidos e pró-Ocidente; a importância do PAM nesse setor é cada vez maior. Em decorrência de treinamento e suprimento de material, o Programa de Assistência Militar torna-se veículo essencial no estabelecimento de um estreito relacionamento com os oficiais das Forças Armadas".

[133] Telegrama n. 8214, p. 1, de Lincoln Gordon a Dean Rusk, Secretário do Departamento de Estado, enviado do Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1963. O telegrama encontra-se nos Arquivos JFK, *National Security Files* (documento secreto até 1977). A ajuda econômica e militar no período de 1946 a 1966 foi da ordem de 2,8 bilhões de dólares, aproximadamente, incluindo empréstimos e doações. Conforme o Major-General James W. Totten, do Exército americano, o Brasil recebia cerca da metade da "assistência" dada à América Latina. Vide James W. TOTTEN. As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos. ESG. Documento n. CI-35-65.

[134] Telegrama n. 8261, p. 1, de Lincoln Gordon a Dean Rusk, Secretário do Departamento de Estado, enviado do Rio de Janeiro a 15 de janeiro de 1963. Encontra-se nos Arquivos JFK, *National Security Files* (documento secreto até 1977).

[135] MATHER, G.R. op. cit. p. 12, 16-17. Só o Brasil recebeu, em 1963 e 1964, 75 miIhões de dólares por intermédio do programa de segurança pública. Vide, PARKER, P. op. cil. p. 122. O Brasil recebeu também 206 milhões de dólares em ajuda militar americana durante o ano de 1963. Vide OGLESBY, Carl & SHAULL, Richard. *Containment and change*. New York, Mac-Milon, 1967. p. 83.

direta dos Estados Unidos e de outras forças do mundo livre".[136] Visto o cenário de intensa mobilização política que ocorria no Brasil durante os primeiros meses de 1964, a conferência do general Mather insinuava-se carregada de intenções.

A influência direta sobre oficiais militares por meio da instrução foi também um meio usado para formar e consolidar a atitude das Forças Armadas brasileiras. Foi programado que, até o princípio de 1964, 4.000 oficiais e oficiais não comissionados, deveriam receber treinamento em escolas selecionadas dentre um circuito que chegava a 150 centros militares sediados nos Estados Unidos, em acréscimo a outros enviados a centros de treinamento na zona do Canal de Panamá.[137]

---

[136] MATHER, G.R. op. cit. p. 16-17. A ajuda à polícia na América Latina cresceu no princípio da década de sessenta, enquanto as Forças Armadas, sob o conceito guarda-chuva do Treinamento de Segurança Interna, desenvolviam sua capacidade para a "ação cívica". O Treinamento de Segurança Interna incluía "treinamento em operações táticas de contraguerrilha, contra-insurreição, informações e contra-informações, informação pública, guerra psicológica, assuntos civis e governo militar, controle de distúrbios em manifestações públicas e guerrilha na selva". Em acréscimo a esse treinamento, que em 1962 se estendeu a 936 estudantes especializados da América Latina, equipes móveis de treinamento, financiadas pelo Programa de Assistência Militar, percorreram a América Latina em visitas previamente marcadas. Essas equipes objetivavam propiciar treinamento em controle de distúrbios, polícia militar, contraguerrilha, guerra psicológica e assuntos civis. Vide *Summary or training for Latin Americans in US military schools and installations*, p. 11, documento escrito em 1961 e que perdeu o sigilo em 3 de setembro de 1978. Esse documento foi anexado ao *Memorandum for the president*, apresentado por Roswell L. Gilpatric, subsecretário de Defesa, a 11 de setembro de 1961 e que perdeu o sigilo somente em 11 de outubro de 1977. O memorando encontra-se nos Arquivos JFK, *National Security Files*.

[137] Durante o ano de 1961, programou-se que cerca de 5.200 indivíduos de países da América Latina participariam de cursos em escolas militares americanas, num total aproximado de 6.500 cursos. Em 1962, os números subiram a 5.600 alunos e 7.000 cursos. É interessante observar a importância da seqüência profissional na formulação das atitudes ideológicas e políticas do corpo de oficiais brasileiros. Essa seqüência profissional incluía a participação na Força Expedicionária Brasileira – FEB na Itália (Segunda Guerra Mundial), a participação no quadro permanente da Escola Superior de Guerra e em seus cursos, o treinamento em escolas estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos, e a permanente e intensa interação entre oficiais americanos e brasileiros. Atitudes amplamente reforçadas por essa seqüência profissional específica, a qual correspondia, à do grupo fundador da ESG, eram: a ênfase na associação hemisférica, principalmente em uma íntima relação com os Estados Unidos, e a rejeição de um posicionamento nacionalista em favor de uma integração multinacional. A ideologia da ESG fomentou também a aceitação das diretrizes econômicas que favoreciam a concentração, bem como a idéia de que, com o capitalismo, o Brasil se transformaria em uma nação poderosa (Brasil potência) guiada por um estilo político tecnocrático e autoritário. Tal seqüência profissional tinha correlação com o papel dos militares que se encontravam no centro da campanha política contra João Goulart e sua subseqüente posição como núcleo militar da administração pós-1964: desses, 60% era da FEB, 70%, havia pertencido ao grupo permanente de membros da ESG; desses 70% a totalidade freqüentou escolas militares no estrangeiro, sendo que 80% recebeu seu treinamento nos Estados Unidos. Vide STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. press, 1971, Cap. 11. p. 236-48.

Um dos resultados da íntima cooperação entre civis e militares e entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e do Brasil e seus serviços de segurança foi a crescente convicção do Exército de que eles deveriam desempenhar um papel de "moderadores" nos conflitos entre facções das classes dominantes. Esse mito de poder moderador societário do Exército foi aceito e legitimado por muitos estudiosos de política brasileira em seus escritos históricos. No entanto, esse papel de poder moderador era conflitante com a indefinição partidária de oficiais militares. Embora as Forças Armadas exibissem uma aparente unidade e manifestassem o desejo de coibir atitudes políticas faccionárias em nome da sobrevivência da corporação, a atividade política dos oficiais militares relegou a segundo plano a coesão institucional, chegando mesmo a resultar em confrontações abertas no interior da organização militar. Os oficiais brasileiros dividiram-se politicamente ao longo do espectro partidário de direita e das ideologias de centro-direita numa identificação, num sentido amplo, com o "povo". No entanto, tal identificação era marcada por valores de classe, média e normas burguesas dominantes. A identificação partidária via-se tão difundida que muitas das figuras centrais da conspiração militar de 1961-1964, assim como figuras da administração pós-1964, eram líderes de partidos políticos, havendo sido candidatos em eleições para o Congresso ou à Presidência da República ou tendo se identificado publicamente com certos partidos de centro-direita, principalmente com a UDN, o PDC e o Partido Social Democrático (PSD).[138]

Apesar de a norma haver sido uma força militar politizada e heterogênea, a congruência de valores com o que pode ser chamado, em sentido amplo, de "massa" no Brasil tem sido excluída ideologicamente pela educação ou condenada politicamente pela hierarquia militar. Conseqüentemente, não se permitiu a todos os atores político-civis recorrer

---

[138] Entre esses oficiais, deve-se mencionar o Brigadeiro Eduardo Gomes – candidato presidencial da oposição (UDN) em 1950 contra Getúlio Vargas, o General Juracy Magalhães – líder da UDN e influente figura política do Rio de Janeiro e da Bahia, o General Menezes Cortes – udenista importante, o General Juarez Távora – candidato presidencial da oposição (PDC) em 1955 contra Juscelino Kubitschek e ministro de Café, Filho, e o Coronel Nei Braga (PDC), ex-chefe de Polícia do Estado do Paraná, ex-prefeito de Curitiba, ex-governador daquele Estado, e, que estava diretamente ligado ao banqueiro e empresário paranaense Leônidas L. Borio. O General Cordeiro de Farias mostrava-se claramente simpático ao PSD, com cujos chefes políticos do Sul e do Nordeste mantinha estreitas relações que datavam da sua época como interventor naquela região, na década de trinta, e da época em que fora governador de Pernambuco, em meados da década de cinqüenta.

aos seus "correlatos"[139] militares em decorrência das "regras do jogo moderador". O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não tinha políticas importantes de cooptação das Forças Armadas e nem conseguiu causar impacto significativo sobre os militares. Quando João Goulart, líder do PTB, tornou-se Presidente, ele seguiu as regras não-escritas das relações civil-militares incentivadas pelos udenistas, pedecistas e pessedistas, esforçando-se para estabelecer um relacionamento semelhante com as Forças Armadas. Ele tentou também reequilibrar a hierarquia militar, que tendia fortemente para a UDN e a ala direita do PSD, uma *bias* estrutural consolidada em fins da década de 1950 e princípios da década de 1960. Agindo assim, ele procurava constituir um dispositivo militar que desse forte apoio a sua política de reformas. No entanto, contrariamente a Juscelino Kubitschek que, havia feito o mesmo anteriormente mas com oficiais identificados com a UDN e o PSD, João Goulart foi severamente condenado por imiscuir-se ilegitimamente na hierarquia do Exército. Na prática, o que aconteceu foi que João Goulart estava rompendo com os limites estreitos e exclusivistas das relações civil-militares, trazendo à tona o que elas realmente representavam, ou seja, um Bonapartismo militar sancionado constitucionalmente. Contudo, e apesar da evidência histórica, o mito do papel moderador proporcionou a racionalização para o controle militar autoritário do sistema político depois de 1964.[140] (...)

---

[139] Quando, em princípios da década de sessenta, os sindicatos e outras organizações populares principiaram a atrair membros de baixo e médio escalão das Forças Armadas, tentando assim ampliar o círculo de interlocutores e civis em meio aos militares, tal atitude, foi condenada como uma total subversão da hierarquia. Por outro lado, ao atrair a sua contrapartida militar de alto escalão, a ação das classes dominantes foi considerada defensora da ordem constitucional, mesmo atuando acima da posição legal do presidente, e o golpe de Estado de abril de 1964 foi desenvolvido como uma ação salvadora".

[140] Sobre o conceito de Bonapartismo Constitucional, vide GRAMSCI, A. op. cit. p. 212. É interessante observar que, por volta de 1961, foi um tecnoempresário, Eugênio Gudin, quem se manifestou a favor do "restabelecimento" do Poder Moderador, sugerindo que tal papel, atribuído ao Imperador do século XIX, devesse ser retomado pelas Forças Armadas. Vide E. GUDIN. op. cit. p. 223.

Bibliografia básica:

SINGER, Paul. *A crise do 'Milagre' Interpretação crítica da economia brasileira*. 8. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Conjunto de ensaios que retoma a evolução da economia brasileira desde o governo de Juscelino Kubitschek até o final do chamado "milagre brasileiro". O autor foi um dos primeiros a identificar os pontos de estrangulamento da economia brasileira durante a ditadura militar e um dos principais críticos das políticas econômicas desenvolvidas nesse período.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 68-89; 116-118; 121-132; 141-147; 181-189; 274-295; 349-354; 401-408; 417-422; 447-452; 458-465; 487-489; 526-595. Nesses trechos o brasilianista apresenta os principais traços da economia brasileira desde o estabelecimento do regime autoritário até o governo Sarney, procurando sempre relacioná-los aos demais aspectos da vida social brasileira. Suas análises apóiam-se em vasta bibliografia especializada e atualizada.

Bibliografia complementar:

Sobre a dívida externa: BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. *A dívida externa brasileira: dos milagres ao fundo* in *Democratizando o Brasil*. Alfred STEPAN (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 199-227.

Sobre as medidas econômicas do governo Castelo Branco: RESENDE, André Lara. *Estabilização e Reforma: 1964-1967* in *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. ABREU, Marcelo de Paiva (org.), 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 213-231.

Sobre as medidas econômicas dos governos Costa e Silva e Médici: LAGO, Luiz A. Corrêa do. *A retomada do crescimento e as distorções do 'milagre': 1967-1973* in *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. ABREU, Marcelo de Paiva (org.), 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 233-294.

Sobre as medidas econômicas dos governos Geisel e Figueiredo: CARNEIRO, Dionísio D. *Crise e esperança: 1974-1980* in *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. ABREU, Marcelo de Paiva (org.). 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 295-322; CARNEIRO, Dionísio D. e MODIANO, Eduardo. *Ajuste externo*

e desequilíbrio interno: 1980-1984 in *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. ABREU, Marcelo de Paiva (org.). 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 323-346; FISHLOW, Albert. *Uma história de dois presidentes: A economia política na gestão da crise* in *Democratizando o Brasil*. STEPAN, Alfred (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 137-197.

Sobre as medidas econômicas do governo Sarney: *A ópera dos três Cruzados: 1985-1989* in *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana-1889-1989*. ABREU, Marcelo de Niva (org.), 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 347-386.

ANEXOS:

1) Para ilustrar a acumulação de cargos de diretoria, deve-se. examinar as conexões dos empresários envolvidos em tal fenômeno. J. B. Pereira Almeida Filho, por exemplo, era membro proeminente das diretorias das seguintes corporações:

- Union Carbide do Brasil (Union Carbide. Corp, Electric Furnace production).
- Kibon S.A. Indústria de Alimentos Gerais (General Foods).
- S.A. White Martins (Union Carbide).
- National Carbon do Brasil S.A. Ind. e Com. (Union Carbide, Electric furnace production).
- Bendix do Brasil.
- Beeder Rootes.
- Laboratório Leo do Brasil S.A.
- Laboratórios Miles do Brasil Ltda. (Miles Lab. Panamerican Inc.).
- Eletrometalúrgica Abrasivos Salto S.A, (Carborundum Co. N.Y.).
- Carborundum S.A. Indústria de Abrasivos.
- Tri-Sure S.A. Ind. e Com. (American Flange Manufacturing Delaware, Grupo financeiro e industrial Bueno Vidigal).
- Cardo Brasil S.A. Fábrica de Cardas (Comagri S.A.).
- Equipamentos ind. Villares S.A. (Grupo financeiro industrial Villares).
- Indústria de Alimentos Gerais.
- Indústria Lages Comercial e Agrícola (Olinkraft, Squibb).
- distribuidora Paulista Lavadoras Automáticas.
- ESBIC
- Cia. Agricola da Fazenda Monte Alto.
- Cia. Agrícola Rancho Queimado.
- Fazenda do Sul.
- John Powell S.A.
- Sta. Adelaide.
- Sifco do Brasil S.A. Ind. Metalúrgica (The Steel Improvement and Forge Co.).
- Estados Unidos, american Brake Shoe Co.).
- Tampico.

- Ascoval S.A. Automatic Switch.
- Robert Shaw Fulton Controles do Brasil.
- Olinkraft S.A. Celulose e Papel (Linson S.A. e Com., Squibb Mathiesson Ind. Corp.), à qual o governador de Santa Catarina e empresário lrineu Bornhausen era ligado.
- Lucher S.A. Celulose e Papel, à qual José Eugênio de Macedo Soares era ligado.
- Brasmac Ind. e Com. S.A. (Wickman Machine Tools Ltda. - Grã-Bretanha).
- Sherwin Williams do Brasil S.A, Tintas (The Sherwin Williams Co. cleveland)
- Ideal Standart S.A. Ind. e Com.
- dowdell do Brasil (Dowdell e Co. Ltd., London).
- Agência Marítima Dickinson (Dickinson Brothers).
- Ideal Standart S.A. (American Standart).
- AMF do Brasil S.A. (American Machine & Foundry Co.).
- Fruehauf do Brasil (Fruehauf Corporation).
- Companhia de Molas No-Sag (Lear Stegler Inc.).
- Intelcom Eletrônica (Motorola Inc.).
- Relógios Brasil S.A. (Talley Industries, Eduardo Garcia Rossi).
- Squibb Indústria Química (E. R. Squibb & Sons, S.A., Beechnut).

2) João Pedro Gouveia Vieira era diretor de:

- Companhia Brasileira de Fósforos (Bryant & May Ltd. - British Match corporation): J. P. Alcântara, Eduardo G. Rossi.
- Indústrias Elétricas e Musicais ODEON S.A. (Columbia Gramophne Co./EMl Ltd. Eletrical Musical Industries).
- Phoenix Brasileira de Seguros Gerais (Phoenix Assurance Co. - London), ligada à British Match Corporation.
- Wilson sons S.A. Comércio Ind. e Agência de Navegação (Ocean Wilsons - London).
- Induselet S.A. - Ind. de Material Elétrico Charleroi (Ateliers de Constructions Electr. de Charleroi/Westinghouse Electric Corporation), ligada a Eletromar S.A. e eletrocabos Ind. de Cabos Elétricos: Décio F. Novaes, J.M. Rousseau.

– Cia. Produtora de Vidros Providro (Boussois-Souchon Neuvessel/ Coimbra S.A./Dreyfus Group): Fernando a. Torres, Manoel P. Ayres.
– Cimento Portland Bains S.A. (Empreendimentos Brasileiros de Cimento S.A./ cia. Mineira de Cimento Portland COMINCI): Cesar de Sabóia Pontes.
– Lafargue do Brasil Assistência Técnica Ind. e Comércio de Cimento Ltda.
– Cia. Mineira de Cimento portland S.A. COMINCI (Établissements Cimbra Vaduz-Liechtenstein Ciments Lafargue S.A.): Lucien Marc Moser, César Sabóia Pontes.
– BRACOPAR Comp. Brasileira de Participações. S.A. Brasileira de comércio e Representações - BRACOREP.
– Mecânica Pesada S.A. (S.A. de la chaleassière/Soc. Minière de Droit au Mont Bruville/Schneider et Cie. – França/ARBED Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira/Westinghouse Intl/Sulzer Group – Suiça/M.A.N A G – Alemanha/Reders Group – Suécia/Societé de Gorges et Ateliers de Cresot.AktiebolagetKalstads Mekanisma Werkstads K.M.W./Aktiebolaget Kamyr e Dresser/ Sul América Capitalização): Jorge Oscar de Mello Flores, J. P. Ricomard.
– Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.: Francisco Martins Bastos, Carlos Fagundes de Mello.
– Cia. Brasileira de Petróleo lpiranga: Paulo F. Geyer, F. Martins Bastos, Miguel Monteiro de Barros Lins.
– Moinho Fluminense S.A. (Bunge & Born): L. Simões Lopes, João de Mello Franco.
– Berliet do Brasil S.A. Ind. e com. (Ind. Reunidas F. B. de Máquinas e Automotores S.A./ Auto M. Berliet - Lyon).
– RHODIA Ind. Química e Têxteis S.A.: Paulo Reis Magalhães, Octávio Marcondes Ferraz.
– TUBEST Ind de tubos Elétricos S.A. Indústrias Reunidas Franco-Brasileiras de Máquinas e Automotores.
– Radiobrás Agrícola S.A. (Compgnie Française Thomson-Houston Hotchkiss-Brandt S.A.), ligada à RCA USA, English Eletric London, Italcable – Itália e Western Telegraph London.
– Estabelecimentos Ch. Lorilleux S.A. Tintas (Lorilleux-Lefranc S.A.).

- Lautier Fils do Brasil S.A. (Rhone-Poulenc): Paulo Reis Magalhães.
- Banco Francês e Brasileiro S.A.: Roberto Moreira, Américo Oswaldo Campiglia, Jean Marc Rousseau, S. A. Fereira.

Título	Manual do Candidato – História do Brasil
Autores	Miriam Dolhnikoff e Flávio de Campos
Coordenação Editorial	Ednete Lessa
Editoração Eletrônica	Samuel Tabosa
Capa	Ingrid Rocha Comunicações
Revisão de Texto	Delchi Bruce Forrechi Gloria
Formato	21 x 29,7 cm
Mancha Gráfica	12,5 x 25,9 cm
Tipologia	Times New Roman 12/17,8, textos
	Univers bold, 12/14, aberturas
Papel	Cartão Supremo 250 gm^2 (capa)
	Ap 75 gm^2 (miolo)
Número de Páginas	376
Tiragem	1.500 exemplares
Impressão e Acabamento	PAX Editora e Gráfica Ltda.